

Coordenador:
Eros Biondini



150 anos
Da Imigração Italiana no Brasil

Prefácio: **Alessandro Cortese**
Embaixador da Itália no Brasil




EXPERT
EDITORA DIGITAL



GRUPO PARLAMENTAR DE AMIZADE
BRASIL - ITALIA
CAMARA DOS DEPUTADOS

A cultura italiana constitui um traço marcante na formação da nossa identidade. O Brasil alberga o maior contingente de descendentes de italianos do mundo, cerca de 15% do total da nossa população e as tradições e costumes, muito além do vínculo sanguíneo, passaram a integrar a vida do brasileiro.

Nesse sentido, os 150 anos da imigração italiana para o Brasil, mais que uma data impactante, consiste na celebração da frutífera união de dois povos e merece ser solenizada em uma obra coordenada pelo grande amigo e devotado Deputado Eros Biondini, Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Itália. A iniciativa, merecedora de aplausos, se soma a tantas outras iniciativas do caríssimo Eros, na busca por oferecer melhores condições de vida para brasileiros em viagem de turismo ou que residem na Itália e para italianos habitantes do nosso país.

A obra congrega artigos de personalidades relevantes no desenvolvimento das relações Brasil – Itália escritos sob olhares distintos e com abordagens diversas, mas todos somando visões sobre o tema central da obra e oferecendo ao leitor a oportunidade de conhecer informações técnicas, somadas a dados históricos e fatos pitorescos, sempre referenciando a construção da nossa história italo-brasileira.

O lançamento deste livro coroa uma série de celebrações lideradas pelo do Deputado Eros ao longo dos últimos 12 meses, incluindo um evento que organizou na Embaixada do Brasil em Roma para discussão de políticas públicas sob o olhar de profissionais e autoridades italianos e brasileiros.

Viva os 150 anos de história da vida dos imigrantes italianos para o Brasil e parabéns, Deputado Eros Biondini.

Felipe Martins Pinto

ISBN 978-65-6006-280-1



9 786560 062801 >


EXPERT
EDITORA DIGITAL





150 anos

Da Imigração Italiana no Brasil

Prefácio: **Alessandro Cortese**
Embaixador da Itália no Brasil

Direção Executiva: Luciana de Castro Bastos

Direção Editorial: Daniel Carvalho

Diagramação e Capa: Editora Expert

Assessoria Grupo Brasil Itália: Anicélia Pinheiro de Abreu, July Gabrielly Nogueira da Costa José Carlos de Souza Netto

A regra ortográfica usada foi prerrogativa do autor



Todos os livros publicados pela Expert Editora Digital estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 BY-SA. <https://br.creativecommons.org/>
"A prerrogativa da licença creative commons 4.0, referencias, bem como a obra, são de responsabilidade exclusiva do autor"

A Expert Editora, bem como a organização da obra não se responsabilizam por quaisquer posições, opiniões e condutas compartilhadas nesta obra, sendo o conteúdo dos capítulos de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BIONDINI, Eros (Coord.).

150 anos da imigração italiana no Brasil / coordenado por Eros Biondini. – Belo Horizonte, MG: Editora Expert, 2026.

282 p. : il.

ISBN: 978-65-6006-280-1

Imigração italiana – Brasil. 2. Imigrantes italianos – História. 3. Identidade cultural italo-brasileira. 4. Patrimônio cultural. 5. Relações internacionais – Brasil – Itália. I. Biondini, Eros, coord. II. Título.

CDD: 325.2 CDU: 325.1

Modo de acesso: <https://experteditora.com.br>

Índices para catálogo sistemático: Imigração / História do Brasil – 325.2 / 325.1

Índices para catálogo sistemático:

experteditora.com.br
contato@editoraexpert.com.br





Prof. Dra. Adriana Goulart De Sena Orsini
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Alexandre Miguel Cavaco Picanco Mestre
Universidade Autónoma de Lisboa, Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Escola Superior de Comunicação Social (Portugal), The Football Business Academy (Suíça)

Prof. Dra. Amanda Flavio de Oliveira
Universidade de Brasília - UnB

Prof. Dr. Carlos Raul Iparraguirre
Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad Nacional del Litoral (Argentina)

Prof. Dr. César Mauricio Giraldo
Universidad de los Andes, ISDE, Universidad Pontificia Bolivariana UPB (Bolívia)

Prof. Dr. Eduardo Goulart Pimenta
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, e PUC - Minas

Prof. Dr. Gladston Mamede
Advogado e escritor

Prof. Dr. Francisco Satiro
Faculdade de Direito da USP - Largo São Francisco

Prof. Dr. Gustavo Lopes Pires de Souza
Universidad de Litoral (Argentina)

Prof. Dr. Henrique Viana Pereira
PUC - Minas

Prof. Dr. Javier Avilez Martínez
Universidad Anahuac, Universidad Tecnológica de México (UNITEC), Universidad Del Valle de México (UVM) (México)

Prof. Dr. João Bosco Leopoldino da Fonseca
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Prof. Dr. Julio Cesar de Sá da Rocha
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. Leonardo Gomes de Aquino
UnICEUB e UniEuro, Brasília, DF.

Prof. Dr. Leonardo Ferreira Vilaça
Universidade de Itaúna – UIT e Universidade do Estado de Minas Gerais – UEM

Prof. Dr. Luciano Timm
Fundação Getúlio Vargas - FGVSP

Prof. Dr. Mário Freud
Faculdade de direito Universidade Agostinho Neto (Angola)

Prof. Dr. Marcelo Andrade Féres
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Omar Jesús Galarreta Zegarra
Universidad Continental sede Huancayo, Universidad Sagrado Corazón (UNIFE), Universidad Cesar Vallejo. Lima Norte (Peru)

Prof. Dr. Rafael Soares Duarte de Moura
Universidade Estadual De Montes Claros

Prof. Dr. Raphael Silva Rodrigues
Centro Universitário Unihorizontes e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dra. Renata C. Vieira Maia
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Rodolpho Barreto Sampaio Júnior
PUC - Minas e Faculdade Milton Campos

Prof. Dr. Rodrigo Almeida Magalhães
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, PUC - Minas

Prof. Dr. Thiago Penido Martins
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

APRESENTAÇÃO

Celebrar os 150 anos da imigração italiana no Brasil é, acima de tudo, reconhecer uma das mais profundas e fecundas contribuições à formação da identidade nacional brasileira. Ao longo de um século e meio, homens e mulheres que deixaram a Itália trouxeram consigo muito mais do que a esperança por dias melhores: trouxeram valores, tradições, fé, cultura, trabalho e um espírito comunitário que ajudou a moldar o Brasil que conhecemos hoje.

A presença italiana se espalhou por diferentes regiões do país, influenciando a agricultura, a indústria, o comércio, a vida urbana, a religiosidade, a gastronomia, a música, a educação e as relações familiares. Em cada estado, em cada cidade, em cada comunidade, a imigração italiana deixou marcas visíveis e, sobretudo, afetivas, transmitidas de geração em geração.

Foi com esse olhar — de gratidão, memória e responsabilidade histórica — que, durante minha gestão à frente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Itália na Câmara dos Deputados, idealizei a organização deste livro comemorativo. A obra nasce do desejo de registrar, valorizar e difundir a riqueza dessa trajetória comum, fortalecendo os laços históricos, culturais e humanos que unem Brasil e Itália.

Reunindo artigos de convidados diversos, este livro oferece um panorama plural da imigração italiana no Brasil. Aqui o leitor encontrará reflexões sobre o processo histórico da imigração nos diferentes estados, relatos de famílias que ajudaram a construir comunidades sólidas e prósperas, além da atuação fundamental de congregações religiosas de origem italiana, cuja presença foi decisiva para a formação espiritual, educacional e social de inúmeras regiões do país.

Mais do que um registro histórico, esta obra é um testemunho vivo de como a imigração italiana contribuiu para a construção de um Brasil plural, trabalhador, solidário e profundamente marcado pelo encontro entre povos. Ao revisitar o passado, reafirmamos também o

compromisso com o presente e com o futuro, fortalecendo a amizade entre as duas nações e honrando aqueles que, com coragem e fé, atravessaram oceanos para plantar raízes em solo brasileiro.

Que este livro sirva como homenagem, fonte de conhecimento e inspiração, preservando a memória dos que vieram antes de nós e reafirmando a importância da imigração italiana como parte indissociável da história e da identidade do Brasil.

Eros Biondini

AGRADECIMENTOS

A realização desta obra, que celebra o sesquicentenário da chegada dos italianos ao Brasil e a profunda conexão entre nossas nações, é fruto de um esforço coletivo e do amor às nossas raízes.

Primeiramente, registro minha profunda gratidão ao Grupo Parlamentar Brasil-Itália da Câmara dos Deputados. A confiança de meus pares, que me permitiu a honra de ser reconduzido por duas vezes à presidência deste Grupo, foi o alicerce político e institucional necessário para que projetos como este ganhassem vida e relevância no cenário nacional.

À minha família, dedico um agradecimento especial. Foi no seio familiar que herdei a paixão pela Itália, seus valores e sua cultura. Essa herança, que carrego com orgulho também por meio da minha cidadania italiana, é o que move minha dedicação em estreitar os laços entre a terra de meus antepassados e o Brasil que nos acolheu.

Expresso minha profunda e distinta gratidão ao Embaixador da Itália no Brasil, Alessandro Cortesi, e à Cônsul da Itália em Minas Gerais, Nicoletta Gomiero. A colaboração e o apoio institucional de Vossas Excelências foram fundamentais para que esta obra transcendesse o registro histórico, tornando-se um verdadeiro elo de fortalecimento das relações bilaterais. Suas visões diplomáticas e o empenho pessoal em celebrar a herança italiana no solo brasileiro, em especial no contexto mineiro e federal, conferem a este livro uma autoridade e um brilho que honram o legado dos 150 anos de imigração.

Agradeço imensamente aos autores e colaboradores que emprestaram seu conhecimento e sensibilidade para enriquecer estas páginas:

Argel Rigo

Francisco Rezek e Israel Paulino

Evair de Melo (Deputado Federal)

Irmã Marinez Rossato

Idemar Ghizzo, Paulo Sérgio Osório e Valdirene Bôger Dorigon
Graziano Messana (Presidente da Câmara Italiana de São Paulo)
Bernadette Barbieri Coser de Orem
Pe. João Inácio de Assis Gomes e Christine Resplande
Vincenzo Carosi
Hugo Biondini Júnior
Astronauta Marcos Pontes (Senador da República)
Cida Borghetti
Mauro Biondini
Ricardo Barros (Deputado Federal)
Maria do Carmo Zinato
Marangoni (Deputado Federal)

Um agradecimento de distinção e profunda admiração ao Professor Felipe Martins Pinto. Sua atuação não foi apenas técnica, mas a de um verdadeiro idealizador que, ao meu lado, acreditou na urgência e na nobreza deste projeto. Com seu rigor acadêmico, visão estratégica e sensibilidade histórica, o Professor Felipe foi o pilar fundamental na concepção e organização desta obra.

Um reconhecimento especial a Anísio Ciscotto Filho, ao Embaixador Pedro Luiz Rodrigues e a José Carlos de Souza Netto, cujas visões e organização dos artigos foram vitais para a estrutura deste livro.

A todos vocês, o meu mais sincero grazie mille.

Eros Biondini

PREFÁCIO

A **diplomacia parlamentar** desempenha papel estratégico no fortalecimento das relações bilaterais, complementando a ação da diplomacia oficial. Posso afirmar isso com convicção, tendo sido Conselheiro diplomático do Presidente da Câmara dos Deputados italiana durante alguns anos e sendo um fã da “diplomacia parlamentar”. Por meio de grupos de amizade, intercâmbios institucionais, debates e iniciativas legislativas, os parlamentares contribuem para a construção de pontes de confiança e cooperação entre países, promovendo agendas que envolvem cultura, educação, comércio, inovação e integração social. Nesse contexto, o **Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Itália** da Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil, e o grupo gêmeo constituído no Parlamento italiano, configuram-se como instrumentos singulares, consolidando vínculos históricos e fomentando uma parceria sólida e duradoura entre Brasil e Itália. Se trata de um trabalho relevante, paralelo àquele realizado pelos respectivos Governos, que permite uma aproximação ainda mais sólida entre os nossos maravilhosos países, irmãos em muitos campos.

Esta cooperação torna-se ainda mais significativa no período em que celebramos os **150 anos da imigração italiana no Brasil**. Essa celebração consiste, portanto, em reconhecer não apenas a trajetória de homens e mulheres que ajudaram a construir o país, mas também o papel que o Parlamento brasileiro exerce na preservação e fortalecimento dessas relações bilaterais. Esta publicação surge, portanto, como uma homenagem a essa história, reunindo estudos, reflexões e narrativas que evidenciam o impacto cultural, social e econômico da presença italiana em diversas regiões do Brasil.

O Grupo de Amizade Parlamentar foi criado pela **Resolução nº 55, de 1979**, proposta pelo deputado Salvador Julianelli, consolidando-se como espaço institucional para promover o diálogo político, cultural e econômico entre os dois países. Desde sua criação, o grupo passou por diferentes fases de atuação e modernização, com

destaque para a reunião de 24 de junho de 2003, que atualizou o estatuto e constituiu nova diretoria, sob a presidência do deputado Ricardo Barros. Subsequentemente, o grupo foi instalado em 2015 sob a mesma presidência, teve a liderança do deputado Rubens Bueno de 2017 a 2019 e, atualmente, é presidido de maneira exemplar pelo deputado Eros Biondini. No seu trabalho cotidiano como parlamentar, ele sempre se demonstrou um amigo da Itália, tendo conduzido iniciativas concretas de cooperação bilateral, incluindo a viabilização da conclusão do importante acordo de reconhecimento recíproco de carteiras de habilitação entre Brasil e Itália, assinado em ocasião da visita de Estado ao Brasil do Presidente Sergio Mattarella, em julho de 2024.

Os textos reunidos nesta obra bem representam **a riqueza, a profundidade e a diversidade das relações intercorrentes entre Itália e Brasil**. Os artigos de personalidades influentes, tanto italianas como brasileiras, percorrem diferentes dimensões da imigração italiana no Brasil, iluminando desde os primeiros núcleos de imigrantes até sua contribuição para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Destacam-se estudos sobre o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo e Santa Catarina, todos Estados em que a imigração italiana - mais antiga e mais recente - deixou uma marca extraordinária. Outras análises enfocam o impacto econômico e empresarial da imigração e o legado ítalo-brasileiro no desenvolvimento do Paraná, do café à inovação.

A obra também valoriza dimensões espirituais e culturais, como o legado de Dom Orione, a atuação das Marcelinas, e reflexões sobre identidade e pertencimento. São ainda resgatadas trajetórias familiares, como a da Famiglia Biondini, e episódios históricos marcantes, como a presença italiana no Brasil já antes da grande imigração. Por fim, o futebol - elemento integrador por excelência - é analisado como vetor de integração e inclusão dos imigrantes italianos.

Mais do que um registro histórico, esta publicação reafirma o valor da diplomacia parlamentar como instrumento de aproximação e cooperação entre Brasil e Itália. Ao celebrar os 150 anos da imigração

italiana, ela demonstra como o Parlamento brasileiro contribui de forma ativa e complementar à diplomacia governamental, promovendo relações de confiança, diálogo e colaboração em múltiplas frentes.

Que estas páginas inspirem novas iniciativas de intercâmbio, estudos e projetos bilaterais, consolidando os laços que unem Brasil e Itália e garantindo que os próximos 150 anos de história continuem sendo construídos sobre os valores da integração, cooperação e amizade entre nossos povos.

Alessandro Cortese

Embaixador da Itália no Brasil

COORDENADOR

Eros Biondini

AUTORES

Anisio Ciscotto Filho	Hugo Biondini Júnior
Argel Rigo	Idemar Ghizzo
Astronauta Marcos Pontes	Irmã Marinez Rossato
Bernadette Barbieri Coser de Orem	Israel Paulino
Christine Resplande	Maria do Carmo Zinato
Cida Borghetti	Mauro Biondini
Embaixador Pedro Luiz Rodrigues	Nicoletta Gomiero
Eros Biondini	Paulo Sergio Osório
Evair de Melo	Pe. João Inácio Assis Gomes
Fernando Jose de Souza Marangoni	Ricardo Barros
Francisco Rezek	Valdirene Böger Dorigon
Graziano Messana	Vincenzo Carosi

SUMÁRIO

150 anos de imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875 – 2025).....	17
<i>Argel Rigo</i>	
A extradição Battisti no Supremo Tribunal Federal.....	35
<i>Francisco Rezek, Israel Paulino</i>	
A imigração italiana no Espírito Santo: História, contribuições e legado cultural.....	51
<i>Evair de Melo</i>	
As Marcelinas: Da Itália para o Brasil.....	57
<i>Irmã Marinez Rossato</i>	
A imigração italiana em Santa Catarina	59
<i>Idemar Ghizzo, Paulo Sergio Osório, Valdirene Böger Dorigon</i>	
O impacto econômico e empresarial da imigração italiana no Brasil.....	89
<i>Graziano Messana</i>	
Coração de duas pátrias	101
<i>Bernadette Barbieri Coser de Orem</i>	
Dom Orione e o Brasil.....	109
<i>Pe. João Inácio Assis Gomes, Christine Resplande</i>	
A visão do Brasil aos olhos de um italiano	127
<i>Vincenzo Carosi</i>	
Família Biondini.....	131
<i>Eros Biondini, Hugo Biondini Júnior</i>	
Italianos e o Brasil antes da "grande imigração"	155
<i>Pedro Luiz Rodrigues</i>	
150 Anos de imigração italiana vistos por uma história de família.....	161
<i>Astronauta Marcos Pontes</i>	

150 anos da Imigração Italiana no Brasil

- A Imigração Italiana em Minas Gerais - Em memória do Professor Francisco Luiz Teixeira Vinhosa, grande estudioso sobre tal fenômeno..... 179
Anísio Ciscotto Filho
- Sob a estrela da Itália: Reflexões sobre um vínculo eterno 195
Cida Borghetti
- O futebol como elemento de integração dos imigrantes italianos na sociedade brasileira 1900-1930..... 211
Embaixador Pedro Luiz Rodrigues, Mauro Biondini
- Do café à inovação: o legado ítalo-brasileiro no desenvolvimento do Paraná e as novas fronteiras da cooperação Brasil-Itália..... 239
Ricardo Barros
- Siamo italiani. Sai cosa significa?..... 249
Maria do Carmo Zinato
- Mensagem da Cônsul-Geral da Itália em Belo Horizonte 267
Nicoletta Gomiero
- Festas italianas em São Paulo: Memória, patrimônio imaterial e políticas públicas de identidade cultural..... 271
Fernando Jose de Souza Marangoni

150 ANOS DE IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (1875 – 2025)

Argel Rigo¹

Resumo

Um panorama histórico com dados oficiais da imigração italiana no Rio Grande do Sul, identificação das principais colônias, aspectos culturais e econômicos, língua Talian, rota de migração, identidade cultural e legado.

MARCO CRONOLÓGICO E DIMENSÃO NUMÉRICA (1875–1914)

O processo migratório italiano no Rio Grande do Sul, em sua fase inicial mais intensa, teve início em 1875, quando os primeiros colonos chegaram às regiões de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Flores da Cunha, Antônio Prado, posteriormente, expandindo-se para as demais colônias. As duas primeiras colônias, Cond'Eu e Princesa Isabel, criadas em 1870, abrangiam a área de 32 léguas. Terras doadas pelo Governo Imperial.

Entre 1875 e 1914, estima-se que entre 80.000 e 100.000 italianos tenham ingressado no estado, vindos principalmente do Vêneto, mas também do Piemonte, Ligúria, Vale d'Aosta, Lombardia, Trentino-Alto Ádige, Emília-Romagna e Friuli-Venezia Giulia.

¹ É natural de Fagundes Varela/RS. É graduado em ciências-matemática. Funcionário público municipal foi Secretário da Educação, Cultura e Desporto. Foi autor e coautor de livros, poesias e artigos sobre a história, educação, futebol e religiosidade do município de Fagundes Varela/RS. Escreveu sobre a família e a cultura do imigrante italiano. Publicou livros no estilo realismo mágico, abordando a arte do negócio e a Revolução Farroupilha. Recebeu homenagens municipais e internacionais por sua atuação na literatura, na difusão da cultura do imigrante italiano, da língua Talian e pelo voluntariado. É atuante nas associações culturais e sociais, tais como, no Ente centenário EFASCE – Pordenonesi Nel Mondo (Pordenone/Itália). É membro da Academia de Letras dos Municípios do Rio Grande do Sul – ALMURS (Porto Alegre/RS). P.S. Contatos: argel.rigo@gmail.com cel. 054 999378833

A década de 1880–1890 marcou o auge do fluxo migratório, quando, em vários anos, a maioria dos imigrantes europeus, que chegavam ao Rio Grande do Sul, era de origem italiana.

Em 1920, o censo registrava 49.136 pessoas nascidas na Itália residindo no estado. Número que representa a primeira geração imigrante ainda viva, e que já havia fundado dezenas de colônias agrícolas bem estruturadas.

Atualmente, a chamada região da Serra Gaúcha, formada por, aproximadamente, 50 municípios como Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Farroupilha, Flores da Cunha, Antônio Prado, Veranópolis, Nova Prata e Guaporé, abriga uma população superior a 1,1 milhão de habitantes. Estudos indicam que entre 70% e 85% desses habitantes são descendentes diretos de imigrantes italianos, mantendo vínculos culturais, religiosos e linguísticos com suas origens.

De modo mais amplo, estima-se que, em 2025, existam cerca de 4 milhões de descendentes de italianos no Rio Grande do Sul, o que representa aproximadamente 37% da população total do estado. Essa presença massiva não apenas moldou a paisagem cultural, econômica e social da Serra Gaúcha, mas também consolidou a região como um dos mais expressivos núcleos ítalo-descendentes fora da Itália, com forte identidade comunitária, empreendedorismo e preservação das tradições herdadas dos antepassados.

ACORDOS ENTRE IMPÉRIOS, LEIS E O TRAJETO ATÉ AS COLÔNIAS

Não há documento claramente identificado como “tratado bilateral de imigração” entre Brasil e Itália para o Rio Grande do Sul, mas sim políticas internas brasileiras de colonização e subsídios, e políticas migratórias italianas que influenciaram os fluxos.

A partir de meados do século XIX, o governo imperial de Dom Pedro II passou a subsidiar a vinda de imigrantes, pagando a passagem

ou concedendo vantagens para as companhias de navegação que trouxessem famílias europeias.

Um marco italiano foi o Decreto Prinetti, de 26 de março de 1902, que proibiu a imigração subvencionada para o Brasil, por denúncias das más condições dos imigrantes. Isso reduziu o suporte oficial italiano à migração. O início da primeira guerra mundial em 1914 estagnou o fluxo imigratório.

Do lado brasileiro, políticas estaduais concederam terras devolutas (do Governo Imperial), incentivos fiscais, e programas de colonização para atrair europeus. O Ato do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Sertório, de 24 de maio de 1870, criou as duas primeiras Colônias, iniciando a demarcação dos lotes rurais, sob o comando do Major Palmeiro.

Quanto ao trajeto: os imigrantes embarcavam de portos italianos, na maioria de Gênova, cruzavam o Atlântico até o Brasil em navios à vela e vapor. As condições nos navios de imigração italiana para o Brasil eram precárias e desumanas, especialmente para a maioria que viajava na terceira classe, localizada no porão das embarcações. A travessia, que podia durar até 40 dias, era marcada por superlotação, falta de higiene e doenças, embora a esperança de uma vida melhor ajudasse os imigrantes a suportar a jornada.

Geralmente desembarcando no Rio de Janeiro (Ilha das Flores, hospedaria de imigrantes), onde passavam por processos de quarentena e registro. O porto de Santos foi outra porta de entrada. A partir daí, eram transportados em navios menores para Porto Alegre e dali a Montenegro, que funcionava como polo de distribuição para a Serra Gaúcha, seguindo por trilhas, carroças ou a pé para seus lotes nas colônias.

CAUSAS E PERFIL DOS IMIGRANTES

A imigração italiana para o Rio Grande do Sul teve origem em um contexto de profunda crise agrária e pobreza rural no norte da

Itália, especialmente nas regiões do Vêneto, Lombardia, Trentino-Alto Ádige (Tirol) e Friuli Venezia Giulia.

A pequena propriedade fragmentada, o número crescente de trabalhadores sem-terra, o desemprego e as frequentes guerras europeias agravaram a miséria do campo. Após a unificação italiana (1861), somaram-se a isso as instabilidades políticas, os altos impostos, as epidemias e o excesso populacional, que reduziram o rendimento das famílias camponesas e urbanas. Diante desse cenário, muitos viram na emigração a única alternativa para reconstruir a vida.

O Brasil, e em especial o Rio Grande do Sul, apresentavam-se como terra de oportunidades, graças às promessas de posse de terras e aos programas coloniais de assentamento agrícola promovidos pelo governo imperial. A propaganda das companhias colonizadoras europeias e de agentes brasileiros reforçava esse ideal, com cartazes e folhetos que descreviam o sul do país como uma nova “terra prometida”, fértil e acolhedora. Os colonos recebiam incentivos para a travessia, facilidades na instalação e a possibilidade concreta de tornarem-se proprietários rurais, um sonho distante na Itália.

O perfil dos imigrantes era, em sua maioria, o de agricultores de subsistência e artesãos. Famílias inteiras foram movidas pela esperança de progresso. De fé profundamente católica, trouxeram consigo valores de trabalho, disciplina e religiosidade, que se tornariam a base moral e social das futuras colônias italianas no Rio Grande do Sul

AS COLÔNIAS E A SELVA: TERRAS, INDÍGENAS, LOTES E INSTALAÇÃO

As áreas destinadas às colônias de imigração italiana no Rio Grande do Sul eram, em sua maioria, compostas por matas virgens ou matos densos, com solos férteis, porém de difícil acesso e manejo. Se localizam na região da Encosta Superior do Nordeste, Serra Gaúcha. A topografia era acidentada, marcada por vales profundos, encostas

íngremes, morros e inúmeros rios e riachos que cortavam o terreno, dificultando o transporte e o cultivo inicial. Os principais rios que banham as terras das colônias são o das Antas, Taquari, Carreiro e da Prata.

Eram terras que, embora já conhecidas por exploradores portugueses e espanhóis desde o período colonial, haviam sido descartadas pela dificuldade de ocupação e pelo isolamento geográfico em relação aos centros administrativos e comerciais da Província.

Antes da chegada dos imigrantes, essas regiões eram habitadas por populações indígenas, em especial grupos Kaingang e Guarani, remanescentes de antigas populações nômades ou seminômades que habitavam o planalto e as matas da Serra Geral.

A chegada dos colonos trouxe inevitáveis tensões, pois os indígenas foram gradualmente deslocados de seus territórios tradicionais, seja pela força, pela expansão agrícola ou pela presença de novos povoados. Esse processo representou uma ruptura cultural e territorial profunda, embora, em alguns casos, tenha havido convivência pontual e trocas de saberes, especialmente no conhecimento sobre a floresta e os recursos naturais.

Os lotes rurais concedidos aos colonos variavam conforme a colônia, mas, em média, tinham entre 20 e 30 hectares. Eram demarcados geometricamente, com base em levantamentos feitos por engenheiros do governo imperial ou provincial. Essa organização se baseava em três elementos principais: as linhas, os travessões e a numeração dos lotes. As Linhas eram estradas principais, no primeiro momento, picadas abertas na mata, geralmente retas e longas, que serviam como vias de penetração na área de floresta a ser colonizada. Elas seguiam um padrão predefinido, muitas vezes orientado pelos pontos cardeais. Os travessões eram estradas secundárias ou perpendiculares às linhas principais. Os Lotes rurais eram as unidades de terra destinados a cada família de imigrantes, distribuídos numericamente em cada Linha.

Cada colono, geralmente o chefe de família, recebia um lote mediante contrato de colonização que previa o pagamento da terra

em prestações, com prazos que podiam chegar a dez anos. De modo geral, eram quitados com mão-de-obra para a abertura das estradas na Linha e Travessões.

Para o assentamento, o Estado ou as companhias colonizadoras forneciam aos colonos subsídios iniciais, como ferramentas agrícolas, sementes, mantimentos e materiais básicos para a construção das primeiras moradias.

Contudo, esse apoio era frequentemente insuficiente. Muitos colonos encontraram na chegada apenas o lote demarcado no meio da mata, sem estradas, pontes ou qualquer infraestrutura mínima. Era necessário abrir picadas, desmatar, construir abrigos provisórios, plantar milho, trigo, feijão e videiras, criar pequenos animais, para garantir o sustento imediato e, aos poucos, erguer a casa de madeira serrada e o galpão. As primeiras plantações eram destinadas à subsistência, e apenas após alguns anos surgiam excedentes para a troca ou o comércio.

PRINCIPAIS COLÔNIAS: NOMES, FUNDAÇÃO E PIONEIRISMO

As terras devolutas do Nordeste da Serra Gaúcha abrigaram, a partir de 1875, as primeiras colônias italianas no Rio Grande do Sul, que mais tarde se transformaram em cidades e deram origem a diversos municípios. Essas colônias foram fundamentais na formação econômica, social e cultural da região, marcando o início de um modelo de colonização baseado na pequena propriedade familiar, no trabalho comunitário e na preservação da identidade ítalo-brasileira-gaúcha.

A **Colônia Conde D'Eu**, fundada em 24 de maio de 1870, deu origem ao município de **Garibaldi**, reconhecido pelo pioneirismo na produção de vinhos e espumantes, sendo um dos principais polos vitivinícolas do Brasil.

A **Colônia Dona Isabel**, criada em 24 de maio 1870, deu origem a **Bento Gonçalves**, referência nacional na indústria vinícola e no

turismo enogastronômico, símbolo da herança italiana na Serra Gaúcha.

A **Colônia Campos dos Bugres**, de 1875, originou **Caxias do Sul**, cuja localidade de **Nova Milano** recebeu, em 20 de maio de 1875, as primeiras famílias italianas, marcando o início da imigração italiana no estado: Stefano Crippa, Tomazo Radaelli e Luigi Sperafico. Hoje, Caxias do Sul é um dos mais importantes centros industriais e culturais do estado, preservando seu legado imigrante.

A **Colônia Nova Trento**, fundada em 1876, corresponde ao atual município de **Flores da Cunha**, que se destaca como o maior produtor de uvas e vinhos do Brasil, além de manter tradições culturais italianas vivas em festas e eventos locais.

A **Colônia Alfredo Chaves**, implantada em 1884, deu origem a **Veranópolis**, conhecida como ‘Berço da longevidade’, por seus índices de qualidade de vida e preservação de costumes comunitários. Pioneiro no cultivo da maçã. A Colônia estava localizada entre os rios das Antas e Carreiro.

A **Colônia Antônio Prado**, criada em 1886, tornou-se a cidade mais italiana do Brasil, com seu centro histórico tombado pelo IPHAN, exemplo de preservação arquitetônica e cultural.

A **Colônia Guaporé**, fundada em 1892, na margem direita do rio Carreiro, originou o município de **Guaporé**, que se destacou no pioneirismo joalheiro, além de manter forte influência da cultura italiana no comércio e na gastronomia.

Fora da Serra Gaúcha, a **Quarta Colônia**, instalada, em 1877, na região central do estado, teve como ponto inicial o município de **Silveira Martins**, dando origem a várias cidades na região. Essa área se destacou pela integração entre natureza e cultura, sendo reconhecida pela UNESCO, em 2023, como Geoparque Mundial, valorizando seu patrimônio histórico, geológico e imigrante.

Assim, cada colônia italiana consolidou um aspecto pioneiro, seja na agricultura, na indústria, na preservação cultural ou na inovação, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento do

Rio Grande do Sul e para a construção da identidade ítalo-brasileira-gaúcha no país.

A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA: FÉ, ESCOLA E VIDA EM MUTIRÃO

Diante da ausência do Estado, os imigrantes italianos que chegaram ao Rio Grande do Sul enfrentaram condições extremamente duras, sem casas, escolas, igrejas, médicos ou cemitérios. Dependiam da cooperação entre famílias e vizinhos para sobreviver, sentindo-se muitas vezes abandonados à própria sorte. Mesmo assim, movidos pela esperança, transformaram a mata em pequenas propriedades produtivas, dando origem às “linhas coloniais”, estradas que conectavam os lotes e serviram de base para o surgimento de povoados, vilas e cidades.

A vida comunitária estruturou-se sobre três pilares: o trabalho coletivo, a fé e a educação. O espírito de ajuda mútua (mutirão), foi fundamental para construir casas, plantar e prestar socorro aos doentes. A fé católica orientava a vida social e espiritual, reunindo os colonos em torno de capitéis e capelas de madeira, que logo se tornaram centros de convivência. Em seu entorno surgiram pequenas vendas, ferrarias, vinícolas, moinhos e escolas mantidas com recursos locais.

As “linhas coloniais”, inspiradas na organização familiar das regiões italianas de origem, foram nascentes de vilas centrais, onde se instalaram igrejas maiores e sedes administrativas. Assim, da selva inóspita nasceu uma sociedade estruturada pela fé, pelo trabalho e pela cooperação, alicerces da identidade ítalo-brasileira-gaúcha e do legado cultural deixado pela imigração italiana no Rio Grande do Sul.

A FIGURA DO PADRE CATÓLICO: LÍDER RELIGIOSO E SOCIAL

A presença dos padres católicos foi determinante para a formação e consolidação das colônias de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, atuando como líderes religiosos, educacionais e sociais.

Ao chegarem em regiões isoladas da Serra Gaúcha, onde os colonos enfrentavam matas fechadas, estradas inexistentes e ausência de infraestrutura, os missionários se tornaram referência central para a organização comunitária.

A fundação das primeiras capelas de madeira não representava apenas a criação de espaços de culto, mas também de pontos de encontro para o debate comunitário, o lazer, a catequese e a promoção da solidariedade entre os colonos. Em muitos casos, essas capelas, que agrupavam cerca de 50 famílias, deram origem ao núcleo das futuras cidades, onde foram peça-chave na estruturação religiosa, social, econômica e educacional do povoado.

Além da dimensão espiritual, os missionários fundaram as primeiras escolas, garantindo alfabetização, instrução religiosa e formação moral, especialmente nas gerações iniciais, preparando os filhos de imigrantes para a vida em sociedade. Por meio do incentivo à cooperação, à organização de mutirões e à valorização da educação e da fé, os padres católicos consolidaram uma estrutura social que permitiu que pequenas comunidades isoladas se transformassem em colônias produtivas e coesas.

Dessa forma, os missionários foram protagonistas da preservação da identidade cultural italiana e da construção de um legado de trabalho, solidariedade e educação que permanece vivo nas colônias até os dias atuais.

UVA, VINHO E IMPACTOS ECONÔMICOS

Nos primeiros anos da colonização italiana no Rio Grande do Sul, a vida econômica era marcada pela subsistência. O cultivo de milho,

feijão, trigo e outros, aliado à criação de pequenos animais, garantia o alimento das famílias. A ausência de infraestrutura e mercados obrigava os colonos a dependerem do próprio trabalho e da troca de excedentes com vizinhos, formando os primeiros circuitos comerciais locais.

A partir da década de 1880, iniciou-se uma transformação decisiva: muitos imigrantes passaram a dedicar parte dos lotes ao cultivo de videiras, adaptando técnicas trazidas da Itália às condições do clima serrano. O vinho, inicialmente artesanal e destinado ao consumo familiar, tornou-se um símbolo de identidade, cultura e integração comunitária. O cultivo da uva encontrou terreno fértil nas encostas da Serra Gaúcha, e logo as famílias perceberam seu potencial econômico.

O crescimento da produção levou à organização de associações e cooperativas, que possibilitaram a compra de equipamentos, a padronização da qualidade e a comercialização conjunta. Essa estrutura cooperativa, aplicada depois também à produção de leite, embutidos e queijos, consolidou um modelo de desenvolvimento solidário e sustentável, que permanece como base da economia regional até hoje.

No início do século XX, o vinho já figurava entre os principais produtos de exportação das antigas colônias italianas, especialmente em Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias do Sul e Flores da Cunha. Em torno dessa base agrícola floresceu a agroindústria, diversificada com a produção de grãos, suínos, aves e derivados. O Rio Grande do Sul tornou-se referência nacional nos setores suinícola e avícola, e o vinho consolidou-se como produto de excelência.

O Vale dos Vinhedos, que abrange os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi, Monte Belo do Sul e Santa Tereza é hoje símbolo dessa trajetória. Foi a primeira Indicação Geográfica (IG) de vinhos do Brasil (2002) e posteriormente conquistou a Denominação de Origem, elevando o território à condição de marca reconhecida internacionalmente.

Paralelamente, o avanço econômico impulsionou a industrialização, com destaque para o polo metalmeccânico de Caxias do Sul, um dos mais importantes do país, que diversificou a economia regional e gerou inovação tecnológica.

Nas últimas décadas, a região consolidou-se também como destino turístico e cultural, unindo tradição e modernidade. Surgiram rotas temáticas como os Caminhos de Pedra e a Rota dos Vinhos, além de museus, festivais, vinícolas abertas à visitação e uma rica gastronomia típica.

Assim, o que começou como uma economia de subsistência nas encostas cobertas por mata transformou-se em um complexo produtivo moderno, baseado no cooperativismo, na agroindústria, na inovação, na pesquisa e no ensino, no turismo cultural e gastronômico. As antigas colônias italianas se tornaram centros de prosperidade, identidade e criatividade, projetando no presente a força do legado construído pelo trabalho e pela fé dos imigrantes.

MIGRAÇÃO INTERNA: A CULTURA ÍTALO-GAÚCHA NO BRASIL

A prosperidade das colônias italianas na Serra Gaúcha deu origem a um novo movimento migratório dentro do Brasil. A partir das décadas de 1920 e 1930, e especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial, muitos descendentes de colonos italianos deixaram a Serra em busca de “terras novas” e melhores oportunidades econômicas.

Esses migrantes ítalo-gaúchos avançaram primeiramente para o Norte do Rio Grande do Sul, fundando novos povoados e cidades na região de Erechim, Getúlio Vargas, Lagoa Vermelha e Passo Fundo. Posteriormente, expandiram-se para o Oeste de Santa Catarina, onde participaram ativamente da fundação de cidades como Chapecó, Joaçaba e Concórdia, implantando o cooperativismo agrícola e desenvolvendo os modernos polos de produção de aves e suínos.

Nas décadas seguintes, a migração prosseguiu em direção ao Paraná, Mato Grosso e até à Amazônia Legal, onde esses agricultores levaram sua experiência na produção de grãos (milho e soja), no manejo do solo e na organização comunitária, tornando-se agentes fundamentais na colonização e no desenvolvimento agrícola dessas regiões. Em algumas frentes mais recentes, famílias ítalo-gaúchas também se estabeleceram no Nordeste brasileiro, participando de projetos de modernização agrícola e agroindustrial.

Em todas essas áreas, os migrantes ítalo-gaúchos difundiram não apenas suas técnicas agrícolas, mas também sua identidade cultural, valores comunitários, festas religiosas e tradições familiares, língua Talian, preservando o legado de trabalho, fé e solidariedade herdado dos primeiros colonos da Serra Gaúcha.

Assim, o que começou como uma economia de subsistência nas encostas da serra transformou-se em uma poderosa rede nacional de desenvolvimento agrícola, industrial, turístico e cultural. O legado ítalo-gaúcho, enraizado no cooperativismo, na inovação e na preservação das tradições, continua sendo um dos pilares mais significativos da formação econômica e cultural do Brasil moderno.

A LÍNGUA TALIAN: PRESENÇA, REPRESSÃO E RECONHECIMENTO

O Talian surgiu do contato entre os dialetos vênéticos e outras variantes do norte da Itália com o português rural falado no sul do Brasil, especialmente nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nas gerações iniciais, o Talian era predominantemente oral, sendo a língua do lar, das relações comunitárias e do comércio.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930–1940), políticas de nacionalização proibiram o uso público de idiomas de imigração, como o Talian, o alemão e o polonês. Essa repressão linguística gerou estigmatização e interrupção na transmissão intergeracional: muitos

pais deixaram de falar o idioma com os filhos, temendo punições ou discriminação.

A partir das décadas de 1980 e 1990, houve um movimento de redescoberta e valorização cultural, impulsionado por associações culturais, rádios comunitárias e pesquisadores. Em 2014, o IPHAN reconheceu oficialmente o Talian como referência cultural brasileira, consolidando sua condição de patrimônio imaterial nacional e legitimando ações de salvaguarda, ensino e registro de acervos linguísticos.

Além do reconhecimento nacional, o Talian é também patrimônio cultural dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde integra políticas de preservação da herança linguística e imigratória. Em dezenas de municípios, como o pioneiro Serafina Corrêa, o Talian foi instituído como língua cooficial, sendo usado em documentos, placas públicas, escolas e meios de comunicação locais.

Em 2025, estima-se que existam entre 500 mil e 1 milhão de falantes ou simpatizantes, em diferentes graus de fluência, distribuídos principalmente no sul do Brasil, mas também em comunidades migrantes no centro-oeste, norte e até em outros países da América Latina.

A língua conta com programas de rádio em diversas regiões, além de grupos de teatro, festivais, poesias, músicas e produções literárias que expressam a alma das comunidades ítalo-brasileiras. Há dicionários bilíngue português–talian, obras de gramática e padronização ortográfica de iniciativas acadêmicas regionais.

O ensino do Talian vem sendo introduzido em escolas municipais e em cursos culturais e universitários, contribuindo para sua revitalização e para o fortalecimento das novas gerações de falantes.

Sua manutenção é vista como fundamental para preservar a memória, a identidade e o modo de vida dos descendentes italianos, reforçando o vínculo com os antepassados e a pluralidade linguística do Brasil. O Talian, portanto, não é apenas uma língua, é um símbolo vivo de resistência cultural, pertencimento e herança afetiva de milhares de famílias ítalo-brasileiras.

“MADE IN TALIAN”: IDENTIDADE CULTURAL, MODO DE SER E FAZER

O encontro entre o imigrante italiano, a realidade brasileira e o espírito gaúcho deram origem a uma forma singular de viver, falar e produzir. Uma síntese cultural que se consolidou nas antigas colônias do Sul e pode ser definida como o “Made in Talian”. Isolados nos vales e encostas, os imigrantes desenvolveram uma maneira própria de ser, trabalhar e celebrar, marcada pela fé, pela dedicação ao trabalho e pelo compromisso com a qualidade em tudo o que faziam.

Essa identidade “talian” se manifesta nas festividades comunitárias, como a Festa da Uva, as festas de padroeiro, as vindimas e os encontros de imigrantes, onde a devoção, a música, a culinária e a alegria se unem como expressões de pertencimento.

Na gastronomia, o “saber fazer” herdado das famílias italianas, adaptado ao clima e aos ingredientes locais, originou as tradicionais cantinas com suas massas, polenta, embutidos, vinhos, queijos e doces típicos, que hoje representam não apenas alimento, mas memória e identidade.

Os valores de trabalho, cooperação familiar, disciplina, confiança e busca constante por excelência, transformaram-se em uma cultura empreendedora. O que começou nas pequenas propriedades agrícolas evoluiu para empresas modernas, indústrias e cooperativas reconhecidas pela seriedade e pela qualidade de seus produtos.

Assim, o “Made in Talian” tornou-se mais que um slogan: é uma marca cultural e econômica, que expressa o modo de ser e fazer de um povo pioneiro e visionário. Representa uma herança viva, que une tradição, fé, criatividade e inovação, gerando valor cultural e turístico em rotas temáticas, produtos certificados e eventos regionais.

Ser “Made in Talian” é, portanto, afirmar uma identidade ítalo-brasileira-gaúcha construída na união entre passado e futuro. Um modo de vida que honra as origens, trabalha com propósito e celebra a vida com autenticidade.

LEGADO E IDENTIDADE: A HERANÇA VIVA DOS IMIGRANTES ITALIANOS NO RIO GRANDE DO SUL

O esforço e a determinação dos imigrantes italianos transformaram profundamente a paisagem e a história do Rio Grande do Sul. Aquilo que, no final do século XIX, era mata fechada e terras inexploradas, converteu-se em campos produtivos, povoados organizados e cidades prósperas, erguidos à base de trabalho, fé, cooperação e visão de futuro. As primeiras gerações construíram comunidades solidárias, levantaram igrejas, escolas, salões comunitários e cooperativas, consolidando um modelo de desenvolvimento enraizado no espírito de união e de responsabilidade coletiva.

Mais do que uma herança econômica, os descendentes desses imigrantes preservaram um patrimônio cultural e humano singular. A língua Talian, a culinária típica, a arquitetura em pedra e madeira, a música, o canto coral, as festas e os filós continuam a expressar a memória viva da imigração, transmitida de geração em geração.

Essa identidade ítalo-brasileira-gaúcha, nascida do encontro entre a tradição europeia e a terra brasileira, permanece como símbolo de perseverança, solidariedade e esperança. Valores que moldaram o passado e ainda inspiram o presente das comunidades formadas há mais de 150 anos.

Ao longo do tempo, essa herança se renovou e tornou-se uma força de desenvolvimento econômico e social. O espírito empreendedor, herdado dos antepassados, manifestou-se na criação de pequenas indústrias, vinícolas, cooperativas agrícolas, metalúrgicas e moveleiras, que hoje projetam o Rio Grande do Sul no cenário nacional e internacional. O cooperativismo, nascido das antigas práticas de ajuda mútua, evoluiu para uma estrutura sólida que une produção, crédito e distribuição, sustentando economias locais e fortalecendo comunidades.

A visão dos descendentes dos imigrantes sempre foi voltada ao futuro: a valorização da educação tornou-se um dos pilares do progresso regional. Das primeiras escolas comunitárias e seminários

agrícolas, surgiram instituições de ensino técnico e superior que impulsionam a inovação, a pesquisa e o empreendedorismo jovem, mantendo viva a tradição de aprender, aprimorar e inovar.

Essa trajetória também se entrelaça com a diversidade cultural que caracteriza o Brasil contemporâneo. O legado italiano dialoga e se integra a outras etnias e expressões culturais, formando uma sociedade plural, solidária e aberta ao novo. O respeito à diferença, a colaboração e o espírito comunitário, marcas das antigas colônias, hoje se refletem em projetos sociais, culturais e ambientais que unem tradição e modernidade.

Assim, o legado dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul vai além das fronteiras do passado: é um modelo de desenvolvimento humano sustentável, baseado em fé, trabalho, educação e inovação. A herança dos que chegaram com pouco, mas sonharam alto, permanece como um guia inspirador para as futuras gerações. Um convite permanente a construir o amanhã com as mãos firmes de quem acredita no valor da comunidade, da cultura e do progresso compartilhado.

Nossa homenagem aos pioneiros e aos seus descendentes nos 150 anos de imigração italiana no estado do Rio Grande do Sul.

BIBLIOGRAFIA

BACCA, Ademir Antonio. 150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul: v.1, 2 e 3 / org. de Ademir Antonio Bacca e Luis Henrique Rocha – Bento Gonçalves, Proyecto Cultural Sur/Brasil, 2019.

BATTISTEL, Arlindo e COSTA, Rovílio. Assim vivem os italianos, volumes 1, 2 e 3. Porto Alegre, 1983, EST/EDUCS.

Cinquantesenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925, 2ª Ed.. Porto Alegre, Posenato Arte & Cultura, 2000, vol. I e II. (fac-símile). 1ª edição, 1925, Livraria Globo.

RIGO, Argel e MONTEMEZZO, Lourdes Roseli Razera (colaboradora). História de Fagundes Varela: 1888-2020. Prefeitura de Fagundes Varela, 2020, 3ª ed..

Consulta pelo ChatGPT (OpenAI).

150 anos da Imigração Italiana no Brasil

A EXTRADIÇÃO BATTISTI NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

*Francisco Rezek*²

*Israel Paulino*³

Na ordem jurídica brasileira, a extradição reponta em mais de um tópico da Constituição Federal, sendo regulada no plano ordinário pelo Estatuto do Estrangeiro¹ e pelos tratados internacionais que comprometem o Brasil - entre estes o compromisso bilateral com a Itália, vigente desde 1993. A própria Carta dispõe sobre o instituto em quatro oportunidades: ao vedar, no rol de garantias, a extradição de brasileiro e do acusado de crime político ou de opinião; ao atribuir à União a competência privativa para legislar sobre a matéria; e ao reservar à competência originária do Supremo Tribunal Federal o processo e julgamento da extradição solicitada por Estado estrangeiro. No que tem a ver com a dinâmica das relações internacionais a extradição, é um pedido de governo a governo, embora envolva, de um e de outro lado do fenômeno, a autoridade judiciária. Há de existir um processo penal, findo ou em curso, no país solicitante. E não se tem notícia de país receptor do pedido onde a justiça não se envolva, em maior ou menor medida, no processo decisório da concessão.

São, ainda hoje, diversos os países que só lidam com a extradição à base de tratados - não, portanto, quando, na falta de tratado vigente, o pedido se funda em simples promessa de reciprocidade. O Brasil não está entre estes. No Brasil, em virtude da disciplina legal do instituto, sempre fomos receptivos à promessa, mesmo durante as muitas décadas em que, praticamente, só lidamos com a extradição passiva: o Brasil concedia a medida entre duas e dez vezes ao ano e não

² Doutor da Universidade de Paris (Pan- théon-Sorbonne) (1970), Diploma in Law da Universidade de Oxford (1979). Foi Procurador da República, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Chanceler da República e Juiz da Corte Internacional de Justiça das Nações Unidas. E- mail: f_rezek@hotmail.com

³ Advogado, graduado em Direito pelo UniCeub, pós-graduado em Direito Administrativo.

pedia a país algum – invocando tratado ou cobrando reciprocidade - a extradição de quem quer que fosse. O caso de Paulo César

Farias entregue pelas autoridades da Tailândia à polícia brasileira em dezembro de 1993, há de ter sido para nós o primeiro de extradição ativa de certa notoriedade.

Se a demanda de extradição provém de país vinculado ao Brasil por tratado específico, o governo não tem opção: impõe-se-lhe a remessa do pedido ao Supremo, que decidirá a respeito. Decidirá, não apenas opinará sobre a legalidade do pedido, relegando ao governo uma decisão final. Se, entretanto, a demanda fundar-se em promessa de reciprocidade, é possível, mas não é imperativo, entender que o governo pode frustrar desde logo o andamento do processo sem que o país requerente possa entender-se lesado. O Supremo, em tempos de afirmação de poder, não de renúncia, poderia, sim, afirmar que a linguagem do inciso I-g do artigo 102 da Carta confere a ele, tribunal, a competência para processar e julgar a matéria por inteiro, ou seja, desde o juízo de aceitação ou declínio da promessa de reciprocidade. E que esse comando unívoco e específico não teria como derogar-se pela norma genérica que faz do chefe do governo o titular da dinâmica das relações exteriores.

Certos compêndios de Direito Constitucional e de Direito Internacional Público invocam aquela norma genérica como argumento, quase sempre único, em prol da ideia de que cabe ao presidente da República a palavra final na extradição. Ora, não há mais que um momento onde a Carta dispõe sobre a competência para apreciar o pedido de extradição, e ela aí determina que seu processo e julgamento recaem na jurisdição originária do Supremo Tribunal Federal. Na Lei 6.815/80, único texto federal ordinário a regular a marcha do processo de extradição, está claro que caberá, exclusivamente, a esse tribunal apreciar o caráter da infração imputada ao extraditando. A mesma lei determina que o governo, após decretar a prisão preventiva do extraditando, o ponha de imediato à disposição da corte. Adiante, a regra impede que o governo proceda antes do

juízo pelo plenário do Supremo, não podendo haver recurso da decisão. Vale enfatizar: da decisão. Não da sugestão, não da opinião consultiva. Por derradeiro, a lei diz que depois de efetivada a prisão o pedido irá ao Supremo e que a prisão perdurará até seu julgamento final.

Ainda que se abstraia olímpicamente a jurisprudência tópica, ainda que se ignore por inteiro a história construída pelo Supremo Tribunal Federal no trato da matéria ao longo de décadas, a simples análise do direito positivo em sua literalidade permite observar alguns fatos interessantes. O primeiro deles é que a participação do governo na primeira fase da extradição é limitada a receber o pedido do Estado requerente e fazê-lo chegar, pelos caminhos próprios (o Itamaraty, o Ministério da Justiça), ao tribunal. Até esse momento, nem há como falar em processo de extradição, visto que a instauração do processo (antes do qual tudo quanto existe é uma solicitação) só ocorre na fase jurisdicional. O entendimento que a lei autoriza é de que o Executivo tem competência marcadamente procedimental na matéria, visto que só pode haver juízo decisório do governo, na mais concessiva das hipóteses, quando o pedido se faz na falta de tratado prévio entre o Brasil e o Estado requerente. É possível dizer, sem muita ousadia, que a lei parece ter pressa em tirar das mãos do governo a solicitação estrangeira para submetê-la sem demora ao Supremo - honrando, de modo cristalino, a norma constitucional atributiva de competência.

O segundo fato é que a lei, em toda a sua extensão, não aponta qualquer autoridade do poder Executivo como agente capaz de analisar o mérito do pedido de extradição. Nem mesmo para dizer se se trata, na espécie, de crime político ou comum, como se entendeu de fazer no caso Battisti. O presidente da República é citado nessa lei em uma única oportunidade: aquele artigo (66) que, localizado em título diverso, determina que cabe, exclusivamente, ao chefe do governo resolver sobre a conveniência e a oportunidade da expulsão do estrangeiro, ou de sua revogação. Ora, se a lei atribui ao chefe do Executivo essa competência relevante em matéria de expulsão, por

que não haveria de fazê-lo, também, no domínio da extradição, se tal fosse a disciplina correta? Ao silenciar nesse ponto - em lugar de deixar expresso que a decisão do Supremo vincula o presidente, ou de fazer o contrário, afirmando que a palavra final cabe ao governante - a lei exhibe um silêncio eloquente: tivesse o legislador a intenção de ver assegurado um juízo de conveniência ou oportunidade ao chefe de Estado nesta matéria, tê-lo-ia feito, expressamente, como no trato do instituto da expulsão. Aplica-se aqui a máxima *ubi lex voluit dixit, ubi noluit tacuit*, segundo a qual quando quis, a norma determinou, quando não quis, silenciou. O argumento, de imaculada fidelidade ao texto da Constituição mesma, basta para sustentar que é do Supremo, não do presidente da República, a decisão última e única sobre o pedido de extradição. O então presidente do STF, Ministro Cezar Peluso, relator originário do processo, foi incisivo ao dizer que:

[...] não há nenhuma norma jurídica que atribua ao Presidente da República poder discricionário de deixar de efetivar a extradição por conveniência ou utilidade. Não existe nenhuma norma jurídica, nem explícita nem implícita, na Constituição da República. Basta olhar rápido ao artigo 84 [da Constituição]. Tampouco o há em algum trecho da Lei no 6.815, nem em nenhuma outra lei. E, se houvesse, teríamos um problema prévio que o Tribunal teria de resolver: o conflito entre o Direit

Internacional concretizado nos tratados e o Direito interno, o que

demandaria reflexão mais profunda do que a mera emissão de opiniões de momento.

[...] Eu não posso conceber, até porque nenhuma decisão do Tribunal jamais afirmou o contrário, que o Presidente da República tem o poder discricionário,

por mera conveniência, ou oportunidade, ou juízo político, de deixar de cumprir decisão de extradição cujo pedido ele próprio encaminhou ao Supremo

TRIBUNAL FEDERAL.

De resto, a própria linguagem utilizada pela lei faz ver que o papel do Supremo não consiste em dar parecer sobre a extradição, em sentido negativo ou positivo. Notadamente, os artigos 83 e 84 referem-se à conclusão alcançada pela corte nestes casos como, respectivamente, decisão e julgamento final, não se permitindo abrir qualquer vácuo semântico que deixe entender a atividade do STF como limitada a declarar recomendável ou não a entrega do extraditando. A decisão versada no artigo 83 tem como objeto a extradição em si mesma, como indica o caput do artigo, e não os requisitos formais do pedido como se intentou apregoar no meio jurídico - já no calor do debate sobre o caso Battisti.

A leitura atenta do artigo 84 permite concluir, sem que para isso seja necessário qualquer malabarismo linguístico, que julgamento final é complemento de o pedido, expresso no período anterior do caput. Este pedido, obviamente, é o pedido de extradição apresentado pelo Estado requerente, cujo núcleo é justamente a entrega do extraditando àquele, e não mera declaração de viabilidade, suspensa sua efetividade pelo juízo final do pre-sidente da República. Nada obstante o trânsito desse pedido pelas mãos do governo antes de vir à corte, ele chega ao nos termos em que foi encaminhado na primeira fase da extradição. O pedido de que fala esse artigo de lei é bem a solicitação do art. 102, I, g da Carta da República. É, substancialmente, o pedido de entrega do indivíduo ao país competente para processá-lo ou aplicar-lhe a pena a que tiver sido condenado. O que o Supremo profere é o julgamento do pedido de entrega: tanto tem efeito mandamental o deferimento quanto o indeferimento, pela corte, daquilo que o Estado estrangeiro requer.

Quem se disponha ao exame do decreto que regulamenta o Estatuto do Estrangeiro (Decreto 86.715/81) perceberá que nem mesmo o ato administrativo normativo - obra do próprio poder Executivo - sugere alguma prerrogativa decisória do governo sobre a efetivação da extradição após a sentença. Em vez disso, entrega-se a dispor com minúcia sobre como há de proceder o governante nos domínios onde cabe sua participação ativa, o que não envolve a extradição. Certo, porém, e superior a tudo isso, é que a decisão do Supremo há de se entender definitiva pela só exegese da lei fundamental a partir de uma perspectiva ampla e sistemática. Leite Sampaio¹⁶ lembra que é preciso que o intérprete, primeiro, compreenda a Constituição antes de interpretar seus enunciados:

‘a Constituição deve ser encarada como uma totalidade ou um conjunto coerente e unitário de normas’ e, em coro com Hesse, ‘todas as normas constitucionais devem ser interpretadas de tal modo que contradições com outras normas sejam evitadas’. Entender que o presidente da República, à conta de sua competência para manter relações com o estrangeiro, está livre para contornar a decisão da corte e negar uma extradição logo antes julgada legal e procedente, e por isso mesmo concedida pelo Supremo, configuraria patente afronta ao artigo 102-I-g da lei maior, esvaziando essa norma e, mais grave, subvertendo a própria sistemática do texto constitucional de 1988 - que a propósito não difere, no essencial, de seus predecessores.

O artigo 102 se inscreve no título constitucional que versa a organização dos poderes, tratando-os em capítulos separados: cada um destes, entre outras disposições, enumera as competências de cada poder dentro da República. O capítulo III foi consagrado pelo constituinte a regular o Poder Judiciário, dedicando seção própria ao trato da composição e da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal.

Um dos principais argumentos da defesa do extraditando Cesare Battisti foi o de que o juízo do Supremo não poderia sobrepor-se ao do presidente da República, a quem seria garantido, por disposição da Carta, o direito de decidir definitivamente sobre

a entrega ou não do extraditando. Entendendo algo diverso, o Supremo incidiria em desrespeito à separação dos poderes... Ocorre que, em sua própria estrutura, a Constituição já dispõe, de forma metódica e criteriosa, sobre as atribuições de cada poder. O verbete extradição reponta no título da organização dos poderes uma única vez, justo no capítulo do Poder Judiciário, e exatamente na seção relativa ao Supremo Tribunal Federal. O capítulo II, que fala sobre o Poder Executivo, nada diz nesse domínio. Onde o conflito entre a decisão definitiva da corte e a vontade divergente do governo poderia encontrar espaço? Onde encontrar, sobretudo, suporte para a ideia da prevalência da vontade do governo? É ainda possível, de um ponto de vista mais contextual sobre a Carta, destacar que não é recorrível, anulável ou passível de debate a decisão final do Supremo quando denegatória ou concessiva da extradição. A expressão processar e julgar figura por exatas onze vezes na redação I e II - onde se assenta a competência atípica do Poder Legislativo para processar e julgar o crime de responsabilidade - essa expressão aparece fora do âmbito do Poder Judiciário. A Constituição, simplesmente, não menciona a possibilidade de que o Executivo julgue o que quer que seja.

Em todas essas oportunidades, e em especial quanto ao Poder Judiciário, a fórmula ‘processar e julgar’ de fato significa processar e julgar, em termos definitivos. Assumir o contrário é uma rude teratologia jurídica: admitida essa tese, resultaria nula efetividade da função jurisdicional do Estado, visto que, não sendo vinculante o resultado do julgamento, os atos decisórios produzidos pela Justiça representariam sugestões, pareceres de todo ineficazes frente à resistência oferecida por quem, por tal ou qual razão, se oponha ao seu cumprimento.

A norma da alínea g do primeiro inciso do artigo 102 figura no mesmo rol em que se distribuem as diversas competências do Supremo Tribunal Federal quanto a outras matérias - sobre as quais, até agora, nunca se discutiu a imperatividade de suas decisões. Assim sucede, por exemplo, com a alínea a do mesmo

dispositivo, que atribui à corte competência para processar e julgar a ação direta de inconstitucionalidade; com a alínea b que fala do julgamento do presidente da República e de outros dignitários em caso de crime comum; com a alínea e segundo a qual cabe à casa julgar o litígio entre Estado estrangeiro e a União; com a alínea l, ferramenta para que o Supremo preserve a sua competência e a garanta a autoridade de suas decisões, por meio do julgamento das reclamações. Em meio a todas essas normas, se encontra a da alínea g, sem qualquer indicação de que possa ser relativizada a força executória do julgamento - e, justamente, em espécie que envolve os compromissos externos e a responsabilidade internacional da República. Como foi ponderado há quarenta anos, em doutrina:

‘Nasceu, como era de esperar que nascesse, por força de tais fatores, no Supremo Tribunal Federal, o costume de se manifestar sobre o pedido extradicional em termos definitivos. Julgando-a legal e procedente, o tribunal defere e extradição. Não se limita, assim, a declará-la viável, qual se entendesse que depois de seu pronunciamento o regime jurídico do instituto autoriza ao governo uma decisão discricionária.

Nunca - antes do caso de Cesare Battisti - o Supremo Tribunal Federal vacilara no entendimento do caráter definitivo e imperativo de seu juízo, ou da respectiva submissão a um processo revisional pelo palácio do governo. O ministro Gilmar Mendes observou, a tal propósito, no julgamento da reclamação apresentada pelo governo da Itália:

“Há de se admitir que certa confusão se instalou na própria doutrina sobre a questão relativa ao dever

de cumprimento, por parte do Poder Executivo, da decisão do STF que defere a extradição. As considerações doutrinárias, no entanto, nunca sustentaram a possibilidade de não cumprimento, pelo Presidente da República, do pronunciamento do STF. Análise mais acurada permite afirmar que, em verdade, o que sempre se defendeu é que, nessa terceira fase do processo extradicional, uma vez atestada a higidez da extradição em processo jurisdicional no STF, poderá o efetivo cumprimento da decisão demandar medidas administrativas de competência exclusiva do Poder Executivo, tal como o adiamento da entrega pelo fato de o extraditando já estar sendo processado ou estar cumprindo pena por outro crime no Brasil. [...]"

A tão falada discricionariedade do Poder Executivo existirá, portanto, quando o extraditando 'estiver sendo processado, ou tiver sido condenado, no Brasil, por crime punível com pena privativa de liberdade,...', situação em que poderá o Presidente da República, segundo seu prudente critério, e avaliadas as condições fixadas em tratado bilateral de extradição (se houver), optar entre a postergação da entrega do estrangeiro ao término do processo ou ao cumprimento da pena, ou, ainda, proceder à imediata colocação do extraditando à disposição do Estado requerente (art. 89 da Lei n.º 6.815/80), caso vislumbre com isso melhor atendimento ao interess nacional.

Para lembrar que o escopo dessa liberdade jamais incluiu a faculdade de negar a entrega, o ministro citou nove processos de extradição compendiados na jurisprudência da casa. Em todas elas a discricionariedade presente nas ementas não aponta para o cumprimento ou não da decisão do tribunal, mas apenas para momento da entrega, definida esta pelos artigos 89 e 90 da Lei no 6.815/8024 e pelas regras do tratado de extradição porventura vigente. Observou, em percuciente artigo jornalístico (Correio Braziliense, 1em '17 de novembro de 2009), a professora Mirtô Fraga:

‘A única ação presidencial admissível, após o julgamento, é o adiamento da entrega para que o extraditando responda a processo-crime, por atos aqui praticados. Mas, pode o Chefe de Estado dispensá-lo dessa obrigação e entregá-lo imediatamente à Itália. Aí, há discricção governamental. Mas, haverá interesse para o Brasil na primeira alternativa? Ao Presidente, neste caso, cabe o juízo discricionário do interesse público; não do interesse governamental’.

Posto que Cesare Battisti ingressara no território nacional com documentos falsos e por isso respondia, criminalmente, no foro brasileiro, a discricionariedade do Executivo estava resumida em decidir se era conveniente e oportuno aguardar o desfecho do processo criminal ou efetivar sem delonga a extradição à Itália. Certo, também, que um quadro de enfermidade poderia retardar a entrega sem afronta à decisão do tribunal. Carolina Lisboa, em obra integralmente dedicada à análise da relação extradicional, explica:

“Mesmo após o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, concedendo a extradição, o Governo poderá, em face de certas circunstâncias excepcionais, adiar ou suspender temporariamente a entrega.

[...]

Na segunda fase, que é jurisdicional, será verificada presença dos requisitos que a lei brasileira exige para que seja concedida a extradição. Constatando a legalidade da extradição, o Supremo Tribunal Federal, que é o órgão constitucionalmente competente para a análise, defere o pedido. No entanto, há ainda uma terceira fase, novamente a cargo do Governo, na qual este pode adiar a entrega do extraditando, ou até mesmo impedi-la, quando houver a recusa, por parte do Estado requerente, em assumir determinados compromissos junto ao Governo brasileiro.”

Nada mais sugestivo que a linguagem da ementa do acórdão da extradição de Cesare Battisti: ‘Decretada a extradição pelo Supremo Tribunal Federal, deve o Presidente da República observar os termos do Tratado celebrado com o Estado requerente, quanto à entrega do extraditando’ (destaques nossos). Lavrada pelo presidente Cezar Peluso, em momento algum, essa ementa teve sua redação questionada. Com base nisso e, no fato de que todos os eventuais fatores que pudessem escusar a entrega de Battisti pelo governo, com base no tratado, foram direta ou indiretamente afastados pela maioria da corte, não há como interpretar a discreta liberdade conferida ao presidente da República como um permissivo jurídico para que possa negar a extradição já concedida pelo Supremo. Parece claro que não é do presidente da República o juízo final. Essa certeza se comprova quando, aplicada a *reductio ad absurdum* aristotélica²⁸, são trazidas à realidade as consequências de ações fundadas na premissa de que a decisão do tribunal é desvinculada do juízo último do presidente da República, podendo haver incongruência entre a concessão da extradição pela corte e a não efetivação da entrega pelo governo.

O extraditando, como determina a lei, permanece preso à disposição e sob a responsabilidade do Supremo Tribunal Federal. Essa prisão, como é pacífico, impõe-se para garantir que a entrega possa efetivar-se. Daí emerge a dúvida: quem revogará a prisão do extraditando se negada a extradição pelo presidente da República, tendo em vista a razão de ser dessa custódia e a autoridade que a decretou?

Durante o julgamento da extradição, pressentindo, talvez, algum ponto fora da curva, o ministro Cezar Peluso parecia alertar seus pares ao dizer:

“Se o Presidente da República se recusa a cumprir a decisão do Supremo que acolhe o pedido de extradição, pergunta-se: quem revogará a prisão do extraditando? Se ela é uma consequência da

procedência da ação, que não foi mudada, como se pode imaginar, sem gravíssima contradição, que tal prisão possa ser revogada sem que se altere ou revogue o teor do ato decisório que decretou a extradição? Se é péssima essa consequência, não é a única, porque ela, na prática, desautoriza, como princípio, todos os Ministros, a todos ___ e eu me coloco nessa posição a decretar, nos próximos casos, a prisão cautelar para efeito de extradição, para que não corramos o risco de sermos acusados, perante a nossa consciência, de ter decretado a prisão de um homem que merecia estar livre, porque o Presidente da República, posteriormente, não vai cumprir a extradição!

No caso concreto, ocorreu um fenômeno que, de modo irônico, desvela o disparate da insubordinação do Executivo à decisão constitucionalmente imaculada da Justiça: o extraditando permaneceu preso por vários meses como refugiado no país cujo governo assim entendeu de qualificá-lo.

Não podia o Executivo - e disso tinha consciência - conceder-lhe a liberdade, honrando sua decisão de atropelar, mediante a concessão do estatuto de refugiado, o processo de extradição em curso no tribunal.

Decisão que, afinal, o Supremo nulificou por maioria mais ampla que aquela, mínima, pela qual a extradição foi concedida.

Sim, é mais que defensável a tese de que, na ausência de tratado que nos vincule ao país requerente da extradição, e à vista de uma simples promessa de reciprocidade, o chefe de Estado - embora sem suporte político de precedentes - decline da promessa e se abstenha de enviar o pedido ao Supremo Tribunal Federal. Foi neste exato domínio que ponderou o presidente Cezar Peluso:

“O Presidente da República tem a faculdade incoercível de praticar, aí sim, um ato político como tal, quando

pode submeter ou não ao Supremo Tribunal Federal o pedido de extradição. Se o Presidente no exercício desse Poder delibera submeter o pedido de extradição ao Supremo Tribunal Federal, a pergunta é: para que fim o submete? Para fazer uma consulta ao Supremo, transformando-o em órgão de consulta do Executivo, como se fôssemos consultores da República? Não. Evidentemente não. Para que? Para legitimar a prática do ato de entrega.”

O Supremo não é órgão consultivo da Presidência da República vocacionado a guarnecer com verniz jurídico a vontade pessoal do governante. Para isso existe a Advocacia-Geral da União - _ e existem, como em toda parte, assessorias palacianas de comovente solicitude.³¹ Rebaixar a competência constitucional da corte para julgar o pedido de extradição, transformando-a em simples aferição de pressupostos extrínsecos formais é um atentado à lei maior e à história da própria casa.

A proteção dos direitos fundamentais não é incompatível com a cooperação internacional para a repressão do crime. Esses dois valores, regentes das relações internacionais da República por força dos incisos II e IX do artigo 4o da Constituição, devem ser sistemática e coerentemente lembrados pelos diversos poderes em tudo quanto fazem. É salutar, de resto, sob pena de a extradição se transformar em processo kafkiano - onde não se sabe quem acusa, quem processa, quem defende ou quem julga - que se observem com rigor os limites constitucionais da outorga de competências. Usurpações não devem ser toleradas, menos ainda consentidas com candura. O Supremo Tribunal Federal não pode transferir a outro lado da praça sua competência constitucional. O caso Battisti emerge como um episódio sombrio na história da corte. Mas essa mesma história prova algo singular: os erros desse augusto tribunal cometem--se sempre por maioria difícil; e corrigem-se, e peni-tenciam-se mais tarde por unanimidade. O velho caso da prisão civil do depositário infiel é apenas um

entre diversos exemplos dessa realidade. Vale esperar, no domínio da extradição, pela superveniência dessa obra corretiva, pela volta da intransigência da corte na defesa de sua competência constitucional. Por outro modo, não haverá surpresa se um dia o parlamento entender de editar súmulas vinculantes, ou se, por despacho, o chefe [1] do governo declarar a inconstitucionalidade das leis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Caa Batisti. Fls. 33 do voto do relator na Reclamação no 11.243. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ext1085GM.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2009

FRAGA, Mirtô. Entrega de Battisti à Itália. Presidente se manifesta antes ou depois da decisão do STF. *Correio Braziliense*, 17 nov. 2009.
LISBOA, Carolina Cardoso Guimarães. *A relação extra-dicional no direito brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

MORAES, Filomeno; ROCHA, XIMENES, Fernando Luiz (Org.). *Direito constitucional contemporâneo: estudos em homenagem ao Professor Paulo Bonavides*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
REZEK, Francisco. *Direito internacional público*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

* Este artigo, de importância atemporal, foi originalmente publicado pela *Revista de Direito Internacional do Uniceub*, Brasília, 2009.

150 anos da Imigração Italiana no Brasil

A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO: HISTÓRIA, CONTRIBUIÇÕES E LEGADO CULTURAL

Evair de Melo⁴

1. INTRODUÇÃO

A imigração italiana para o Brasil é um dos processos mais marcantes da formação do país moderno, e o Espírito Santo destaca-se como uma das principais regiões a receber esse fluxo migratório, sendo reconhecido como o berço dessa imigração no país. Este artigo aborda a chegada dos imigrantes italianos ao estado, os desafios enfrentados, suas contribuições econômicas, culturais e sociais, além do legado deixado pelas comunidades descendentes. A análise considera um contexto histórico mais amplo, abrange a formação das colônias e examina o impacto dessa imigração na contemporaneidade capixaba.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL

A imigração italiana para o Brasil teve início na segunda metade do século XIX, em um período de intensas transformações econômicas globais. Na Itália, a unificação do país, entre 1861 e 1871, não solucionou problemas estruturais graves, como a pobreza, a superpopulação e a crise agrícola, especialmente o sul do país (Mezzogiorno). Diante disso, muitos italianos enxergaram a emigração como a única alternativa para buscar melhores condições de vida. Paralelamente, no Brasil, o fim do tráfico de escravizados, em 1850, e a abolição da escravidão, em 1888, criaram a necessidade de substituir a mão de obra africana por trabalhadores assalariados. Para atender a essa necessidade e

⁴ Deputado Federal pelo Espírito Santo

estimular o povoamento do seu *hinterland*, o governo brasileiro, em parceria com proprietários de terras, disponibilizou áreas agrícolas para colonização e promoveu a formação de colônias para atrair imigrantes, divulgando o Brasil como uma ‘terra de oportunidades’.

3. A CHEGADA DOS ITALIANOS AO ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo iniciou o processo de colonização italiana em fevereiro de 1874, com a chegada da Expedição Tabacchi à Colônia Nova Trento, localizada em Aracruz. No mesmo ano, foi fundada Santa Teresa, na Colônia de Santa Leopoldina. Nos anos seguintes, foram para as colônias de Rio Novo e Castello, em Alfredo Chaves, e para Santa Cruz. Os imigrantes que chegaram ao estado eram majoritariamente camponeses provenientes do Vêneto, Lombardia, Trentino-Alto Ádige e Emília Romagna, regiões do norte italiano. Atraídos pela promessa de terras férteis, trabalho e melhores condições de vida, os italianos enfrentam consideráveis desafios no Espírito Santo. Entre eles, destacaram-se o isolamento geográfico, a adaptação ao clima tropical e as condições de trabalho muitas vezes análogas ao regime escravista, em um contexto de relações trabalhistas precárias nas fazendas de café.

Os primeiros grupos foram alocados em colônias agrícolas, onde precisaram desbravar terras virgens para o cultivo. Apesar das condições adversas, como doenças tropicais e a falta de infraestrutura, os imigrantes italianos perseveraram, contribuindo significativamente para o desenvolvimento agrícola do Espírito Santo.

4. A FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS E A VIDA COMUNITÁRIA

As colônias italianas no Espírito Santo foram fundamentais para a consolidação da presença italiana no estado. Localidades como Santa Teresa e Venda Nova do Imigrante tornaram-se polos de preservação da cultura italiana. Nessas comunidades, os imigrantes trabalhavam

principalmente na agricultura, com destaque para o cultivo de café, milho, uva e outros produtos.

Além do trabalho, os italianos mantinham uma rica vida comunitária. Igrejas, escolas e associações culturais eram construídas nas colônias, fortalecendo os laços entre as famílias. A língua italiana, especialmente os dialetos regionais, era amplamente falada, e as tradições italianas, como festas religiosas e culinária típica, permaneciam vivas.

A formação das colônias italianas no Espírito Santo foi essencial para consolidar a presença dos imigrantes no estado e promover o desenvolvimento de comunidades coesas e autossuficientes. Localidades como Santa Teresa e Venda Nova do Imigrante, tornaram-se polos de preservação da cultura italiana. Nessas colônias, o trabalho agrícola foi a base da economia, com destaque para o cultivo de café, principal produto da economia capixaba, além de cereais e hortaliças. Muitas famílias também se dedicavam à produção artesanal de vinhos, queijos e embutidos, reforçando a tradição italiana.

A vida comunitária desempenhou um papel central no cotidiano dos imigrantes. Igrejas e capelas foram construídas em praticamente todas as colônias, funcionando como centros de encontro e espiritualidade. As escolas comunitárias ajudaram na alfabetização e na transmissão dos valores culturais às novas gerações. A língua italiana, especialmente os dialetos regionais, predominava nas interações diárias, refletindo a forte ligação com a terra natal. Essas iniciativas comunitárias foram cruciais para superar os desafios do isolamento geográfico e criar um legado cultural que persiste até hoje.

5. CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS

A contribuição italiana para a economia do Espírito Santo foi notável, especialmente na agricultura. O cultivo de café, que era a base da economia capixaba, ganhou um grande impulso com a chegada dos italianos, que trouxeram técnicas de cultivo e manejo aprendidas

na Europa. Além do café, os imigrantes diversificaram a produção agrícola, introduzindo o cultivo de novos produtos, além da criação de animais para subsistência.

Com o passar do tempo, as famílias italianas passaram a investir também em pequenos negócios e na produção artesanal, como a fabricação de vinhos e queijos. Esses produtos se tornaram símbolos da presença italiana no estado e são, até hoje, importantes na economia local.

6. A INFLUÊNCIA CULTURAL ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO

A influência italiana na cultura capixaba é uma das mais marcantes entre os grupos de imigrantes. A culinária é um dos aspectos mais evidentes, com pratos como a polenta, a macarronada e os embutidos italianos se tornando comuns na mesa capixaba. Além disso, festas religiosas como a Festa da Polenta, celebrada em Venda Nova do Imigrante, reforçam a identidade cultural italiana.

Outro legado importante é o artesanato e as manifestações artísticas. Nas colônias, práticas como a produção de mosaicos e esculturas foram preservadas e continuam a ser transmitidas de geração em geração. As danças e músicas tradicionais italianas também foram incorporadas ao calendário cultural do estado.

7. DESAFIOS E SUPERAÇÕES DOS IMIGRANTES

Os imigrantes italianos enfrentaram desafios significativos em sua adaptação ao Espírito Santo. Entre eles, destacam-se o isolamento das colônias, as difíceis condições de trabalho e a barreira linguística. Muitos também sofreram com práticas abusivas em fazendas de café, onde o regime de colonato muitas vezes reproduzia condições de exploração.

Apesar disso, os italianos demonstraram resiliência, criando associações comunitárias e fortalecendo os laços familiares. Essa

união foi fundamental para superar as adversidades e construir uma nova vida no Brasil.

8. O LEGADO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO SÉCULO XXI

Hoje, o legado da imigração italiana no Espírito Santo é visível em diversos aspectos da sociedade. Além de Santa Teresa e Venda Nova do Imigrante, são diversos os municípios que são reconhecidos como verdadeiros ‘berços’ da cultura italiana no estado, atraindo turistas interessados em conhecer a história e as tradições preservadas.

A agricultura familiar, iniciada pelos italianos, continua a ser uma das bases da economia local. Além disso, eventos culturais, como festas típicas e feiras de produtos artesanais, promovem o turismo e fortalecem a identidade regional.

9. A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ITALIANA

Instituições como museus e centros culturais dedicados à imigração italiana desempenham um papel fundamental na preservação da memória desse período histórico. O Museu da Imigração Italiana, em Santa Teresa, o Museu Italiano de Guaraná (Aracruz) são exemplos notáveis de espaços dedicados a contar a história dos primeiros imigrantes e a manter vivas as tradições culturais.

Além disso, iniciativas educacionais e culturais promovem o ensino da língua italiana e a valorização da herança cultural deixada pelos imigrantes. Esses esforços garantem que as novas gerações continuem a reconhecer e celebrar as contribuições italianas ao Espírito Santo.

10. CONCLUSÃO

A imigração italiana para o Espírito Santo foi um processo que moldou significativamente a história, a economia e a cultura do estado. Apesar dos desafios enfrentados, os imigrantes italianos deixaram um legado duradouro que ainda é visível na agricultura, na culinária, nas tradições e no modo de vida capixaba. Celebrar essa história é reconhecer a importância da diversidade cultural na construção de uma sociedade mais rica e integrada.

A continuidade dessa herança, por meio da preservação da memória e das tradições, reforça a relevância da imigração italiana como um dos pilares da identidade capixaba.

AS MARCELINAS: DA ITÁLIA PARA O BRASIL

Irmã Marinez Rossato

Gênova, 20 de outubro de 1912. O navio *Itália* afasta-se lentamente, rumo ao Porto de Santos, trazendo as primeiras Irmãs Marcelinas para o Brasil.

O destino dessa jornada era a cidade de Botucatu-SP, onde está o primeiro colégio do Instituto Internacional das Irmãs de Santa Marcelina em terras brasileiras.

Tudo começou em 1837, em Milão – Itália. Monsenhor Luiz Biraghi, olhando para a sociedade milanesa, sentiu que Deus lhe pedia a fundação de uma congregação religiosa dedicada à educação da juventude. Fé e cultura são binômio chave para a leitura e significado da vida, da vocação, da missão das Irmãs Marcelinas.

Era urgente ocupar-se da formação dos jovens, fundada em sólidos princípios humanos e cristãos, alicerce de uma sociedade estável, próspera, solidária, feliz. **“Renovar a sociedade, à luz do Evangelho, tendo a ciência como meio e instrumento”**, foi e é seu incessante apelo.

Às suas Marcelinas, Biraghi pedia que auscultassem a vida de seu tempo, que conhecessem e amassem o mundo e nele penetrassem corajosa e sabiamente, qual campo aberto de conquista da verdade, do amor, para a salvação das pessoas, para a glória de Deus.

E foi exatamente com essa certeza, essa determinação que as Marcelinas desembarcaram em Botucatu, atendendo ao pedido de São Pio X: **“Deixai as novas fundações na Itália e ide para o Brasil; lá fareis muito bem”**.

Ainda havia imigração italiana no estado de São Paulo e rapidamente o colégio foi recebendo alunas internas, de origem italiana ou outras, numa vivência de família onde a troca de experiências, de conhecimento, de cultura, de língua, as enriquecia reciprocamente.

Impulsionadas por esse carisma educativo, as Irmãs Marcelinas, sempre discernindo necessidades sociais, foram abrindo caminhos

Brasil a dentro. Assim estamos hoje em Minas, Rondônia, Brasília, Mato Grosso, Tocantins, na Bahia, no Paraná. Em São Paulo, além da educação, muito contribuimos na área de saúde, na Região Leste, particularmente em Itaquera.

Nosso Fundador nos pediu que ***‘instruíssemos a mente e cultivássemos o coração’***, ***‘que formássemos para Deus e para o mundo’***. Como fidelidade à inspiração que determinou a fundação de nossa Congregação, vale lembrar que São Carlo Acutis foi nosso aluno em Milão por 8 anos. Fé e ciência, formando para Deus e para a sociedade!

Gratidão à Itália que nos enviou a essa abençoada terra brasileira!

A IMIGRAÇÃO ITALIANA EM SANTA CATARINA

Idemar Ghizzo

Paulo Sergio Osório

Valdirene Böger Dorigon

Somente após longo tempo é que se ouviram outros idiomas ecoando nas terras que antes eram consideradas vazias ou desabitadas. O território catarinense, até então marcado pela presença de povos originários e por amplas áreas de matas e campos inexplorados, passou gradualmente a compor um verdadeiro mosaico de vozes, culturas e hábitos. Nesse contexto, a imigração italiana em Santa Catarina constituiu-se como um processo singular no conjunto das migrações europeias que ocorreram no Brasil a partir do século XIX, apresentando características próprias tanto em seu período imperial quanto nas primeiras décadas da República, quando se intensificaram as políticas públicas e privadas voltadas à colonização.

Nesse capítulo, apresentaremos uma síntese interpretativa sobre a imigração italiana no estado de Santa Catarina, resultado de décadas de pesquisas baseadas em documentos, relatórios consulares, memórias familiares e fontes oficiais. Entretanto, nos concentraremos na região sul do Estado, onde se observou a maior concentração de imigrantes italianos a partir de 1877, com a instalação da Colônia Azambuja. O objetivo é contribuir para o entendimento histórico e social desse fenômeno, ampliando o debate acerca da formação cultural, econômica e identitária catarinense a partir da presença dos imigrantes italianos, destacando especialmente suas dinâmicas de colonização e assentamento no sul do Estado.

Observa-se que o início da entrada em massa de imigrantes de língua italiana no Estado ocorreu a partir de 04 de junho de 1875, com a chegada da primeira leva no território da então Colônia Itajaí-Brusque. Antes desse fenômeno da grande imigração, Santa Catarina já havia registrado a formação de um núcleo de colonização italiana: a Colônia Nova Itália, criada em 1836 e composta por imigrantes oriundos da

região da Ligúria, no território onde hoje se localiza o município de São João Batista (FRAGA, 2025. p. 6).

Nos 150 anos da imigração italiana no Brasil – marco celebrado desde a chegada das primeiras famílias em 1875 –, muitos acontecimentos permaneceram vivos na memória coletiva, enquanto outros se perderam ou foram reinterpretados pelas novas gerações. A história da imigração é, em si, uma narrativa de deslocamentos e reconstruções: decisões difíceis de abandonar a terra natal, longas travessias marítimas, a chegada a um novo mundo de incertezas e esperanças, a luta pela sobrevivência e pelo trabalho, as perdas e conquistas que moldaram a vida cotidiana dos colonos.

Ao refletir sobre esse processo, compreende-se que a imigração italiana não pode ser analisada apenas como um movimento demográfico de transferência populacional, mas como um projeto político, econômico e civilizatório, articulado entre interesses do Estado brasileiro, empresas colonizadoras e as condições de crise que assolavam a Europa do período. Em Santa Catarina, a presença italiana foi determinante para a ocupação das áreas tidas como “vazios demográficos” do sul do estado, impulsionando a criação de núcleos coloniais e a diversificação produtiva, especialmente na agricultura familiar, na vitivinicultura e no artesanato.

A análise da imigração italiana em território catarinense permite, ainda, compreender os diferentes sentidos da colonização no Brasil: de um lado, o projeto de Estado voltado à ocupação e à exploração econômica das terras; de outro, a dimensão humana de milhares de famílias que, movidas pela esperança de melhores condições de vida, reconstruíram suas existências num ambiente de desafios, conflitos e solidariedade.

Assim, a trajetória da imigração italiana em Santa Catarina representa mais do que um capítulo da história da colonização europeia no país. Trata-se de um processo histórico complexo que envolve políticas migratórias, agentes econômicos, redes de sociabilidade e permanências culturais que até hoje marcam a identidade regional.

NECESSIDADES DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO CHAMADO 'VAZIO DEMOGRÁFICO'

O conceito de “vazio demográfico”, utilizado amplamente nas políticas territoriais do Império Brasileiro, não se referia à completa ausência de população, mas, sobretudo, à ausência de ocupação considerada “produtiva” ou “civilizada” segundo os parâmetros eurocêntricos da época. Tais regiões, muitas delas habitadas por povos originários, por sesmeiros ou por pequenos posseiros dispersos, eram vistas pelo governo imperial como espaços improdutivos e vulneráveis à ocupação estrangeira. Essa percepção estava associada a um ideal de progresso e desenvolvimento econômico que orientou a política de colonização do século XIX.

Em Santa Catarina, essas áreas “vazias” se estendiam por amplos territórios cobertos por florestas e matas densas, principalmente nas regiões do Planalto e do Sul do estado. A presença indígena, embora significativa, era sistematicamente invisibilizada nos relatórios oficiais, que descreviam o território como desabitado e “à espera” da civilização. A retórica do vazio servia, portanto, como justificativa para a implementação de políticas de imigração e colonização que visavam ocupar e transformar economicamente o espaço.

A preocupação com a ocupação territorial possuía, ainda, uma dimensão geopolítica. Para o governo imperial, manter vastas extensões de terras sem presença efetiva da autoridade estatal representava um risco à soberania, especialmente em regiões de fronteira. Nesse sentido, a colonização com imigrantes europeus foi vista como uma estratégia de fortalecimento do domínio territorial e de integração econômica e política das províncias do sul ao restante do Império.

A partir da segunda metade do século XIX, o governo passou a investir na realização de levantamentos topográficos e demarcações de terras imperiais, conduzidos por engenheiros e agrimensores. Essas ações buscavam identificar as áreas disponíveis para colonização e,

simultaneamente, registrar as terras já ocupadas por sesmeiros e posseiros.

De acordo com Osório (2020), esse movimento se deu, sobretudo na segunda metade do século XIX, quando:

a partir de um conjunto de transformações que possibilitou um quarto momento no processo de ocupação do território, marcado pelas políticas de imigração do Império Brasileiro que viabilizou a vinda de imigrantes de diversas regiões da Europa para o Brasil e que culminou na ocupação das terras do interior do sul de Santa Catarina (...). (OSÓRIO, 2020, p. 28)

Essa etapa, portanto, foi caracterizada pela institucionalização das políticas imigratórias e pela transição de um modelo agrário extensivo para outro baseado em pequenas propriedades familiares.

Os levantamentos revelaram uma grande quantidade de terras cobertas por matas nativas e com baixa densidade populacional. Essa constatação reforçou a ideia de que a imigração europeia seria o meio mais eficaz para povoar e desenvolver economicamente tais regiões. Assim, consolidou-se o projeto de colonização que, além de atender às demandas produtivas do país, também visava criar comunidades de agricultores livres e autossuficientes – em contraste com o sistema escravocrata, já em declínio.

A introdução de colonos europeus em terras devolutas representava, portanto, uma estratégia de “civilização” e de integração nacional. As colônias agrícolas criadas em Santa Catarina – e especialmente aquelas destinadas aos imigrantes italianos – tinham como meta não apenas a produção agrícola, mas também a formação de comunidades “moralizadas, disciplinadas e trabalhadoras”, segundo os ideais do Estado imperial. Essa concepção conferiu à imigração um papel duplo: econômico e ideológico.

O chamado “vazio demográfico”, portanto, era mais do que uma descrição geográfica: tratava-se de uma construção política e discursiva que legitimava a intervenção estatal e o deslocamento de populações europeias para o território brasileiro. Ao ocupar o sul de Santa Catarina com colônias de imigrantes, o Império buscava preencher simbolicamente o espaço com um novo modelo de sociedade – branca, cristã e produtiva –, alinhada às noções de progresso e modernidade vigentes no século XIX, cabendo ressaltar que, tomando como parâmetro o mundo dito “civilizado”, não havia espaço para as florestas de Mata Atlântica que praticamente desapareceram, e, tampouco, para os povos originários, escravos e libertos, que permaneceram à margem ou foram dizimados no processo de imigração e colonização (OSÓRIO, 2020, p. 214).

Nesse cenário, a chegada dos imigrantes italianos, a partir da década de 1870, representou o início de um novo ciclo de ocupação territorial e de reorganização social no estado. A criação das colônias de Azambuja, Grão-Pará e Nova Veneza, entre outras, materializou o projeto de transformação do “vazio” em espaço produtivo, introduzindo novas formas de cultivo, de organização familiar e de sociabilidade que marcariam profundamente a história e a identidade catarinense.

POLÍTICA NACIONAL DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS

A política de ocupação territorial adotada pelo Império do Brasil no século XIX esteve profundamente vinculada às estratégias de consolidação do Estado nacional e ao avanço das relações capitalistas de produção. A transição gradual do sistema escravocrata para o trabalho livre exigia novas formas de organização do espaço agrário e de atração de mão de obra, o que levou à formulação de um conjunto de leis e decretos que estruturaram a colonização com imigrantes europeus.

No caso do sul do país, a política colonial herdada de Portugal já apontava, desde o século XVIII, para a necessidade de povoar

o território a fim de garantir sua posse e soberania. As terras do sul, fronteiriças a outros domínios coloniais, eram consideradas estratégicas tanto para a defesa quanto para a expansão econômica. Como observava o Conselho Ultramarino em despacho de Portugal, em 22 de junho de 1729,

(...) a colonização efetuou-se com colônias de origem açoriana, completando-se com casais estrangeiros, desde que não fossem de origem inglesa, holandesa e castelhana. D. João VI e D. Pedro I, na fase da colonização alemã e mais tarde D. Pedro II, na fase da colonização italiana, não criaram objeções, facilitando essa iniciativa. (HERÉDIA, 2001).

Essa diretriz antecipava, em certa medida, a política que o Império consolidaria mais de um século depois.

Durante o século XIX, especialmente após a Independência, a preocupação com a ocupação das chamadas terras devolutas intensificou-se. O governo imperial percebeu que o antigo sistema de concessões de sesmarias não havia produzido os resultados esperados: grande parte das terras permanecia improdutiva, concentrada nas mãos de poucos ou sujeita à ocupação irregular por posseiros. Diante desse quadro, a Coroa promulgou a **Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850**, conhecida como “**Lei de Terras**”, que estabeleceu um marco legal para a propriedade fundiária no Brasil.

A nova legislação tinha dois objetivos centrais: impedir a posse informal e delimitar as terras públicas, separando-as das privadas. A partir de então, a aquisição de terras só poderia ocorrer por meio de compra, e não mais por simples ocupação. Na prática, a lei criou as condições para que o Estado controlasse a distribuição de terras e pudesse utilizá-las em projetos de colonização com imigrantes, especialmente europeus. Essa medida também serviu para consolidar um novo modelo de economia agrária, baseado na propriedade privada e na lógica capitalista de mercado.

O relatório de um cônsul italiano, traduzido na época, destacava as dificuldades do governo brasileiro em implementar efetivamente a lei:

A extensão do território brasileiro é tão vasta que o governo ainda não conseguiu concluir um inventário das terras estatais, embora uma lei tenha sido promulgada já em 18 de setembro de 1850, para impedir a posse ilegal de terras públicas e separá-las das privadas. Mas qualquer pessoa familiarizada com as imensas dificuldades que acompanham tais operações não se surpreenderá que, em um vasto império, escassamente povoado e com poucas estradas internas, muito progresso não tenha sido feito após vinte e cinco anos. (RADIN, 2020, p 449)

Mesmo com os obstáculos, a Lei de Terras representou um ponto de inflexão nas políticas agrárias e imigratórias do Império.

Com base nesse novo quadro legal, o governo iniciou uma série de regulamentações voltadas à administração das colônias e à proteção dos colonos. O **Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867**, aprovou o “Regulamento para as Colônias do Estado”, visando uniformizar a criação e o regime administrativo das colônias, garantir o bem-estar dos colonos e estimular a imigração europeia. O documento, assinado por Manoel Pinto de Souza Dantas, Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, demonstrava o interesse em promover uma colonização planejada e supervisionada pelo Estado, com promessas de assistência técnica e jurídica aos imigrantes.

Decreto n. 3784 de 19 de Janeiro de 1867

Attendendo à conveniencia de regular e uniformisar a criação e o regimen das Colonias do Estado, dando-lhes apropriada administração, e garantindo o bem estar e a sorte futura de seus habitantes, e tendo ouvido a Secção do Conselho de Estado dos Negocios do Imperio, Hei por bem decretar que se observe o Regulamento que com este baixa assignado por Manoel Pinto de Souza. Dantas, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estalo dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Janeiro de 1867, quadregesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o
IMPERADOR.

Manoel Pinto de Sousa Dantas.

Fonte: Brasil, Coleção das Leis do Império do Brasil, 1867.

Esse regulamento foi complementado, alguns anos depois, pelo **Decreto nº 5.663, de 17 de junho de 1874**, que autorizou a celebração de contrato entre o Governo Imperial e o empresário **Joaquim Caetano Pinto Júnior**, para a introdução de até cem mil imigrantes europeus. O chamado “Contrato Caetano Pinto Júnior” transformou a imigração em um empreendimento econômico, no qual empresas privadas e agentes colonizadores recebiam apoio estatal para trazer colonos da Europa e fixá-los nas terras devolutas do Império.

Em termos práticos, essas políticas criaram um sistema híbrido entre a colonização pública e a privada. O governo brasileiro financiava parcialmente o transporte e a instalação dos imigrantes, mas delegava às companhias colonizadoras – muitas delas de capitais nacionais e estrangeiros – a tarefa de demarcar os lotes, construir infraestruturas básicas e administrar as colônias. Em troca, essas empresas recebiam

direitos sobre parte das terras e os pagamentos efetuados pelos colonos.

A política de imigração, portanto, estava inserida em um projeto mais amplo de modernização do país. Com o fim do tráfico negreiro (1850) e a crise do sistema escravista, tornou-se urgente reestruturar a base produtiva e demográfica do Brasil.

Nesse sentido,

A política de terras e a de mão de obra estão sempre relacionadas e ambas dependem, por sua vez, das fases do desenvolvimento econômico. No século XIX, a expansão dos mercados e o desenvolvimento do capitalismo causaram uma reavaliação das políticas de terras e do trabalho em países direta ou indiretamente atingidos por esse processo. O crescimento da população, as migrações internas e/ou internacionais, os melhoramentos nos meios de transporte, a concentração populacional nos centros urbanos, o desenvolvimento da indústria e a acumulação de capital estimularam a incorporação da terra e do trabalho à economia comercial e industrial. Consequentemente, houve uma expansão das áreas cultivadas para fins comerciais e uma redução da agricultura de subsistência (COSTA, 2010, p. 171).

Por outro lado, o discurso oficial apresentava os imigrantes europeus, em especial os italianos e alemães, como portadores de hábitos de trabalho, disciplina e moral considerados fundamentais para o “progresso nacional”. Essa retórica, amplamente difundida em relatórios ministeriais e propagandas, evidenciava a dimensão ideológica da imigração como instrumento de “branqueamento” e de reconfiguração social do país.

Em Santa Catarina, a aplicação dessas políticas resultou na criação de várias colônias de imigração durante o último quartel do século XIX, entre elas as colônias de Azambuja (1877), Grão-Pará

(1882) e Nova Veneza (1891-1892), todas com expressiva presença italiana. Essas colônias, planejadas a partir da legislação imperial, desempenharam papel essencial na ocupação das terras do sul catarinense e na consolidação da agricultura familiar como base econômica regional.

Assim, a política nacional de terras não apenas transformou a paisagem fundiária do Brasil, mas também redefiniu a composição étnica e cultural do país. A colonização com imigrantes italianos, em especial, trouxe novas práticas agrícolas, saberes técnicos, tradições religiosas e modos de vida que se entrelaçaram à realidade local, contribuindo para a formação de uma identidade cultural plural que caracteriza Santa Catarina até os dias atuais.

PROPAGANDAS PARA ATRAÇÃO DE IMIGRANTES

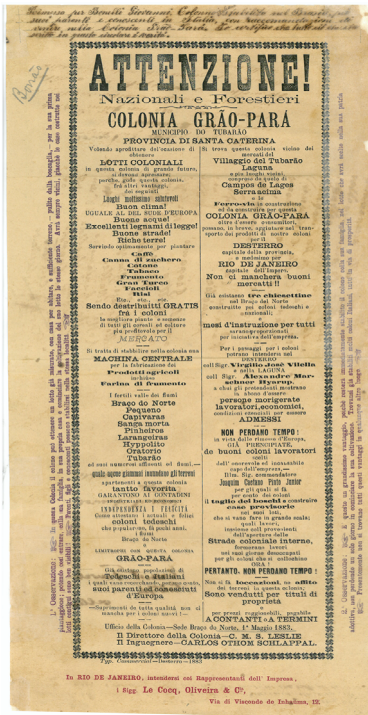
O processo de imigração italiana para o Brasil, e particularmente para Santa Catarina, não ocorreu de maneira espontânea. Ele foi amplamente impulsionado por campanhas de propaganda e por uma rede de agentes de colonização encarregados de recrutar famílias interessadas em emigrar. O Estado imperial brasileiro e as companhias privadas envolvidas no empreendimento da colonização desenvolveram uma sofisticada estrutura de divulgação na Europa, com o objetivo de convencer trabalhadores rurais, artesãos e pequenos proprietários italianos a deixar sua terra natal em busca de uma vida melhor nas Américas.

Essas campanhas foram realizadas em um contexto histórico de grande instabilidade social e econômica na Europa. A Itália, recém-unificada em 1861, atravessava um período de profundas transformações políticas, marcado pela crise agrária, pela concentração fundiária e pelo desemprego rural. O processo de unificação havia imposto novas formas de tributação e serviço militar obrigatório, o que gerava insatisfação entre os camponeses. Além disso, o norte da Itália – de

onde vieram a maioria dos imigrantes – enfrentava sucessivas crises de produção agrícola, fome e endividamento.

Os europeus eram seduzidos pelas propagandas por meio das publicações em panfletos, cartazes e jornais, espalhados pelas empresas encarregadas de recrutar e conduzir os imigrantes para as futuras colônias no Brasil. As propagandas construam uma narrativa de sucesso imediato e com um próspero futuro para quem quisesse adquirir terras no Sul catarinense. (GHIZZO, 2025, p. 94)

Figura - Propaganda da Colônia Grão-Pará, de 1883.



Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI (2025).

As propagandas ressaltavam a fertilidade do solo, o clima ameno e a hospitalidade do governo brasileiro, muitas vezes omitindo as dificuldades reais da adaptação e do trabalho nas colônias.

Aos agentes cabia não apenas a divulgação, mas também o convencimento direto das famílias. Prometia-se o pagamento das passagens marítimas, a concessão de lotes de terra, auxílio inicial em ferramentas e sementes, além de liberdade religiosa e civil. Para muitos italianos empobrecidos, essas ofertas representavam a possibilidade de ascensão social, mesmo que envolvessem riscos e incertezas. O ideal de “fazer a América” tornou-se, então, um símbolo de esperança, alimentado por narrativas de sucesso de conterrâneos que haviam migrado anteriormente.

Em certa medida, a ‘adesão’ à imigração para colonizar as terras do Brasil pode ser explicada pelo estado de penúria em que muitas dessas famílias viviam, como decorrência de uma Europa fortemente atingida pelos conflitos de unificação política e pelas transformações demandadas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial que provocava fome, desesperança e incertezas quanto ao futuro naquele continente. Foram essas condições objetivas que, em grande medida, impeliram homens e mulheres a imigrar como colonos para o Brasil, estimulados e seduzidos pelas ‘facilidades e vantagens’ propagandeadas na Europa, sobretudo, na Itália, pelos agentes de Caetano Pinto Júnior. (GHIZZO, 2023. p.179)

Nesse sentido, as propagandas agiam sobre uma base emocional e social profundamente fragilizada, transformando o sonho de emigrar em uma necessidade de sobrevivência.

O governo imperial brasileiro, ciente da importância econômica e política da imigração, também incentivava a iniciativa privada a investir na importação de colonos. Os acionistas das empresas de colonização recebiam garantias de que seus investimentos seriam ressarcidos pelo Estado, caso os imigrantes não honrassem seus compromissos. Documentos de época mostram que, ao apresentar o projeto a potenciais investidores, as companhias enfatizavam a

rentabilidade das colônias e o papel civilizatório do empreendimento, conforme se lê em um anúncio da época: “*Se um indivíduo quisesse mandar vir colonos – para conhecer as vantagens de uma colônia agrícola – e lhes desse todos os meios necessários ao lavrador de pequena lavoura, teria de fazer o seguinte emprego de capitais e tiraria o seguinte lucro*” (PEREIRA, 1872, p 23).

Essas promessas, no entanto, contrastavam com a realidade enfrentada pelos imigrantes ao chegarem ao Brasil. Muitos deles descobriam, ainda no porto de desembarque, que suas passagens e despesas haviam sido contabilizadas como dívidas a serem pagas posteriormente, inclusive os custos de roupas, ferramentas e transporte até as colônias. Assim, iniciavam sua vida no novo país já endividados, submetendo-se a anos de trabalho para quitar os valores devidos às companhias colonizadoras (OSÓRIO, 2020, p. 294).

Apesar das adversidades, parte significativa dos colonos italianos demonstrou capacidade de adaptação. Aos poucos, conseguiram estabilizar-se economicamente, pagar suas dívidas e transformar as colônias em comunidades prósperas. Consolidaram sua vida social mantendo os vínculos histórico e culturais com o país de onde partiram. Esses vínculos culturais passados de geração para geração foram fundamentais para a construção de uma identidade ítalo-brasileira em Santa Catarina.

De modo geral, as propagandas de imigração configuraram um poderoso instrumento de mobilização e controle populacional. Elas cumpriram, ao mesmo tempo, uma função econômica – suprimindo a necessidade de mão de obra livre – e uma função ideológica – moldando a imagem do imigrante como sujeito ideal para o projeto de “civilização” e “progresso” do Império. No imaginário social da época, o imigrante europeu, especialmente o italiano, simbolizava o trabalhador disciplinado, moralizado e industrioso, em oposição ao trabalhador escravizado que o sistema procurava substituir.

Portanto, a imigração italiana para Santa Catarina deve ser compreendida também como um fenômeno discursivo: resultado de uma construção simbólica que transformou a carência europeia em

oportunidade colonial. A promessa de uma “terra prometida” no sul do Brasil mobilizou milhares de famílias italianas, cujas trajetórias pessoais se entrelaçaram ao processo de conformação territorial, econômica e cultural catarinense.

EMPRESAS DE COLONIZAÇÃO

O processo de colonização italiana em Santa Catarina, a partir da década de 1870, esteve ligado à atuação das empresas de colonização, que executavam na prática a política imigratória do Império. Essas companhias, contratadas oficialmente pelo governo, recebiam autorização e incentivos para organizar, transportar e fixar imigrantes europeus em terras devolutas.

A política de colonização funcionava como uma parceria entre o Estado e a iniciativa privada: o governo mantinha o controle político e normativo, definindo áreas e regulando o acesso à propriedade, enquanto as empresas cuidavam da parte logística e administrativa – demarcação dos lotes, instalação dos colonos, construção de infraestruturas básicas e manutenção da ordem nas colônias.

O Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867, regulamentou a criação e gestão das colônias do Estado, visando ao bem-estar e à “sorte futura” de seus habitantes. Ele atribuiu às companhias colonizadoras papel central na organização dos núcleos agrícolas, oferecendo-lhes segurança jurídica e incentivos econômicos. Já o Decreto nº 5.663, de 17 de junho de 1874, ao autorizar contrato com Joaquim Caetano Pinto Júnior, ampliou essa base legal, permitindo a importação de até 100 mil imigrantes europeus.

Nesse sem tido,

a emigração se disseminou por todos os vales, vilas e recantos do norte italiano como uma febre contagiosa. Mas, para que tal processo se concretizasse, houve a contribuição do Decreto nº 3.784, de 1867, que dava garantias aos colonos, abrindo as portas para o ingresso de

imigrantes nas colônias do Brasil. (TONETTO, GHIZZO & PIROLA, 2015, p. 19)

O documento, ao oferecer respaldo jurídico às empresas e uma imagem mais positiva do país no exterior, contribuiu para restaurar a confiança dos potenciais imigrantes, abalada pelas experiências negativas de imigração anteriores.

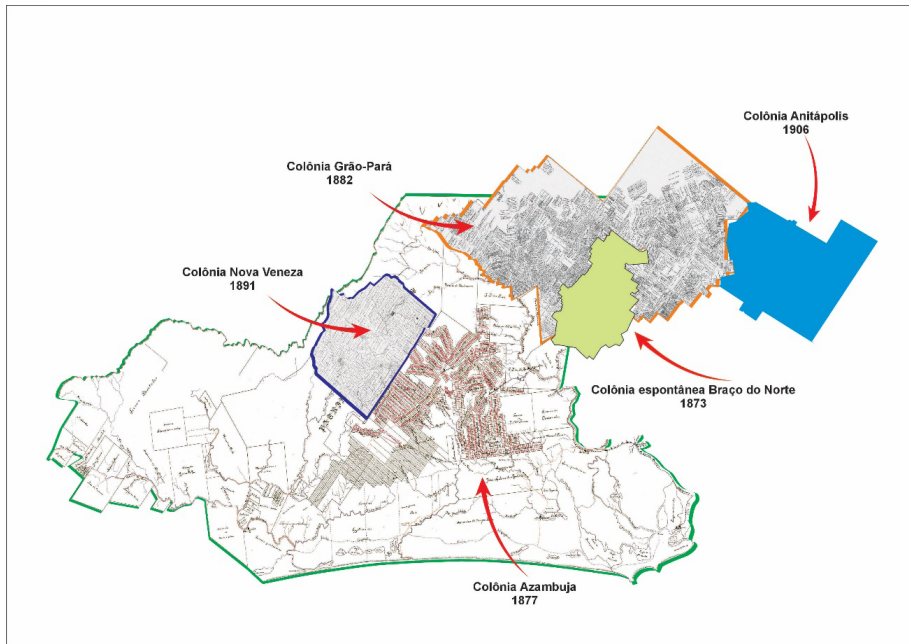
As empresas de colonização, além de viabilizarem a chegada dos imigrantes, atuavam como agentes econômicos com interesses próprios. Seu modelo de negócio baseava-se na compra de grandes áreas de terras públicas a baixo custo, que eram subdivididas e revendidas aos colonos com acréscimos de taxas de transporte e manutenção. O colono comprometia-se a pagar em prestações e só recebia o título de propriedade após quitar a dívida.

Embora o sistema de crédito facilitasse o acesso à terra, ele frequentemente deixava os imigrantes endividados e dependentes, obrigando-os a trabalhar por anos para pagar os custos da viagem, das ferramentas e das terras. As companhias, por outro lado, lucravam com a venda dos lotes e a valorização das áreas colonizadas.

Em Santa Catarina, essas empresas foram responsáveis pela criação de várias colônias que hoje integram o sul do estado. Antes da imigração italiana, já havia experiências de colonização alemã, como a de Braço do Norte (1873/74). No entanto, foi com a fundação da Colônia Imperial Azambuja, em 1877, que a presença italiana se consolidou na região.

A Colônia Azambuja, primeira colônia imperial oficialmente organizada no sul catarinense, recebeu famílias do Vêneto e do norte da Itália. Depois vieram a Colônia Grão-Pará (1882), instalada em terras doadas como dote da princesa Isabel, e a Colônia Nova Veneza, criada entre 1891 e 1892, já no período republicano. Juntas, essas colônias formaram o núcleo inicial da ocupação italiana no sul de Santa Catarina e originaram municípios com forte presença de descendentes italianos. Distribuições das colônias implantadas no território sul catarinense.

Figura - Localização geográfica das colônias implantadas no Sul de Santa Catarina.



Fonte: Atualização da ilustração, Dorigon, 2024, p. 42.

O modelo de colonização nessas regiões baseava-se na pequena propriedade familiar, com lotes de 20 a 50 hectares. Buscava-se incentivar a agricultura de subsistência e, depois, a produção comercial. O trabalho era familiar, com divisão de tarefas entre homens e mulheres e forte cooperação comunitária. A religiosidade, as festas e o associativismo fortaleciam a solidariedade e ajudavam os colonos a enfrentarem as dificuldades iniciais.

Economicamente, as colônias estimularam mercados locais e regionais, originando vilas, armazéns, serrarias e pequenas manufaturas. Socialmente, consolidaram uma identidade ítalo-brasileira marcada pela língua, pelos costumes e pela ética do trabalho. Contudo, o sistema das empresas de colonização também gerou conflitos devido à demora na demarcação de lotes, à falta de infraestrutura e às dívidas consideradas abusivas. Desse modo, “todas

as produções e benfeitorias ficarão sujeitas á Companhia até final pagamento do que o Colono dever. Portanto nenhum receio se deve alimentar, tratando-se de – por empréstimos – dar tudo o que for necessario ao adiantamento das Colonias”. (PEREIRA, 1872, p 29)

Em muitos casos, as promessas feitas aos imigrantes na Europa não correspondiam à realidade encontrada no Brasil, o que gerou frustração e descontentamento. Ao chegarem, muitos colonos se deparavam com terras de difícil cultivo, falta de infraestrutura e condições de vida precárias. Essa discrepância entre o ideal prometido e o real vivido provocou tensões com as empresas de colonização e com as autoridades locais. Em algumas situações, ocorreram protestos, abandonos de lotes e até movimentos de resistência coletiva, expressando a insatisfação dos imigrantes diante das adversidades enfrentadas.

A dívida dos colonos será constituída pelo preço das terras, valor da casa, alimentação e outros auxílios, deduzida a importância dos salários que lhes forem abonados.

Logo que os colonos forem estabelecidos, receberão título provisório, que será substituído por título definitivo, desde que houverem satisfeito a sua dívida, mediante prestações iguais, que deverão pagar dentro do prazo de seis annos, contados do começo do segundo anno da collocação.

Dado que por este modo resolve a empresa fundar um ou mais núcleos colonias, reservará área suficiente para a sede, onde manterá escola para os filhos dos colonos.

Os imigrantes estrangeiros serão fornecidos pelo Estado, que os fará transportar até ao porto mais próximo da localidade onde houverem de estabelecer-se.

Nenhum outro auxílio, além do transporte, concederá o Governo á empresa para collocação dos colonos. (BRASIL. Decreto nº 453, de 4 de junho de 1890.)

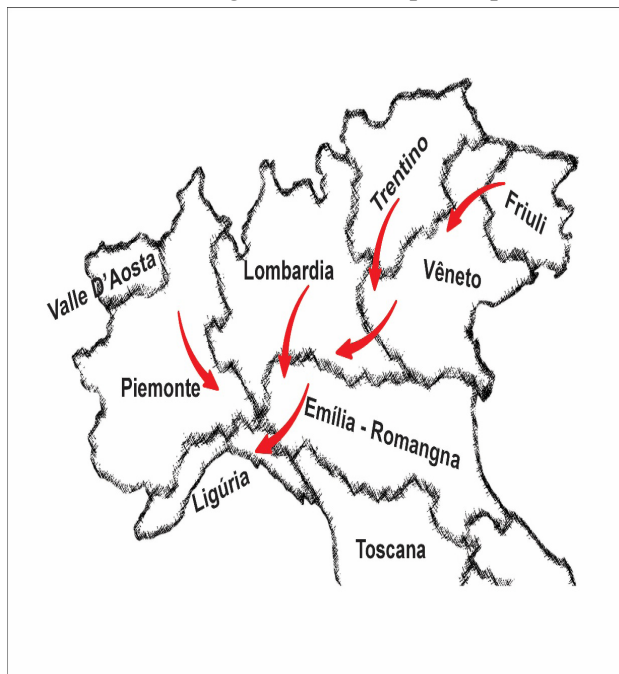
Ainda assim, o modelo colonizador das empresas foi fundamental para a ocupação e o desenvolvimento do sul de Santa Catarina. As colônias criadas contribuíram para o povoamento e estabeleceram as bases econômicas e culturais que moldaram as identidades locais. Esse legado permanece visível na organização das comunidades, na paisagem rural, na arquitetura e nas práticas culturais dos descendentes de imigrantes italianos.

A VINDA DOS IMIGRANTES

A chegada dos imigrantes italianos a Santa Catarina fez parte de um dos maiores movimentos migratórios do século XIX. Entre 1875 e as primeiras décadas do século XX, milhares de famílias do norte da Itália vieram ao Brasil, impulsionadas por fatores econômicos, sociais e políticos. Esse movimento, resultado de uma crise europeia e de uma política brasileira de atração de colonos, transformou tanto as regiões de origem quanto os territórios de destino.

Após a unificação italiana em 1870, a península enfrentou sérios problemas estruturais (FRAGA, 2025, p.13). A concentração de terras, a mecanização agrícola, as guerras e a alta tributação levaram muitos camponeses à pobreza. No norte da Itália, especialmente no Vêneto, Lombardia, Trentino e Friuli, o arrendamento precário e a falta de perspectivas tornaram a emigração uma alternativa de sobrevivência e ascensão social.

Figura – Percurso da imigração italiana para o porto de Gênova.



Fonte: Autores, 2025.

O Brasil vivia um período de transição. O fim do tráfico de escravos (1850) e o avanço das ideias abolicionistas exigiam substituir o trabalho cativo por mão de obra livre. Ao mesmo tempo, o país possuía vastas áreas pouco exploradas no Sul, propícias à colonização. A junção da crise camponesa europeia com a demanda brasileira por trabalhadores originou um movimento migratório em larga escala (Fraga, 2025, p. 13).

A maioria dos imigrantes era composta por famílias camponesas. A seleção, conduzida por agentes das companhias de colonização conforme o Decreto nº 5.663/1874 e o contrato com Joaquim Caetano Pinto Júnior, priorizava agricultores “sadios, laboriosos e moralizados”, entre 2 e 45 anos, exceto chefes de família. O objetivo era garantir imigrantes física e moralmente aptos ao trabalho agrícola.

Antes do embarque, eram informados sobre as obrigações contratuais – pagamento das passagens, terras e equipamentos –, mas muitos não compreendiam totalmente as cláusulas ou eram enganados por intermediários. Assim, iniciavam a travessia já endividados, levando poucas posses, ferramentas simples, sementes e o desejo de recomeçar.

Antes de embarcarem, os Immigrantes assignarão, perante o agente consular do Brazil e, na sua falta perante a autoridade local, declaração em duplicata de terem conhecimento das condições dos contractos que celebrarem com o empresário para sua importação no Imperio, do qual em tempo algum, e sob qualquer pretexto, nada poderão reclamar além da proteção que as leis garantem aos estrangeiros laboriosos e morigerados. (PEREIRA, 1872, p 05)

As viagens eram longas e penosas, durando em média de 25 a 40 dias. Partindo de Gênova e Livorno, as famílias cruzavam o Atlântico em navios superlotados, enfrentando higiene precária e alimentação insuficiente. Doenças como cólera, sarampo e febre tifoide eram comuns, e muitos passageiros não resistiam. Ainda assim, a esperança de uma vida melhor sustentava os viajantes; o vapor *Scrvia*, por exemplo, chegou ao Brasil em janeiro de 1877 com dezenas de famílias destinadas à recém-criada Colônia de Azambuja, no sul de Santa Catarina.

Ao desembarcarem, os imigrantes eram levados aos “barracões de acolhimento”, abrigos provisórios construídos pelas empresas de colonização próximos às áreas de destino. Esses espaços serviam enquanto os engenheiros demarcavam os lotes rurais, mas a permanência muitas vezes se prolongava por meses devido a doenças, chuvas intensas e lentidão nos trabalhos de medição.

Relatórios da época registram as dificuldades enfrentadas pelos recém-chegados:

A demora de colonos no barracão.

A maior demora, até hoje, dêo-se com relação a grande partida de famílias que veio de Genova no vapor “Scrivia” e chegou cá no mez de janeiro deste anno. Foram estas as famílias com que V. Ex.cia encontrou no barracão grande e na pequena casa vizinha.

As razões que mantiveram esta demora são as seguintes:

1ª Doenças.

2ª Demoras na escolha de seos lotes.

3ª Estação chuvosa do anno.

Chegaram-me estes colonos adoecidos.

Relatos dos Recém-chegados à Colônia Grão Pará

Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI (2025)

As primeiras experiências de adaptação foram marcadas por privações e incertezas. Muitos colonos precisaram abrir picadas na mata, construir de forma rudimentar seus abrigos e suas casas de madeira, cultivar o solo virgem sem ferramentas adequadas. O trabalho era duro e a alimentação escassa, mas a organização familiar e o apoio mútuo entre vizinhos ajudaram a superar as dificuldades iniciais.

A presença dos imigrantes italianos no sul de Santa Catarina representou um projeto de construção coletiva. As famílias trouxeram saberes agrícolas e artesanais, além de práticas religiosas, associativas e culturais que se integraram ao ambiente local. A religiosidade católica, as festas comunitárias e a valorização do trabalho tornaram-se marcas identitárias dessas comunidades.

Em teoria, o governo garantia respeito às leis e a discriminação; na prática, limitava-se a assegurar o enquadramento legal das colônias, deixando aos agentes privados a responsabilidade pelo sustento e adaptação dos colonos. Isso gerou tensões e conflitos ocasionais, motivados por cobranças de dívidas e promessas não cumpridas.

Apesar das adversidades, a imigração italiana consolidou o povoamento e dinamizou a economia de Santa Catarina, impulsionando a agricultura familiar, o surgimento de vilas e o fortalecimento do comércio regional. As colônias italianas tornaram-se rapidamente núcleos de produção e sociabilidade, integrando-se à economia catarinense.

A “vinda dos imigrantes” deve ser entendida não apenas como deslocamento físico, mas como um processo civilizatório e identitário. Cada navio que aportava trazia histórias de dor, coragem e esperança, que formaram o alicerce de uma sociedade plural e mestiça. Das colônias de Azambuja, Grão-Pará e Nova Veneza expandiram-se laços familiares, redes de comércio e tradições culturais ainda presentes na memória e no cotidiano das comunidades descendentes.

O ESTABELECIMENTO EM SEUS LOTES

O processo de estabelecimento dos imigrantes italianos em seus lotes marcou uma das fases mais desafiadoras da colonização em Santa Catarina. Após longas viagens e períodos de espera nos barracões, as famílias foram gradualmente conduzidas às terras destinadas pelas companhias de colonização. A ocupação desses espaços representou o início da vida produtiva e a materialização dos sonhos que motivaram a travessia do Atlântico.

As colônias imperiais e particulares no sul de Santa Catarina – como Azambuja, Grão-Pará e Nova Veneza – seguiram modelos de parcelamento inspirados nas experiências do Rio Grande do Sul. O território era dividido em lotes de 25 a 50 hectares, com pequenas variações conforme o relevo e a fertilidade do solo. Engenheiros agrimensores faziam as demarcações, e cada colono recebia título de posse provisória, convertido em definitivo somente após a quitação integral das dívidas com a colônia.

Essas dívidas incluíam transporte, ferramentas, sementes e a própria terra, colocando muitos colonos em situação de endividamento

logo na chegada. O pagamento era feito em prestações anuais, geralmente em produtos agrícolas. Embora permitisse o acesso à terra, o sistema mantinha os imigrantes sob controle das empresas colonizadoras, intermediárias entre o Estado e as famílias.

O sistema de lotes familiares favoreceu a pequena propriedade e a agricultura de subsistência. Inicialmente, cultivava-se milho, feijão, mandioca e batata. Com o tempo, práticas mais diversificadas surgiram, incluindo videira, trigo, cana-de-açúcar e frutas. Essa diversificação foi essencial para o desenvolvimento econômico local e a consolidação da agricultura familiar, marca da colonização em Santa Catarina.

Os primeiros anos nas colônias foram de grandes dificuldades. O território era, em sua maioria, coberto por mata densa e relevo acidentado, exigindo intenso desmatamento. Esse processo marcou o início de uma transformação ambiental significativa, que levou ao quase total desaparecimento da Mata Atlântica, até então preservada pelas populações indígenas que habitavam a região. As habitações iniciais eram pequenas casas de madeira, cobertas com folhas de palmeira ou taquara, construídas coletivamente entre vizinhos e parentes.

A alimentação era simples e escassa, com muitos sobrevivendo de caça, pesca e roças recém-abertas. A ausência de estradas e a distância dos centros urbanos dificultavam comércio e acesso a produtos básicos. Doenças, pragas agrícolas e o excesso de chuvas tornavam a sobrevivência ainda mais árdua.

Apesar das dificuldades, os colonos mostraram capacidade de adaptação. O trabalho coletivo e o espírito de solidariedade foram essenciais. O sistema de mutirão, prática herdada da tradição rural italiana, consistia na ajuda mútua entre famílias para desmatamento, construção de casas e plantio. Essa cooperação fortaleceu os laços comunitários e estabeleceu bases para uma vida social integrada.

A religiosidade também teve papel central na consolidação das colônias. Logo nos primeiros anos, os imigrantes organizaram capiteis, capelas e espaços de culto, que serviam como ponto de encontro e

socialização. Festas em homenagem aos santos padroeiros – como São Marcos, São Roque e Nossa Senhora de Caravaggio – tornaram-se manifestações de fé e identidade cultural, que permanecem até hoje.

Embora amplamente celebrada como um exemplo de sucesso, a colonização italiana não esteve isenta de tensões. A distância entre as promessas dos agentes de colonização e a realidade gerou frustrações e, em alguns casos, revoltas. Reclamações às autoridades referiam-se à demora na entrega das terras, dívidas impagáveis e falta de assistência médica e logística.

Alguns relatórios administrativos da época registram essas dificuldades com clareza. Em correspondência de 1878, um dos administradores da Colônia de Azambuja relatou a precariedade das condições enfrentadas pelos imigrantes: *“Os colonos que aqui chegaram permanecem em estado de grande penúria. Muitos adoecem, e há casos de famílias inteiras sem víveres suficientes. A demora na entrega dos lotes tem gerado descontentamento e ânimo de regressar”* (Relatório da Colônia Imperial de Azambuja, 1878).

O governo imperial, ao tomar conhecimento das queixas, tentou adotar medidas paliativas, como o envio de gêneros alimentícios e ferramentas, mas essas ações eram pontuais e insuficientes. Com a Proclamação da República, em 1889, a administração das colônias foi gradualmente transferida ao poder estadual e, em parte, às próprias comunidades, que passaram a se autogerir de forma mais autônoma.

Superadas as primeiras adversidades, as colônias italianas começaram a prosperar. A partir da década de 1890, com o aumento da produção agrícola e a abertura de estradas vicinais, surgiram pequenos núcleos urbanos, que mais tarde dariam origem a municípios importantes do sul catarinense. Em torno de capelas, escolas e armazéns, formaram-se vilas que se tornaram centros de comércio e sociabilidade.

A Colônia Azambuja hoje distrito do atual município de Pedras Grandes originou os municípios distribuídos pelo território sul catarinense; a de Grão-Pará resultou em dez novos municípios; e a Colônia Nova Veneza consolidou-se como um dos mais expressivos

redutos da cultura italiana em Santa Catarina. Esses núcleos tornaram-se polos de irradiação cultural e econômica, atraindo migrantes internos e contribuindo para a expansão da fronteira agrícola no sul do estado.

As relações de vizinhança, o trabalho familiar e o apego à terra moldaram uma cultura marcada pelo esforço e pela valorização da propriedade. Ao mesmo tempo, os imigrantes italianos conviveram e assimilaram aspectos das culturas já presentes na região, incluindo indígenas, afro-brasileiros e luso-brasileiros. Essa interação se refletiu na culinária, na língua, nas técnicas agrícolas e nas tradições locais, gerando uma rica miscigenação cultural que caracterizou o desenvolvimento das colônias.

A consolidação dos lotes e das comunidades italianas não representou apenas o êxito de um projeto colonizador, mas também o surgimento de uma identidade coletiva forjada na adversidade. No entanto, esse processo esteve marcado por violência e exclusão: afro-brasileiros, cuja mão de obra havia sido explorada por trezentos anos de escravidão, foram marginalizados, enquanto os povos originários foram praticamente dizimados. A política colonizadora buscava o branqueamento da sociedade, e o território da Mata Atlântica, antes preservado, foi profundamente descaracterizado. O esforço para transformar a mata em lavoura, converter o isolamento em comunidade e transformar a dívida em prosperidade revela, assim, não apenas a força simbólica dessa experiência, mas também as tensões sociais e os impactos culturais e ambientais que a acompanharam.

LEGADO HISTÓRICO-CULTURAL DOS IMIGRANTES PARA O ESTADO.

O legado da imigração italiana em Santa Catarina ultrapassa o tempo e as fronteiras coloniais. Iniciado no século XIX como esforço estatal de ocupação territorial e substituição da mão de obra escravizada, tornou-se central na formação sociocultural do sul

do Brasil. A cultura produzida na região, no contexto da imigração europeia da segunda metade do século XIX, resulta da interação entre os imigrantes italianos e os povos que já habitavam a região, como Guarani e Xokleng, os luso-brasileiros e os descendentes de africanos/ afro-brasileiros, formando uma identidade plural.

A principal contribuição italiana foi a consolidação da agricultura familiar em pequenas propriedades, diferindo das grandes fazendas escravistas do Sudeste. Esse modelo permitiu a subsistência das famílias e a geração de excedentes comercializáveis, impulsionando a economia regional. As práticas agrícolas italianas foram adaptadas ao território, com introdução de espécies como videira, trigo e frutas temperadas. A viticultura e a produção de vinho tornaram-se símbolos culturais, especialmente em Pedras Grandes, Nova Veneza e Urussanga.

Além da agricultura, os imigrantes atuaram em ofícios artesanais e pequeno comércio, como carpintaria, ferrarias e olarias, formando economias locais autossuficientes e contribuindo para o desenvolvimento de centros urbanos dinâmicos. A preservação das tradições culturais fortalecia a coesão comunitária, com a vida social centrada em capelas, associações, bandas e sociedades de ajuda mútua.

A religiosidade, marcada pela devoção a santos como Nossa Senhora de Caravaggio, São Marcos e São José, unia fé e sociabilidade. Festas religiosas e peregrinações reforçavam a identidade coletiva. A língua italiana, especialmente o dialeto Vêneto, persistiu em conversas familiares por meio do “*talian*”, falado nas comunidades de descendentes de italianos, principalmente no oeste catarinense, hoje, reconhecido como patrimônio cultural imaterial do Brasil, evidenciando o bilinguismo e a valorização da cultura ancestral da etnia italiana.

A gastronomia é outro elemento expressivo, com pratos como polenta, risoto, massas caseiras e vinho artesanal reinterpretados com ingredientes locais. Embora muitos fossem típicos da Itália, como trigo e uva, os imigrantes também incorporaram elementos do território

brasileiro, como o milho, de origem americana, adaptando receitas e criando uma culinária própria a partir das condições objetivas da região.

Na arquitetura, casas de madeira e pedra com telhados inclinados, varandas e lambrequins refletem a adaptação de técnicas europeias ao ambiente brasileiro. As vilas formadas em torno de capelas e praças reproduziam padrões urbanos europeus, fortalecendo o senso de comunidade.

O modo de vida disciplinado, familiar e comunitário contribuiu para a formação de um elo cultural que valorizava trabalho, fé e família, marcas da identidade catarinense. Esses traços também ajudaram a construir e reforçar um discurso positivado sobre imigração e colonização, apresentando-os como processos de progresso, ordem e desenvolvimento, muitas vezes enfatizando a contribuição europeia e minimizando conflitos ou desigualdades históricas. Esse legado material e imaterial se manifesta na memória coletiva, celebrada em festas, encontro de famílias, museus, monumentos e atividades turísticas pelas regiões do estado.

Ao mesmo tempo, a memória da imigração italiana preserva as dificuldades enfrentadas – pela fome, doenças, dívidas e solidão – destacando a resistência cotidiana das famílias. No entanto, o processo de imigração e colonização também esteve marcado por violência, especialmente contra grupos marginalizados ou perseguidos, como o povo Laklãnõ Xokleng, que sofreu quase dizimação no processo de colonização. Pesquisas acadêmicas mostram que o sucesso das colônias resultou da interação entre as contribuições europeias e a herança dos povos originários, luso-brasileiros e afrodescendentes, formando a complexa e multifacetada cultura catarinense atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração italiana em Santa Catarina, especialmente no sul catarinense, objeto deste capítulo, representa um dos capítulos mais significativos da história social brasileira, marcada por múltiplas

dimensões econômicas, culturais e identitárias. Por um lado, atendeu aos interesses do Estado em ocupar e produzir o território; por outro, constituiu uma estratégia de sobrevivência e esperança para famílias italianas que enfrentavam miséria, instabilidade e adversidades em sua terra natal. Da interação entre esses dois movimentos surgiu uma experiência singular de adaptação, resistência e criação cultural, que transcende o tempo e permanece visível na vida cotidiana do sul do Brasil.

Os imigrantes italianos não apenas colonizaram o solo catarinense: reinventaram-no. Transformaram matas em lavouras, isolamento em comunidades estruturadas e adversidade em conhecimento e prática social. A construção de pequenas propriedades rurais, a viticultura, os ofícios artesanais e a organização comunitária consolidaram uma base econômica e social que impulsionou o desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, a preservação da fé, da língua, da gastronomia, do canto, do jogo de bocha e mora e das tradições populares – muitas vezes adaptadas – tornou-se instrumento de coesão e identidade, perpetuando valores que permanecem centrais na cultura catarinense.

Essa experiência não pode ser compreendida de forma isolada. A cultura gerada na região é resultado da interação entre os imigrantes e os povos que já habitavam o território – Guarani, Xokleng, luso-brasileiros e afrodescendentes – bem como da adaptação às condições ambientais e materiais do sul do Brasil. Ao mesmo tempo, o processo migratório e colonizador esteve marcado por conflitos e desigualdades, especialmente para grupos os marginalizados, que sofreram nesse processo de ocupação. Reconhecer essas tensões permite compreender a complexidade histórica do território e valorizar a diversidade de contribuições que moldaram a sociedade catarinense.

Mais do que um episódio histórico, a imigração italiana em Santa Catarina constitui uma experiência de construção cultural e social. Ela nos lembra que a história de um povo não se mede apenas pelas conquistas econômicas ou políticas, mas também pelas memórias coletivas, pelos gestos cotidianos, pelos processos de rupturas e pelas permanências culturais que atravessam gerações.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Decreto nº 453, de 4 de junho de 1890. Concede permissão para estabelecer salinas. **Diário Oficial** da República dos Estados Unidos do Brasil: secção 1, Rio de Janeiro, ano [desconhecido], n. [desconhecido, p. desconhecida], 7 jun. 1890. Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil, 1867. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/a254be16-dfe6-4310-9663-9f585264db1d/full>. Acesso em: 8 nov. 2025.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA PLÍNIO BENÍCIO – CEDOHI. **Propaganda da empresa colonizadora** (1883). Orleans: Fundação Educacional Barriga Verde – Febave, 2025.

COSTA, Emília Viotti da. **Da República à Monarquia**. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 524 p.

DORIGON, Valdirene Böger **Um olhar para Orleans: diálogos para quem gosta de ensinar e aprender/** Valdirene Böger Dorigon; Idemar Ghizzo; Tayse Borghezan Nicoladelli; Edina Furlan Rampineli - Orleans - SC: UNIBAVE, 2024. 234 p.: il.;

FRAGA, Andrey José Taffner. **Os 150 anos da grande imigração italiana em Santa Catarina em perspectiva histórica** in: 150 anos da grande imigração italiana em Santa Catarina. Brusque: Ed. UNIFEBE. 2025. 216p. il. Color.:24MB.

FREITAS JUNIOR, Augusto Teixeira de. **Terras e Colonização**. Rio de Janeiro B. L. GARNIER - Livreiro-Editor, 1882. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Terras-e-coloniza%C2%BA%C3%BAo-Augusto-teixeira.pdf>

HERÉDIA, Vania. ***A Imigração Europeia no Século Passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul*** In: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788] N° 94 (10), 1 de agosto de 2001 (<https://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>)

GHIZZO, Idemar. ***Infografia: Subsídio para Socialização da Informação em Museu***. 334 f. Tese (Doutorado) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2023.

GHIZZO, Idemar. ***Colônias de imigração italiana no sul catarinense***. in: 150 anos da grande imigração italiana em Santa Catarina. Brusque: Ed. UNIFEBE. 2025. 216p. il. Color.:24MB.

OSÓRIO, Paulo Sérgio. ***Apropriação territorial e o papel das elites locais no processo de modernização na região Sul Catarinense no século XIX***. 369 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS. Porto Alegre (RS), 2020.

PEREIRA, José Paulo. ***Imigração e Colonização***. Rio de Janeiro: Typographia Esperança, 1872. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/185620/000119343.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 fev. 2024.

RADIN, José Carlos. ***Imigração Italiana em Santa Catarina e no Paraná: fontes diplomáticas italianas (1875-1927)***. Chapecó: Ed. UFFS, 2020 – 658 p.:il.

TONETTO, E.P; GHIZZO, I.; PIROLA, L. ***Colônia Azambuja: a imigração italiana no sul de Santa Catarina***. Florianópolis: Epagri, 2015, 211p.

O IMPACTO ECONÔMICO E EMPRESARIAL DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL

*Graziano Messana*⁵

INTRODUÇÃO – O FENÔMENO DA “GRANDE MIGRAÇÃO” E A FORMAÇÃO DO BRASIL MODERNO

Celebrar os 150 anos da imigração italiana no Brasil é revisitar uma das histórias mais transformadoras do país. Milhões de italianos cruzaram o Atlântico em busca de oportunidades e, com eles, vieram saberes, valores e uma ética de trabalho que ajudaram a moldar o Brasil moderno — na economia, na cultura e na vida cotidiana.

A presença italiana antecede a chamada “grande migração”. Nomes como Teresa Cristina, última imperatriz do Brasil e lembrada como “mãe dos brasileiros”, e Giuseppe Garibaldi, o “herói de dois mundos” que lutou em solo brasileiro antes de se tornar figura histórica global, simbolizam essa ligação precoce entre as duas nações. Mas foi apenas no final do século XIX que o fluxo migratório ganhou dimensão de epopeia humana e social.

O ponto de partida simbólico é 21 de fevereiro de 1874, quando o vapor *La Sofia* atracou em Vitória (ES) trazendo 388 imigrantes. A partir daí, abriu-se um ciclo migratório que mudaria para sempre a demografia e a economia do Brasil: entre 1870 e 1920, cerca de 1,4 milhão de italianos desembarcaram no país — aproximadamente 42% de todos os imigrantes que chegaram nesse período. Vindos sobretudo do Norte e Nordeste da Itália, especialmente do Vêneto, e embarcando majoritariamente em Gênova, eles trouxeram o espírito de sacrifício, disciplina e perseverança que ainda hoje marca o caráter da comunidade ítalo-brasileira. Foi dessa energia humana que nasceu uma das parcerias mais duradouras e fecundas entre Europa e América Latina.

⁵ Presidente da Câmara de Comércio Italiana de São Paulo

FATORES DETERMINANTES E POLÍTICAS DE ATRAÇÃO NACIONAL

A “Grande Migração” italiana para o Brasil nasceu da convergência de dois movimentos históricos: o esforço do Brasil para modernizar sua economia e o início de uma nova fase na Itália unificada, ainda distante da potência industrial e tecnológica que se tornaria nos séculos seguintes.

Na segunda metade do século XIX, a Itália vivia um período de transição. A unificação de 1861 criara um Estado nacional, mas também um país em busca de equilíbrio econômico. A industrialização concentrava-se no Norte, enquanto vastas áreas rurais do Sul e do interior enfrentavam limitações produtivas e falta de oportunidades. Nesse contexto, a emigração surgiu como parte natural de um processo de modernização: uma resposta à dinâmica global de mobilidade de pessoas, capitais e saberes.

O Brasil, por sua vez, avançava rumo a uma nova etapa de desenvolvimento. O fim gradual da escravidão e a expansão da cafeicultura impulsionavam a demanda por trabalhadores especializados. Para atender a essa necessidade, o Império brasileiro criou programas de incentivo à imigração europeia, oferecendo viagens custeadas, acolhimento temporário e apoio à instalação nas fazendas. Havia, ao mesmo tempo, uma visão estratégica: atrair mão de obra qualificada, comprometida com o trabalho e capaz de contribuir para a formação de uma economia moderna e diversificada.

Dessa interação entre um país em consolidação e outro em transformação nasceu um dos movimentos humanos mais significativos da história latino-americana. Para os italianos, o Brasil representava oportunidade e esperança; para o Brasil, a imigração italiana significou energia, talento e visão de futuro — elementos que ajudariam a moldar o país que hoje conhecemos.

A TRAVESSIA E OS DESAFIOS DA JORNADA: DRAMA, SACRIFÍCIO E ESPERANÇA

A travessia do Atlântico foi, para milhares de italianos, o início de uma nova vida — e também uma prova de coragem. A viagem rumo ao Brasil, que podia durar semanas, significava abandonar o conhecido em troca de uma promessa: a de reconstruir o futuro em terras distantes.

A maioria desses viajantes era formada por famílias camponesas, profundamente ligadas à terra e às tradições. Embarcaram nos portos de Gênova, Nápoles e Livorno, muitas vezes após longos trajetos dentro da própria Itália, trazendo consigo poucas bagagens, mas muita esperança. As condições a bordo nem sempre eram ideais: as embarcações dedicadas ao transporte de imigrantes ainda careciam de infraestrutura moderna, e o conforto era limitado. Apesar disso, o que predominava era o sentimento de expectativa e de confiança em um novo começo.

A travessia, porém, não era isenta de riscos. Doenças, tempestades e longos períodos em alto-mar colocavam à prova a resistência dos passageiros. Registros da época lembram episódios dramáticos, como o dos navios Remo, Andrea Doria, Vincenzo Florio e Carlo Raggio, impedidos de aportar no Rio de Janeiro em 1893 devido a surtos de cólera. Mas, mesmo diante da adversidade, o espírito de solidariedade entre os imigrantes se fortalecia — e essa coesão seria uma das marcas da comunidade italiana no Brasil.

Cada desembarque em Santos, Rio de Janeiro, Rio Grande (RS) ou Vitória representava o fim de uma travessia física e o início de uma travessia simbólica: a de transformar o desconhecido em oportunidade. Essa experiência coletiva de superação, que uniu fé, trabalho e determinação, permanece até hoje como um dos pilares da presença italiana no Brasil.

DA LAVOURA À INDÚSTRIA: MODERNIZAÇÃO, TRABALHO URBANO E LEGADOS EMPRESARIAIS

A imigração italiana foi decisiva para transformar o Brasil de um país essencialmente agrícola em uma nação industrial. O que começou nas fazendas de café do interior paulista rapidamente se expandiu para as cidades, onde oficinas, fábricas e casas comerciais moldaram o novo perfil produtivo e urbano do país. O talento técnico e o espírito empreendedor dos italianos se uniram à energia e à criatividade brasileiras, erguendo os alicerces da economia moderna.

Em São Paulo, desde o fim do século XIX, os imigrantes italianos protagonizaram um processo de transformação profunda. Trouxeram saberes de manufatura, engenharia e comércio que se converteram em indústrias e negócios familiares. Dessa energia nasceram nomes emblemáticos como Matarazzo, símbolo da força industrial nacional, e famílias como Fasano, Salton, Andreotti, Gamba e Pugliesi Carbone, que transformaram tradição em prosperidade.

Foi nesse ambiente dinâmico que, em 1902, surgiu a Câmara Italiana de Comércio de São Paulo, fruto do vigor empreendedor de uma comunidade que via na cooperação o caminho para o progresso coletivo. A entidade nasceu como elo entre dois mundos — o industrial europeu e o emergente Brasil republicano, e permanece até hoje como uma ponte viva de relações econômicas e institucionais.

Entre os pioneiros dessa geração, destacaram-se personalidades que simbolizam o encontro entre iniciativa individual e visão comunitária. João Briccola, à frente da João Briccola & Cia., foi figura central no setor financeiro e de construção civil, contribuindo para a modernização urbana paulistana e participando de obras e investimentos que ajudaram a projetar a cidade para o futuro. Os irmãos Pugliesi Carbone, vindos do Norte da Itália, trouxeram consigo o espírito industrial e a aplicação de métodos modernos de manufatura e comércio, introduzindo no Brasil padrões europeus de eficiência e qualidade.

A casa comercial Gamba & C. representava o dinamismo mercantil dessa comunidade, atuando tanto na importação de produtos italianos quanto na exportação de commodities brasileiras, e ajudando a consolidar uma rede de comércio bilateral que se tornaria o alicerce das futuras relações econômicas entre Itália e Brasil. A família Andreotti, com seu modelo de empresa familiar baseado em confiança, trabalho árduo e continuidade entre gerações, tornou-se exemplo de prosperidade e de integração entre valores italianos e o espírito empreendedor brasileiro. Já os irmãos Fiaccadori, com visão coletiva e senso de cooperação, foram protagonistas da fundação da própria Câmara Italiana, acreditando que a união seria a chave para garantir representatividade e influência da colônia italiana no cenário econômico de um Brasil em rápida transformação.

Esses nomes, Briccola, Pugliesi Carbone, Gamba, Andreotti e Fiaccadori, formam um mosaico da contribuição italiana à história econômica e empresarial do país. Representam a transição entre o trabalho agrícola e o urbano, entre o ofício artesanal e a indústria moderna, entre a iniciativa individual e o espírito associativo que caracterizou a presença italiana no Brasil.

Com o passar das décadas, essa tradição empresarial evoluiu, ganhando novas formas e dimensões. As pequenas manufaturas e oficinas familiares deram origem a empresas que cresceram junto com o país e se tornaram parte essencial da sua identidade econômica. A herança italiana, traduzida em determinação e engenho, gerou marcas que hoje simbolizam a força produtiva e criativa do Brasil moderno. A Bauducco, fundada em 1952 no bairro do Brás, em São Paulo, pelo piemontês Carlo Bauducco, nasceu de uma padaria modesta e transformou-se na maior produtora de panetones do mundo, exportando o sabor do Natal brasileiro com alma italiana. No sul do país, a família Salton, originária do Vêneto, deu origem em 1910 a uma das vinícolas mais tradicionais do Brasil, cuja produção de vinhos finos ainda segue como referência de qualidade e herança cultural. A Papaiz, fundada em 1952 por Luigi Papaiz, imigrante vindo da Friuli, a empresa nasceu em São Paulo com foco na produção de

fechaduras e cadeados, tornando-se referência nacional em soluções de segurança e um dos maiores grupos do setor na América Latina.

Na mesma época, o lombardo Mario Silvestrini criou, em 1911, o inconfundível queijo Catupiry, unindo técnica europeia e sabor brasileiro — um símbolo da capacidade italiana de adaptar-se e inovar sem perder a autenticidade. A tradição agrícola dos imigrantes também encontrou eco no empreendedorismo de José Cutrale Júnior, filho de sicilianos, que fundou em 1967 a Cutrale, hoje líder mundial na exportação de suco de laranja e um dos pilares do agronegócio nacional.

Outras histórias de sucesso reforçam essa vocação: Evaristo Lombardi, vindo da Valtellina, fundou em 1957 o grupo Comolatti, referência na distribuição de autopeças e criador do icônico Terraço Itália, símbolo da elegância paulistana; Vicente La Pastina, descendente de famílias da Puglia e da Campania, estabeleceu em 1947 a La Pastina, uma das principais importadoras de produtos mediterrâneos do país; e o vênето Giuseppe Miolo, ao plantar as primeiras vinhas em Bento Gonçalves em 1897, lançou as bases do que hoje é uma das maiores vinícolas brasileiras.

Outras pioneiras, como Ferrante, Filizola, Lorenzetti e Marcopolo, reafirmam essa capacidade de transformar o trabalho e a técnica em progresso. De diferentes regiões da Itália, Friuli, Piemonte, Lombardia, Campania ou Sicília, esses empreendedores construíram marcas que hoje fazem parte do cotidiano brasileiro, levando consigo o mesmo espírito de inovação, disciplina e solidariedade que guiou seus antepassados.

Essas histórias, somadas às dos primeiros pioneiros, representam a consolidação de um legado industrial que atravessa gerações. O engenho italiano, aliado à vitalidade brasileira, fez do país um dos maiores polos produtivos do hemisfério sul. Mais do que um encontro de culturas, trata-se de uma aliança duradoura, que transformou o trabalho em arte, a indústria em cultura e a imigração em um motor de modernização que ainda hoje impulsiona o Brasil.

LUTAS SOCIAIS E ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA

Com o avanço da industrialização nas cidades, especialmente em São Paulo, os imigrantes italianos passaram a desempenhar um papel fundamental na formação da classe trabalhadora brasileira. Vindos em grande parte do campo, adaptaram-se rapidamente ao novo ambiente urbano e fabril, trazendo consigo não apenas a experiência manual, mas também uma forte tradição de organização e solidariedade.

Nos bairros operários do Brás, da Mooca e do Belenzinho, a presença italiana era predominante. Ali se formou uma cultura de trabalho marcada pela disciplina, pelo senso comunitário e pela busca por melhores condições de vida. As oficinas e fábricas não eram apenas locais de produção, mas também espaços de convivência e de construção de identidade coletiva. Aos poucos, surgiram associações de ajuda mútua, sociedades de beneficência e clubes recreativos que serviam tanto para apoiar os imigrantes em tempos difíceis quanto para fortalecer laços culturais e políticos.

Entidades como o Circolo degli Operai, fundado em Porto Alegre em 1871, e a Società Italiana di Beneficenza, criada em São Paulo em 1878, tornaram-se centros de referência. Elas ofereciam assistência médica, apoio jurídico e cursos de formação, ao mesmo tempo em que cultivavam valores de cidadania e participação social. Esse espírito associativo contribuiu diretamente para o surgimento de sindicatos e movimentos trabalhistas, muitos inspirados nas ideias de justiça social que circulavam na Europa do final do século XIX.

A imprensa italiana também teve papel decisivo. Jornais como *Fanfulla*, *Il Piccolo* e *Il Corriere d'Italia* ajudaram a articular as demandas dos trabalhadores e a difundir ideais de progresso, educação e equidade. Mais do que reivindicar direitos, esses veículos de comunicação foram instrumentos de integração cultural e política, criando pontes entre os valores da Itália moderna e os desafios da sociedade brasileira em formação.

Com o tempo, a contribuição dos imigrantes italianos ultrapassou o universo operário. Eles ajudaram a consolidar uma ética do trabalho

que unia esforço e dignidade, disciplina e criatividade, valores que se tornaram pilares do desenvolvimento econômico e social do Brasil. Dessa cultura de cooperação e empreendedorismo nasceram não apenas empresas e instituições, mas também uma concepção moderna de cidadania que continua a inspirar o país até hoje.

O LEGADO CONTEMPORÂNEO: CULTURA, ARTES E ESPORTE

A influência italiana no Brasil ultrapassou o campo econômico e industrial: tornou-se parte essencial da cultura, das artes e do modo de viver brasileiro. Em cada esquina das grandes cidades, na arquitetura, na mesa, nas expressões artísticas e até no futebol, é possível reconhecer o traço dessa presença que, ao longo de mais de um século, se misturou de forma natural à identidade nacional.

Na gastronomia, o impacto é inegável. O pão fresco da padaria da esquina, a pizza de domingo, a massa servida em família, o panetone no Natal, todos são heranças que ganharam sabor e identidade própria no Brasil. Desde a abertura da Brasserie Paulista da família Fasano em 1902 até as tradicionais cantinas do Brás, como a Castelões, os italianos ajudaram a transformar a alimentação em cultura, em afeto e em convivência. Essa tradição evoluiu para uma das culinárias mais respeitadas do país, integrando-se à alma brasileira com simplicidade e refinamento. Um dos símbolos contemporâneos dessa herança é a Bauducco, fundada por imigrantes piemonteses e hoje uma das maiores indústrias alimentícias do continente, reconhecida mundialmente pelo panetone, produto que sintetiza, em seu aroma e sabor, a fusão entre tradição italiana e talento brasileiro para inovar.

No campo das artes, a contribuição ítalo-brasileira foi igualmente profunda. Artistas como Anita Malfatti, filha de imigrantes italianos, foram fundamentais para o surgimento do modernismo brasileiro. Candido Portinari, descendente de vênnetos, retratou como poucos a vida rural e a dignidade do trabalho. Aldo Bonadei, neto de italianos,

foi pioneiro da arte moderna em São Paulo, enquanto Vicente Celestino, filho de calabreses, tornou-se um dos grandes nomes da música popular brasileira.

Na arquitetura, o legado italiano ganhou força singular com nomes como Tommaso Gaudêncio Bezzi, autor do projeto do Museu do Ipiranga, e Galileo Emendabili, criador do Obelisco Mausoléu aos Heróis de 1932. No século XX, esse espírito inovador encontrou expressão máxima em Lina Bo Bardi, arquiteta italiana naturalizada brasileira, criadora de ícones como o MASP – Museu de Arte de São Paulo e a Casa de Vidro, obras que definiram a estética moderna do país ao unir racionalidade europeia e sensibilidade tropical. Essa tradição de inventividade e elegância segue viva em designers contemporâneos como os irmãos Campana, reconhecidos mundialmente por unir arte, sustentabilidade e identidade brasileira.

No esporte, o legado italiano pulsa com a mesma força. Clubes fundados por imigrantes, como o Palestra Itália (hoje Palmeiras) e o Clube Atlético Juventus, simbolizam a fusão entre culturas e a força da coletividade. Nomes lendários do esporte brasileiro também trazem origens italianas: Ayrton Senna, cuja mãe era neta de italianos, tornou-se um ícone global da Fórmula 1; Emerson Fittipaldi, de família italiana, foi bicampeão mundial e um dos nomes que projetaram o Brasil no automobilismo internacional; José Altafini (Mazzola) brilhou tanto na Seleção Brasileira quanto na italiana; e Vicente Ítalo Feola, filho de imigrantes, conduziu o Brasil ao título mundial de 1958. Outros descendentes de italianos, como o técnico Tite, o nadador César Cielo e o ginasta Arthur Zanetti, seguiram essa linha de excelência, mostrando que o talento e a determinação fazem parte de uma herança que atravessa gerações.

Na comunicação e na criação contemporânea, essa presença permanece vibrante. Publicitários, jornalistas e artistas de origem italiana, como Washington Olivetto, Roberta Martinelli e o cartunista Angeli, continuam a projetar valores de sensibilidade, humor e inventividade, características que espelham a convivência harmoniosa entre duas culturas profundamente criativas.

Mesmo na língua e na fala cotidiana, a influência italiana deixou rastros. No Sul do país, o talian, dialeto derivado do vêneto, é reconhecido como patrimônio cultural brasileiro, e expressões italianizadas seguem vivas em diversas regiões, prova de uma integração que se tornou natural e afetiva.

Mais do que uma lembrança histórica, o legado italiano é um componente vivo da identidade brasileira. Ele pulsa nos gestos, nas mesas, nas cidades e nas ideias, uma mistura que gerou beleza, talento e inovação. É a prova de que, quando duas culturas se encontram em torno do trabalho, da arte e do espírito comunitário, o resultado é uma forma de civilização que se renova continuamente.

O PÓS-GUERRA E AS RELAÇÕES ECONÔMICAS CONTEMPORÂNEAS

A Segunda Guerra Mundial marcou um período de ruptura e desafios para a comunidade italiana no Brasil. Com a entrada do país no conflito, em 1942, muitos imigrantes e descendentes sofreram restrições, escolas e associações foram fiscalizadas, o uso do idioma italiano proibido e empresas tiveram suas atividades limitadas. Ainda assim, o sentimento de pertencimento e contribuição ao Brasil nunca desapareceu. Logo após o fim da guerra, italianos e brasileiros retomaram o diálogo com espírito renovado, impulsionados pela necessidade de reconstrução e pelo desejo de cooperação.

O pós-guerra abriu uma nova era de relações econômicas. Enquanto o Brasil avançava em direção à industrialização, a Itália consolidava-se como uma potência tecnológica e industrial. Esse encontro de trajetórias criou um terreno fértil para parcerias em setores estratégicos — aço, automóveis, energia e infraestrutura, que moldaram o desenvolvimento brasileiro nas décadas seguintes.

O setor siderúrgico foi um dos primeiros a receber a influência direta do know-how italiano. Engenheiros e empresas da Itália contribuíram para modernizar processos de produção e difundir

tecnologias que impulsionaram o crescimento da indústria pesada nacional. No setor automobilístico, a chegada da FIAT, em 1976, a Betim (MG), simbolizou a aliança entre eficiência italiana e dinamismo brasileiro. A empresa introduziu métodos de gestão e inovação que transformaram não apenas a economia mineira, mas toda a cadeia automotiva do país, tornando-se uma referência de integração industrial entre os dois continentes.

As grandes obras de infraestrutura também foram palco dessa cooperação. A Impregilo, uma das mais tradicionais construtoras italianas, participou de projetos de rodovias, ferrovias e barragens, aplicando tecnologia de ponta e formando gerações de engenheiros brasileiros. A expertise italiana estendeu-se ainda aos portos, especialmente ao Porto de Santos, onde parcerias técnicas e investimentos ajudaram a modernizar a logística e ampliar a capacidade operacional — um reflexo da longa vocação italiana para o comércio marítimo e a engenharia portuária.

No campo da energia, a colaboração atingiu um dos seus marcos mais emblemáticos com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O projeto nasceu de um consórcio ítalo-brasileiro formado pela ELC Electroconsult (Itália) e pela PNC (Brasil), vencedor da licitação para os estudos e o projeto da usina em 1971. A participação italiana em Itaipu consolidou a reputação do país como parceiro de excelência em engenharia e planejamento energético, contribuindo para a criação de uma das maiores hidrelétricas do mundo e para o avanço da integração tecnológica entre Brasil e Itália.

A cooperação também se projetou em setores de alta tecnologia. O programa AMX, desenvolvido em conjunto pela brasileira Embraer e pelas italianas Aermacchi e Aeritalia, representou um divisor de águas na indústria aeronáutica dos dois países. Mais do que uma aeronave, o projeto simbolizou a transferência de conhecimento, a capacitação técnica e a consolidação de um modelo de parceria industrial avançada.

Com o tempo, a presença italiana no Brasil expandiu-se para novos campos. A Pirelli iniciou suas atividades no Brasil em 1929, em

Santo André (SP), produzindo condutores elétricos. Com o crescimento do setor automotivo nos anos 1950, ampliou seu foco para pneus, trazendo técnicos italianos e investindo fortemente em tecnologia e integração com montadoras

o setor energético, grupos como a Enel e a Prysmian tornaram-se protagonistas da transição para fontes renováveis e da modernização das redes elétricas. Na engenharia civil e infraestrutura, empresas italianas continuam a desempenhar papel de destaque na construção de estradas, portos e obras de saneamento. E na indústria de consumo e inovação, marcas como Ferrero, Barilla, Luxottica e Chiesi consolidaram o Made in Italy como sinônimo de qualidade e criatividade no mercado brasileiro.

Mais de setenta anos depois do fim da guerra, as relações entre Itália e Brasil alcançaram um grau de maturidade e confiança incomparável. Do aço aos automóveis, das barragens às rodovias, dos aviões à energia limpa, cada etapa dessa cooperação deixou marcas profundas no desenvolvimento do Brasil moderno. O que começou com engenheiros e empresários visionários transformou-se em uma parceria estratégica e duradoura — uma história de progresso compartilhado que continua a moldar o futuro de ambas as nações.

UMA HISTÓRIA COMPARTILHADA, UM FUTURO COMUM

Essa é, em essência, a história que começou há 150 anos: feita de trabalho, engenho e solidariedade. Hoje, ela se projeta em um futuro de inovação, confiança e cooperação — um caminho comum que confirma, a cada passo, a força duradoura do elo entre Itália e Brasil.

E não por acaso: o Brasil é, ainda hoje, o país com o maior número de descendentes de italianos no mundo — cerca de 32 milhões de pessoas. Uma nação que guarda na sua identidade o espírito, os valores e a criatividade da Itália, transformados em parte viva da sua própria história.

CORAÇÃO DE DUAS PÁTRIAS

Bernadette Barbieri Coser de Orem

Quando recebi o convite para contribuir com essa homenagem aos 150 anos da imigração italiana ao Brasil, atendi num impulso quase irresponsável. Conciliar minha rotina empresarial e um projeto como esse seria um desafio. Não tanto por escrevê-lo, pois o convite foi para oferecer a perspectiva de minha própria origem: os imigrantes do Espírito Santo. Mas pelo emocionante resgate da história desses corajosos italianos, minha família, minha história.

A meu favor, havia guardado uma obra intitulada “Tutti Insieme – Todos Juntos: memórias de imigrantes italianos”, de Jussara Teresa Sepulcri Rosalem e Regina Celis Sepulcri Salaroli, minhas primas. Apoiada, dentre outros parentes, por meu pai, elas reuniram em 407 páginas a história documentada de todos os nossos ascendentes desde antes de saírem de suas terras famintas e sem esperança. O trabalho é muito bem organizado e cheio de eventos que fundamentam e referenciam o espírito inquieto e determinado desses homens e mulheres que cruzaram o oceano buscando terra e um futuro que valesse a pena para si e suas famílias.

Relendo a obra, conversando com as autoras e também minha irmã, Rachel, buscando memórias antigas, fui relembando o meu pai, Otacilio Coser com sua ousada força empreendedora. E do meu avô, Egydio e o sotaque carregado que se unia ao de minha avó, Olivia, num cantado próprio carregado de caloroso afeto, braços abertos para acolher os seus. Tantos natais que compartilhamos junto à numerosa família, com a árvore de Natal repleta de presentes para todos os 21 netos, das tardes de domingo onde seria certo encontrar um gostoso lanche na grande mesa de jantar, mais que suficiente para todos que chegassem.

Juntando isso tudo ofereço a você uma história que vem de um passado remoto, mas que também é presente quando compreendo que no meu sangue, na minha cultura há que se reconhecer o que

é oriundo daquela gente: na nossa fala atropelada se desvela um profundo sentimento de família, como se o que nos unisse fosse o mais precioso valor a ser preservado. Por isso todo esforço sempre foi para que estivéssemos, de fato, todos juntos. Os que se afastam são lamentados, nos tornando incompletos. Pois é na nossa união nos fortalecemos e renovamos a coragem para sempre buscar um recomeço.

Buscando esse recomeço foi como meu bisavô, Valerio, saiu da Italia com seus pais, Eugenio e Fortunata, da pequenina Aldeno, perto de Trento, acompanhado de seus sete irmãos. Embarcaram no navio “Citta di Genova” em 12 de agosto de 1897. Valerio era o mais velho e, como esperado, responsável por ajudar os pais no cuidado de toda a família. O mais novo tinha apenas 5 anos.

Diferente de muitos outros imigrantes, a família de meu bisavô não veio pelo Programa de Imigração que havia na época. Veio porque queria mudar-se daquela terra que já não oferecia o pão que os sustentaria, nem a paz para cultivar os alimentos. A região do Tirol, como era referenciada estava assolada por graves crises. Trento ainda fazia parte do Império Austro-Húngaro, conflitando com sua cultura italiana. Um ano antes da partida de Valerio, foi construída uma enorme estátua de Dante Alighieri no centro de Trento, em desafio ao poder dominante e exaltação à nova pátria em processo de unificação. A tensão era permanente.

E, do outro lado do mundo, um primo fazia esforço para seduzir Eugenio e sua família à nova terra que tinha encontrado fértil e onde iniciavam uma nova comunidade da mesma origem. Federico Coser tinha se estabelecido num local conhecido como Várzea Alegre, região de Santa Teresa, no Espírito Santo. Veio em 1876, logo depois da chegada da Expedição Tabacchi.

Nesse ponto, vale a pena ver a rápida referência do que foi a “Expedição Tabacchi”, explicada pelo portal do Arquivo Público do Espírito Santo:

“Tabacchi era um italiano oriundo de Trento que já se encontrava no Espírito Santo desde o início da década de 1850, onde adquiriu uma

fazenda no município de Santa Cruz (atual Aracruz). Ao observar o interesse do Brasil pela mão de obra europeia ele decidiu oferecer terras para os imigrantes em troca do direito de derrubar 3,5 mil jacarandás para exportação.

Após um longo período de negociação o Ministério da Agricultura autorizou a Província capixaba a firmar contrato com Tabacchi, que por sua vez enviou emissários ao Trentino (Tirol Italiano), à época sob o domínio austríaco, para capitanear famílias daquela região e do Vêneto. Assim, no dia 3 de janeiro, às 15 horas, partia do porto de Gênova o “La Sofia”. A chegada ao Espírito Santo ocorreu no dia 17 de fevereiro e o desembarque se prolongou até 27 do mesmo mês. Em 01 de março começou a viagem até o porto de Santa Cruz, em direção à propriedade de Tabacchi.

Foi a primeira expedição em massa de camponeses da Itália para o Espírito Santo e daria início à epopeia emigratória dos italianos para o Brasil. Porém, os colonos logo perceberam que foram enganados pelas falsas promessas de Tabacchi. Não havia terras preparadas e a situação nos alojamentos era caótica. Esses fatos, somados a uma difícil travessia pelo Atlântico, foram ingredientes que culminaram na primeira revolta. O descontentamento era grande e a rebelião só foi contida pela ação da força policial. Por outro lado, os imigrantes obtiveram informações sobre as colônias oficiais, nas quais teriam melhores condições de trabalho e a oportunidade de serem donos dos seus lotes.” (<https://ape.es.gov.br/Notícia/o-arquivo-publico-e-a-historia-da-imigracao-italiana-no-espírito-santo>)

De acordo com diversas fontes, a partir dos conflitos decorrentes da iniciativa de Pietro Tabacchi, acordos foram acertados com o governo local e federal para que grande parte dessas 386 famílias que vieram no “La Sofia” fosse transferida para uma região mais no interior do estado, chamada Timbuhy. Lá fundaram Santa Teresa, cidade reconhecida como a primeira colônia italiana no Brasil, onde poderiam ter a posse de terra e cultivar o que quisessem, desde que fizessem o trabalho de preparo do terreno e pagassem ao governo com uma parte da produção.

Não é possível afirmar com certeza, mas podemos inferir que a família de Federico Coser veio na esteira de busca de condições de

sobrevivência como tantos outros imigrantes italianos. Na verdade, depois de vinte anos no Brasil, Federico e sua família tinha prosperado tanto que puderam se responsabilizar pela vinda dos parentes, diferente da maior parte dos italianos que vieram por volta do fim do século XIX.

Os pais de Valerio providenciaram o registro de batismo dos filhos, obtiveram a autorização do governo imperial para migrarem, Valerio foi dispensado do serviço militar. Antes de partirem ajoelharam-se aos pés da imagem de Nossa Senhora das Dores, na Catedral de San Giovanni Nepomuceno e pediram proteção para a longa e temida viagem a ser empreendida. Foram aproximadamente 30 dias embalados pelo choro de saudades dos parentes e amigos que deixaram misturado à ansiedade do que viria pela frente. Já no Espírito Santo, a partir de Vitória, viajaram de canoa até Santa Leopoldina e seguiram a pé até Várzea Alegre, num percurso que durava em média dois dias.

Ao lado dos outros Coser encontraram outros inúmeros conterrâneos: eram Bortolotti, Corteletti, Loss, Venturini, Sepulcri, Zamprogno... Com essas familiar conviviam, associavam-se e casaram-se. Valério, em 1903, casou-se com Maria Loss,

Valerio e a família trabalharam como meeiros de Federico até que receberam um convite de Giocondo Zamprogno para serem meeiros em sua fazenda de café em Tabocas, também Santa Tereza, onde colhiam todo ano cerca de 2000 sacos de café em coco. O amigo ofereceu sua própria casa para eles morarem, perto da igreja. Além do café, poderiam cultivar, sem divisões, arroz, feijão, milho ou o que quisessem. Essa foi a primeira grande oportunidade de progresso econômico correspondendo às necessidades que o clã apresentava: família numerosa, honestidade e força de trabalho. Lá souberam ganhar dinheiro e poupar para comprar a própria terra em Alto Caldeirão, outra localidade vizinha.

Valério era uma referência de cultura e liderança em sua comunidade. Tendo estudado na sua terra de origem, mereceu o reconhecimento do seu professor ao ser premiado com um livro. Em

Alto Caldeirão ele regia o coro da cidade, lecionava à noite e era Juiz de Paz. Mantinha também frequente contato com seus amigos e parentes na Itália, de onde não deixava de ter notícias, inclusive porque recebia periodicamente o jornal italiano “La Squilla”.

Com tantos atributos diferenciados, Valerio não passaria despercebido pelas moças do vilarejo. Logo apareceu uma conterrânea com a vivacidade e inteligência certa para ser sua companheira.

Maria Loss veio com seus pais de Caoria, também Província de Trentino-Alto Adige. Porém, diferente de Valerio, a família de Maria passava ainda por mais dificuldades. Somada àquelas em Aldeno, Caoria, aos pés das belas montanhas Dolomitas, enfrentava as intempéries da natureza severa e a falta de terras cultiváveis. Obtiveram o “Tittolo Poveri” do governo e conseguiram ingressar no Programa de Emigração, com as passagens no navio “Duchessa di Genova” pagas pelo governo, sem saber para qual localidade seriam designados. Os pais de Maria partiram de Genova em 1888 e, com mais seus 4 irmãos alojaram-se na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, e acabaram chegando em Vitória pelo navio Adria. Como os Coser, viajaram em canoa até Santa Leopoldina e depois, a pé, para Tabocas.

Seguiu-se mais um exemplo de dedicação ao trabalho e à família: desbravar a terra, plantar, cultivar, colher. O pai de Maria, Massimino, porém, não suportou por muito tempo as duras condições. Aos 32 anos e não mais de três anos no Brasil, contraiu tifo (febre amarela) e faleceu em 9 de agosto de 1891.

A mãe de Maria, Francesca, conhecida por ser uma mulher de personalidade muito forte e dinâmica, conseguiu manter a pequena propriedade e criar seus filhos até se casar novamente, em 1913, com Sylvestre Fritolli, outro Trentino. Foi um “namoro” arranjado pelos padres capuchinhos, amigos da família. O casal uniu-se, uniram os filhos e o patrimônio. Constituíram uma sociedade comercial chamada “Fritolli & Loss Secos e Molhados que tudo vendia: desde mantimentos, doces, biscoitos, até equipamentos agrícolas, vinhos, cachaça e tecidos importados. Ela sempre esteve à frente dos negócios

Maria Loss, com 19 anos, vivia numa enorme família. Havia herdado as características de sua mãe e não perdeu a oportunidade quando pode se aproximar de Valerio.

Em 1899, contam Jussara e Regina, Valerio e Maria Loss se conheceram numa festa em Tabocas. Valerio regia o coral. Quando acabou a missa, Maria Loss se aproximou para cumprimentá-lo, mas a então namorada dele se colocou na frente. Logo depois, na hora que a outra se distraiu, Maria voltou e elogiou a apresentação. Eles conversaram um pouco e Valerio disse que iria à casa dela no sábado seguinte para pedir licença para namorarem à sério, como se dizia. Foi o encontro de um casamento que durou quase 60 anos e, segundo muitos da família, cumpria uma profecia de uma cigana ainda na Itália, que previu que o jovem Valerio iria para uma terra distante, seria um grande homem com uma numerosa família. O casal teve 14 filhos.

O filho mais velho de Valerio e Maria nasceu em 26 de outubro de 1904. Egydio, meu avô. Logo depois que nasceu, a família mudou-se para uma nova propriedade comprada por Valerio em Boa Família, hoje Itaguaçu: a Fazenda União. Eram ao todo 26 familiares que viviam num grande casarão. A fazenda foi comprada com os recursos do trabalho de Valerio e a ajuda de dois cunhados que tiveram que esperar 10 anos até que o empréstimo pudesse ser quitado. Trabalhavam do amanhecer à noite. Mesmo os mais pequenos tinham suas obrigações: tratar das galinhas, porcos, recolher os ovos, prender bezerros, vender as verduras que não fossem necessárias ao sustento da família, molhar horta e jardim. As filhas mais velhas tomavam conta dos mais novos. Quem não gostava de ir para a roça tinha de cozinhar, lavar roupa e limpar a casa. Trouxeram de Alto Caldeirão o mesmo empenho e o mesmo senso de comunidade. Falavam ainda o mesmo dialeto trentino que, no futuro, trouxe dificuldades para o meu pai obter seu primeiro emprego, quando resolveu ir para Vitória.

Assim, Egydio cresceu em meio ao trabalho árduo e dentro da rede familiar que lhe transmitia valores fortes que permaneceram por toda a vida. Egydio era o mais velho e, como seu pai, sempre teve um

sentido de dever muito forte em relação aos seus irmãos e depois com os filhos, noras, genros e netos. Do nome da fazenda onde cresceu, tirou o lema que orientou toda sua vida: a união. Costumava deixar o portão da sua casa aberto para o caso de aparecer algum parente ou amigo. Creio que ele transmitiu isso também ao meu pai.

Da mãe, Maria, Egydio aprendeu o dinamismo, o “tino” para o comércio e a alegria. Depois de um período trabalhando em uma fazenda vizinha, Egydio comprou uma padaria e mais tarde, em sociedade com um irmão, constituiu um estabelecimento comercial ainda maior em Itaguaçu, chamado Casa Brasil. Auxiliado por seus filhos e um caminhão, Egydio progrediu no comércio e ensinou o que sabia aos filhos. Todos prosperaram, principalmente em negócios de café, produto que os levou a alcançar a posição de maiores exportadores brasileiros. O mais velho deles, meu pai, Otacilio, teve uma vida marcada por realizações que vieram do exemplo de empreendedorismo da família, trabalho e união com os irmãos e, depois, com os filhos. A ligação dele com sua origem de trabalho era tão forte que perto das suas últimas semanas de vida ainda queria acompanhar a cotação do dólar e do café na bolsa, embora já não estivesse mais no negócio de exportação havia alguns anos.

A trajetória de minha avó Olivia, casada com Egydio em 17 de fevereiro de 1925, descendente de Giuseppe Corteletti não foi muito diferente da história da família de sua sogra, Maria Loss, exceto pela grande quantidade de parentes que migraram e se multiplicaram para o Espírito Santo. Segundo “Oriundi – os italianos no Brasil”, organizado por Iberê Cavalcanti, eram tantos Corteletti que formaram a maior parte da população da localidade de Alto Caldeirão, Santa Teresa.

A história dos imigrantes italianos do Espírito Santo, tanto quanto a história de tantos outros imigrantes, trouxe ao Brasil muito mais que a mão de obra alternativa à escravidão. Poderia também contar, pelo lado da minha mãe, a história de imigrantes italianos que foram para outros destinos, como o interior de São Paulo. Mas essa história fica para outro momento. Todos eles, Bauducco ou Bianchi, Barbieri ou Coser, Matarazzo ou Michelini, Sepulcri, Zanotti ou

Zamprogno, todos os imigrantes e desbravadores, souberam associar a experiência que tinham de enfrentar as enormes dificuldades, sejam econômicas, políticas, geográficas ou climáticas, com a motivação familiar e a valorização da educação criando inúmeros exemplos de propulsores de progresso ao Brasil. Hoje, com tantas mudanças de cenário, ferramentas de crescimento e a multiplicação de oportunidades de empreendedorismo, a capacidade de realização de nossos antepassados parece quase irreal. E, no entanto, eles detinham enorme energia realizadora, coragem para reiniciar, compromisso com a honra e a família, além de sempre cultivarem continuamente o vínculo com a comunidade que viveram e que viviam. Isso é o que significa ser descendente desses imigrantes. Fica o legado e o orgulho pela história que criaram.

Tenho agora dois netos que nasceram no norte da Itália. Vou lá com frequência, aprendi a falar italiano e me interesso muito pela história e costumes daquele país. Minha filha mudou-se com o marido e, no caminho contrário dos meus antepassados, foi criar na pequena cidade de Mergozzo, no Piemonte, um recomeço onde consegue unir os sonhos dela e do marido numa pequena pousada cercada por belos lagos, montanhas, boa comida e atividades esportivas. Cada vez que chego lá, não consigo deixar de pensar o quanto nós brasileiros e nós italianos temos em comum. Afinal, somos filhos dos mesmos sonhos em nosso coração de duas pátrias.

Muito obrigada à Jussara Teresa Sepulcri Rosalem e Regina Celis Sepulcri Salaroli, autoras de “Tutti Insieme – Todos Juntos: memórias de imigrantes italianos”, livro do qual extraí, autorizada, a maior parte das informações desse texto.

Obrigada à Rachel e Marcila que prontamente colaboraram.

Bernadette Barbieri Coser de Orem
Novembro de 2025.

DOM ORIONE E O BRASIL

Pe. João Inácio Assis Gomes

Christine Resplande

INTRODUÇÃO

Em 21 de fevereiro de 1874, o navio “La Sofia” atracou no porto de Vitória, marcando o início oficial da imigração italiana no Brasil. Essa data é muito importante na história da nação brasileira, pois são 150 anos de uma saga que moldou a demografia e a cultura brasileiras para sempre. Muitas personalidades italianas impactaram profundamente a realidade de tantos brasileiros, e uma delas, seguramente, foi São Luís Orione.

Dois anos antes dos primeiros imigrantes italianos aportarem no Brasil, nascia Luís Orione em Pontecurone, um pequeno município no norte da Itália, na região do Piemonte, no dia 23 de junho de 1872.

Imbuído de forte desejo de ser um sacerdote, foi aspirante num convento Franciscano, depois foi aluno de Dom Bosco em Turim e finalmente, em outubro de 1889, aos 17 anos, entrou no Seminário Diocesano de Tortona. Ainda jovem seminarista dedicava-se a obras de solidariedade para com os necessitados e seu coração inquieto e seu desejo de servir a Cristo e à Igreja nos irmãos mais necessitados o impulsionou a abrir seu primeiro Oratório para meninos, em 1893. Em 13 de abril de 1895 foi ordenado sacerdote.

Fundou a Congregação Pequena Obra da Divina Providência e em 1899 deu início a um novo ramo da nova Congregação: os Eremitas da Divina Providência. Em 1915, fundou o ramo feminino, as Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade. A Congregação e toda a Família Religiosa se propõe a “trabalhar para levar os pequenos os pobres e o povo à Igreja e ao Papa, mediante obras de caridade”,

O zelo missionário de Dom Orione cedo se manifestou com o envio de Missionários ao Brasil em 1913 e, em seguida, a vários outros

países. Dom Orione esteve pessoalmente como missionário no Brasil: em 1921 e nos anos de 1934 e 1937 e esta história é o que propomos, sucintamente, relatar.

DOM ORIONE E O BRASIL

“No Brasil não procuro ouro mas os seus filhos mais pobres e mais necessitados de Deus”.⁶

Durante muitos anos, Dom Orione sonhou e alimentou o grande desejo de iniciar uma missão no Brasil. O seu espírito missionário, expressado em sua coragem e determinação de alargar a tenda da Congregação e ir além da sua Itália querida, evidencia-se no envio a terras brasileiras dos primeiros missionários da Pequena Obra da Divina Providência, realizado em 1913. Os imensos desafios encontrados e o grande bem que realizaram revelam sobretudo a confiança na Divina Providência, o grande amor à Igreja e ao povo de Deus por parte deste Santo da Caridade.

Aquele humilde início de atividade missionária fora da Itália, enquanto marcava o abrir-se do caminho, agora já bastante longo, realizado pela Congregação em muitas nações, atuava o secreto elã de sua alma apostólica, realizava um dos mais esperados passos do seu peregrinar para fazer o bem.

A missão no Brasil foi a porta aberta pela Divina Providência para a Pequena Obra na América Latina.

SONHOS MISSIONÁRIOS

Às missões, isto é, ao trabalho apostólico de fé e de caridade fora dos confins da Pátria, Dom Orione não se dirigiu por acaso. Ainda antes de dar início à sua missão já sabia onde queria chegar. Ele mesmo conta em seus escritos o seu grande sonho missionário.

⁶ Revista: La Piccola Opera della Divina Providenza, Ano LVIII, n. 21, 01 de novembro de 1963, pág. 202

Muitas vezes ele escreveu e falou: “... Jesus Cristo disse, antes de subir ao Céu, aos Apóstolos: Ide pelo mundo e pregai o Evangelho a todas as criaturas. Portanto, a missão dos sacerdotes é a missão dos Apóstolos, porque vão renovando, através dos tempos, através das gerações, o apostolado dos primeiros discípulos de Jesus Cristo. Também hoje vemos que estes pioneiros da fé e da verdadeira civilização deixam a Pátria, deixam tudo para ir - talvez amanhã vítimas e mártires - lá, naqueles países distantes, onde é necessário levar o bálsamo da luz cristã e da fé...”⁷

Recordando os anos de estudo realizados com Dom Bosco ele exclamava: “Oh dias santos, dias belos da minha vida... então não se sonhava que mar a atravessar e almas para salvar... se rezava e se rezava muito..., se suplicava Jesus para fazer-nos crescer logo, para logo poder trabalhar e correr para salvar... os irmãos distantes...”⁸. “Agora, finalmente, os mares para sulcar apareceram e um Anjo me chama para salvar almas em nome do Senhor no distante Brasil!”⁹.

PRIMEIROS CONTATOS COM O BRASIL

Dom Orione conheceu, no final do século XIX, e passou a acompanhar espiritualmente uma grande santa, a madre Teresa Michel Grillo, que ele apoiou na fundação de sua Congregação Religiosa, Irmãs da Divina Providência, em Alessandria, destinada à cura dos pobres e abandonados.

No dia 24 de março de 1900, animada por Dom Orione e com uma carta de apresentação por ele assinada, Madre Michel envia ao Brasil as suas primeiras missionárias, que se instalaram no Estado de São Paulo. No ano seguinte, em 1901, Madre Michel vem ao Brasil e aqui permanece até o final de 1903 para apoiar as irmãs e consolidar a sua missão.

⁷ Lettere II, pág. 176 e Parola, vol. 2, pg. 178

⁸ Dom Orione - Pequena Obra da Divina Providência - DOPO II, 372-373

⁹ DOPO I, 398

Em 25 de maio de 1904 ela escreveu a Dom Orione: “Unamo-nos todos no nome santo de Deus e teremos mais força para caminhar. Sob o estandarte de Nossa Senhora combateremos, trabalharemos e venceremos, espero, não tendo que um só e único desejo, o restabelecimento do Reino de Jesus Cristo nos nossos corações e no de todos os homens”¹⁰.

Ainda em 1904, no dia 19 de outubro, antes de partir para sua segunda viagem ao Brasil, Madre Michel escreveu novamente a Dom Orione e assim se expressou: “E você, Reverendíssimo Padre, quando irá à América?”¹¹

Dom Orione escreve à Madre Michel, em 03 de outubro de 1905, e revela que, certamente, ela continuava insistindo para que ele viesse e/ou enviasse seus missionários ao Brasil pois, assim responde: “Estou disposto a ir eu mesmo ao Brasil, quando fosse necessário e para a Glória de Deus. Não sei a língua, não sei nada, mas a caridade fala uma só língua e todas as linguas...”¹².

As correspondências epistolares entre estes dois santos da caridade são muitas. No dia 12 de outubro de 1905 Dom Orione escreve novamente à Madre Michel e diz: “Não creio que se deva abandonar a América, mas salvá-la. É muito ameaçada pelos protestantes e pela sede de ouro, é necessário dar-lhe um pouco de sede de Deus e mantê-la unida, também no seu clero, a São Pedro. Esta é a obra da Divina Providência e é um dos grandes desejos do Santo Padre, voltar a atenção e ação das Congregações à conquista cristã das Américas e romanizá-las. Falei anteontem com o superior geral dos missionários Scalabrinianos. Eu ficarei muito feliz e agradecerei muito a Nosso Senhor o dia em que a Divina Providência me levasse a armar as tendas dos Filhos da Divina Providência no Brasil, e especialmente,

10 Revista: La Piccola Opera Della Divina Provvidenza, Ano LVIII, n. 21, 01 de novembro de 1963, pág. 204.

11 Revista: La Piccola Opera Della Divina Provvidenza, Ano LVIII, n. 21, 01 de novembro de 1963, pag. 204.

12 Sui passi di Don Orione, p. 215

nos pontos da América que tendem a um espírito de insubordinação ao doce jugo da Santa Igreja...”.¹³

Em 1906 Madre Michel vem novamente ao Brasi e Dom Orione enviou Pe. Vittorio Gatti, com o compromisso de ajudar as Irmãs Missionárias de Madre Michel e examinar a possibilidade do início de nossa missão em terras brasileiras.

Dom Silvério Gomes Pimenta, arcebispo de Mariana, ficou contente com a possibilidade de receber novos missionários e abriu logo as portas de sua Arquidiocese para a Pequena Obra da Divina Providência, conforme testemunho de Madre Michel e de Pe. Vittorio Gatti, por meio de cartas convites enviadas a Dom Orione no dia 26 de julho de 1906 e 22 de junho de 1907.

Dom Orione se exultou de alegria com o convite que lhe abria os horizontes do apostolado missionário e exclamou: “Agora, finalmente, os mares para sulcar apareceram... e um Anjo me chama para salvar almas no nome do Senhor, no distante Brasil!... A Obra da Divina Providência, abençoada pelo Santo Padre, erguerá as suas tendas também nas distantes Américas...”¹⁴.

Todavia, Dom Iginio Bandi, bispo de Tortona, tendo em vista o exiguo número dos membros da nascente Congregação e a necessidade de consolidar na Itália o que fora iniciado não deu a permissão para Dom Orione aceitar, por ora, a nova missão no Brasil.

Em 23 de março de 1910, Dom Orione assim escreve à Madre Michel: “Desejo conhecer todo o andamento das coisas no Brasil e se tem um espaço ainda para os Filhos da Divina Providência. Dificuldades sempre existirão mas não mais da parte dos bispos, porque o Santo Padre dará, na sua caridade, quando ver o bem que lá se poderá realizar, todas as disposições a fim de que sejam resolvidas rapidamente, in Domino...”¹⁵.

Dom Orione começou a esboçar o seu projeto missionário para a América e a identificar quem seriam os pioneiros desta missão.

13 *Scritti* 103,4.

14 cfr. DOPO I, 398

15 Arquivo Dom Orione

Escolheu Pe. Carlo Dondero, até então diretor do Instituto de San Remo, o Ir. Carlo Germano e o sr. Giulio Vigonò, um leigo que trabalhava no Instituto de San Remo. Eles deveriam cuidar da instrução e educação da juventude pobre e abandonada e do apostolado caritativo do humilde povo.

PARTIDA DOS PRIMEIROS MISSIONÁRIOS ORIONITAS

No dia 17 de dezembro de 1913 os três primeiros missionários orionitas partiram de Gênova, no Navio San Paolo, em direção ao porto de Santos, no Brasil, onde chegaram no dia 29 de dezembro. Por via ferroviária prosseguiram a viagem e chegaram a Mar de Espanha no dia 02 de janeiro de 1914.

Os dois primeiros colaboradores, Ir. Carlo Germano¹⁶ e o Sr. Giulio¹⁷, não se adaptando à missão, foram embora bem no início e no dia 06 de junho de 1914 Dom Orione enviou mais um missionário, o Pe. Angelo De Paoli¹⁸, com 29 anos de idade.

As datas principais que devemos recordar são: 17 de dezembro de 1913, quando partem de Gênova, Itália, os três primeiros missionários. 29 de dezembro de 1913 quando chegam no Porto de Santos, Brasil, e 02 de janeiro de 1914 quando chegam em Mar de Espanha - MG, e iniciam a missão orionita em nossas terras.

16 Ir. Carlos Germanò era órfão da Região da Calábria. Veio ao Brasil como jovem missionário mas desistiu nos primeiros meses e deixou a Congregação ainda em 1914. Todavia permaneceu em contatos com Dom Orione e com a Congregação. Foi residir depois em São Carlos- SP, casou-se e teve filhos. Permaneceu entre os amigos de Dom Orione.

17 O Sr. Júlio Vigonò era um leigo que trabalhava em San Remo, no convento San Vito, onde Pe. Carlos Dondero era diretor antes de vir ao Brasil. Infelizmente, não temos informações dele depois que deixou a missão, nos primeiros meses, em Mar de Espanha - MG.

18 Pe. Angelo De Paoli nasceu em Pavia, na Itália, aos 11 de agosto de 1885. Chegou ao Brasil aos 22 de junho de 1914. Dirigiu as casas do Brasil até 1946, quando volta à Itália para o II Capítulo Geral. Sendo eleito conselheiro geral, permanece na Itália. Voltou ao Brasil em 1948, para a inauguração do Santuário Nossa Senhora de Fátima, no Rio de Janeiro. Faleceu em Roma em 1959.

EM MAR DE ESPANHA, MINAS GERAIS

Esta presença dos primeiros missionários orionitas no Brasil, embora marcada por tantos obstáculos e percalços, teve sempre a mão da Divina Providência, por tantos acontecimentos benéficos da história, ainda mais porque correspondem ao moto orionino: “Rezar, trabalhar, sofrer e calar”!¹⁹

Dom Orione transmitiu aos seus filhos na Itália vibrações do seu grande zelo e entusiasmo missionário: “Tenho a intenção de mandar ao Brasil, logo, alguns de vocês mas tenho necessidade de santos. Da virtude de vocês e da santidade dependerá, em grande parte, o futuro da Congregação e a salvação de muitas e muitas almas... “. ²⁰

No dia 11 de fevereiro de 1914 foi aberto o primeiro orfanato escola, o Instituto São Geraldo, dedicado à “Imaculada de Lourdes”. Em 1915, segundo ano de vida do orfanato escola, existiam já três classes. O espaço disponível era no horto, longe do centro da cidade, cogitou-se então de transferir as atividades para o centro.

Em 1920, dia 07 de janeiro, Dom Orione envia mais dois sacerdotes e deu disposições para que os religiosos permanecessem unidos em comunidade a Mar de Espanha e procurassem juntos atuar os projetos previstos e assumidos diante do povo e das autoridades. Poder oferecer dois novos missionários ao Brasil foi uma grande alegria para o coração de Dom Orione, que não via a hora de poder ele também vir para confortar os seus filhos e dar novo impulso à missão.

Neste período surgiu uma nova proposta para a Congregação no Rio de Janeiro. Um Instituto: a casa de Preservação, situada no centro da cidade do Rio de Janeiro, era uma instituição para jovens de ambos os sexos. Eram mais de 260 jovens. Uma ótima oportunidade para dar um novo rosto àquela “casa de correção” oferecendo aos jovens uma Escola de Artes e Ofícios, uma verdadeira educação. Mais uma vez Dom Orione sentiu que sua presença se fazia mais que necessária

19 Scritti 22,152

20 Scritti 104,44 e Scritti 2, 76.

para ajudar no discernimento, e aquele era o momento para um novo começo.²¹

PRIMEIRA VIAGEM DE DOM ORIONE À AMÉRICA LATINA

Um marco inesquecível. Nosso Santo esteve entre nós, pela primeira vez de 04 de agosto de 1921 a 18 de junho de 1922. Esta viagem se estendeu a toda a América Latina, porém a maior parte deste período Dom Orione passou no Brasil.

Dia 04 de agosto de 1921 Dom Orione partiu de Gênova, no Navio Príncipe di Udine: “Agora parto para o Brasil - escrevia aos religiosos e religiosas da Pequena Obra - onde já deveria ter ido antes, para ver os Filhos da Divina Providência que a mão do Senhor conduziu até lá..., vamos para dar uma ajuda e para levar o conforto do nosso amor fraterno... Espero de retornar logo, mas, seja feita a vontade do Senhor... Queridas Irmãs, vamos para preparar onde fatigar e onde morrer para a caridade de Jesus Cristo, não só aqui, mas também além mar... Adeus a todos. Vamos para seguir a voz de Deus, que é caridade, vamos com a bênção do Papa e do nosso venerado Bispo, confiantes de que Deus estará conosco e abençoará as nossas pobres fadigas...”²²

Ao deixar a Itália nosso pai Fundador já havia bem claro, portanto, o plano santamente tático para multiplicar as possibilidades de trabalho dos seus filhos e filhas no Brasil: começar do pouco... serviço da Santa Igreja. E tudo em efusão de caridade recíproca para com os pobres, em disciplina e obediência! Na unidade dos corações e das intenções, ajudando Deus e a Santíssima Virgem, as energias

21 A história da Missão Orionita em Mar de Espanha está narrada no Opúsculo ‘A Primeira Sementeira: dossier sobre a passagem de Dom Orione e seus missionários em Mar de Espanha - MG.’ É o resultado de uma pesquisa realizada pelo Pe. Renato Scano, documentada pelo Pe. Paulo Sérgio Martins e editada pelo Pe. Antônio Sagrado Bogaz. A obra foi elaborada por ocasião das missões populares em Mar de Espanha, no ano de 2001, onde foram realizadas pesquisas documentais e bibliotecárias e feitas entrevistas com moradores da cidade. O trabalho se encontra nos arquivos provinciais dos Orionitas no Brasil. Os anexos são preciosos.

22 *Scritti* 62,12.

se multiplicam, e vem garantido o bom êxito de todo, mesmo o mais árduo, apostolado.

Ele sentia grande gratidão pelos seus pioneiros missionários na América. Por tudo que haviam sofrido, por tudo que haviam realizado. Agora ele poderia reencontrá-los, confortá-los, rezar com eles e abraçá-los.

DOM ORIONE EM TERRAS BRASILEIRAS

Na manhã do dia 20 de agosto de 1921 Dom Orione chega ao Porto do Rio de Janeiro e é acolhido pelo Pe. Angelo De Paoli e por Eduino Orione, seu primo. No dia 21 de agosto Dom Orione celebrou a sua primeira missa no Brasil, no orfanato das Irmãs da Divina Providência, em Catumbi, Rio de Janeiro. Escreveu depois uma carta ao Arcebispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta, comunicando que havia chegado ao Brasil.

Dia 26 ele escreveu à Itália, dizendo que estava hospedado na casa dos padres Saletianos. E depois, na companhia de Pe. Angelo De Paoli, viaja para Mar de Espanha – MG.

DOM ORIONE CHEGA ÀS MINAS GERAIS

Chega finalmente a Mar de Espanha, nas montanhas gerais, na humilde sede que deu início às atividades missionárias da Congregação. Ao Instituto São Geraldo, por oito anos, ele havia transportado o pensamento e o coração como a Belém, pobre mas fecunda, das muitas almas que o Senhor teria confiado a ele e aos seus religiosos. Foi recebido na Estação pelo Prefeito e outras autoridades locais e pelos seus religiosos.

No domingo, dia 28, Dom Orione celebra a Eucaristia pela primeira vez em Mar de Espanha, onde seus primeiros missionários ofertaram nestes anos o sacrifício de Jesus Cristo e o próprio trabalho

pela redenção dos humildes e abandonados. Recebe com alegria e consolação a graça de dar a primeira comunhão a 21 crianças.

Na cidade, escreveu Dom Orione, que naquele momento eram sete sacerdotes, e lhes foi confiada a Paróquia, o Instituto e 216 hectares de terra, porém quase toda em bosque e pasto. Tinham algumas dívidas, mas feitas com boas intenções. A fazenda agrícola, situada a cinco minutos da cidade, dispunha de máquinas com as quais se podia fazer açúcar e farinha de mandioca e também produzia arroz, café e milho.

Após três dias de retiro, Dom Orione fez uma reunião com todos os missionários. Examinou os compromissos assumidos para o Instituto São Geraldo e as atividades de cada um a partir daquele momento. No dia 03 de setembro de 1921 escreve novamente a Dom Sterpi, seu principal colaborador, e dá mais notícias. Entre elas disse que já estava entendendo o português, e que não foi ainda visitar o sr. Arcebispo pois se encontrava fora da sede em visitas pastorais.

UM SANTO EM CONSELHEIRO LAFAIETE E MARIANA

Dia 01 de outubro de 1921, Dom Orione foi a Queluz - MG , atual Conselheiro Lafaiete, e visitou o Instituto das Irmãs da Madre Michel, hoje Colégio N. Sra. de Nazaré. No dia 02 foi a Mariana e se encontrou com o Arcebispo Dom Silvério Gomes Pimenta, que o convidara ao Brasil. Permaneceu por dois dias em Mariana, e além de conversar muito com o Arcebispo, visitou as Igrejas e o Seminário Arquidiocesano .

Não há registro que tenha ido às cidades vizinhas, mas tudo me faz crer que subindo as montanhas gerais, com olhar de predileção, abençoou aquele povo, de onde, depois, muitos jovens seriam atraídos pelo seu carisma e passariam a seguir seus passos.

ENTRE OS “ORIUNDI” PAULISTANOS

No dia 06 de outubro, após uma noite de viagem de trem, Dom Orione chega pela primeira vez a São Paulo. Ficou apenas uma semana, mas foi muito intensa. Recebeu proposta de casas no Ipiranga, no Braz e na cidade de Santos para expandir sua obra de bem, em favor dos pequenos e pobres.

Escreveu: “Abençoai, cada vez mais, ó meu Deus, esta casa da vossa Divina Providência em São Paulo. Recompensai abundantemente todos os Benfeitores e especialmente o Anjo desta cidade e Arquidiocese, que é não somente o Pastor, mas o verdadeiro Pai destas orfanzinhas e das beneméritas Filhas da Divina Providência que lhes fazem papel de mães, e dignai-vos, ó Senhor, confortar de modo especial a Superiora Ir. Cherubina do Senhor, e preparar-lhes uma recompensa eterna no Céu.”

ENTRE OS FILHOS DOS ESCRAVOS INLIBERTOS

No dia 15 de outubro de 1921 foi aberto oficialmente o Instituto de Preservação para Menores, no Rio de Janeiro. Hoje é um Quartel da Polícia Militar.

Em uma carta de 17 de outubro de 1921, Dom Orione, escrevendo ao Clérigo Sparpaglione, continua contando suas experiências missionárias: “Desde o dia 08 de setembro que prego em português, ontem, domingo, preguei muitas vezes, rezei duas missas, uma aqui e outra a dezesseis Kilômetros daqui, onde cheguei às doze e meia, em um povoado que não tem sacerdote. Todo o povo estava me esperando e, quando me viram aparecer, começaram a abanar os lenços de alegria. Estavam lá esperando durante toda a manhã, pobre gente! E a Igreja deles era uma pobreza, cheguei até a chorar, e no altar prometi ainda uma vez ao Senhor ser um bom sacerdote, vendo a grande fé daquele povo abandonado.”²³

23 cfr. Genesio Poli, Dom Orione e o Brasil, pg. 44-45.

Dia 25 de outubro Dom Orione vai ao Instituto de Preservação, Rio de Janeiro, onde permanece até o dia 01 de novembro. Dali escreve a Dom Sterpi e dá uma descrição de como é a casa: “Este Instituto é bonito na entrada, dormitório, pátio, refeitório, banheiros, com grande alpendre, escadarias, pisos, etc... A posição é ótima e são boas as esperanças vocacionais. Não há capela, mas dentro de um ano teremos a casa vizinha onde agora estão as meninas. Ela servirá para escola, oficinas, moradia nossa e capela. Os meninos são de 13 ou 14 anos.”²⁴

Em 08 de novembro de 1921, depois de insistentes convites, parte em direção à Argentina e escreve contente: “Estarei presente à Peregrinação a Lujan: Alí, aos pés de Nossa Senhora, começará a missão dos Filhos da Divina Providência na Argentina...”²⁵. Assim como já o fez no Brasil, na Argentina ele queria lançar a semente fecunda de caridade ilimitada.

O seu primeiro período na Argentina foi de 13 de novembro a 04 de dezembro de 1921, quando parte de Buenos Aires em direção ao Brasil. Dia 07 desembarcou em Santos e se dirigiu para São Paulo, para a festa da Imaculada Conceição.

RETORNO AO RIO DE JANEIRO

Dia 15 de dezembro já estava no Rio novamente: “Vejo e sinto muito bem toda a minha fraqueza e da Pequena Congregação, mas se nos jogarmos nos braços de Deus e procurarmos somente Ele e as almas, sinto que Ele não nos deixará por terra, mas nos acolherá no seu Coração, quando ver que nós, para amá-lo e servi-lo, nos consumimos até o fim... Parece-me que é a Santíssima Virgem que me conduz, com um amor, com um amor, com um amor que eu miserável não sei como exprimir: parece-me que devo viver e caminhar para realizar obras não minhas e em uma luz que aquece a alma e conduzido pelas mãos

²⁴ cfr. Genesio Poli, Dom Orione e o Brasil, pg. 46-47.

²⁵ *Scritti* 48,262.

dela que não sei nomear sem chorar de ternura, por tanta misericórdia de Mãe para comigo. Eu não direi nada mais, nem posso dizer: mas me parece que, mais de uma vez, Ela me quis alegrar e consolar, a mim este seu indigno filhinho neste caminho...”.²⁶

MAIS UMA VEZ ENTRE OS ÍTALO-ARGENTINOS

Dia 01 de fevereiro Dom Orione embarca com destino à Argentina, e lá permanece por mais de três meses.

Durante este período o seu pensamento estava constantemente voltado ao Brasil, conforme atestam as correspondências. Alguns ousam dizer que durante o dia ele trabalhava incansavelmente na Argentina e à noite permanecia em comunicação e com o pensamento nos seus religiosos do Brasil, confortando-lhes, iluminando-lhes.

Como não falar destas suas primeiras impressões a respeito da índole dos brasileiros: “São muito susceptíveis e delicados de sentimentos os brasileiros, é preciso dar muita importância a certas atitudes suas. Com um sorriso os ganhais, com uma palavra apenas os perdeis, os abateis, porque têm um caráter um pouco fraco, e muito sentimental. São muito voltados para a religião como para a educação, e sentem muito prazer de ser Brasileiros: são por natureza tão finos que com eles não seremos jamais muito educados e nem muito finos. Mas recordemos que gentileza sem virtude é falsidade a todos os momentos desvendada. Não teria nada pior que usar com os Brasileiros de modos rudes, absolutos, que usar a vara (não digo o bastão), que deve ser banido sempre entre nós, mas quero dizer a vara moral das rudes palavras ou de palavras ofensivas ou pouco parlamentares.”²⁷

26 Scritti 45,176.

27 Idem.

DE VOLTA À CASA

Em 19 de junho de 1922, depois de animar e encorajar a todos os seus a permanecerem unidos e ativos na arte do bem, retorna à Itália no Navio Re Vittorio. Na viagem, escreve a comovente circular “Ecce Quam Bonum”, verdadeiro hino à Caridade de Cristo, que fica como um programa para os seus filhos espirituais e para todos os que amam o próximo por amor de Deus: “Eu desejo cantá-lo suavissimamente - escrevia- o cântico divino da caridade, mas não quero esperar para cantá-lo entrando no Paraíso. Mas, por tua infinita misericórdia, te suplico, ó meu doce Senhor e Pai e Mestre e Salvador da minha alma, que tu me concedas de começar este doce cântico aqui da terra; daqui, Ó Senhor, desta imensidão de águas e de céu, deste atlântico imenso que tanto me fala da tua potência e da tua bondade”.²⁸

Desembarca em Gênova no dia 04 de julho de 1922. Seu programa era permanecer apenas três meses na América, no entanto, devido às necessidades, ficou quase um ano. Neste período ficou praticamente 5 meses e meio no Brasil e 4 meses e meio na Argentina.

ALBORES ORIONITAS NO BRASIL

Dom Orione, logo que voltou de sua primeira viagem à América Latina, exclamou que estava voltando à Itália com a mente e com o coração mais iluminados e dilatados pela caridade de Nosso Senhor Jesus Cristo Crucificado. Às suas preocupações deveria acrescentar agora aquelas das novas casas e comunidades iniciadas recentemente na distante América Latina. Jamais deixou de segui-las e de fazer o possível para mantê-las vivas e para incrementá-las e fazê-las desenvolver segundo o espírito da Congregação.

28 Genesio Poli, Dom Orione e o Brasil, pg. 64-65.

A VOLTA DE DOM ORIONE AO BRASIL

Muitas outras vezes quis Dom Orione voltar ao Brasil para incrementar a missão, mas não foi possível. ²⁹Em 1934 surgiu uma oportunidade para uma segunda viagem de Dom Orione à América Latina. Partiu no dia 24 de setembro de 1934, no Navio Conte Grande, junto com o Cardeal Pacelli e muitas outras autoridades que se dirigiam à Buenos Aires, Argentina, para o Congresso Eucarístico Internacional.

No dia 06 de outubro de 1934, doze anos depois, Dom Orione volta à América Latina. Chega ao Rio de Janeiro, mas em direção à Argentina, para participar do Congresso Eucarístico. Em julho de 1935, Dom Orione, que havia permanecido na Argentina depois do Congresso Eucarístico, cogita vir o quanto antes, ao Brasil. Os seus religiosos o aguardavam ansiosos. Queriam vê-lo, queriam que viesse para a bênção da pedra fundamental do Santuário de Nossa Senhora de Fátima, no centro do Rio de Janeiro, queriam ter a ajuda das irmãs orionitas e ao mesmo tempo dar a elas a possibilidade de iniciar suas atividades em terras brasileiras; queriam, por fim, iniciar uma missão no Estado do Mato Grosso. Porém, a viagem ao Chile e o grande desenvolvimento das obras na Argentina não lhe permitiram vir antes ao Brasil.

RETORNO AO BRASIL

Só em março de 1937 se tem notícia de que Dom Orione já estava no Brasil. No dia 27 de março (sábado santo), da Gávea, ele escreve a Dom Sterpi, na Itália com o coração cheio de alegria pascal e pede que ele envie novos missionários para Niterói, onde tinha a casa de formação, a paróquia e um grande campo de apostolado.

De 03 a 10 de abril de 1937 esteve em São Paulo, na Paróquia N. Sra. Achiropita. De lá escreve a uma benfeitora: “Tenho em São Paulo

²⁹ cfr. A Grande Pescaria, A família orionita no Brasil, Geo - Brasil, 2003, pág. 39

quatro sacerdotes em um bairro pobre de vinte mil habitantes, bairro operário, que não tinham a Igreja. Agora eles tem uma bela Igreja, a única em São Paulo que tem a Cúpula e um belo Crucifixo. Foi erigida a Paróquia mas é muito pequena. Compramos duas casas para poder aumentá-la. São paupérrimos estes meus sacerdotes e se sacrificam tanto pelas almas...”

Dia 21 de abril de 1937 os religiosos do Rio fizeram-lhe uma surpresa, preparando uma grande festa para celebrar os quarenta e dois anos de sacerdócio. Na celebração estavam presentes muitos jovens e autoridades.

Ainda no dia 21, escrevendo a Dom Sterpi, fez uma espécie de síntese da sua visita ao Brasil e exclamou que estava muito contente com o Brasil.

ÚLTIMA VISITA AO BRASIL

Dia 10 de agosto passou por Santos e chegou ao Rio de Janeiro no dia 11 de agosto. É o seu último contato direto com o Brasil. Na Gávea, permaneceu por dois dias. No dia 13 de agosto foi ao Corcovado, se ajoelhou aos pés do Cristo Redentor, rezou profundamente por alguns instantes, depois se elevou e disse: “Aquilo que não fiz aqui na terra, pelo Brasil, o farei do Céu.” Abençoou com grande solicitude sacerdotal, com uma tríplice bênção, aos três lados, a terra brasileira. Os seus religiosos que lhe estavam ao redor, ajoelhados e compenetrados, sentiram que aquele era um momento muito especial para as suas vidas e para o Brasil.

Estas bênçãos se perpetuaram no tempo, consolidando-se nas obras por ele iniciadas e naquelas suscitadas pelos seus filhos e filhas. Para nós brasileiros esta foi uma bênção especial. E aquelas suas últimas palavras ecoam ainda hoje como verdadeiras e proféticas. Dom Orione continua protegendo e trabalhando conosco e com todos aqueles que comungam do mesmo ideal da caridade.

Aos 13 de agosto de 1937, no Navio Neptunia, Dom Orione partiu do Rio de Janeiro para a Itália. O zelo apostólico e de Pai fundador fez com que o seu pensamento e as suas preocupações fossem constantemente voltados para a nossa realidade. “Isto quer dizer que, se no Brasil não pudesse voltar enquanto vivo, deixarei que me levem depois de morto, mas mesmo morto quero trabalhar para fazer o bem.”³⁰

Dia 12 de março de 1940, como quem está se despedindo mas com o coração voltado para as missões, escreveu ao Pe. Zanolchi e deixou para nós a sua última bênção: “Estou aqui em San Remo, por ordem médica, para recuperar a saúde. Agora não lamentem que eu não envio mais missionários. Mando outros e bons, bons de espírito e bem preparados - e concluía - saudações, conforto e bênções”.³¹ Poucas horas depois faleceu Dom Orione, pronunciando as palavras “Jesus, Jesus, Jesus”.

A profecia de Dom Orione começa a se realizar: o que não pode fazer em vida pelo Brasil estava fazendo lá do céu. E ainda escreveu que até o momento haviam semeado com dor, com muito sacrifício, mas que batiam às portas novos tempos.

Nos primeiros anos depois da morte de Dom Orione, iniciam-se novas obras no Brasil, desenvolvendo mais e mais a Congregação. Começaram a surgir novas vocações, foram abertos Seminários, aconteceram as primeiras ordenações sacerdotais orionitas no Brasil e ainda na década de 1940, em 22 de dezembro de 1947, foi constituída a primeira Província Religiosa do Brasil e o Santuário de N. Sra. de Fátima foi escolhido para ser a primeira sede provincial. A partir da criação da Província, inicia-se uma nova fase de muita animação e aberturas de casas, paróquias e obras.

30 Scritti, 40,271

31 *Scritti* 1,285.

CONCLUSÃO

A vinda de Dom Orione ao Brasil, a sua partida para o Novo Mundo em agosto de 1921 não ocorreu de um dia para outro. Começou a ser preparada uma década antes, e ainda sonhada bem antes em seus ideais missionários.

Tendo a missão orionita iniciado em 1913, nestas “terras de palmeiras onde canta o sabiá”³², muitas lutas depois, muitas vitórias mas também percalços, novos missionários enviados e um desejo profundo de Dom Orione de mais “filhos e filhas para povoar apostolicamente um continente”³³, finalmente a sua chegada concretizou-se. Que alegria!

E esta bela história foi sintetizada neste singelo artigo, que quer nos recordar o legado que nosso santo nos deixou, legado este que expressamos com suas próprias palavras, em circular que escreveu do navio Re Emanuele III ao retornar de sua primeira viagem ao Brasil: “Quanto anelo cantá-lo, este cântico divino da caridade, mas para cantá-lo não quero esperar minha entrada no Paraíso. Pela tua infinita misericórdia suplico-te, Senhor, Pai e Mestre da minha alma, que me concedas principiar este cântico desde este mundo”.³⁴

Goiânia, 04 de novembro de 2025.

32 Poema Canção do Exílio, de Gonçalves Dias.

33 Vida de Dom Orione, Giorgio Papàsogli, p.283

34 Idem, p. 298.

A VISÃO DO BRASIL AOS OLHOS DE UM ITALIANO

Vincenzo Carosi

Não sou uma pessoa acostumada a escrever, exceto por razões profissionais, mas meu amigo Eros me pediu para compartilhar algo que pudesse representar a visão do Brasil pelos olhos de um italiano bem versado na história da imigração italiana do século XIX e que tenha um conhecimento razoável do Brasil.

Lembro-me perfeitamente da minha primeira vinda no Brasil: era uma manhã de abril de 2002 e eu estava desembarcando no Rio de Janeiro em um voo da TAP vindo de Lisboa.

Não consigo esquecer aquela ocasião porque o que aconteceu me deu uma sensação muito particular.

Eu havia acabado de sair do avião e estava indo em direção ao controle de imigração. Liguei meu celular, que imediatamente começou a tocar – naquela época não existiam smartphones com WhatsApp, e as pessoas eram muito cuidadosas ao atender seus celulares no exterior. A insistência da pessoa que ligava foi tão intensa que me vi obrigado a atender.

Era, obviamente, um incômodo: alguém que não queria entender que não só não havia nada que eu pudesse fazer, ainda mais a dezenas de milhares de quilômetros de distância. A conversa foi ficando cada vez mais acalorada e impetuosa e, naturalmente, enquanto eu falava ao telefone, eu seguia em direção ao controle de passaportes.

Ao me aproximar, seguindo as placas e discutindo ao telefone, fui repentinamente parado por uma mulher negra, corpulenta e uniformizada, que percebeu meu nervosismo e me fez sinal para parar.

Sem saber exatamente de que tipo de uniforme se tratava, obedeci imediatamente. Nesse momento, ela me disse algo em português que não compreendi bem, mas que interpretei como um pedido para encerrar a ligação.

Como eu disse, pensando em uma abordagem policial, encerrei imediatamente a ligação, o que foi irritante na hora, e me coloquei à disposição para entender qual era o pedido da policial.

A mulher olhou para mim com um lindo sorriso e me disse que era proibido entrar no Brasil com raiva, e que eu precisava sorrir se quisesse que a imigração me deixasse entrar.

Até hoje, me lembro daquele sorriso maravilhoso que me fez sentir como se eu tivesse chegado a casa, chegado num país que acolhe e abraça você se você souber sorrir, em vez de estar com raiva.

Desde então, descobri o Brasil, um país ao qual devo muito e que amo, e que generosamente me deu algo que meu país de origem me negou: uma filha, e talvez seja por isso também que escolhi me naturalizar e me tornar cidadão brasileiro.

Em menor escala, foi o que acabou acontecendo com os italianos que deixaram sua terra natal no século XIX e emigraram para o Brasil, em busca de uma vida melhor. Aqui encontraram acolhimento, puderam crescer e prosperar, e muitos se tornaram parte da classe dirigente do país, como os diversos representantes do Congresso que atuam na Comissão Brasil-Itália.

Os emigrantes italianos, forçados a deixar seu país devido às enormes dificuldades, pela fome e pela guerra, poderiam ter esquecido a Itália, pois só tinham créditos e nenhuma dívida para com a pátria.

Em vez disso, crescer no Brasil os tornou mais generosos, e até hoje seus descendentes se orgulham de ter sangue italiano, reivindicando-o mesmo que nunca mais voltem a viver lá.

Deveríamos nos orgulhar disso, mas, ao contrário, parece que a Itália não deseja mais manter laços com seu passado e decidiu privar seus descendentes da possibilidade de serem reconhecidos como italianos.

Tudo isso me dói profundamente, e ainda mais quando penso que, diante de um país onde não se pode entrar com raiva, haja outro que, apesar das imensas dívidas de honra para com os emigrantes decidiu virar as costas.

Mas aprendi a não cultivar a raiva e a buscar esperança nas dificuldades.

Por isso, espero que as coisas possam mudar, em memória daquelas mulheres e homens que, com crianças nos braços e lágrimas nos olhos, embarcaram nos navios certos de que jamais retornariam, mas que, com a força da esperança, participaram da construção de um grande país do qual hoje posso me considerar cidadão.

Um grande abraço, Eros, pelo trabalho realizado e pelo que está por vir.

150 anos da Imigração Italiana no Brasil

FAMÍLIA BIONDINI

Eros Biondini

Hugo Biondini Júnior

O SOBRENOME BIONDINI

Biondini pertence ao grande conjunto dos sobrenomes italianos formados a partir de características físicas marcantes. Essa origem descritiva está solidamente documentada por estudos onomásticos modernos e por bases de dados de etimologia de sobrenomes que podem ser consultadas publicamente. A raiz da palavra está em *biondo*, termo do italiano que significa ‘loiro’, aplicado tanto à cor dos cabelos quanto, por extensão, ao aspecto claro de uma pessoa. Essa informação indica que se originou inicialmente como um apelido aplicado a alguém cuja marca mais evidente eram os cabelos muito claros, uma característica física que se destacava em comunidades italianas tradicionais.

Um aspecto central para compreender a formação do sobrenome é o sufixo *-ini*, extremamente comum na onomástica italiana, sobretudo nas regiões do centro-norte do país. Esse sufixo desempenha funções, e a primeira delas é o diminutivo, indicando ‘pequeno’, ‘menor’, ‘delicado’ ou simplesmente denotando afeição. Como exemplo, *biondini* pode significar “loirinho”. A segunda função, ainda mais importante para a formação de sobrenomes hereditários, é a patronímica, isto é, a ideia de ‘filho de’, ‘descendentes de’, ‘família pertencente a’. Assim, a forma *Biondini* pode ser interpretada como ‘os filhos do loiro’, ‘os descendentes daquele homem loiro’, ou ainda ‘a família identificada pelo ancestral loiro’.

Essa formação patronímica e descritiva é perfeitamente coerente com o momento histórico em que os sobrenomes passaram a se fixar definitivamente na Itália. A consolidação dos *cognomi* hereditários ocorreu especialmente entre os séculos XIV e XVI, embora processos

embrionários já estivessem presentes no século XII. Antes disso, a maioria das pessoas era identificada por nomes simples ou por apelidos circunstanciais. Para diferenciar indivíduos com os mesmos prenomes — situação muito comum, dado o repertório restrito de nomes de batismo da época — comunidades recorreram a apelidos que indicavam profissão, origem geográfica, filiação ou características físicas. Nesse contexto, indivíduos loiros destacavam-se mais em algumas regiões italianas do que em outras, especialmente nas áreas românicas centrais e meridionais; por isso, *Biondo* tornou-se um apelido frequente. Com o tempo, o apelido, inicialmente pessoal, passou a ser aplicado coletivamente aos descendentes, gerando formas como *i Biondi* ou *i Biondini*.

O sobrenome Biondini hoje apresenta forte presença em regiões específicas da Itália, que nos ajudam a compreender onde possivelmente se consolidou como linhagem familiar. Os mapas mostram que o nome está concentrado sobretudo nas regiões de Emília-Romagna, Marche, Úmbria, Toscana e Lácio, formando um arco geográfico central muito característico do padrão de sobrenomes terminados em *-ini*. As províncias com maior incidência moderna incluem Forlì-Cesena (Emília-Romagna), Macerata e Ancona (Marche), Terni (Úmbria), Arezzo (Toscana) e Roma (Lácio). Reforça-se, portanto, que a forma *Biondini* não é fruto de um desenvolvimento isolado, mas de uma área cultural com hábitos linguísticos compartilhados.

Entre essas regiões, a Emília-Romagna merece especial destaque, e sua história demográfica favorece a formação e a preservação de sobrenomes patronímicos em *-ini*. Dentro dessa região, municípios como San Mauro Pascoli, Cesena e Forlì surgem repetidamente nos mapas contemporâneos de incidência do sobrenome, como um dos polos de estabilização da forma '*Biondini*', já que se insere perfeitamente na morfologia patronímica típica do dialeto romagnolo e das variantes emilianas. Isso significa que, mesmo quando a família se espalhou para outras regiões italianas, o núcleo cultural e linguístico onde o nome assumiu a forma atual provavelmente se localiza nesse eixo territorial.

Outro aspecto relevante para compreender a formação do sobrenome é o contexto linguístico da Itália medieval e moderna. A região da Emília-Romagna, particularmente, possui tradição fonética e morfológica que valoriza a adição de sufixos como *-ini*, *-oni*, *-etti* e *-ucci* na formação de nomes e apelidos. A forma *biondini*, com sua sonoridade típica e pluralização final, é totalmente coerente com essa tradição. Nessa região, era comum que os filhos de um indivíduo conhecido como *biondo* fossem coletivamente chamados de *i Biondini*. A passagem desse uso coletivo para uma forma hereditária está bem documentada em vários sobrenomes italianos.

Ainda, sobre o sobrenome Biondini, a forte concentração na Emília-Romagna sugere continuidade geográfica. E como os sobrenomes italianos raramente mudam de forma ao longo dos séculos, especialmente em regiões rurais ou semiurbanas, é razoável inferir que esse núcleo regional tem raízes profundas. E a família, encontrada hoje em Minas Gerais, veio justamente dessa região, precisamente de San Mauro Pascoli, comuna italiana da província de Forlì-Cesena.

SAN MAURO PASCOLI: A TERRA DE ORIGEM

San Mauro Pascoli, situada entre os rios *Uso* e *Rubicone*, em uma das faixas mais antigas e férteis da planície *romagnola*, guarda uma história que se entrelaça profundamente à formação da própria região da Romagna. Embora hoje seja lembrada sobretudo como terra natal do poeta Giovanni Pascoli e como um centro de tradição calçadista, a vila carrega um passado que atravessa o medievo, o domínio pontifício, as transformações agrárias dos Torlonia e a devastação da Segunda Guerra Mundial. Sua história deriva de registros sólidos e preservados, permitindo reconstruir com segurança o ambiente em que viviam os antepassados que dali partiram rumo ao Brasil.

A menção mais antiga e comprovada da localidade data de 1191, quando aparece nos documentos medievais como *Fundum Sancti*

Mauri, um núcleo rural articulado em torno de uma igreja dedicada a São Mauro, bispo de Cesena. Naquele momento, o território compunha a complexa malha feudal típica da planície *romagnola*, onde pequenas vilas agrícolas gravitavam em torno de centros maiores, como Cesena, Rimini e, sobretudo, Savignano sul Rubicone. Desde então, a vila aparece como um ponto de presença humana contínua, ligada às dinâmicas agrícolas e eclesiásticas que marcavam a região.

Durante o período medieval, San Mauro esteve vinculada ao território de Savignano. A partir do século XIV, o poder na região passou frequentemente pelas mãos da influente família Malatesta, senhores de Rimini e Cesena, cujos domínios se estendiam por grande parte da Romagna. Os Malatesta marcaram profundamente a história regional, e sua administração sobre San Mauro se insere no controle territorial que estabeleciam sobre vilas agrícolas, responsáveis pela produção de grãos, hortaliças e produtos secundários que alimentavam suas cidades fortificadas.

Com a queda da influência malatestiana, típica do início da modernidade, a Romagna passou por rearranjos de poder. San Mauro foi concedida pelo Papa Pio II à família Zampeschi, de nobreza romagnola, e posteriormente retornou ao controle direto da Câmara Apostólica, a administração territorial dos Estados Pontifícios. Esse retorno evidencia a importância agrícola e estratégica da localidade: mesmo pequena, ocupava um espaço fértil entre a costa e o interior, servindo de apoio produtivo para centros maiores.

A administração papal continuou ao longo dos séculos XVII e XVIII. Apenas em 1827, já durante o processo de reorganização administrativa pré-unificação italiana, San Mauro foi elevada à condição de município autônomo sob o nome de San Mauro di Romagna. A autonomia refletia um movimento mais amplo na região, em que vilas historicamente dependentes buscavam consolidar identidades locais e articular melhor suas economias.

Esse período coincide também com o surgimento de uma figura que daria grande notoriedade à cidade: Giovanni Pascoli (1855-1912). Há relatos de que o poeta nasceu em San Mauro, então ainda San Mauro

di Romagna, e que sua infância foi profundamente marcada pelas paisagens agrícolas, pelos sons, pelos campos e pela vida camponesa típica da Romagna oitocentista. A casa onde Pascoli nasceu permanece preservada como museu e é hoje uma das principais fontes históricas sobre a vida local no século XIX.

O século XIX também testemunhou mudanças estruturais no cenário agrário romagnolo. Os Torlonia, uma das famílias mais ricas da Itália pós-napoleônica, construíram uma das maiores e mais organizadas propriedades rurais da região justamente no território de San Mauro. A chamada *‘Tenuta dei Torlonia’* incorporava técnicas avançadas de drenagem, cultivo e organização laboral, típicas do agrarismo empresarial do período.

Essa grande propriedade rural desempenhou papel importante na configuração socioeconômica local. Ela atraiu mão de obra, reorganizou o uso da terra e influenciou a formação de pequenas comunidades de trabalhadores agrícolas.

A vida na Romagna na segunda metade do século XIX era marcada por intensas transformações políticas. Com a Unificação Italiana, concluída formalmente em 1871, a região passou a integrar o novo Reino da Itália. San Mauro, assim como outras localidades da Emília-Romagna, foi incorporada ao novo sistema de províncias e municípios.

Uma das mudanças mais simbólicas em San Mauro ocorreu em 1932, quando, por determinação do Regio Decreto n. 57, publicado na *Gazzetta Ufficiale del Regno d’Italia*, o nome do município foi oficialmente alterado de San Mauro di Romagna para San Mauro Pascoli, em homenagem ao poeta que se tornara um dos maiores nomes da literatura italiana. A mudança refletia o orgulho cultural da comunidade, bem como uma tendência nacional de resgatar figuras emblemáticas da identidade italiana no período do Reino.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a vila sofreu destruições significativas. A frente de batalha na Campanha da Itália estacionou justamente entre os rios *Uso* e *Rubicone*, linhas naturais que serviam de defesa. A posição de San Mauro, situada exatamente nesse corredor,

fez com que o município fosse duramente atingido pelos combates. Edificações foram danificadas e parte de seu patrimônio arquitetônico foi perdido. Com o fim da guerra, entretanto, a vila passou por um processo rápido de reconstrução, impulsionado pela resiliência de seus habitantes e por iniciativas públicas de restauração.

O pós-guerra marcou uma virada econômica profunda. A cidade tornou-se um importante polo de fabricação de calçados, setor que elevaria a importância local dentro da economia da Emilia-Romagna. A indústria calçadista, tradicionalmente baseada na manufatura artesanal, rapidamente se modernizou, consolidando marcas de alcance nacional e internacional.

Tudo isso compõe o cenário histórico que moldou a vida dos habitantes de San Mauro Pascoli durante séculos. A terra onde nasceram os primeiros Biondini que emigrariam para o Brasil estava inserida em uma região marcada por camadas históricas sucessivas. Cada fase deixou marcas na cultura, na economia e na memória local.

E essa história permite que descendentes da família Biondini compreendam não apenas a cidade de origem de seus antepassados, mas também o ambiente histórico que moldou seu modo de vida, suas tradições e, em última instância, sua decisão de migrar para o Brasil, mais precisamente, Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

AMARESA SAN MAURO. *Storia di San Mauro Pascoli*. Disponível em: <https://www.amaresanmauro.it/storia/>. Acesso em: 22 out. 2023.

BCC REGIONE EMILIA-ROMAGNA. *Museo Casa Pascoli – San Mauro Pascoli*. Disponível em: https://patrimonioculturale.regione.emilia-romagna.it/pater/loadcard.do?id_card=26500. Acesso em: 22 out. 2023.

CASTELLI DELL'EMILIA-ROMAGNA. *Villa Torlonia – San Mauro Pascoli*. Disponível em: https://castelliemiliaromagna.it/it/s/san_mau-ro_pascoli/6098-villa-torlonia. Acesso em: 22 out. 2023.

COMUNE DI SAN MAURO PASCOLI. *Le origini della città - Fondum Sancti Mauri, storia e territorio*. Disponível em: <https://www.comune.sanmauropascoli.fc.it/servizi/Menu/dinamica.aspx?ID=572>. Acesso em: 22 out. 2023.

COMUNE DI SAN MAURO PASCOLI. *La storia del Comune - Epoca medievale, età moderna e contemporanea*. Disponível em: <https://www.comune.sanmauropascoli.fc.it/servizi/menu/dinamica.aspx?ID=10041>. Acesso em: 22 out. 2023.

ENCICLOPEDIA TRECCANI. *San Mauro Pascoli*. Disponível em: <https://www.treccani.it/enciclopedia/san-mauro-pascoli>. Acesso em: 22 out. 2023.

PARCO POESIA PASCOLI. *Villa Torlonia – Tenuta agricola e storia pascoliana*. Disponível em: <https://parcopesiapascoli.it/villatorlonia/>. Acesso em: 22 out. 2023.

WIKIPEDIA. *San Mauro Pascoli (Italia)*. Disponível em: https://it.wikipedia.org/wiki/San_Mauro_Pascoli. Acesso em: 22 out. 2023.

GIOVANNI PASCOLI: O POETA QUE DEU NOME À CIDADE

L'aquilone
(domínio público)
“E rivedo la mia fanciullezza:
un filo bianco si alza nel cielo azzurro...
E io corro, e grido, e rido ancora,
dietro l'aquilone che sfugge al vento,
come allora.”

Giovanni Pascoli nasceu em 31 de dezembro de 1855, em San Mauro — então chamada San Mauro di Romagna em uma casa camponesa que hoje é preservada como museu. Ali passou a infância que mais tarde se tornaria a base emocional e simbólica de sua poesia. Essa casa é um ‘centro de memória da *Romagna* rural e da sensibilidade pascoliana”, oferecendo uma visão concreta da vida cotidiana que formou seus primeiros anos.

Embora seja um dos maiores autores italianos, Pascoli permanece relativamente pouco conhecido no Brasil, mesmo sendo tão influente na história literária da Itália quanto outros gigantes como Carducci e D'Annunzio. Ele é considerado como um dos principais renovadores da poesia italiana no final do século XIX e início do XX, num momento crucial de transição estética.

O que define sua escrita é a combinação singular entre simplicidade lexical, sensibilidade infantil e profunda musicalidade, acompanhada de uma visão da natureza marcada por símbolos, sons e emoções. Ele encontra no mundo cotidiano não apenas temas poéticos, mas chaves emocionais que iluminam os dramas da existência.

Essa poética, às vezes chamada de *poetica del fanciullino*, expressa a crença de Pascoli de que dentro de cada ser humano habita uma criança capaz de ver o mundo com encantamento, fragilidade e verdade.

A infância que Pascoli evocada constantemente não é idealizada como época feliz — mas como lugar de plenitude emocional, rasgado por traumas irreversíveis.

Quando Pascoli tinha apenas 12 anos, seu pai, Ruggero Pascoli, foi assassinado durante uma viagem de retorno à casa, em 1867. Tal crime nunca foi solucionado e o evento marcou profundamente a obra do poeta, aparecendo diretamente em vários de seus poemas, que trazem uma dimensão melancólica, memorialista e muitas vezes marcada pela sensação de perda. Ao mesmo tempo, ele busca reconstituir aquela infância permanente, essa “terra interior”, por meio da imaginação e da memória, como forma de reconstrução afetiva.

Giovanni e seus irmãos enfrentaram enorme pobreza após o assassinato do pai. Sua mãe morreu pouco depois, assim como dois dos irmãos, gerando sucessivas rupturas que transformaram o ambiente familiar em memória antes mesmo da idade adulta.

Pascoli foi acolhido inicialmente por um tio, frequentou o colégio e depois ingressou na Universidade de Bolonha, onde se tornou aluno e depois amigo do grande poeta Giosuè Carducci.

Pascoli não foi apenas poeta: foi também erudito latino premiado internacionalmente. Ganhou mais de dez concursos de poesia latina.

Essa habilidade dupla — de escrever tanto poesia intimista em italiano quanto poesia clássica de alto nível em latim — explica o fascínio que despertou na Itália e na Europa.

E San Mauro não é apenas o lugar de nascimento do poeta: é o núcleo emocional de sua obra. A paisagem campestre, o vento, os ruídos dos animais e da vida camponesa formam a textura sensorial que permeia todos os seus escritos.

A Casa Pascoli descreve esse vínculo como “uma geografia afetiva”, uma terra feita de sons — o rangido da carroça, o canto do galo, o bater dos sinos — e de símbolos: o ninho, as flores, os insetos, a noite estrelada.

Por isso, em 1932, o governo italiano, por decreto real, renomeou oficialmente a cidade de San Mauro di Romagna para San Mauro Pascoli, em homenagem ao poeta.

O poeta transformou um ambiente aparentemente humilde em um universo simbólico de densidade emocional extraordinária.

Pascoli morreu em 6 de abril de 1912, em Bologna. Sua casa em San Mauro tornou-se ponto central de preservação cultural.

O legado do poeta se expressa na atmosfera emocional de San Mauro Pascoli, que associa sua identidade histórica e cultural à sensibilidade pascoliana. A presença de sua poesia é perceptível não apenas na toponímia local e nos monumentos, mas no modo como a cidade se narra, se preserva e se promove culturalmente.

CASA-MUSEU PASCOLI: A MEMÓRIA PRESERVADA

*La cavalla storna
(domínio público)
“Nella casa del padre,
dove ancor arde il focolare spento...”*

No coração de San Mauro Pascoli, encontra-se um dos lugares mais simbólicos da cultura italiana: a *Casa Natale di Giovanni Pascoli*, o lar onde o poeta nasceu em 1855 e onde passou os anos que moldariam para sempre sua sensibilidade literária. Hoje preservada como Casa-Museu, a residência é um dos pilares da memória do poeta e um dos patrimônios culturais mais significativos da região. Trata-se de um espaço declarado *Monumento Nazionale* em 1924, apenas doze anos após a morte de Pascoli, testemunho da importância que a casa possuía já para seus contemporâneos.

Típica construção camponesa da *Romagna* oitocentista, conserva ainda a estrutura original: paredes grossas, telhado de duas águas, portas em madeira robusta e um pequeno quintal que remete diretamente ao ambiente rural frequentemente evocado na poesia pascoliana. Ali, Giovanni viveu os primeiros anos de infância e restam

preservados documentos, móveis, cartas familiares e objetos pessoais que permitem compreender não apenas o poeta, mas o contexto humano e afetivo que o formou.

O valor simbólico da casa está profundamente ligado à poética da infância que Pascoli elaborou em seus textos. Para o poeta, a infância não era uma fase perdida, mas um território interior que continuava a existir na vida adulta. A casa de San Mauro representa esse território originário, ao qual ele retorna através da memória e da imaginação — elementos centrais na construção de sua obra.

Ao longo do século XX, a casa passou por intervenções de restauro, sempre com o objetivo de manter sua estrutura original e preservar o ambiente camponês. Os móveis expostos pertenciam de fato à família Pascoli.

A transformação da residência em museu permite ao visitante ingressar na intimidade do poeta. O percurso expositivo é complementado por painéis informativos, documentos digitalizados e materiais explicativos que contextualizam os eventos familiares, a vida econômica da região e suas tradições rurais.

Além disso, a Casa-Museu é parte integrante do *Parco Poesia Pascoli*, que organiza atividades escolares, festivais literários, exposições temporárias e ações de educação patrimonial que mantêm viva a relação entre a comunidade local e o poeta. Não se trata apenas de preservar um edifício, mas de cultivar uma herança cultural viva.

Visitar a Casa é entrar em um silêncio que ecoa a sensibilidade pascoliana. As salas simples parecem ainda guardar as vozes, passos e gestos daquela família *romagnola* cuja história converteu-se, pela mão do poeta, em memória literária.

DA ITÁLIA PARA O BRASIL — FAMÍLIA BIONDINI ONTEM E HOJE

San Mauro Pascoli, na segunda metade do século XIX, era um pequeno ponto no mapa da *Romagna*, mas para Achille Biondini e

Lucia Paola Mantani era o centro do mundo. Ali nasceram, cresceram, se encontraram e, em 27 de junho de 1887, se casaram, unindo não apenas dois sobrenomes — *Biondini* e *Mantani* —, mas duas linhagens de camponeses e artesãos marcadas por trabalho duro, fé e uma certa teimosia *romagnola* diante das adversidades. Pouco antes, em 25 de maio de 1863, Achille abriu os olhos naquele pedaço de Itália; Lucia, em 16 de fevereiro de 1864. Durante alguns anos, tudo parecia se resolver dentro do horizonte conhecido: a terra, a paróquia, as estações bem marcadas, o dialeto cantarolado no fim do dia.

Foi nesse cenário que chegaram as primeiras filhas: Ernestina, Florida, Benevenuta e, por fim, a pequena Caterina. Mas enquanto a família crescia, o mundo ao redor parecia encolher. A Romagna vivia as tensões da Itália recém-unificada: crise agrária, contratos de *mezzadria* cada vez mais pesados, impostos altos, fome rondando as casas que dependiam da colheita e, por cima de tudo, um clima político efervescente, em que socialistas, republicanos, anarquistas e o Estado liberal se enfrentavam em ruas, tavernas e associações de ofício. As conversas em San Mauro já não eram apenas sobre o tempo e a safra, mas sobre ‘Roma’, ‘a polícia’, ‘os patrões’, ‘a América’. Em famílias como a de Achille e Lucia, a política não era um debate abstrato: chegava na forma de vigilância, de suspeita sobre reuniões, de dificuldades agravadas para quem ousava questionar a ordem.

Nesse caldo de crise social e de conflitos políticos, amadureceu a decisão que mudaria para sempre a história dos Biondini. Em 1896, depois de muitas hesitações, a família escolhe partir para o Brasil. O projeto não era definitivo: como tantos imigrantes da época, Achille e Lucia imaginavam ‘fazer a América’ por alguns anos, juntar algum dinheiro, escapar das desavenças locais e, então, voltar para San Mauro com a vida resolvida. O gesto que mais doeu, e que a memória familiar guarda como ferida e promessa, foi deixar na Itália a filha mais nova, Caterina, aos cuidados dos avós. A distância parecia mais curta quando imaginavam o retorno em poucos anos. O que não sabiam é que essa volta nunca aconteceria, e que a família, dali em diante, se

desenharia em dois ramos separados por um oceano, mas unidos por cartas, fotografias, receitas e visitas que atravessariam o século.

A travessia começou no navio-vapor Colombo, símbolo de uma época em que multidões de europeus cruzavam o Atlântico em busca de terra e trabalho. Em 11 de junho de 1896, a família Biondini registra entrada na hospedaria de imigrantes de Juiz de Fora, em Minas Gerais, um dos portões oficiais daquela política brasileira de ‘atrair braços’ europeus para substituir a mão de obra escravizada recém-liberta. As primeiras noites em território brasileiro misturavam o cansaço da viagem, o estranhamento da língua, os cheiros novos, a sensação de ter perdido quase tudo e, ao mesmo tempo, de estar diante de um recomeço radical.

Da hospedaria, os caminhos foram conduzindo Achille e Lucia até o Arraial do Espírito Santo do Itapecerica, antigo povoado mineiro que, pouco depois, seria rebatizado como Divinópolis. Não era coincidência: a Estrada de Ferro Oeste de Minas havia estendido seus trilhos até ali no fim do século XIX, transformando o velho arraial ribeirinho em entroncamento ferroviário e polo de crescimento urbano. A ferrovia atraía trabalhadores de várias partes: portugueses, italianos, espanhóis e alemães se misturavam à população local, ocupando desde os canteiros de obras até as oficinas, armazéns, casas comerciais e pequenos ofícios urbanos. A história da cidade mostra que a mão de obra imigrante foi fundamental nesse processo de transformação, associando a expansão dos trilhos ao surgimento de um comércio vibrante e de novas sociabilidades urbanas no Centro-Oeste mineiro.

Achille, sapateiro de talento, encontrou no Brasil um terreno fértil para sua arte. Vindo de uma região de longa tradição artesanal, ele logo percebeu que, numa cidade em crescimento, pés bem calçados eram sinal de distinção, mas também de necessidade prática para ferroviários, comerciantes e viajantes. Com o tempo, seu ofício de sapateiro se converteu em negócio próspero: a *Sapataria Norte Americana*, instalada na Avenida São Paulo, aparece anunciada em jornais locais como sinal de modernidade e refinamento, lado a lado

com consultórios, farmácias e outros estabelecimentos de ponta. O nome escolhido para a sapataria, no coração de uma cidade nascente, diz muito sobre a ambição daquele imigrante *romagnolo*, que soube combinar o couro e o martelo ao imaginário cosmopolita da época.

Que Achille tenha se tornado um homem de confiança e prestígio social aparece com nitidez num documento hoje preservado em acervos digitais ligados ao Arquivo Público Municipal: uma procuração lavrada em cartório, datada de 19 de fevereiro de 1909, em que o ferroviário Agostinho Diniz nomeia Achille Biondini como seu procurador para receber os ordenados do mês junto à Estrada de Ferro Oeste de Minas. É uma ‘procuração bastante”, instrumento jurídico dotado de amplos poderes para aquele fim específico: em termos práticos, Achille poderia assinar recibos e dar quitação como se fosse o próprio Agostinho. Numa sociedade em que honra, pontualidade e reputação valiam quase tanto quanto dinheiro, ser procurador oficial de um trabalhador da ferrovia significava ocupar lugar de relevo na teia de confiança que ligava empregados, comerciantes e instituições.

Enquanto o pai se consolidava como artesão respeitado e comerciante moderno, a vida doméstica dos Biondini se reorganizava em solo mineiro. Em Divinópolis nasceram Beluma, Rita, Ludmila, Mariano, Sebastião e José, que se somaram à menina deixada em San Mauro. A casa, agora construída à beira do Itapecerica, ecoava palavras em dialeto romagnolo misturadas ao português mineiro, cheiros de pão e *pida* - apelido dado à piadina, rezas ao Divino Espírito Santo e lembranças de uma Itália distante, evocada em conversas noturnas, fotografias cuidadosamente guardadas e, sobretudo, na cozinha. O cotidiano era duro, marcado por jornadas longas, contas a pagar, adaptação a um clima e a uma sociedade novos, mas havia também o entusiasmo de participar da construção de uma cidade, ver surgir ruas, praças, a igreja, o movimento intenso na estação.

O antigo Arraial do Espírito Santo do Itapecerica, que começara como pequeno núcleo colonial ligado à paróquia e às rotas de tropeiros, foi ganhando outra escala com a ferrovia. Em 1911, o distrito é elevado à condição de vila sob o nome de Henrique Galvão,

e, em 1º de junho de 1912, instala-se oficialmente o município hoje conhecido como Divinópolis, em homenagem ao Divino Espírito Santo. A memória local registra a presença da família Biondini nos atos cívicos daquele momento, incluindo a instalação da Câmara Municipal, em que imigrantes e descendentes já apareciam lado a lado com velhos sobrenomes da região. Era o sinal de que a travessia do Colombo começava a se inscrever na história institucional da cidade: de estrangeiros recém-chegados, os Biondini passavam a ser ‘da casa’, ajudando a pensar o futuro de Divinópolis.

Se Achille fez do couro um caminho de ascensão social, coube a seu filho Mariano traduzir esse capital em linguagem esportiva e cívica. A chegada do futebol ao Centro-Oeste mineiro, estreitamente vinculada aos trilhos da Estrada de Ferro Oeste de Minas, encontrou em Divinópolis um terreno fértil. Por volta de 1915, surgem os primeiros clubes organizados, entre eles o *Divinopolis Foot Ball Club*, que se tornaria referência na cidade. Em 1917, uma delegação do clube viaja a Oliveira para uma partida amistosa; nos jornais que noticiam o evento, Mariano Biondini aparece citado como filho do comerciante Achille Biondini, proprietário da *Sapataria Norte Americana*. O texto ressalta o perfil social ‘refinado’ da comitiva, que incluía dentistas, coletores de impostos e o jovem Biondini — um grupo que monopolizava inicialmente a prática institucional do *foot-ball* na cidade.

O nome de Mariano volta a surgir, uma década depois, quando o *Divinopolis Foot Ball Club* é reorganizado em 1927. A diretoria então eleita reúne figuras de prestígio: jornalistas, comerciantes, adjuntos do promotor de justiça, delegados de polícia. Mariano Biondini é mencionado como 1º capitão do clube; outro Biondini, José, ocupa o cargo de 2º secretário. Essa dupla inserção — no mundo do futebol — mostra como a família havia se integrado ao núcleo dirigente de Divinópolis. O sobrenome Biondini, que chegara ao Brasil com medo, incerteza e marcas de crise política italiana, convertia-se aqui em emblema de ordem, modernidade e espírito esportivo.

Há ainda referências que sugerem a participação de Mariano também na fundação ou reorganização do *Primeiro de Junho Sport*

Club, clube amador que, segundo alguns anuários, teria contado com sua liderança. O fato de Mariano circular entre diversas agremiações esportivas reforça sua imagem de pioneiro do futebol em Divinópolis, articulando partidas intermunicipais, viagens de delegações e festas que movimentavam o comércio, as bandas de música e a vida social.

Enquanto o futebol ganhava força, outras frentes da família se consolidavam. Sebastião, penúltimo filho de Achille, casou-se em 1930 com Conceição Jardim, integrando-se a outra família ligada ao comércio e à ferrovia — seu sogro. Vitorino Jardim, português da Ilha da Madeira, detinha a concessão do restaurante da estação ferroviária de Azurita, distrito de Mateus Leme. Sebastião e Conceição, então com seus quatro primeiros filhos, Achille, Sebastião, Vitorino e Hugo, deixam Divinópolis e mudam-se para lá. E nos anos em que administraram seu armazém de secos e molhados, nascera no lugarejo seus outros filhos: Terezinha, João e Eglacir.

Mais tarde, devido à idade e enfermidades, Vitorino Jardim afasta-se das atividades do restaurante, já consolidado ponto de encontro de viajantes, ferroviários, políticos, caixeiros-viajantes e moradores locais, passando a administração para seu genro Sebastião Biondini. Ali trabalharam seus filhos, aprendendo na prática a arte de servir, ouvir histórias, decifrar sotaques e humores.

Com o tempo, a família muda-se para Belo Horizonte, abrindo um restaurante no bairro Carlos Prates. Em cada mudança, o que se levava não eram apenas móveis e utensílios, mas um modo de receber, temperar e congregar que vinha de San Mauro e fora reelaborado nas margens do Itapecerica.

Os filhos de Sebastião e Conceição — Achille Biondini Neto, Sebastião Biondini Filho, Vitorino Biondini, Hugo Biondini, Terezinha Biondini, João Biondini e Gilson Eglacir Biondini — reconstituíram, em terras brasileiras, aquela mesma multiplicação de ramos familiares que um dia começara na pequena casa romagnola. Mesmo destino traçaram seus netos e bisnetos. A diferença é que, agora, os caminhos profissionais se abriam em muitas direções: comércio, direito, serviço público, saúde, indústria, artes, música, docência e política. Era como

se a família tivesse decidido ocupar, na sociedade brasileira, o maior número possível de espaços, sem jamais esquecer que, no fundo, tudo começara com um sapateiro que cruzou o oceano e uma menina deixada na Itália com a promessa do reencontro.

Na cozinha, as marcas dessa memória ficaram especialmente vivas. As *Biondinadas* — grandes encontros familiares dos Biondini — tornaram-se verdadeira celebração de gastronomia e afeto. Nelas, a *Piadina Romagnola*, batizada carinhosamente de *Pida*, é aberta e assada com o mesmo cuidado de outrora; o *Capelletti* feito à mão, as massas artesanais, as receitas camponesas adaptadas aos ingredientes mineiros compõem uma mesa que é, ao mesmo tempo, italiana e brasileira. Esses sabores, que atravessaram o Atlântico ao lado de documentos, santinhos e retratos, encontraram novas formas de existir na fábrica de temperos e molhos *Casa Biondini* e na *Cantina Don Biondini*, empreendimentos que, em pleno século XXI, mantêm viva a tradição culinária italiana em Minas Gerais, reinterpretando-a com criatividade e rigor.

Hoje, quando se senta à mesa de um restaurante comandado por descendentes de Achille e Lucia, não é apenas um prato que se recebe: é uma história. O molho que recobre a massa carrega ecos da miséria que empurrou famílias *romagnolas* para a emigração; o pão servido ao centro lembra a fartura sonhada por quem passou fome; o vinho, compartilhado em taças que se tocam, celebra a rede de laços que foi capaz de atravessar guerras, crises políticas, recessões econômicas, e ainda assim preservar um núcleo de pertencimento: a família.

No plano afetivo, o reconhecimento da cidadania italiana para os Biondini atuais fecha simbolicamente o círculo iniciado em 1896. Ao tornar-se, formalmente, também cidadãos italianos, os descendentes de Achille e Lucia não renunciam a sua brasilidade; ao contrário, a fortalecem, porque podem olhar sua história com duas chaves ao mesmo tempo. De um lado, há o Brasil que os acolheu, lhes deu escola, trabalho, espaço na vida pública e cultural; de outro, a Itália que continuou a existir concretamente na figura de Caterina, dos filhos, netos e bisnetos que permaneceram em San Mauro Pascoli,

guardando a memória dos irmãos que partiram e da irmãzinha que ficara. As visitas de lá para cá — italianos conhecendo Divinópolis e Belo Horizonte — e daqui para lá — brasileiros conhecendo as ruas, a paróquia, o cemitério e as paisagens de San Mauro — compõem, ainda hoje, uma espécie de ponte viva entre os dois mundos.

Aliás, naquela época distante, o vínculo entre as famílias era firmado por trocas de cartas, entre irmãos que não se conheciam pessoalmente. Mais tarde, Caterina, seus filhos e netos tiveram a oportunidade de receberem seu irmão caçula, José, que fora visitá-los e conhecê-los pessoalmente. Na estação ferroviária de San Mauro, os filhos de Caterina relataram que presenciaram o mais bonito, afetuoso e demorado abraço de suas vidas. Era o encontro da família separada há anos, dos olhos embargados em lágrimas de uma senhora que gritava Giuseppe, apertando fortemente seu irmão caçula que acabara de conhecer.

Essa ponte hoje não é feita apenas de viagens turísticas, mas de amor e compromisso. Ao abrir suas casas para os parentes de San Mauro, os Biondini brasileiros reconhecem, na prática, a dívida com aquela menina deixada para trás, com os avós que a criaram, com os parentes que mantiveram viva a memória de Achille e Lucia apesar da distância. Ao serem recebidos na Itália, os Biondini brasileiros reencontram o sotaque, o cheiro de pão, a luz diferente e, talvez, um certo modo de caminhar pelas ruas que, sem perceber, herdaram de antepassados que nunca conheceram pessoalmente.

No Brasil, o sobrenome Biondini passou a significar família extensa, mesa farta, lealdade aos laços de sangue e de amizade, mas também presença ativa na sociedade. Entre os descendentes de Achille, encontram-se músicos, cozinheiros, advogados, servidores públicos, profissionais da saúde, veterinários, empresários, engenheiros, professores, e representantes no parlamento, atuando em diferentes frentes da vida política e comunitária de Minas Gerais. A mesma religiosidade e energia que um dia moveu um jovem sapateiro a atravessar o mar parece reaparecer, transformada em vocação, em desejo de servir, em capacidade de dialogar com mundos diversos.

Quando se olha, em conjunto, a trajetória da família — de San Mauro ao Arraial do Espírito Santo do Itapecerica, da *Sapataria Norte Americana* ao *Divinópolis Foot Ball Club*, da procuração de cartório às *Biondinadas* contemporâneas — percebe-se que os Biondini fizeram mais do que se adaptar: ajudaram a reinventar os espaços por onde passaram. Em Divinópolis, foram parte da transição de arraial rural a cidade ferroviária e industrial; no futebol, participaram da construção de uma nova sociabilidade urbana, feita de rivalidades esportivas e cavalheirismo; na gastronomia, converteram saudade em tempero; na política, trouxeram para a esfera pública o mesmo senso de responsabilidade que antes aplicavam à família, ao ofício, à paróquia.

No fim, o que permanece não é apenas a linha do tempo com datas, cargos e endereços, mas uma espécie de vocação para o encontro. A família Biondini encarna, em sua própria história, a capacidade de um recomeço, uma ferramenta de integração, um projeto de futuro. Entre San Mauro Pascoli e Divinópolis, entre o vapor Colombo e a estação da Estrada de Ferro Oeste de Minas, entre a *piadina* e o pão de queijo, entre o dialeto *romagnolo* e o ‘uai’, construiu-se um percurso em que tradição e mudança não se opõem, mas se abraçam. E é talvez nesse abraço — firme, caloroso, teimosamente amoroso — que reside o verdadeiro legado da família: mostrar que, mesmo quando a origem está distante, a cozinha, a música, o trabalho e o afeto podem costurar, pacientemente, um lugar de pertença e de esperança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira. *A mania intoxicadora: introdução clubística e consolidação dos sentidos de competitividade do foot-ball no Centro-Oeste Mineiro (1888–1930)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/outros/programa-academia-futebol/teses-e-dissertacoes/a-mania-intoxicadora-introducao-clubistica-e-consolidacao-dos-sentidos-de-competitividade-do-foot-ball-no-centro-oeste-mineiro-1888-1930-daniel-venancio-de-oliveira-amaral.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

COELHO, Larissa Araújo. *Do arraial ao município: o contributo da mão-de-obra imigrante para o desenvolvimento da cidade de Divinópolis no Centro-Oeste mineiro*. [S.l.]: Seminário História e Memória, 2014. Disponível em: https://seminariohistoriaememoria.files.wordpress.com/2014/12/do_arraial_ao_municipio_o_contributo_da_mao_de_obra_imigrante_para_o_desenvolvimento_da_cidade_de_divinopolis_no_centro_oeste_mineiro.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira. *Mercado do entretenimento e circuitos futebolísticos nos sertões de Minas (1880–1930)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ARQUIVOPÚBLICOMINEIRO. *Módulo de Imigrantes – Acervo Digital*. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/imigrantes/brtacervo.php?cid>. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Programa Academia do Futebol – Teses e Dissertações*. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/outros/programa-academia-futebol/teses-e-dissertacoes>. Acesso em: 18 set. 2025.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Hemeroteca Digital Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 18 set. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS. *História da cidade*. Disponível em: <https://www.cmd.divinopolis.mg.gov.br> Acesso em: 18 nov. 2025.

PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS. *Histórico do município*. Disponível em: <https://www.divinopolis.mg.gov.br> Acesso em: 18 set. 2025.

IBGE. *Biblioteca Digital do IBGE – História dos municípios mineiros*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 18 set. 2025.

A ESTRELLA D'OESTE. “Desporto”. Divinópolis, p. 1, 25 dez. 1927. Acervo consultado via Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital Brasileira).

FOLHA DE MINAS. “Sapataria Norte Americana”. Divinópolis, p. 3, 19 mar. 1916.

GAZETA DE MINAS. Oliveira (MG). Diversas edições entre 1915 e 1917. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Brasil 500 Anos: Imigração Italiana*. Brasília: MinC, 2000.

MOURÃO, Anamaria. *Mamma Mia!: os imigrantes italianos e a poeira de Minas*. Belo Horizonte: [editora não identificada].

COLORINDO A HISTÓRIA DE DIVINÓPOLIS. *Acervo digital sobre história local*. Disponível em: <https://colorindoahistoria.wordpress.com> . Acesso em: 18 nov. 2025.

PORTAL MINAS GERAIS. *Estação Ferroviária Henrique Galvão e memória da EFOM*. Disponível em: <https://www.portalminasgerais.com.br>. Acesso em: 18 nov. 2025.

IPATRIMÔNIO. *Estrada de Ferro Oeste de Minas – Estação Henrique Galvão*. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org>. Acesso em: 18 nov. 2025.

COMUNE DI SAN MAURO PASCOLI. *Storia del territorio romagnolo*. Disponível em: <https://www.comune.sanmauropascoli.fc.it>. Acesso em: 18 out. 2025.

EMILIA-ROMAGNA CULTURA. *Archivi storici e documentazione local*. Disponível em: <https://www.regione.emilia-romagna.it>. Acesso em: 18 out. 2025.

DIALNET. *Revista Maracanan – Artigo sobre futebol amador mineiro*. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es>. Acesso em: 18 set. 2025.

CASA PASCOLI. *Casa natale di Giovanni Pascoli – Museo*. San Mauro Pascoli, Itália. Disponível em: <https://www.casapascoli.it/>. Acesso em: 22 out. 2025.

PARCO POESIA PASCOLI. *Museo Casa Pascoli – Casa natale del poeta*. Disponível em: <https://parcopesiapascoli.it/museo-casa-pascoli/>. Acesso em: 22 out. 2025.

ENCICLOPEDIA TRECCANI. *Giovanni Pascoli*. Disponível em: <https://www.treccani.it/enciclopedia/giovanni-pascoli/>. Acesso em: 22 out. 2025.

GAZZETTA UFFICIALE DEL REGNO D'ITALIA. *Regio Decreto 22 febbraio 1932, n. 57 – Cambiamento di denominazione del Comune di San*

Mauro in “San Mauro Pascoli”. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/gu/1932/02/22/43/sg/pdf>. Acesso em: 22 out. 2025.

WIKISOURCE ITALIA. *La cavalla storna* (testo integrale – dominio pubblico). Disponível em: https://it.wikisource.org/wiki/La_cavalla_storna. Acesso em: 22 out. 2025.

COGNOME.EU. *Cognome Biondini: origine e significato*. Disponível em: <https://cognome.eu/cognome-biondini>. Acesso em: 13 nov 2025.

COGNOMIX. *Diffusione del cognome Biondini in Italia*. Disponível em: <https://www.cognomix.it/mappe-dei-cognomi-italiani/BIONDINI>. Acesso em: 13 nov 2025.

GENS ITALIA. *Mappa dei cognomi italiani*. Disponível em: <https://www.gens.info/italia/it/turismo-viaggi-e-tradizioni-italia?cognome=biondini&t=cognomi&x=0&y=0>. Acesso em: 13 nov 2025.

PAGINAINIZIO. *Cognomi italiani: significato e origine*. Disponível em: <https://www.paginainizio.com/significato-cognome/biondini.html>. Acesso em: 13 nov 2025.

WISDOMLIB. *Significato del cognome Biondini*. Disponível em: <https://www.wisdomlib.org/it/names/biondini>. Acesso em: 13 nov 2025.

AMARESA SAN MAURO. *Storia di San Mauro Pascoli*. Disponível em: <https://www.amaresanmauro.it/storia/>. Acesso em: 22 out. 2023.

CASA PASCOLI; PARCO POESIA PASCOLI. *Museo Casa Pascoli – Casa natale del poeta*. Disponível em: <https://parcopoesiapascoli.it/museocasapascoli/>. Acesso em: 22 out. 2023.

CASTELLI DELL’EMILIA-ROMAGNA. *Villa Torlonia – San Mauro Pascoli*. Disponível em: https://castelliemiliaromagna.it/it/s/san_mau-ro_pascoli/6098-villa-torlonia. Acesso em: 22 out. 2023.

COMUNE DI SAN MAURO PASCOLI. *Le origini della città – Comune di San Mauro Pascoli (FC)*. Disponível em: <https://www.comune.sanmauropascoli.fc.it/servizi/Menu/dinamica.aspx?ID=572>. Acesso em: 22 out. 2023.

ENCICLOPEDIA TRECCANI. *Pàscoli, Giovanni – Enciclopedia Italiana*. Disponível em: <https://www.treccani.it/enciclopedia/giovanni-pascoli>. Acesso em: 22 out. 2023.

GAZZETTA UFFICIALE DEL REGNO D'ITALIA. R. *Decreto 22 settembre 1932, n. 1350 – Autorizzazione al comune di San Mauro di Romagna a cambiare la propria denominazione in quella di «San Mauro Pascoli» (G.U. 25 ottobre 1932, n. 248)*. Fac-símile disponível em: <https://www.comune.sanmauropascoli.fc.it/servizi/gestionedocumentale/visualizzadocumento.aspx?ID=10577>. Acesso em: 22 out. 2023.

UNIVERSITÀ DI BOLOGNA. *Giovanni Pascoli – Alumni e personaggi celebri*. Disponível em: <https://www.unibo.it/it/ateneo/chi-siamo/la-nostra-storia/alumni-e-personaggi-celebri/giovanni-pascoli>. Acesso em: 22 out. 2023.

WIKISOURCE ITALIA. *Giovanni Pascoli – “L’aquilone”, in Primi poemetti (testo completo, dominio pubblico)*. Disponível em: https://it.wikisource.org/wiki/Primi_poemetti/L%27aquilone. Acesso em: 22 out. 2023.

ITALIANOS E O BRASIL ANTES DA “GRANDE IMIGRAÇÃO”

Pedro Luiz Rodrigues

Comemorou-se, em 21 de fevereiro de 2024, o 150º aniversário do início da imigração italiana para o Brasil, sendo seu marco inaugural o dia em que atracou no porto de Vitória, no Espírito Santo, o navio *La Sofia*, vindo de Gênova com quase quatrocentas pessoas a bordo.

Nos cinquenta anos seguintes, cerca de 1,6 milhão de italianos tomariam a mesma iniciativa, de deixar seu país-natal, a Itália, e vir para o Brasil, em busca de uma vida melhor. Quem organizou a vinda desse primeiro grupo foi um italiano que chegara ao Brasil um quarto de século antes, Pietro Antonio Giacomo Giuseppe Tabacchi. Faleceu em junho de 1874, quatro meses depois do desembarque de seus conterrâneos.

Para as família italianas, que a partir de então começaram a afluir ao Brasil em grandes levadas, os primeiros anos terão sido difíceis, mas de modo geral integraram-se sem grandes traumas à sociedade brasileira. A língua, uma óbvia dificuldade, não chegou todavia a se constituir em barreira intransponível, em particular para os mais jovens. Felizmente, havia outros aspectos a servir de elo de aproximação com os residentes locais: a religião e a religiosidade, hábitos e costumes.

Mas houve outro fator positivo a ser considerado, relacionado à aceitação dos recém-chegados: a existência de uma simpatia difusa dos naturais da terra em relação aos italianos, cujos nomes e sobrenomes já lhes soavam familiares, ou por terem sido personagens recentes de nossa história, ou por fazerem parte de alguma das milhares de famílias italianas que já tinham se estabelecido no Brasil - do Rio Grande do Sul à Bahia - a partir das primeiras décadas do século XIX. Pietro Tabacchi foi apenas um deles.

Quando se volta no tempo, à procura de nomes e indícios da participação italiana nos assuntos do Brasil - e antes do Brasil, nos de Portugal - logo se percebe o desafio ciclópico que se abre diante de

nós. Fazer um trabalho de profundidade demandaria anos, enquanto o que aqui se apresenta, que podemos chamar de um esboço, foi feito em dois meses. Não tem este texto, portanto, qualquer pretensão acadêmica, sendo mais o resultado de um garimpo movido por uma curiosidade de natureza jornalística, curiosidade que acabou por nos conduzir ao século XIII. Como síntese, fica a percepção de que há nove séculos Portugal, Brasil e Itália têm andado de braços dados, em bons e em maus momentos, na aventura de construir suas respectivas personalidades como povos e nações.

*

Poucos anos antes do início (1874) da grande imigração italiana para o Brasil, alguns italianos, residentes em regiões de nossa fronteira meridional, sofreram na pele, como se brasileiros fossem, os efeitos da Guerra do Paraguai (1864-1870). **Em 1868, ao cônsul em Porto Alegre, súditos italianos residentes em Itaqui, no Rio Grande do Sul, reivindicavam indenização pelas perdas sofridas durante a invasão do exército paraguaio à Província.**

Outras famílias italianas, que antes da guerra haviam subido os rios da Prata e o Paraguai – cujo trânsito antes da guerra estivera franqueado - haviam se instalado no Mato Grosso, como foi o caso de Manuel Cavassa, um comerciante que lá chegou em 1842, e que deixaria um relato do que passou em mãos dos paraguaios. Estes, em agosto de 1866 invadiram Corumbá e levaram presos, além de Cavassa, todos os homens da região, entre os quais os italianos Nicola Canale, Tomasio DeLucca, Emanuele Bianchi e Vicente Solari.

Em viagem de estudos, que em 1868 o levou ao Mato Grosso, Bartolomeu Rossi encontrou, em Cuiabá, um casal de milaneses muito afáveis, e um não tão simpático Carlo Novelli. Pouco depois, em 1871, chegavam à mesma cidade os irmãos Nicola, Rafael e Francisco Verlangieri. Nos anos imediatamente posteriores ao fim da Guerra do Paraguai, com a reabertura da navegação pelo rio Paraguai, outros italianos vieram também para a região, como os irmãos Rebuá, o mascate José Dulce, e membros das famílias Barbieri, Capriata,

Carletti, Cerzósimo, Fragelli, Giordano, Lotufo, Maiolino, Mandetta, Puccini, Scarcelli, Schiffini, Sempri, Sogari e Ricci.

*

Em termos de número de residentes italianos, o Rio de Janeiro, capital do Império, era *hors-concours* em meados do século XIX: a Imperatriz Teresa Cristina era napolitana, como muitos integrantes de sua *entourage*, entre os quais se incluíam músicos, artistas e prestadores de serviços diversos. Além disso, muitas famílias italianas optaram por viver em Petrópolis (inaugurada em 1847), convivendo com a elite carioca que subia a serra todos os anos, para passar o verão em clima ameno, na vizinhança da família imperial.

Quando os primeiros imigrantes da grande onda chegaram ao Brasil, em 1874, ainda estava fresca na memória da opinião pública a Guerra dos Farrapos (1835-1845). A dupla constituída por Giuseppe Garibaldi e sua mulher brasileira, Anita, não tardou a ser romantizada, difundindo-se a imagem de heróis revolucionários unidos por um amor épico, transcendendo fronteiras e ideais políticos. Eram os Garibaldi - e seus companheiros Luigi Rossetti, Giovanni Battista Cuneo e Tito Lívio Zambecari (e outros, menos conhecidos: Anzani, Mutru, Carniglia, Staderini e Nadone) - os “heróis de dois mundos”.

Entre os intelectuais liberais brasileiros, que então se concentravam no Rio, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, surgira um mártir a ser reverenciado, o italiano Giovanni Battista *Liberò* Badaró, o nosso Libero Badaró, assassinado em defesa de seus princípios, em São Paulo, em 1830. Um dos que, em 1826, com ele haviam vindo para o Brasil, o médico Cesar Zama, de Faenza, teria o mesmo fim de seu amigo. De início foi viver em São Paulo. Transferiu-se mais tarde para Caetité, no alto sertão da Bahia, onde casou-se com Rita de Souza Spínola. Morreu lá, assassinado por um escravo da família.

Adicionalmente à cobertura da imprensa ao episódio Badaró e à Guerra dos Farrapos, eram frequentes na imprensa do Rio de Janeiro, as notas de faits-divers sobre integrantes do séquito pessoal da Imperatriz, a napolitana Teresa-Cristina de Bourbon-Duas Sicílias, esposa de Dom Pedro II, cognominada a “Mãe dos Brasileiros”.

No Rio de Janeiro, capital do Império, nomes italianos apareciam com frequência nos almanaques e no noticiário dos jornais. Em 1810, há o registro da chegada ao Rio do músico Fortunato Mazziotti - nomeado mestre da Capela Real por Dom João VI - e de seus irmãos, cantores, Giovanni Paolo e Carlo. Em 1816, circulava na Corte e nas igrejas o Monsenhor Lorenzo, Conde de Caleppi, Arcebispo de Nisíbi, e Núncio Apostólico de S. Santidade, e entre os diplomatas brasileiros havia um Pedro Colonna. Giuseppe Raddi foi um botânico e naturalista florentino que veio para o Brasil em 1817, acompanhando a Arquiduquesa Leopoldina da Áustria, então noiva do Imperador do Brasil Dom Pedro I, como integrante da missão austríaca que veio pesquisar a flora e a fauna brasileiras.

Paulo Jerônimo Bregaro, brasileiro, descendente de italianos, ficou famoso por ter entregado a Dom Pedro as cartas com as exigências de Portugal e que serviram de estopim para a Proclamação da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822. Por tal desempenho, Bregaro foi alçado à condição de patrono dos Correios. Em 1824, José Maria Targini era “moço da Câmara” imperial, e, em 1851, provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de São João Batista da Lagoa Rodrigo de Freitas. O pintor Nicola Antonio Facchinetti, de Treviso, veio para o Brasil em 1849 e se dedicou inicialmente à cenografia e retratos, para depois se consagrar na pintura de paisagens cariocas.

Muitas pessoas, italianas natas, ou seus descendentes, deixaram sua presença registrada nos almanaques que circulavam no Rio de Janeiro, até 1830: Biencardi, Bidegorri (professor de ginástica), Nozzi, Muzzi (médico), Portelli (general). No Almanaque Laemmert de 1849 encontramos: Albertazzi (professor de flauta), Benassi (ourives), Bevilacqua (professor de piano e canto), Berutti (alfaiate), Bollina, Bompani (médico), Boselli (negociante de jóias), Burlamachi (Museu Nacional), Bruni (professor de harpa), D’Ambrosio (boticário), De Simoni (médico, um dos fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro), Edolo (guarda-livros), Farani (ourives), Falletti (professor de latim), Falletti (escultor), Favilla (comerciante), Folco

(comerciante), Forleroli (sapateiro), Francionni (sorveteiro de Sua Majestade e proprietário do Hotel do Norte, no Rio), Gaggini (comerciante), Garbazza (cirurgião, inventor do bálsamo homogêneo simpático), Giacomo (desenhista), Giusiano (proprietário de café no Largo da Carioca), Lasagna (pintor, retratista), Liberalli (tenente), Lumachi (moço da Câmara Imperial), Machiavelli (entalhador), Malla (entalhador), Majorani (professor de piano e canto), Melloni (alfaiate), Muinello (fabricante de pianos), Murinelli (taquígrafo), Nervi (fabricante de ceras), Nocetti (fabricante de sombrinhas), Orlandini (professor de línguas), Peretti (presidente da Província do Piauí), Persiani (médico), Sqazzafici (proprietário do Hotel Itália, no Rio), Tasso (dono de padaria), Tolentino (barbeiro), Tornaghi (professor de música), Vaccani (professor de piano e canto), Vandelli, Vinci (ourives), Zignano (irmãos, comerciantes), entre muitos outros.

A cobertura relacionada ao casamento imperial foi extensiva entre 1842 e 1843, mas no dia-a-dia, publicavam-se notas sobre o já mencionado Fortunato Mazziotti, professor de piano do Imperador; Arcângelo Fiorito, tenor, professor de canto e mestre de capela imperial no Rio de Janeiro; Isidoro Bevilacqua, maestro genovês que foi professor de música da família imperial (e que em 1846 abriu uma reputada loja de instrumentos musicais e partituras no centro do Rio); um Briani (não se sabe se nome ou sobrenome) era, à época, professor do Conservatório de Música do Rio de Janeiro); Giochino Giannini, chegou ao Rio em 1846, como diretor de uma companhia lírica italiana, ficou no Brasil e foi professor de composição e órgão no Imperial Conservatório de Música. Como joalheiros, destacavam-se na capital os irmãos Domenico e Cesare Farane (os joalheiros oficiais da Corte). Alessandro Cicarelli Manzoni, pintor, desenhista e professor napolitano, chegou ao Brasil em 1843 (onde permaneceu até 1848), tornando-se professor de desenho da Imperatriz Maria Teresa. Obras suas, com temas brasileiros podem ser encontradas na Pinacoteca do Estado de São Paulo e no Museu Nacional de Belas Artes.

No mesmo ano de 1843, D. Pedro II assinou decreto dispendo sobre a criação de Petrópolis, na serra fluminense, dando início.

150 anos da Imigração Italiana no Brasil

150 ANOS DE IMIGRAÇÃO ITALIANA VISTOS POR UMA HISTÓRIA DE FAMÍLIA

Astronauta Marcos Pontes³⁵

Quando falamos em imigração italiana no Brasil, é fácil pensar em números: quantos vieram, em que anos chegaram, para quais regiões se deslocaram. Mas, para mim, esse fenômeno histórico nunca foi feito de estatísticas. Ele sempre teve rosto, voz, cheiro de café passado na cozinha, som de conselho repetido inúmeras vezes à beira da mesa. A imigração italiana, na minha vida, tem nome e sobrenome: minha mãe, dona Zuleika.

Filha de italianos, mulher de trabalho duro e de uma fé inabalável, foi ela quem deu forma aos primeiros valores que carreguei comigo – e que, mais tarde, levaria para a Força Aérea Brasileira, para a Estação Espacial Internacional e, hoje, para o Senado Federal. Na casa simples em Bauru, no interior de São Paulo, não se falava em “política de cooperação internacional” ou “transferência de tecnologia”. Falava-se em honestidade, estudo, responsabilidade e coragem para sonhar alto. A ligação com a Itália não vinha em discursos solenes, mas no modo de agir: a disciplina silenciosa, o orgulho da família, a teimosia boa de quem não desiste facilmente, o cuidado com cada pequeno detalhe do que se faz.

Lembro da primeira vez em que falei para minha mãe que queria ser piloto, que sonhava em voar, que olhava para o céu e me imaginava lá em cima, no comando de um avião. Mais tarde, esse sonho cresceria ainda mais, transformando-se na vontade de ser astronauta. Para muitos, era um devaneio inalcançável para um menino de origem humilde. Para ela, não. Dona Zuleika não tinha os termos técnicos, não conhecia os caminhos formais da carreira militar ou da engenharia aeronáutica, mas possuía algo ainda mais valioso: a certeza de que um sonho, quando encontrado, precisa ser perseguido com seriedade. Em vez de me desencorajar, ela me disse que, se esse era o meu sonho, eu

35 Senador PL/SP

deveria estudá-lo, trabalhar por ele, insistir, cair e levantar quantas vezes fosse necessário.

É por isso que, quando o Brasil celebra os 150 anos da imigração italiana, eu não consigo enxergar essa história apenas como um capítulo distante dos livros de História. Eu a vejo na figura da minha mãe italiana, de olhos firmes e palavras diretas, moldando o caráter de um menino em Bauru. Vejo a imigração italiana no gesto diário de acordar cedo, de economizar, de insistir nos estudos, de valorizar a palavra dada. Vejo, acima de tudo, a imigração italiana como uma força silenciosa e persistente que empurra o país para frente – primeiro dentro das famílias, depois dentro das instituições.

Mais tarde, quando ingressei na Força Aérea Brasileira, percebi que aquela herança não era apenas emocional. Ela se estendia também ao campo da tecnologia e da defesa. O jovem cadete que caminhava pelos pátios da Academia da Força Aérea trazia no sobrenome e na educação o peso de gerações de imigrantes que tinham cruzado o oceano em busca de uma vida melhor. E, alguns anos depois, esse mesmo jovem se veria no cockpit de um avião que simbolizava, de forma concreta, a cooperação entre Brasil e Itália: o Xavante, um jato de treinamento e ataque leve derivado de um projeto italiano, produzido aqui, pela Embraer.

Naquele momento, sem talvez perceber todas as dimensões disso, eu estava literalmente sentado dentro de um capítulo vivo da história da imigração italiana. Um filho de italiana, formado na Força Aérea Brasileira, pilotando um jato de origem italiana fabricado no Brasil. Por trás daquele avião, havia acordos, engenheiros, linhas de montagem, transferência de tecnologia, empregos qualificados. Mas, na base de tudo, havia a mesma lógica que um dia trouxe meus antepassados para cá: a decisão de construir algo novo em terras brasileiras, somando o melhor da Itália ao potencial do Brasil.

Este capítulo nasce, portanto, desse encontro entre o íntimo e o institucional. Não quero falar da imigração italiana apenas como fenômeno demográfico. Quero convidar o leitor a percorrer uma trajetória que começa na cozinha de dona Zuleika e atravessa o hangar

da Força Aérea, as fábricas da Embraer, os projetos do Exército Brasileiro e as parcerias tecnológicas que deram origem ao Xavante, ao AMX, ao Guarani e, mais recentemente, à escolha do Centauro II como caça-tanque sobre rodas.

Ao longo das páginas que seguem, vou tentar mostrar como a herança italiana se manifesta em duas frentes inseparáveis: na formação de pessoas – com seus valores, sua ética e sua capacidade de sonhar – e na construção de uma base tecnológica robusta, capaz de colocar o Brasil em outro patamar na área de defesa e inovação. Da determinação de uma mãe que dizia “estuda e segue em frente” até os projetos complexos que envolvem aviação militar e blindados modernos, há um fio contínuo de história ítalo-brasileira. É esse fio que pretendo desenrolar aqui, com o olhar de quem viu, de dentro, o impacto dessas parcerias e carrega, no mesmo peito, o orgulho de ser brasileiro e descendente de italianos.

Quando penso na minha mãe, a primeira imagem que me vem à mente não é a de um documento, de uma árvore genealógica ou de uma bandeira. É a presença dela, concreta, ali na nossa casa em Bauru: a voz firme, o olhar decidido, a forma de segurar as coisas com cuidado – como quem sabe o valor que cada objeto tem, porque nada veio fácil. Filha de italianos, dona Zuleika carregava a Itália não apenas no sangue, mas no jeito de viver. Havia algo na postura, na forma de falar, no equilíbrio entre carinho e rigor que lembrava, mesmo sem que eu soubesse na época, esse espírito típico das famílias que cruzaram o oceano para recomeçar a vida em um país desconhecido.

A nossa casa era simples, como a de tantos brasileiros. Mas, dentro dela, vigorava uma ordem muito clara: ninguém estava dispensado de fazer a sua parte. A rotina dela começava cedo, terminava tarde, e no meio disso cabiam trabalho, cuidados com a família, preocupações com as contas, cuidado com a comida, atenção com a nossa educação. Era uma disciplina silenciosa. Não havia discursos longos, havia exemplo. Ela não precisava dizer que respeitava o trabalho – bastava ver a forma como encarava cada dia, sem reclamar, com aquela

determinação que, hoje eu entendo, vinha dessa tradição italiana de valorizar o esforço, a honra e a palavra cumprida.

Naquele ambiente, aprendi cedo que o estudo não era um “extra”: era o caminho. Minha mãe podia não conhecer, em detalhes, como funcionava a Academia da Força Aérea, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica ou a NASA, mas ela conhecia algo mais fundamental: a lógica da vida real. Sabia que um menino de família humilde, se quisesse voar alto, não poderia contar com atalhos. Quando eu chegava da escola, o recado era simples e constante: fazer a tarefa, estudar mais um pouco, aproveitar as oportunidades. Não havia glamour nenhum no sonho – havia esforço, repetição, insistência. E, sempre que eu dizia que queria ser piloto, que depois queria ser astronauta, ela me ouvia com atenção, sem fazer pouco do sonho, mas sem romantizar o caminho. Dizia que, se esse era o meu objetivo, eu teria de me preparar, de ser melhor a cada dia, de não ter medo do trabalho duro.

A italianidade dela aparecia também na forma de educar pelo afeto firme. Ela não era de discursos emocionados, mas de gestos consistentes. Corrigia quando era preciso, chamava a atenção com energia, mas também fazia questão de estar presente nos momentos decisivos. Havia muito de “mãe italiana” naquele cuidado com a comida à mesa, naquele interesse pela nossa saúde, naquele orgulho contido a cada pequena conquista. Ao mesmo tempo, não havia espaço para vitimismo. As dificuldades eram reconhecidas, mas nunca tratadas como desculpa para desistir. Essa combinação de acolhimento e exigência, de carinho e responsabilidade, foi moldando, pouco a pouco, o meu caráter.

Outro ponto marcante era a fé. Minha mãe tinha uma devoção sincera, simples, sem ostentação. A religião não era um enfeite de fim de semana, mas uma forma de encarar o mundo. Diante das incertezas, ela recorria à oração – não como fuga, mas como fonte de força. E, ao nos levar consigo nessa prática, passava uma mensagem importante: a de que a vida exige tanto esforço quanto confiança. A fé, para ela, não era incompatível com o estudo, com a disciplina, com a

ciência. Pelo contrário, andava junto. Essa visão me acompanhou em muitos momentos, inclusive nos mais difíceis, quando os obstáculos pareciam grandes demais.

Com o tempo, fui percebendo que tudo aquilo que eu viria a aplicar depois – na vida militar, na engenharia, no espaço e na vida pública – tinha, de alguma forma, sido ensaiado ali. A atenção a detalhes, a noção de responsabilidade perante os outros, a consciência de que ninguém conquista nada sozinho, a gratidão pelas oportunidades, o respeito à hierarquia, a disposição para começar de novo quando algo não dá certo: tudo isso já estava presente na educação que recebi em casa. E, nesse sentido, minha mãe era a síntese viva da contribuição italiana ao Brasil: uma mulher trabalhadora, de raízes estrangeiras, totalmente comprometida com a construção de uma vida melhor neste país que acolheu a nossa família.

Hoje, olhando para trás, vejo que a minha trajetória não pode ser separada da história dela. Antes de haver o cadete da Força Aérea, o engenheiro ou o astronauta, houve um menino que aprendeu, na convivência diária com uma mãe italiana, que sonhos ambiciosos só se sustentam quando são apoiados por valores sólidos. E é a partir dessa base – da cozinha de dona Zuleika, das conversas, dos conselhos, dos exemplos – que a história deste capítulo segue em frente, rumo aos hangares, às fábricas e aos projetos que marcaram, e continuam marcando, a cooperação entre Brasil e Itália na área de defesa e tecnologia.

Na infância, o céu era, para mim, uma espécie de quadro em movimento. Em Bauru, eu passava longos minutos olhando para cima, acompanhando com os olhos a passagem de aviões que riscavam o horizonte. Não eram apenas máquinas voando: eram promessas. Cada rastro no céu parecia dizer que havia um mundo maior do que aquele que eu conhecia, e que talvez fosse possível chegar até lá. Dentro de casa, minha mãe cuidava para que os pés permanecessem firmes no chão: tarefa feita, responsabilidades em dia, respeito às pessoas, compromisso com a palavra. Lá fora, porém, o céu me chamava. Entre

a solidez da educação que eu recebia e a imensidão que eu via acima, começou a se formar, ainda menino, o sonho de voar.

Aos poucos, esse sonho foi ganhando contornos mais claros. Já não era apenas “querer voar”; eu queria ser piloto, vestir o uniforme, comandar um avião. Em seguida, esse desejo se ampliou de forma quase natural: se era possível voar na atmosfera, por que não imaginar ir além, para o espaço? Para um garoto de origem humilde, aquilo soava, aos olhos de muita gente, como uma fantasia distante. Mas, em casa, eu tinha um contraponto importante. Minha mãe não conhecia os detalhes técnicos de como se tornava um astronauta, mas sabia reconhecer a diferença entre sonho vazio e sonho levado a sério. Sempre que eu mencionava essa vontade, ela não me trazia de volta ao chão com ironia, e sim com responsabilidade. Dizia que sonho grande exige preparo maior ainda, que não bastava querer, era preciso estudar, treinar, persistir.

Foi essa combinação de olhar para o céu e chamar à responsabilidade que me guiou durante a adolescência. Enquanto alguns viam barreiras intransponíveis, eu via degraus: terminar o ensino fundamental, ir bem no ensino médio, buscar informações sobre carreiras que me aproximassem dos aviões. Naquela época, a existência da Academia da Força Aérea (AFA) começou a aparecer no meu horizonte não como uma ideia abstrata, mas como um objetivo concreto. Eu sabia que seria um caminho difícil, que a concorrência era grande, que o preparo exigido estava muito além da rotina de um estudante comum. Mas também sabia, graças à educação que tinha em casa, que as limitações materiais não poderiam ser desculpa para a desistência.

Estudar, então, virou um ato de estratégia e de fé ao mesmo tempo. Eu me dedicava às disciplinas que seriam cobradas no vestibular militar, procurava entender melhor as exigências físicas e psicológicas de uma carreira na Força Aérea. Cada caderno preenchido, cada noite em claro, cada renúncia a algum lazer parecia, à primeira vista, um esforço enorme para um resultado incerto. No entanto, no fundo, eu trazia comigo as frases maternas que repetiam, de forma insistente,

que nada de valor se constrói sem sacrifício. Quando finalmente chegou o momento das provas, não era apenas o candidato que se apresentava ali: era todo um conjunto de valores familiares sendo colocado à prova junto comigo.

O dia em que recebi a notícia da aprovação na Academia da Força Aérea foi um marco silencioso e, ao mesmo tempo, gigantesco na nossa história. Não houve festa luxuosa, mas houve um orgulho discreto e profundo. Eu, filho de uma mãe italiana de vida simples em Bauru, tinha conseguido abrir a porta de uma instituição que representa, para o Brasil, o ápice da formação de oficiais aviadores. Lembro da expressão da minha mãe: não era surpresa, mas confirmação. Ela nunca tinha duvidado do meu sonho; apenas queria ter certeza de que eu estava disposto a pagar o preço necessário para realizá-lo.

Ingressar na AFA foi, para mim, como entrar em outro universo. A rotina rígida, o despertar cedo, as formações, as instruções em sala de aula e em campo, os treinamentos físicos intensos – tudo isso exigia exatamente aquelas qualidades que eu vinha sendo preparado para desenvolver desde a infância: disciplina, perseverança, respeito à hierarquia, atenção a detalhes, capacidade de seguir em frente mesmo quando o cansaço tenta dominar. Na escola militar, eu percebi com nitidez que os valores que havia aprendido em casa eram a base para suportar a pressão daquele ambiente. Em muitos momentos difíceis, eu me lembrava de dona Zuleika acordando cedo, enfrentando o dia sem reclamar, reorganizando a vida diante de cada imprevisto. Se ela conseguia, com muito menos recursos, atravessar as próprias batalhas diárias, eu não teria o direito de desistir diante de um desafio acadêmico ou físico.

Ao mesmo tempo, a Academia me ofereceu aquilo que eu sempre busquei: proximidade real com a aviação. Primeiro, a teoria: aerodinâmica, mecânica de voo, sistemas de bordo, navegação, meteorologia. Eu queria entender o avião por dentro, conhecer os princípios que permitiam que uma máquina tão pesada cruzasse o céu com segurança. Depois, veio o contato progressivo com as aeronaves de instrução, até chegar, em etapas posteriores da carreira, aos jatos

de treinamento avançado. Cada fase vencida era um passo a mais naquela escalada que eu tinha imaginado ainda menino, olhando para os aviões de longe.

Foi também nesse ambiente que comecei a perceber, de forma mais consciente, o quanto a formação de um piloto militar está ligada à capacidade de um país de investir em tecnologia e em cooperação internacional. Nos hangares, nos manuais, nas conversas com instrutores e engenheiros, ficava claro que muitos dos aviões que víamos ali eram fruto de décadas de trabalho conjunto entre o Brasil e outras nações. Eu ainda não estava no cockpit do Xavante, mas já o via na linha de voo, já o observava em manobras, já o estudava como parte do universo para o qual eu me preparava.

A transição do menino de Bauru para o cadete da Força Aérea não foi apenas uma mudança de endereço ou de uniforme. Foi a consolidação de um processo que havia começado muitos anos antes, na educação recebida em casa, e que agora ganhava forma institucional. Eu carregava comigo o sobrenome e a origem italiana da minha mãe, mas também carregava, cada vez com mais clareza, a consciência de que o Brasil, para se afirmar como nação soberana, precisava investir em conhecimento, em pesquisa, em parcerias tecnológicas. No meu caso, isso se traduzia, naquele momento, em estudar cada sistema de aeronave, em aprender a operar cada instrumento com precisão, em compreender o papel de um piloto dentro de uma estrutura maior de defesa.

Quando, mais tarde, eu fui designado para operar jatos como o Xavante, tudo aquilo que havia sido construído até ali se conectou. O sonho de infância, os conselhos de dona Zuleika, a aprovação na AFA, a rotina exigente do cadete, a formação como oficial e engenheiro: todas essas etapas convergiam para aquele momento em que eu sentava no cockpit de uma aeronave que, por si só, já era símbolo vivo da cooperação entre Brasil e Itália. Mas essa é uma parte da história que merece ser contada com calma. Antes de falar do Xavante, é importante compreender que, para chegar até ele, foi preciso muito mais do que passar em provas ou cumprir instruções. Foi preciso trazer, no coração

e na mente, uma herança familiar e cultural – italiana e brasileira – que me preparou para assumir aquele lugar, naquele avião, em nome de um país que, há 150 anos, vem sendo enriquecido pela presença dos imigrantes italianos e de seus descendentes.

O momento em que um jovem piloto senta, pela primeira vez, no cockpit de um jato de treinamento avançado é difícil de descrever em poucas palavras. Há uma mistura de responsabilidade, adrenalina, gratidão e concentração absoluta. No meu caso, quando cheguei ao Xavante, havia ainda um ingrediente a mais: a consciência de que eu estava entrando em contato direto com um pedaço da história da cooperação entre Brasil e Itália, materializado em metal, parafusos, sistemas e asas. Aquele avião não era apenas uma máquina; era o resultado concreto de anos de trabalho conjunto entre engenheiros, técnicos e militares dos dois países.

O Xavante, que nós conhecíamos na Força Aérea Brasileira como AT-26, tinha origem no projeto italiano MB-326, da Aermacchi. O Brasil, por meio da Embraer, havia firmado um acordo para produzir a aeronave sob licença em território nacional. Isso significava que, por trás de cada Xavante que eu via alinhado na pista, havia uma história que começava muito longe de Bauru – lá nas fábricas italianas, nos escritórios de engenharia, nas mesas de negociação em que se discutiu transferência de tecnologia e capacitação da nossa indústria aeronáutica. Ao mesmo tempo, havia algo muito próximo: linhas de montagem brasileiras, trabalhadores brasileiros, engenheiros brasileiros aprendendo, na prática, a dominar a complexidade de um jato.

Quando eu me aproximava do avião pela primeira vez para uma missão de instrução, não via apenas o casco laranja ou cinza, os cabides de armamento, o perfil elegante da aeronave. Eu via um símbolo de maturidade tecnológica. O fato de o Brasil poder produzir, testar, manter e operar aquele jato era um recado silencioso ao mundo: não éramos apenas consumidores de tecnologia; éramos capazes de absorvê-la, adaptá-la, dominá-la. E, nesse processo, a Itália tinha sido uma parceira central. Na época, talvez isso não estivesse

totalmente claro para mim em termos de geopolítica, mas eu sentia, intuitivamente, que havia algo especial naquele vínculo.

Sentar no cockpit do Xavante era entrar em um ambiente que exigia tudo aquilo que eu vinha construindo desde a infância. Cada botão, cada manete, cada instrumento no painel tinha função precisa. Não havia espaço para improviso descuidado. O avião respondia com rapidez às ações do piloto, e isso exigia uma combinação de técnica, autocontrole e capacidade de antecipar situações. Quando a turbina ganhava potência e o som enchia a cabine, eu lembrava, ainda que por um instante, de onde eu tinha saído: da casa simples em Bauru, dos conselhos firmes de dona Zuleika, do sonho que parecia grande demais para um menino daquela realidade. Agora, ali, eu era o piloto de um jato ítalo-brasileiro, fruto direto de uma parceria que ligava minha história familiar à história da indústria de defesa do país.

Do ponto de vista da formação, o Xavante foi fundamental para toda uma geração de pilotos. Ele nos ensinava, na prática, a transição do voo básico para o voo de alta performance: operações em velocidade maior, manobras mais exigentes, voo em formação, navegação em diferentes regimes de altitude, treinamento de ataque leve. Cada decolagem era uma aula de humildade e precisão. E cada pouso bem-sucedido reafirmava a importância de manter, no ar, o mesmo tipo de disciplina que minha mãe havia insistido que eu mantivesse em todas as áreas da vida.

Mas, para além da experiência individual do piloto, o Xavante representava um salto industrial. Quando a Embraer começou a produzi-lo sob licença, o Brasil deu um passo importante na construção de uma capacidade aeronáutica própria. Nossos engenheiros passaram a lidar com padrões internacionais de qualidade, com processos complexos de certificação, com técnicas avançadas de fabricação de estruturas, asas, sistemas de combustível e hidráulicos. Aprendemos a organizar linhas de produção, a gerenciar cadeias de suprimentos, a treinar mão de obra especializada. Tudo isso sob a perspectiva de que não se tratava de uma cópia simples, mas de uma escola: cada avião montado aqui era também uma aula de engenharia aplicada.

A Itália, nesse contexto, não estava apenas vendendo um projeto pronto. Estava compartilhando conhecimento, abrindo espaço para que o Brasil crescesse. Foi uma relação em que todos ganharam: os italianos, ao expandir o alcance do seu produto e consolidar a reputação de sua engenharia; os brasileiros, ao adquirirem, junto com as aeronaves, um conjunto de competências que, mais tarde, seriam essenciais para projetos totalmente nacionais. É por isso que, quando falamos da imigração italiana e de sua contribuição tecnológica ao Brasil, não devemos pensar apenas em indivíduos isolados, mas também em empresas, centros de pesquisa, acordos de cooperação. O Xavante é um exemplo perfeito de como essa herança se manifesta no campo da indústria de defesa.

Para mim, como descendente de italianos e piloto da Força Aérea, havia um significado simbólico profundo em cruzar o céu brasileiro num avião que unia, em sua fuselagem, essas duas bandeiras. Era como se a história da minha família se conectasse diretamente à história da Embraer, da Aermacchi, da FAB. Um menino filho de mãe italiana, formado graças aos valores que ela plantou, pilotando um jato ítalo-brasileiro fabricado por trabalhadores e engenheiros que, em muitos casos, também eram descendentes de imigrantes. O ciclo se fechava de maneira quase poética.

Com o tempo, ficou claro que o Xavante foi muito mais do que um avião de treinamento. Ele foi um laboratório de aprendizado para a nossa indústria e um marco de confiança mútua entre Brasil e Itália. Assim como os imigrantes italianos que chegaram aqui há 150 anos trouxeram suas habilidades e se dispuseram a construir uma vida nova em conjunto com os brasileiros, o projeto Xavante trouxe um “pacote” de conhecimento e prática que elevou o patamar do que éramos capazes de fazer em solo nacional.

E, como acontece com todo bom aprendizado, ele não terminou ali. O sucesso da parceria no Xavante abriu caminho para um passo seguinte ainda mais ambicioso: o desenvolvimento conjunto de uma nova aeronave de combate, o AMX, em que o Brasil já não seria apenas montador, mas coautor do projeto. Se, no Xavante, nós aprendemos a

montar um avião avançado com base em um desenho italiano, no AMX iríamos aprender a criá-lo em conjunto, assumindo responsabilidades diretas em partes críticas da aeronave. Esse salto só foi possível porque, antes, houve confiança, cooperação e resultados concretos – exatamente como acontece na trajetória de qualquer família de imigrantes que decide se integrar de verdade ao país que a acolhe.

Assim, o Xavante permanece, na minha memória e na história da Força Aérea Brasileira, como um elo visível entre a herança italiana que recebi dentro de casa e a capacidade tecnológica que o Brasil construiu nas últimas décadas. Ele foi a prova, em forma de avião, de que quando países se unem em torno de objetivos claros, compartilhando conhecimento e responsabilidade, o resultado transcende contratos: vira legado. E é sobre esse legado, aprofundado no projeto AMX e posteriormente expandido para outras áreas, que a história desta parceria ítalo-brasileira segue adiante.

Se o Xavante foi a nossa grande escola de montagem e operação de um jato de origem estrangeira, o AMX representou, para o Brasil, a passagem para outro patamar: o de coautor de uma aeronave de combate. É como se, depois de anos estudando com dedicação um livro escrito por outros, tivéssemos sido convidados a escrever um novo capítulo em conjunto. E, mais uma vez, a Itália estava ao nosso lado nesse processo.

Do ponto de vista histórico e tecnológico, o AMX nasce de uma necessidade muito clara: tanto o Brasil quanto a Itália precisavam de um avião de ataque leve, moderno, eficiente, capaz de operar em velocidades subsônicas, realizando missões de apoio aproximado, interdição e reconhecimento com precisão. Em vez de cada país seguir sozinho, duplicando esforços e custos, optou-se por um caminho mais inteligente: unir capacidades industriais, compartilhar riscos e construir, juntos, um novo vetor. Para isso, formou-se uma parceria entre empresas italianas e a Embraer, criando uma verdadeira ponte tecnológica entre os dois países.

A grande diferença em relação ao Xavante estava na natureza da participação brasileira. No projeto anterior, havíamos assumido

a tarefa – já bastante complexa – de produzir sob licença um avião concebido na Itália. No AMX, a lógica era outra. O Brasil, por meio da Embraer, não aparecia apenas como “montador” ou receptor de tecnologia: tornava-se responsável direto por partes fundamentais da aeronave, do desenho à fabricação. Isso significava que engenheiros brasileiros trabalhavam, desde o início, lado a lado com engenheiros italianos, definindo soluções de projeto, debatendo opções de configuração, integrando sistemas, ajustando o avião às necessidades da Força Aérea Brasileira e da Aeronautica Militare italiana.

Para quem, como eu, sempre enxergou a tecnologia como instrumento de soberania, essa mudança tinha um significado profundo. Ela mostrava que o Brasil havia amadurecido o suficiente para não se contentar em reproduzir o que outros faziam, mas se dispor a pensar junto, a assumir responsabilidades, a colocar a própria assinatura num projeto de alta complexidade. Era um passo ousado: quando você participa da concepção de um avião de combate, não está apenas montando peças – está definindo performance, envelope de voo, capacidade de carga, integração de armamentos, sistemas de navegação, proteção eletrônica. Está, em suma, interferindo diretamente na forma como o seu país será capaz de empregar o poder aéreo em situações reais.

A Embraer, que já havia aprendido muito com o Xavante e com outros projetos, encontrou no AMX uma espécie de “prova de fogo” em termos de engenharia integrada. As responsabilidades assumidas pelo Brasil incluíam áreas decisivas da estrutura e da integração de sistemas. Isso exigia um nível de organização industrial e de competência técnica que só se alcança com muito estudo, muito treino e, acima de tudo, com uma cultura de qualidade que não admite atalhos. Em cada fase do desenvolvimento, era necessário dialogar com os parceiros italianos, harmonizar padrões, resolver divergências técnicas, encontrar soluções que atendessem, ao mesmo tempo, aos requisitos operacionais dos dois países.

Do lado italiano, havia décadas de experiência acumulada em aviões de treinamento, ataque e caça. Do lado brasileiro, havia a energia

de uma indústria jovem, ávida por aprender, e a visão estratégica de que esse tipo de parceria poderia abrir portas para voos mais altos no futuro. A combinação foi poderosa. O AMX, que na Força Aérea Brasileira recebeu a designação A-1, consolidou-se como um avião robusto, confiável, adequado às vastas dimensões do nosso território e às particularidades das missões que realizamos. Ao longo dos anos, foi empregado em tarefas de ataque, reconhecimento, policiamento do espaço aéreo e até em operações de vigilância de fronteiras.

Para nós, militares, havia também um componente simbólico muito forte em ver aquele avião entrar em operação. Ele representava a materialização de um sonho antigo: o de ter, no inventário da FAB, uma aeronave que não fosse apenas “comprada pronta”, mas construída com participação efetiva de brasileiros em todo o ciclo de desenvolvimento. E, mais uma vez, assim como na história de tantas famílias de imigrantes, essa conquista não foi fruto de um esforço isolado, mas de uma colaboração.

Quando eu caminhava pelos hangares e via o A-1 sendo preparado, revisado, testado, era impossível não pensar na trajetória que nos trouxera até ali. Começamos com o Xavante, aprendendo a montar um jato italiano em solo brasileiro. Com o tempo, passamos a discutir, em pé de igualdade, soluções de engenharia para um avião novo, que serviria simultaneamente ao Brasil e à Itália. Nossos engenheiros viajavam, nossos pilotos participavam de avaliações, nossos técnicos interagem diariamente com seus colegas italianos. Havia trocas de conhecimento em todas as direções: aprendíamos com a experiência deles, compartilhávamos as nossas necessidades específicas, adaptávamos conceitos à nossa realidade operacional.

Do ponto de vista da indústria nacional, o impacto do AMX foi enorme. Ao assumir partes críticas da aeronave, a Embraer elevou ainda mais o nível da sua equipe, consolidando uma cultura de projeto e desenvolvimento que, posteriormente, seria aplicada a outros programas civis e militares. Foi um passo importante na trajetória que levou a empresa a se tornar reconhecida mundialmente por seus jatos regionais, aeronaves de transporte e plataformas de vigilância. Em

outras palavras, cada parafuso do AMX trazia, escondido, um pedaço do futuro da indústria aeronáutica brasileira.

Quando olho para essa história com o distanciamento que o tempo proporciona, vejo um paralelo muito claro com a própria imigração italiana. Os primeiros imigrantes não vieram para cá com grandes projetos industriais prontos; vieram com suas mãos, sua disposição para o trabalho, suas habilidades artesanais, seu desejo de construir uma vida melhor em conjunto com os brasileiros. Começaram em tarefas simples, muitas vezes em condições duras, mas, pouco a pouco, foram se integrando, assumindo responsabilidades maiores, participando da criação de empresas, cidades, setores inteiros da economia.

Algo semelhante acontece na esfera tecnológica. Primeiro, recebemos um projeto pronto, montamos sob licença, aprendemos. Depois, passamos a participar da criação, dividindo riscos e ganhos. Em ambos os casos – na trajetória das famílias imigrantes e na evolução da nossa indústria de defesa – há uma mesma lógica de cooperação: ninguém faz tudo sozinho; os resultados duradouros surgem quando se compartilham valores, conhecimento e objetivos.

O AMX é, portanto, mais do que um capítulo técnico na história da Força Aérea Brasileira. Ele é um símbolo maduro da relação entre Brasil e Itália, mostrando que, quando há confiança e visão de longo prazo, é possível sair da lógica da simples compra e venda e alcançar uma parceria verdadeira, em que cada lado traz o melhor de si para a mesa. Para mim, como brasileiro descendente de italianos e como alguém que sempre acreditou no poder transformador da ciência e da tecnologia, acompanhar essa evolução de perto foi motivo de grande orgulho.

E essa história não fica restrita ao universo da aviação. O modelo de cooperação que deu certo no Xavante e no AMX, na área aérea, abriu portas para experiências semelhantes em outros segmentos da defesa, como o dos veículos blindados. Assim como o Brasil aprendeu, com a Itália, a montar e depois a co-desenvolver aeronaves, começaria, mais tarde, a trilhar caminho semelhante com o Guarani e com a

chegada do Centauro II, agora no terreno, literalmente, das viaturas de combate sobre rodas. A mesma lógica de parceria, transferência de tecnologia e construção conjunta de capacidades passaria dos céus para o solo, mantendo vivo o espírito cooperativo que tantos frutos já havia rendido.

Quando olho para trás e tento resumir a minha trajetória, eu não vejo uma linha reta individual. Vejo uma rede de histórias entrelaçadas: a de uma mãe italiana em Bauru, a de milhares de famílias que cruzaram o Atlântico em busca de dignidade, a de engenheiros e operários brasileiros e italianos que, décadas depois, trabalhariam juntos em hangares, fábricas e centros de pesquisa. Vejo, em síntese, a história da imigração italiana no Brasil se manifestando, ao mesmo tempo, na intimidade de um lar simples e na complexidade de projetos de alta tecnologia.

A figura de dona Zuleika é, para mim, o ponto de partida e o símbolo mais concreto desse legado. Foi na convivência com ela que aprendi o valor do trabalho sério, da palavra cumprida, da disciplina que não se anuncia em discursos, mas aparece na constância dos gestos. Foi ela quem me ensinou que sonho grande não combina com preguiça, que estudo não é luxo, é ferramenta de transformação, e que fé e razão podem caminhar lado a lado na vida de uma pessoa. Sem essa base, seria difícil imaginar que um menino de Bauru pudesse ingressar na Força Aérea Brasileira, tornar-se piloto de jato, engenheiro, astronauta e, mais tarde, Senador da República.

Mas essa história familiar não é exceção isolada. Ela é parte de um movimento maior, que começou quando os primeiros italianos chegaram ao Brasil, há 150 anos, trazendo na bagagem muito pouco em termos materiais, mas um patrimônio imenso de valores, habilidades e disposição para recomeçar. Ao longo das décadas, esses homens e mulheres ajudaram a construir bairros, cidades, indústrias, escolas, hospitais, empresas. Participaram da agricultura, do comércio, da vida cultural e política. Em silêncio, ajudaram a moldar o jeito brasileiro de ser em muitos aspectos: o apreço pela família, o orgulho pelo trabalho

bem-feito, a teimosia boa diante das dificuldades, o espírito inventivo que transforma problemas em oportunidades.

Na minha trajetória profissional, vi esse legado ganhar forma também na dimensão tecnológica e industrial. No Xavante, o Brasil aprendeu, com a Itália, a montar um jato de treinamento avançado e ataque leve, absorvendo processos, técnicas e padrões que elevaram o nível da nossa indústria aeronáutica. No AMX, demos um passo adiante: deixamos de ser apenas montadores para nos tornarmos cocriadores de uma aeronave de combate, assumindo responsabilidades de projeto e fabricação em parceria com empresas italianas. Essa evolução não foi um acidente. Ela decorreu de confiança mútua, planejamento de longo prazo e, principalmente, de uma visão compartilhada de que a verdadeira soberania se constrói com conhecimento, não apenas com aquisições de prateleira.

Da mesma forma, no campo terrestre, a cooperação se expandiu. O Guarani, desenvolvido em parceria entre o Exército Brasileiro e a indústria – com participação decisiva de uma empresa de origem italiana –, representa um salto na nossa capacidade de projetar e produzir veículos blindados modernos em solo nacional. E a chegada do Centauro II, caça-tanque sobre rodas que passa a integrar o nosso processo de modernização da cavalaria blindada, dá continuidade a essa lógica: não se trata apenas de comprar viaturas, mas de integrar tecnologia, fortalecer a base industrial, criar empregos qualificados, formar técnicos e engenheiros. Em todos esses projetos, ecoa a mesma mensagem: o caminho mais sólido não é o da dependência, mas o da cooperação madura, em que cada país traz o melhor de si para construir algo que nenhum conseguiria produzir sozinho com a mesma eficiência.

Ao celebrar os 150 anos da imigração italiana, portanto, não estamos apenas olhando para o passado com gratidão. Estamos, sobretudo, reconhecendo que a contribuição italiana ao Brasil continua viva, operante, orientando decisões e projetos que apontam para o futuro. Ela está presente nos sobrenomes de tantos brasileiros; nas mesas de domingo, onde ainda se reúnem famílias descendentes

de imigrantes; nas pequenas empresas e nas grandes indústrias; nas salas de aula e nos laboratórios; nos campos, nas cidades e, também, nos hangares e nas oficinas de manutenção de aviões e blindados.

No meu caso, essa herança se traduz em uma responsabilidade permanente. Como filho de italiana, como oficial da reserva da Força Aérea, como astronauta e como Senador, sinto que devo honrar aquilo que recebi – da minha mãe e, por extensão, de toda uma geração que acreditou que valia a pena investir a própria vida neste país. Honrar essa herança significa trabalhar por um Brasil que valorize o conhecimento, que incentive a ciência, que fortaleça sua indústria de defesa com transparência e planejamento, que busque parcerias internacionais baseadas em respeito, reciprocidade e ganho mútuo.

Quando penso no menino que olhava para o céu em Bauru e na mãe que lhe dizia para estudar e seguir em frente, vejo, nessa cena simples, um retrato fiel do que a imigração italiana representou – e ainda representa – para o Brasil. Ela nos ensinou que nenhuma travessia é fácil, mas que todas valem a pena quando se tem um propósito claro, valores sólidos e disposição para trabalhar. Hoje, ao ver o resultado dessa jornada refletido em aviões como o Xavante e o AMX, em veículos como o Guarani e o Centauro II, e em tantas outras iniciativas de cooperação, tenho a convicção de que a Itália não trouxe ao Brasil apenas braços para o trabalho. Trouxe, também, princípios pessoais e competências tecnológicas que ajudaram – e continuarão ajudando – a engrandecer este país.

É com esse sentimento de gratidão, orgulho e compromisso que deixo estas linhas. Que os próximos 150 anos sejam marcados pela mesma coragem, pelo mesmo espírito de cooperação e pela mesma confiança no futuro que trouxeram os primeiros imigrantes italianos ao Brasil. E que possamos, juntos, honrar essa história, construindo um país cada vez mais justo, próspero, inovador e, sobretudo, fiel aos valores que nos uniram desde o início dessa jornada comum.

A IMIGRAÇÃO ITALIANA EM MINAS GERAIS - EM MEMÓRIA DO PROFESSOR FRANCISCO LUIZ TEIXEIRA VINHOSA, GRANDE ESTUDIOSO SOBRE TAL FENÔMENO.

*Anísio Ciscotto Filho*³⁶

Minas Gerais é um estado brasileiro que recebeu significativa quantidade de imigrantes italianos durante os séculos XIX e XX. Foi o terceiro que mais recebeu imigrantes ficando atrás apenas de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Segundo estudos do Professor Federico Campoli, autor da obra mais completa sobre o assunto³⁷, em torno de setenta e seis mil italianos tiveram como destino o estado mineiro entre 1880 e 1930. Podemos deduzir que este número se tornou maior à medida que outros se dirigiram a Minas Gerais oriundos de outros estados, como aconteceu no Sul de Minas e no Vale do Rio Doce. Minas Gerais, à época do final da escravidão, tinha grande quantidade de fazendas de café e era a província brasileira com a maior quantidade de indivíduos escravizados espalhados pelas áreas produtoras da rubiácea, como também pelas fazendas que abasteciam a capital após a chegada da família Real Portuguesa ao Brasil.³⁸ Com o evento da Abolição houve a necessidade de obter mão de obra para que não se deixassem em dificuldades os fazendeiros e a colheita de suas safras. Apesar de muitos libertos terem se retirado de suas fazendas, um grande número permaneceu, agora assalariados, recebendo a tarefa de passar ensinamentos aos imigrantes recém-chegados que desconheciam a arte de colher e beneficiar o café.

Paralelamente à questão da mão de obra para a lavoura do café, houve outro atrativo para os italianos em Minas Gerais: a construção

36 Historiador, pesquisador e produtor Cultural tendo participado na criação, organização e realização de diversos eventos culturais que valorizam a Cultura Italiana no Estado de Minas Gerais

37 CAMPOLI, Federico. *Camponeses de Engenho e Arte: História e Geografia dos imigrantes italianos em Minas Gerais* – Belo Horizonte: Manuscritos, 2013.

38 PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 144.

da nova capital dos mineiros. Logo após a Proclamação da República, a vontade dos governantes mineiros de construir uma nova sede do governo estadual tomou força e, paralelamente, houve a intenção de que a primeira capital estadual a ser construída planejadamente tivesse sua arquitetura desvincilhada da tradicional arquitetura portuguesa que se exibia no Rio de Janeiro, Salvador e nas cidades do interior de Minas. Grandes espaços, praças e avenidas largas eram a maneira de mostrar ao mundo que o Brasil tinha se separado definitivamente de Portugal e sua família real. As cidades de Minas eram, simbolicamente, ligadas às conquistas exploratórias dos bandeirantes, ao domínio português, à monarquia e à escravidão, ou seja, tudo aquilo que Minas Gerais queria, à época, deixar para trás³⁹. Assim sendo, a vinda de muitos imigrantes italianos, mestres em diversas áreas como trabalhadores com mármore, mestres em fachadas, jardinagem, além dos pedreiros, assistentes e mestres de obras deram um visual bem italiano na construção das vias, prédios e praças.

Não só na sua fundação, Belo Horizonte teve grande influência italiana nos seus prédios e avenidas, como também no início do século XX, a grande presença de italianos na população belorizontina propiciou a vinda de muitos arquitetos italianos que apresentaram a nova capital com projetos de hospitais, escolas, edifícios e imóveis residenciais tipicamente inspirados na arquitetura italiana. Dois dos grandes arquitetos foram Raffaello Berti e Luiz Signorelli. Projetos como a Casa d'Italia, a sede da Prefeitura Municipal, o Palácio Episcopal na Praça da Liberdade, a sede do Minas Tênis Clube, o Colégio Marconi, a Santa Casa de Misericórdia e o Hospital Felício Rocho são exemplos de como italianos marcaram a paisagem da capital mineira.⁴⁰ Destaque também deve ser dado aos mestres no trabalho com mármore que deram muito brilho às construções acima enumeradas como em muitas outras. Mestres das famílias Lunardi,

39 CAMPOLI, Federico. *Camponeses...* op.cit., p.161.

40 Berti, Mario (Obra Póstuma). *Raffaello Berti: projeto memória / Mario Berti (obra póstuma)*. Organização e texto de Maria Alice de Barros marques Fonseca, Belo Horizonte: Silma Mendes Berti/ AP Cultural, 2000. p. 29

Natali, Scartelli, Bottaro, Bianchi, Folini e Scalabrini⁴¹ as embelezaram com o mármore em escadarias, frontispícios, cantarias, pisos, ornamentos e altares. Também a ornamentação em túmulos e capelas funerárias no cemitério do Bonfim são destaques.

Apesar da maioria dos imigrantes ter vindo para trabalhar nas lavouras (71,7%), um bom percentual se dirigiu aos núcleos urbanos já existentes (12,4%)⁴² moldando também as cidades mineiras com costumes e culturas italianas. A Região da Zona da Mata, com destaque para Juiz de Fora, é exemplo disto. O dinheiro ganho com o café resultava em investimentos em indústrias e infraestrutura naquela cidade, que ganhou a alcunha de “Manchester Mineira” por causa de seu parque industrial. A construção da ligação por via rodoviária de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro, que recebeu o nome de “União-Indústria” mostra a importância daquela região para a economia brasileira. Também se destaca como investimento em infraestrutura a construção da primeira usina hidrelétrica da América do Sul no Rio Paraibuna nos arredores juizforanos. E, para um melhor escoamento da produção cafeeira os trilhos da Leopoldina Railway chegaram à Zona da Mata Mineira.

A introdução de mão de obra estrangeira em Minas Gerais já era um assunto estudado pelas autoridades mineiras, tendo em vista que, a libertação dos cativos já era esperada para breve, em virtude dos movimentos abolicionistas, como também as leis que, gradualmente, traziam novidades em relação ao assunto. A lei que proibiu o tráfico de escravos e a Lei do Ventre Livre unidas à que libertava escravos sexagenários eram exemplos de que a Abolição estava a caminho. Com o escopo de desenvolver maior vigor na imigração e na colonização, o governo provincial mineiro sancionou leis para reger tal assunto. A Lei Provincial 3417, de 26 de agosto de 1887, discorria sobre o auxílio

41 Grossi, Sávio. Arte e ofício da marmoraria nos primórdios de Belo Horizonte / Sávio Grossi; organização e coordenação técnica de Marlette Aparecida Resende de Menezes. Belo Horizonte: IMX, 2005. p. 44.

42 Trento, Angelo. Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989. p.100.

financeiro do governo aos imigrantes europeus, sobre a construção de uma hospedaria para acolhê-los e sobre uma propaganda na Europa sobre Minas Gerais.⁴³ Por meio do regulamento 108 de 20 de janeiro de 1888, referente à lei 3417, o Governo criou diretrizes para diversas questões referentes à imigração, como criação de núcleos coloniais e remuneração a fazendeiros para construção de moradias para os colonos⁴⁴. Tais moradias contribuíram para a formação de vilas em torno das fazendas, transformando, inclusive, as já existentes em distritos de municípios, como foi o caso de Rochedo de Minas.⁴⁵ O acontecimento do golpe militar que proclamou a República levou à interrupção do serviço de imigração em Minas, que foi restabelecido em 1893. Em 1897 Minas Gerais possuía quatro núcleos de colonização muito importantes, que eram Rodrigo Silva em Barbacena, Várzea do Marçal em São João Del Rei, Maria Custódia em Sabará e Barreiros em Belo Horizonte.

Minas Gerais recebeu uma grande quantidade de italianos do norte da Itália, com destaque para os oriundos das regiões do Vêneto, Lombardia, Piemonte, Toscana e Friuli-Venezia Giulia. Um dado interessante é que, no início do período da grande imigração, o Governo italiano determinou que os emigrados originários da região friulana e da ilha da Sardenha somente poderiam imigrar para a Província de Minas Gerais. Em uma segunda etapa, durante a construção da nova capital, chegaram também italianos originários do sul da península, da Região Campania, mais especificamente da Província de Salerno. Estes últimos foram os maiores responsáveis pela fundação de entidades de associação, esportes, benemerência e ajuda mútua em Belo Horizonte. Já o sul do estado registrou uma imigração de italianos que tinham inicialmente vindo para o estado de São Paulo trabalhar com o café e viram maiores oportunidades

43 Ciscotto Filho, Anísio. A imigração italiana em Minas Gerais: a Fazenda do Rochedo (1888-1889). Belo Horizonte: Ramalhete, 2015. p. 45.

44 Monteiro, Norma de Góes. Imigração e colonização em Minas Gerais (1889-1930). Belo Horizonte: UFMG, 1973. p. 23.

45 Ciscotto Filho. Op. Cit. p.46.

na crescente lavoura cafeeira do sul de Minas. Nosso estado também recebeu imigrantes que vieram para o Espírito Santo, muitos dos quais das primeiras levas da Itália. Havia uma grande exploração de madeiras no curso do Rio Doce, que nasce em Minas Gerais e desagua no oceano, nas costas capixabas. Assim, à medida que desmatavam e beneficiavam a madeira das florestas às margens do Rio Doce, foram se aproximando de Minas Gerais e se instalaram em cidades como Aimorés, Itueta, Resplendor entre as outras principais da Zona do Vale do Rio Doce. Outra região também marcada pela presença italiana foi o nordeste mineiro com deslocamento de italianos oriundos do Vale do Rio Doce, que para lá foram atrás da exploração da madeira e dos garimpos de pedras preciosas.

Após a chegada e rápida adaptação à nova terra, as marcas da cultura italiana começaram a ser observadas e assimiladas pela sociedade mineira. É interessante notar que, diferentemente das outras regiões brasileiras, o imigrante italiano em Minas Gerais se adaptou aos costumes do povo brasileiro e inseriu muito de sua cultura e costumes ao povo das alterosas. No sul do Brasil, a imigração italiana teve como fulcro a ocupação das terras, o que propiciou a criação de localidades constituídas de população exclusiva de colonos italianos. Assim, também devido à dificuldade de comunicação com outras localidades, o idioma, arquitetura, gastronomia e festividades italianas foram mantidas, chegando ao ponto de dialetos regionais italianos serem extintos na Itália e preservados aqui no sul do Brasil. Ao contrário do que aconteceu no Sul e em outras regiões brasileiras que acolheram imigrantes italianos, em Minas Gerais não houve a separação do elemento nacional. Houve uma grande interação dos novos chegados aos que já estavam presentes. Apesar dos núcleos coloniais terem existido em Minas Gerais, muitos em cidades importantes, eram inseridos bem perto da região urbana, o que favorecia a constante troca de informações e relacionamentos com os nacionais. Como já mencionado anteriormente, os italianos que vieram para a lavoura, aprenderam as tarefas da colheita e beneficiamento do café com os escravos que permaneceram nas fazendas. Tal convívio fez com que

alguns costumes dos trabalhadores locais fossem assimilados pelos italianos. Um bom exemplo foi a questão do compadrio. A tradição italiana fazia com que os padrinhos dos bebês italianos fossem parentes ou vizinhos, mas sempre patrícios. Ao contrário, os filhos dos escravos eram quase sempre dados em batismo a pessoas influentes, que poderiam ajudar o recém-nascido no futuro⁴⁶. Já a segunda geração de imigrantes, em muitos casos, escolheu como padrinhos os donos das fazendas, o médico da cidade, o patrão, por exemplo, assim como nomes brasileiros, muitos de cidadãos ilustres, foram dados às crianças nascidas ítalo-brasileiras. Ao contrário das crianças nascidas em outras regiões do nosso país, as mineiras tiveram acesso às escolas existentes nas diversas localidades onde habitavam, sendo educadas com os padrões educacionais brasileiros. Assim o idioma, a história, geografia e outras matérias ajudavam a inserir os novos italianinhos mineiros à cultura brasileira. A inserção do imigrante ao universo cultural mineiro fez com que vários descendentes perdessem mais rapidamente as suas ligações com a pátria italiana. É comum em Minas Gerais pessoas com sobrenomes tipicamente italianos desconhecerem as localidades de origem de seus ancestrais.

A grande presença de italianos em solo mineiro ensejou a criação do Consulado italiano na capital do estado, que à época da instalação era Ouro Preto, sendo o primeiro Cônsul o Conde Gianbattista Belli di Sardis, vindo do Consulado de Santos. Com o decreto de mudança da capital para Belo Horizonte, o consulado foi transferido para Juiz de Fora sendo que sua sede ficava na rua Batista de Oliveira. Em 27 de agosto de 1902 a Legação Italiana, situada no Rio de Janeiro, comunicou ao Governo Brasileiro a instalação do Regio Consolato Italiano em Belo Horizonte, ficando a sede de Juiz de Fora como vice-consulado. Importante ressaltar que o Consulado italiano, por muitos anos, foi a única unidade consular na capital gerida por diplomatas de carreira, o que demonstrou a importância da presença de italianos no estado para o Reino da Itália. O primeiro Cônsul em Belo Horizonte

46 PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716 - 1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1973. p.53.

foi o Cavaliere Vittorio Siciliani e o consulado foi instalado na atual avenida Professor Moraes sendo posteriormente mudado para a Rua Aimorés quase esquina com Rua da Bahia. Após algum tempo foi instalado na Cidade Jardim de onde foi para a Praça Carlos Chagas e depois para a Avenida Afonso Pena, quase na Praça Milton Campos. De lá foi para a rua dos Inconfidentes e atualmente está instalado na Rua Alagoas, sendo recentemente alçado ao grau de Consulado Geral. Até a presente data, trinta e cinco diplomatas ocuparam a cadeira de Cônsul italiano em Belo Horizonte.

É errado generalizar que os italianos mineiros deixaram de lado as questões relativas à memória e tradições da Pátria de origem. Como foi dito anteriormente, apesar da grande maioria de italianos terem usado as instituições mineiras para a educação de seus filhos, em alguns núcleos urbanos, a significativa concentração de imigrantes fez surgir instituições que visavam amparar e preservar as tradições italianas. Muitos são os casos de escolas italianas e associações de amparo, comumente denominadas de Associação Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, espalhadas pelo estado no início do século XX, tanto na capital como no interior, em cidades como São João Nepomuceno, Juiz de Fora, Ouro Fino entre outras. Tais associações visavam auxiliar famílias de imigrantes italianos que passassem por dificuldades como problemas de saúde, perda de empregos e até a morte de algum membro da família. Também tinham por escopo a preservação da cultura italiana. Assim sendo, muitas escolas italianas foram criadas. Exemplo é a Escola Italiana de Belo Horizonte, que funcionava na sede Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso, na rua dos Tamoios, no centro da cidade. As Escolas Regina Margherita e Umberto Primo em Juiz de Fora, Dante Alighieri em Ouro Fino e Umberto Primo em Nova Lima foram exemplos. Algumas escolas recebiam professores da rede pública para a inserção nas grades curriculares, matérias em português⁴⁷. Mais recentemente, com a instalação da fábrica da FIAT automóveis em Betim, houve a necessidade de se fundar uma

47 Rodrigues, Maysa Gomes. Escolas italianas em Minas Gerais: organização, currículo e relações sociais. In Acta Scientiarum. Education, vol.36, n.2. Maringá, 2014, p. 256.

escola italiana que servisse de apoio aos filhos dos técnicos italianos que vieram para Minas Gerais. Assim nasceu a Fundação Torino que se tornou, após todos estes anos, uma escola de alto nível e muito procurada pela sociedade Belorizontina, recebendo não só descendentes italianos, como também alunos de diversas origens. É a mais importante instituição de ensino italiana fora da Itália, com currículo reconhecido tanto no Brasil como na Itália. Possui também um centro de estudos de língua Italiana muito dinâmico e preparado.

Outro exemplo de associação fundada com o escopo de reunir a comunidade foi a Società Sportiva Palestra Italia que nasceu em Belo Horizonte em 02 de janeiro de 1921. Tal associação teve a inspiração do governo italiano que solicitou aos seus consulados espalhados pelo mundo que incentivassem as comunidades para a criação de sociedades de cunho de lazer e esportes visando a manutenção do sentido de pertencimento à Pátria Italiana. Essa solicitação resultou na fundação de várias associações como por exemplo, em São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, como também na Venezuela, Argentina e outros países da América do Sul.

Em 1914 foi fundada em São Paulo a Società Sportiva Palestra Italia e em 1921 foram fundados os Palestras de Minas Gerais e Paraná. No caso das datas de fundação dos Palestras Itália de São Paulo e os de Belo Horizonte e de Curitiba houve um lapso de tempo de sete anos, tendo em vista que em São Paulo a comunidade italiana contou com o apoio de um grande benemérito, o empresário e Conde Francesco Matarazzo. Com seu patrocínio conseguiu rapidamente divulgar tal projeto à comunidade italiana da capital onde muitos de seus empregados em suas fábricas eram de origem italiana. Em 24 de agosto de 1914 foi fundada a Società Sportiva Palestra Italia em São Paulo e em seguida as outras comunidades se mobilizaram para também fundar as suas associações. Entretanto, um importante evento aconteceu em 24 de maio de 1915 e provocou uma outra mobilização mais urgente para os ítalo-brasileiros: a Itália declarou guerra ao império Austro-húngaro e entrou como combatente no cenário da Primeira Guerra Mundial. Logicamente a atenção da comunidade italiana em

todo o mundo voltou seus olhos para as montanhas alpinas onde os combates aconteciam. Tanto é verdade, que do Brasil partiram em torno de 12.000 voluntários para lutar na região nordeste da Itália nas fileiras do Regio Esercito.⁴⁸ Somente a cidade de Belo Horizonte enviou 171 combatentes e apenas 154 voltaram vivos. Minas Gerais foi responsável pelo segundo maior contingente e as sedes consulares no interior foram responsáveis pelo alistamento de vários voluntários, com destaque para o vice-consulado de Juiz de Fora que, sob a cura do Conde Gianbattista Belli di Sardis promoveu uma grande campanha na sede consular, conseguindo centenas de alistamentos. Importante ressaltar que o Governo italiano bancava as despesas de viagem dos voluntários e, ir à guerra, era uma bela aventura para a juventude, além de uma oportunidade de conhecer a terra de seus ancestrais.

Assim sendo, as fundações dos demais Palestras foram adiadas. Em 1918 houve o fim da guerra e as atenções voltaram às manifestações de cada comunidade italiana. A preparação para a fundação do Palestra em Belo Horizonte retornou à pauta de prioridades e em dezembro de 1920 estava programada uma reunião para tanto. As comemorações de final de ano dificultaram a realização da reunião e propiciaram a escolha estratégica de uma nova data: 02 de janeiro de 1921. Sob inspiração do Cônsul Regente daquela época, o ex-vice-cônsul de Juiz de Fora, Conde Belli di Sardis, foi sugerida tal data pois em 1921 seria o 60º aniversário do nascimento do Reino d'Itália. Assim sendo, no primeiro dia útil daquele ano, na sede da Società di Beneficenza e Mutuo Soccorso, na rua dos Tamoios, foi fundada a Società Sportiva Palestra Italia. Em uma época na qual mais da metade da população belorizontina tinha origens italianas e quando o futebol era um esporte quase exclusivo para as elites, a criação de um time de origem popular mobilizou muito a comunidade italiana em torno do ideal de Pátria Italiana. Em 1942 o Palestra Mineiro mudou de nome e cores devido ao envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial.

48 Franzina, Emilio. Entre duas Pátrias: a Grande Guerra dos imigrantes ítalo-brasileiros 1914-1918/ Org. Ciscotto Filho, Anísio – Belo Horizonte: Ramalhete, 2017. p.11.

Assim sendo o clube passou a se chamar Cruzeiro Esporte Clube, com seu símbolo sendo a constelação do Cruzeiro do Sul, que representa o Brasil, e está presente no hino, na bandeira e no selo nacional entre outras lembranças. A cor escolhida, porém, foi o azul, cor constante no pavilhão nacional brasileiro como também cor da camisa do uniforme da seleção italiana de futebol. Ainda hoje o Cruzeiro conserva tradições italianas e um belo acervo sobre a importância italiana na cultura mineira e belo-horizontina.

Outra preocupação da comunidade italiana em Belo Horizonte foi com a saúde dos moradores da capital. Hospitais foram inaugurados, sempre com o escopo de atender aos mais necessitados. Foram os casos do Hospital da Baleia e do Hospital Felício Rocho. Ambos foram doados por italianos ilustres. Também é importante lembrar os movimentos da comunidade ajudando, com realização de eventos a manutenção e reforma de outros hospitais. Como exemplo temos o caso de um jogo do Palestra Itália cuja renda foi doada para a reforma da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte.

Após a década de 1960 houve um retorno da chegada de pessoas e capitais italianos em Minas Gerais. Com o final da Segunda Guerra Mundial, muitos italianos emigraram para diversas partes do mundo e vários acharam em Minas Gerais o ambiente propício para empreender e assim diversas empresas foram inauguradas no estado. Tal ambiente contou com o incremento em infraestrutura de transportes, com a pavimentação de importantes rodovias como a Belo Horizonte-Rio de Janeiro, BR-3 e o acesso rodoviário de Belo Horizonte a São Paulo, Rodovia Fernão Dias⁴⁹, além da grande malha ferroviária que o estado possuía, considerada a maior do país⁵⁰. Houve a criação da primeira agência de promoção de investimento da América do Sul, o atual Investe Minas, que presta assistência a investidores que pretendem trazer recursos a serem aplicados no

49 Ciscotto Filho, Anísio. *Imigrantes e empreendedores: a influência da Imigração Italiana em Minas Gerais*. Belo Horizonte, MG: Câmara de Comércio Italiana de Minas Gerais, 2022. p. 17.

50 Idem, p. 18.

estado, incentivando as instalações de distritos industriais. Houve também um aumento da disponibilidade de energia elétrica, com a criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) e a construção de diversas usinas hidrelétricas espalhadas pelo estado. A abundância de recursos hídricos no estado disponibilizou enorme quantidade de energia elétrica para a instalação de novas unidades industriais⁵¹.

No final da década de 1960 e início da década de 1970 um grande acontecimento mudou bastante o perfil do estado com a chegada do investimento italiano referente à FIAT Automóveis na Região Metropolitana. Inicialmente com uma fábrica de tratores em Contagem, que começou a ser construída em 1969, com as primeiras máquinas sendo produzidas em 1973. Já a fábrica de automóveis em Betim começou a ser construída em 1973 e foi inaugurada em 1975⁵². A vinda da FIAT trouxe uma grande quantidade de fornecedores, entre essas diversas empresas italianas e seus técnicos. Um novo ciclo da imigração italiana começou em Minas Gerais. A chegada de tantas pessoas envolvidas com a rotina de produção de automóveis e tratores, propiciou novamente a interação da comunidade da capital com o elemento italiano. Como já comentado anteriormente, houve a necessidade da criação de uma escola que fosse capaz de unir o currículo educacional brasileiro ao italiano, assim como proporcionar cursos para o ensino da língua italiana aos mineiros e a língua portuguesa aos italianos. Em 1975 foi fundada a Fundação Torino, primeiramente como escola para os empregados FIAT (que era a mantenedora) e seus filhos e posteriormente alunos brasileiros foram aceitos.

No final da década de 1980 surgiu a Câmara de Comércio, Indústria e Artesanato Ítalo-Brasileira de Minas Gerais. Foi uma iniciativa dos empresários italianos, muitos dos quais que vieram acompanhando a chegada da FIAT Automóveis. Com o tempo, novos negócios foram sendo acrescentados ao rol de empresas vinculadas à Câmara abrangendo outros italianos que aqui chegaram ou eram descendentes dos

51 Ibidem, p. 17.

52 Campoli, op. cit. p.17.

pioneiros. O café, a mineração, a siderurgia, metalurgia, fundição, transportes, o agronegócio e várias outras atividades que compunham a presença italiana no estado chegavam a representar mais da metade do PIB mineiro.

A chegada de novos italianos e o aumento dos descendentes dos primeiros aqui chegados, ensejaram a fundação de uma entidade que reunisse a comunidade italiana em torno de valores culturais, nascendo assim a Associação de Cultura Italo-Brasileira de Minas Gerais, a ACIBRA-MG. Em reunião com mais de quinhentas pessoas presentes e sob o comando do empresário italiano Mario Araldi, no ano de 2002 foi dado o pontapé inicial daquela que se tornou uma das principais instituições de cultura italiana do estado. Constantemente buscando congregiar os demais componentes da comunidade mineira, reuniu o Comitês (Comitato degli Italiani all' Estero), a Câmara de Comércio Italiana, a Fundação Torino e outras associações, sempre sob a cura do Consulado Italiano. Em 2007 a ACIBRA-MG realizou a Primeira Festa Tradicional Italiana de Minas Gerais, que ano a ano vem sendo repetida na região da Savassi, em Belo Horizonte, e se transformou no maior evento cultural italiano em uma via pública, chegando a reunir mais de cem mil pessoas em uma tarde de domingo. Paralelamente à festa, há a arrecadação de alimentos que são distribuídos a várias instituições de caridade e filantropia. Centenas de toneladas de alimentos já foram distribuídas. Artistas e bandas italianas já se apresentaram no palco da festa e a gastronomia italiana é bastante divulgada, além de aspectos culturais e tecnológicos. A festa é também oportunidade para divulgação e lançamento de vários produtos de empresas italianas que a patrocinam.

Essa nova fase da imigração italiana em Minas Gerais resultou ainda na fundação de diversas outras associações referentes aos oriundos das diversas regiões da Itália e no incremento do trabalho de preservação e divulgação da cultura peninsular nas associações

já existentes. Podemos elencar as mais atuantes atualmente,⁵³ com o respectivo ano de início das atividades:

- ACAMPAMIG Associação da Campania MG (BH) 1993
- AMICI Associação Amici del Veneto MG (BH) 2012
- Associação Casa D'Italia (Juiz de Fora) 1939
- Associação Cultural Emilia Romagna Zona da Mata MG (Ubá) 2001
- Associação Cultural Italiana do Triângulo Mineiro – ACITRIM (Uberlândia) 2020
- Associação de Cultura Ítalo Brasileira - ACIBRA (BH) 2002
- Associação Emilia Romagna de Minas Gerais (BH) 2006
- Associação Lucchesi e Toscani MG (BH) 1997
- Associação Lucchesi Toscani nel Mondo de Jacutinga (Jacutinga) 1997
- Associação Obras Pavonianas de Assistência BH (BH) 2003
- Associação Piemontesi nel Mondo (BH) 1980
- Casa D'Italia (Barbacena) 2003
- Circolo Italiano de Andradas (Andradas) 2005
- Circolo Italo Brasileiro Ouro Fino (Ouro Fino) 1997
- Circolo Italo Brasileiro de Itajubá (Itajubá) 2009
- Circolo Sardo di Minas Gerais (BH) 2006
- Circolo Trentino BH (BH) 1996
- Circolo Trentino Ouro Fino (Ouro Fino) 2007
- Circolo Italo Brasileiro do Sul de Minas (Poços de Caldas) 2012
- Circolo Italo Brasileiro de Monte Sião – CIB (Monte Sião) 1991
- Colônia Viva (São João Del Rei) 2008
- EFASCE Ente Friulano Ass. Soc. Cultural Emigranti (Barbacena) 2022
- EFASCE Ente Friulano Ass. Soc. Cultural Emigranti (BH) 2012
- Ponte Entre Culturas (BH) 2004

53 [www.https://muvitmg.org.br](https://muvitmg.org.br)

Estas associações elencadas são as mais atuantes e estão unidas no projeto do Museu Virtual da Imigração Italiana em Minas Gerais, que será o repositório de todas as informações sobre o fenômeno Imigração Italiana em Minas Gerais, sendo aberto para consultas, como também para acréscimo de informações fornecidas pelo público interessado.

Outro fruto do trabalho das associações é o Seminário da Imigração Italiana em Minas Gerais que acontece anualmente e já foi realizado em diversas cidades do interior, como Barbacena, Mariana, Juiz de Fora, Andradas entre outras e além da capital. É um evento organizado pela Ponte Entre Culturas que traz temáticas diversas sempre com a participação de especialistas e professores brasileiros e italianos.

Devemos nos lembrar ainda dos inúmeros missionários italianos que para Minas Gerais vieram trazendo suas instituições de beneficência e que prestam um exemplar serviço junto à população carente do estado. Exemplos não faltam. Em Belo Horizonte existem a Obras Educativas Padre Giussiani, a Comunidade Missionária de Villaregia, as Obras Pavonianas de Assistência, presente tanto na capital como no interior e em Barbacena a Sociedade São Miguel Arcanjo. Os pioneiros destas instituições trouxeram da Itália valores dentro de uma cultura de trabalho, honestidade, perseverança e obstinação, que são características do povo italiano, assim como a solidariedade aos menos favorecidos⁵⁴.

Muitos outros aspectos e curiosidades sobre os italianos em Minas Gerais deveriam ser mencionados neste pequeno arrazoado, mas infelizmente o autor não conseguiu lembrar-se de todos. No entanto, o que foi aqui descrito, mostra como a imigração italiana mudou e incrementou o desenvolvimento do estado, que hoje se destaca como a terceira economia brasileira. Minas Gerais é a principal força nacional na produção de café e outros produtos do agronegócio, produtos metalúrgicos, siderúrgicos entre outros, como também origem de

54 Ciscotto Filho, Anísio. Imigrantes e empreendedores Op. Cit. p.84

grandes empreendedores como fundadores de bancos, construtoras e outras empresas que se destacam não só no cenário nacional como mundial também. O maior investimento italiano no exterior se encontra aqui em Minas Gerais, quando somamos não só os recursos que as grandes empresas trazem, como também o que é criado a partir do trabalho e genialidade dos descendentes dos pioneiros imigrantes. Porém, talvez o maior resultado da presença italiana seja a injeção de amor à cultura, à benemerência, ao trabalho e ao senso de justiça tão bem distribuídos ao povo mineiro, que já possuía tal amor e muito ensinou e distribuiu aos que aqui escolheram para morar e progredir.

150 anos da Imigração Italiana no Brasil

SOB A ESTRELA DA ITÁLIA: REFLEXÕES SOBRE UM VÍNCULO ETERNO

Cida Borghetti

Receber a *Ordem da Estrela da Itália (Ordine della Stella d'Italia)*¹, em junho de 2025, foi uma das mais profundas emoções da minha trajetória pública e pessoal. Ao ser agraciada por ato do Presidente da República Italiana, Sergio Mattarella, e receber a insígnia das mãos da cônsul-geral da Itália para os estados do Paraná e Santa Catarina, Eugenia Tiziana Berti, numa cerimônia realizada na Capela Santa Maria, em Curitiba, senti que uma linha invisível traçada pelos meus antepassados finalmente se tornava visível e pública. Foi uma honra pessoal, sem dúvida, mas também um reconhecimento do trabalho de muitos que, comigo, mantêm viva a cultura ítalo-brasileira no Paraná.

A homenagem nasceu para reconhecer cidadãos e cidadãs — italianos ou estrangeiros — que promovem a amizade e a cooperação entre a Itália e os países onde atuam. Saber que esse reconhecimento partiu da representação diplomática italiana no Brasil e foi formalizado pelas instâncias competentes daquele país torna clara a relação bilateral entre duas nações que partilham história, sangue e afetos.

Nasci em Caçador, Santa Catarina, no sul do Brasil, região profundamente marcada pela presença italiana. Como ítalo-brasileira, filha de Severino Ivo e Ires Anna Borghetti, e neta dos nonos Hipólito e Adele Stieven e Paolo Borghetti e Pierina Fin, cresci ouvindo histórias de coragem, fé e trabalho que moldaram não só minha infância, mas também os valores que carrego até hoje na política: o amor à terra, o senso de dever e a crença no poder transformador da comunidade.

Escrevo estas linhas sabendo que qualquer reconhecimento oficial é sempre fruto de um coletivo que envolveu projetos, parcerias com consulados e embaixadas, trabalho com artistas, músicos, historiadores e voluntários. Uma trajetória de engajamento público que atravessa a *Associação Giuseppe Garibaldi*², o *Parlamento Brasileiro* e o *Governo do Estado do Paraná*³.

Em cada uma dessas instâncias, procurei agir com a convicção de que preservar a memória da imigração italiana e promover a língua, as artes e os laços institucionais entre Itália e Brasil não é um trabalho secundário, mas uma peça fundamental de nossa convivência democrática e cultural.

Ao receber a Ordem da Estrela da Itália, senti não apenas a honra de uma condecoração, mas a responsabilidade de continuar construindo pontes entre o Brasil e a Itália.

NOTAS

1 PRESIDENZA DELLA REPUBBLICA ITALIANA. *Ordine della Stella d'Italia*. Roma: Presidenza della Repubblica, 2023. Disponível em: <https://www.quirinale.it/page/stellaitalia>. Acesso em: 31 out. 2025. A Ordem da Estrela da Itália (*Ordine della Stella d'Italia*) foi instituída originalmente em 1947 como “*Stella della Solidarietà Italiana*” e reformulada em 2011. É concedida a cidadãos estrangeiros ou italianos residentes no exterior que tenham prestado relevantes serviços à República Italiana.

2 ASSOCIAÇÃO GIUSEPPE GARIBALDI. *Histórico Institucional*. Curitiba: Palácio Garibaldi, 2025. Disponível em: <https://www.palaciogaribaldi.com.br/>. Acesso em: 03 nov. 2025. Fundada em 1883, a Associação Giuseppe Garibaldi é uma das mais tradicionais instituições culturais do Paraná.

3 Cida Borghetti foi governadora do Estado do Paraná, vice-governadora, conselheira Administrativa da Itaipu, deputada federal, deputada estadual e presidente da Associação Giuseppe Garibaldi. Atualmente é vice-presidente da Associação Giuseppe Garibaldi para o triênio 2025–2028.

ASSOCIAÇÃO GIUSEPPE GARIBALDI: A CASA DE INTEGRAÇÃO DA “BUONA GENTE”

Tive a honra de ser a primeira mulher a se tornar Governadora do Estado do Paraná e a primeira mulher *presidente da Associação Giuseppe Garibaldi*⁴, abrindo caminho para outras que desejam atuar no campo da governança. Fundada em 1883, a associação nasceu para acolher, proteger e integrar aqueles que chegavam da Itália em busca de um novo começo.

Quando assumi a presidência, em 2019, após ter exercido mandatos legislativos e o Governo do Paraná, compreendi que a missão ali seria não apenas conservar, mas também renovar.

Ao longo dos anos, busquei transformar o Palácio Garibaldi, sede da instituição localizada no coração do Centro Histórico de Curitiba, em um espaço de reencontro entre o passado e o presente. As salas históricas do edifício, que testemunharam celebrações e decisões marcantes, abriram-se para novas expressões da italianidade: festivais, exposições, concertos, aulas e debates.

Estar à frente da gestão deste prédio histórico, tombado como patrimônio estadual, exigiu um trabalho coletivo — de voluntários, diretores e parceiros institucionais. Entre as iniciativas mais recentes, uma das que mais me comove é a assinatura do convênio entre a Associação Giuseppe Garibaldi e o Centro Cultural Ítalo-Brasileiro Comitato Dante Alighieri, formalizada em 2024, com apoio do Consulado-Geral da Itália em Curitiba. O retorno das aulas de língua italiana no Palácio Garibaldi, tem certificação internacional reconhecida pela Società Dante Alighieri de Roma. A primeira turma foi aberta em março de 2025, oferecendo módulos básicos e intensivos para sócios e para a comunidade.

Outro trabalho à frente da associação está o *Jardim das Esculturas do Palácio Garibaldi*⁵, um espaço que nasceu da ideia de unir arte e memória, celebrando a trajetória dos imigrantes italianos em Curitiba. O jardim é composto por diversas obras que homenageiam figuras fundamentais da imigração e da história da cidade, incluindo

as esculturas do militar e guerrilheiro italiano Giuseppe Garibaldi, da sua amada esposa e companheira de revolução, Anita Garibaldi, do ex-governador do Paraná, Ney Braga, do engenheiro Ernesto Guaita, natural de Turim, responsável pela construção do Palácio Garibaldi, de Vincenzo Farani, fundador e membro da primeira diretoria da Associação, de Giovanni Corghi, primeiro presidente eleito da Associação em 1883, e Wladimir Trombini, responsável pelo primeiro grande restauro do Palácio Garibaldi. Todas as esculturas foram criadas pelo artista plástico Carlos Henrique Tullio, a quem prestou-se uma homenagem póstuma neste ano de 2025.

Tive a alegria de acompanhar a inauguração dessas obras, que transformaram o jardim em um verdadeiro ponto de encontro da memória com o futuro.

Outro momento de grande significado foi a chegada da *Rosa de Anita*⁶ aos jardins do Palácio, durante as comemorações do bicentenário de Anita Garibaldi (1821-2021). Acompanhei de perto, no Centro Tecnológico da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), o processo de clonagem da rosa, uma muda híbrida que foi desenvolvida na Itália pelo botânico Giulio Pantoli, em parceria com o Museo Renzi, o Governo da Emília-Romagna e o Instituto CulturAnita.

A Rosa de Anita é plantada apenas em locais que preservam e valorizam o legado histórico e cultural de Anita Garibaldi. Com o plantio no Palácio Garibaldi, a instituição passou a integrar a rota internacional da Rosa de Anita, que inclui centros culturais na Itália, em outros países da Europa e na América Latina dedicados a celebrar sua memória.

Durante essas comemorações, também viajei pessoalmente a Laguna, em Santa Catarina, terra de Anita, para receber o Diploma Anita Garibaldi, símbolo de coragem e perseverança.

Ao longo da minha gestão, busquei manter o Palácio Garibaldi aberto às expressões contemporâneas da italianidade, sem perder o respeito à sua história.

Inclusive, me orgulho do apoio institucional ao *Mia Cara Curitiba*⁷, evento que aproxima brasileiros, italianos e descendentes

por meio de música, cinema, gastronomia e manifestações folclóricas, celebrando a riqueza da cultura italiana em nossa cidade. E a realização do *Mercatino di Natale*⁸ no Palácio Garibaldi, um mercado natalino que reúne barracas de gastronomia e artesanato italiano, apresentações líricas e atividades culturais para toda a família.

E em datas simbólicas, como o *Dia Nacional da Imigração Italiana*⁹ e o *Dia da República Italiana*¹⁰, o Palácio Garibaldi se enche de cores, sons e sotaques, sendo iluminado de forma especial para simbolizar a celebração da cultura italiana e a valorização da memória e da história da comunidade. Ver esses projetos tomando forma e sendo recebidos com tanto entusiasmo pela comunidade me enche de orgulho.

Ao refletir sobre o significado de liderar a mais antiga associação italiana do Paraná, percebo que a missão não foi apenas preservar a história dos que vieram, mas preparar o caminho para os que virão. A italianidade é, sobretudo, uma forma de olhar o mundo com sensibilidade e coragem — virtudes que desejo transmitir às novas gerações que frequentam o Palácio Garibaldi e aos membros da Associação Giuseppe Garibaldi.

NOTAS

4 ASSOCIAÇÃO GIUSEPPE GARIBALDI. *Gestão 2019–2025. Curitiba: Site Oficial da Associação Giuseppe Garibaldi, 2025. Disponível em: <https://www.palaciogaribaldi.com.br/>. Acesso em: 3 nov. 2025. A gestão da presidente Cida Borghetti, de 2019 a 2025, foi marcada por importantes transformações na estrutura e no funcionamento da Associação Giuseppe Garibaldi, com a implementação de melhorias administrativas e físicas.*

5 PREFEITURA DE CURITIBA. *Curitiba ganha Jardim das Esculturas no Palácio Garibaldi, o segundo da cidade. Curitiba: Secretaria Municipal de Comunicação Social, 01 dez. 2022. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-ganha-jardim-das-esculturas-no-palacio-garibaldi-o-segundo-da-cidade/66419>. Acesso em: 03 nov. 2025.*

6 *A rosa chegou ao Palácio Garibaldi em uma cerimônia especial no dia 1º de julho de 2021, com a presença de autoridades italianas e brasileiras, membros da Associação e representantes da cultura ítalo-brasileira.*

7 CONSULADO GERAL DA ITÁLIA EM CURITIBA; UNICULTURA. *Mia Cara Curitiba – Em sua 10ª edição, realizada de 2 a 11 de setembro de 2022, o festival celebrou a cultura italiana com programação em Curitiba. Disponível em: <https://miacara.com.br/>. Acesso em: 03 nov. 2025.*

8 PREFEITURA DE CURITIBA. *O Mercatino di Natale, realizado no Palácio Garibaldi, integra a programação do Natal de Curitiba: Secretaria Municipal de Comunicação Social, 16 dez. 2024. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/ultima-semana-do-natal-de-curitiba-reune-grandes-atracoes-no-centro-historico-e-nos-parques-da-cidade/75401>. Acesso em: 25 out. 2025.*

9 BRASIL. *Presidência da República. Lei nº 11.687, de 2 de junho de 2008. Institui o Dia Nacional da Imigração Italiana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jun. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11687.htm. Acesso em: 3 nov. 2025.*

10 Repubblica Italiana. Festa della Repubblica: ITÁLIA. Legge 27 maio 1949, n.º 260 — Disposizioni in materia di ricorrenze festive. Roma: Gazzetta Ufficiale dell'Italia, 31 maio 1949. Disponível em: <<https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astat%3Alegge%3A-1949-05-27%3B260>>. Acesso em: 3 nov. 2025. Observação: O art. 1 desta lei declara que “O dia 2 de junho, data de fundação da República, é declarado festa nacional.”

ENTRE PARLAMENTOS E GOVERNOS

Quando iniciei minha trajetória pública, ainda jovem, trazia comigo minhas origens e o exemplo dos imigrantes que contribuíram para transformar o Paraná em uma terra de oportunidades. Sou neta e filha de descendentes italianos, e foi esse senso de pertencimento — de quem honra o trabalho, a palavra e a família — que sempre me guiou na vida pública.

Tive a experiência de representar o Brasil em conferências internacionais, como a da *National Italian American Foundation (NIAF) em Washington*, com a presença do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e da primeira-dama Jill Biden, a primeira ítalo-americana da história. Também integrei por mais de 10 anos o Com.it.es (Comitês dos Italianos no Exterior) no fortalecimento das relações do Brasil com a Itália. Em cada evento, em cada encontro, busquei renovar o legado dos imigrantes no Paraná e no Brasil.

No parlamento estadual, entre 2003 e 2007, aprendi que legislar é também um ato de escuta. Foi nesse período que fui autora do requerimento que criou a Frente Parlamentar Brasil Itália na Assembleia Legislativa do Paraná, do qual também tive a honra de presidir. Com o objetivo de fomentar o relacionamento econômico e social do Paraná com a República Italiana, o primeiro resultado prático da criação dessa frente foi a vinda do ministro Tremaglia para Curitiba. Foi a primeira vez nos últimos 10 anos que um ministro italiano desembarcou em solo paranaense.

Em 2011, iniciei uma nova etapa como deputada federal pelo Estado do Paraná, e ali pude ampliar a visão de mundo que a política exige. Integrei a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, espaço que me aproximou de temas ligados à cooperação internacional, integração produtiva e diplomacia parlamentar. Foi nesse contexto que tive diversos contatos diretos com representantes da Embaixada da Itália em Brasília, discutindo projetos de intercâmbio nas áreas de cultura, inovação e desenvolvimento sustentável.

Ainda na Câmara dos Deputados, fui coordenadora do Grupo Parlamentar Brasil-Itália e tive o privilégio de testemunhar o quanto o diálogo entre os dois países é transformador. Promovemos missões parlamentares, encontros bilaterais e projetos voltados à cooperação econômica e cultural. Foram anos de intenso aprendizado, em que pude compreender o valor da diplomacia humana.

Em 2015, a experiência como vice-governadora (2015–2018) e governadora do Estado do Paraná (2018) — ampliou a dimensão prática da cooperação ítalo-brasileira.

Recordo-me com emoção das tratativas que levaram o Paraná a participar da *Expo Milão 201512*, uma vitrine internacional de inovação, sustentabilidade e cultura. Naquele cenário, o Estado apresentou ao mundo suas potencialidades econômicas, agroalimentares e ambientais. Cada encontro, cada diálogo, reforçava a convicção de que o Brasil e a Itália não apenas compartilham laços, mas constroem juntos uma narrativa de progresso e de humanidade.

Durante o período em que estive no Executivo, também fortalecemos o diálogo entre o Paraná com autoridades italianas, entre elas ministros, cônsules e embaixadores, discutindo parcerias em inovação, comércio, turismo e educação. Foi nesse contexto que amadureceu a proposta de um *voo direto entre a Itália e Foz do Iguaçu13*, as reuniões preparatórias do *gemellaggio* (cidades-irmãs) entre Piraquara (na região metropolitana de Curitiba) e a Província de Trento, para promover cooperação cultural, econômica, tecnológica e ambiental entre as comunidades, de onde vieram as primeiras 59 famílias de imigrantes trentinos no Paraná, além é claro, da colaboração para a assinatura dos *acordos de cooperação com Emilia Romagna14 e Umbria15*.

Foram muitos encontros, apoios e acordos e em todos esses espaços — parlamento, governo e sociedade civil — sempre busquei agir como mediadora entre o passado e o futuro, entre tradição e modernidade.

Como mulher e como cidadã ítalo-brasileira, aprendi que a política também é um exercício de gratidão. Gratidão à terra que

acolheu meus antepassados e à pátria que me formou. Gratidão à Itália, que reconheceu em mim o esforço de unir dois povos irmãos. E gratidão ao Brasil, que me permitiu transformar essa herança em serviço público e compromisso com o bem comum.

Que a estrela da Itália continue a brilhar — não apenas sobre mim, mas sobre todos que dedicam suas vidas à promoção da cultura e da amizade entre povos, reafirmando que Brasil e Itália caminham juntos, hoje e sempre.

NOTAS

11 National Italian American Foundation (NIAF). Conferência Internacional sobre Diáspora Italiana, Washington, EUA, 2023. A Fundação Nacional Ítalo-Americana (NIAF) é uma organização nacional com sede em Washington, D.C. Maior representante dos mais de 20 milhões de cidadãos ítalo-americanos que vivem nos Estados Unidos. A NIAF foi fundada em 1975 e é uma organização sem fins lucrativos e sem filiação política. Disponível em: <https://www.niaf.org/>.

12 PARANÁ, Governo do Estado do. Vice-governadora representará o Paraná no Dia do Brasil na Expo Milão. Curitiba: Agência Estadual de Notícias – AEN, 4 set. 2015. Disponível em: <https://arquivo2011.aen.pr.gov.br/Noticia/Vice-governadora-representara-o-Parana-no-Dia-do-Brasil-na-Expo-Milao>. Acesso em: 31 out. 2025.

13 PARANÁ, Governo do Estado do. Governo intensifica ações para criar rota direta entre Europa e Foz do Iguaçu. Curitiba: Agência Estadual de Notícias – AEN, 15 set. 2015. Disponível em: <https://arquivo2011.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-intensifica-acoes-para-criar-rota-direta-entre-Europa-e-Foz-do-Iguacu>.

14 PARANÁ, Governo do Estado do. Paraná e Itália podem expandir parcerias em diversas áreas. Curitiba: Agência Estadual de Notícias – AEN, 27 abr. 2018. Disponível em: <https://arquivo2011.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-e-Italia-podem-expandir-parcerias-em-diversas-areas>. Acesso em: 31 out. 2025.

15 PARANÁ, Governo do Estado do. Cida Borghetti discute acordo de cooperação com região da Úmbria. Curitiba: Agência Estadual de Notícias – AEN, 16 mar. 2018. Disponível em: <https://arquivo2011.aen.pr.gov.br/Noticia/Cida-Borghetti-discute-acordo-de-cooperacao-com-regiao-da-Umbria>. Acesso em: 31 out. 2025.

Cida Borghetti

Nascida em Caçador (Santa Catarina – Brasil), em 18 de fevereiro de 1965, é cidadã ítalo-brasileira. Filha de Severino Ivo Borghetti e Ires Anna Borghetti.

- Empresária, graduada em Administração Pública pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), com especialização em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Curso de Liderança Executiva em Primeira Infância da Universidade de Harvard.
- Governadora do Estado do Paraná (abril – dezembro/2018).
- Vice-Governadora do Estado do Paraná (janeiro/2015 – abril/2018).
- Membro do Conselho da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no Estado do Paraná (maio/2021 – dezembro/2022).
- Deputada Federal (2011 – 2014).
- Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Itália da Câmara dos Deputados (04/12/2013 – 31/01/2015).
- Deputada Estadual (2003 – 2010).
- Conselheira do Com.it.es (Comitê dos Italianos no Exterior) pelos Estados do Paraná e Santa Catarina durante 12 anos.
- Embaixadora para a América do Sul da Organização Mundial da Família.
- Presidente da Associação Giuseppe Garibaldi (2019- 2025).
- Vice-presidente da Associação Giuseppe Garibaldi (2025 - 2028).

Ações para o fortalecimento das relações entre Itália e Brasil:

Como vice-governadora e governadora do Paraná, conduziu iniciativas voltadas à capacitação e apoio técnico a pequenos agricultores, fortalecimento da agroindústria, preservação ambiental, incentivo a parques tecnológicos e ao comércio inter-regional.

- **Acordo com Trento** – Participou das reuniões preparatórias do gemellaggio (cidades-irmãs) entre Piraquara (na região metropolitana de Curitiba) e a Província de Trento, para promover cooperação cultural, econômica, tecnológica e ambiental entre as comunidades, de onde vieram as primeiras 59 famílias de imigrantes trentinos no Paraná.
- Eleita **Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Itália** da Câmara dos Deputados (2013).
- **Expo Milão 2015** – Participou ativamente da apresentação das potencialidades e oportunidades econômicas e agroalimentares do Paraná na Exposição Universal de Milão, incluindo a programação oficial do Dia Nacional do Brasil.
- Durante o mandato de vice-governadora, acompanhou o Cônsul-Geral da Itália no Paraná e Santa Catarina em encontros para diversificar e fortalecer relações econômicas, comerciais e culturais.
- Participou das negociações com a **Alitalia** para criar um voo direto Itália – Foz do Iguaçu (atração turística de fama internacional, considerada a 8ª maravilha do mundo).
- Esteve presente na **inauguração do Consulado Honorário da Itália no Paraguai** (2015).
- Visitou o **Grupo Educativo CEPU**, em Milão, e participou de encontros com autoridades italianas e brasileiras, como o então Ministro das Relações Exteriores da Itália, Paolo Gentiloni, e o Ministro da Defesa do Brasil, Aldo Rebelo.
- Conduziu negociações para acordos de cooperação técnica com a **Região da Úmbria** e renovação de convênios com a **Emília-Romanha**.

- Liderou ações de promoção cultural, educacional e turística em Roma, Bolonha e Milão, além de encontros com representantes parlamentares italianos.
- Presidiu o **Fórum Parlamentar Brasil-Itália** na Assembleia Legislativa do Paraná.
- Como Presidente da Associação Giuseppe Garibaldi, abriu a instituição para recepções oficiais, incluindo jantares com embaixadores da Itália no Brasil.
- Entre 2017 e 2024, participou de eventos de alto nível no Brasil e na Itália, incluindo homenagens militares, abertura de festivais de cinema, celebrações do 150º aniversário da imigração italiana no Brasil e inauguração do **Jardim das Esculturas do Palácio Garibaldi**, com estátuas em tamanho real de Giuseppe e Anita Garibaldi.

150 anos da Imigração Italiana no Brasil

O FUTEBOL COMO ELEMENTO DE INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES ITALIANOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA 1900-1930

Embaixador Pedro Luiz Rodrigues

Mauro Biondini

Para os imigrantes, os esportes podem representar um importante elemento de integração social. Sua prática - ou o fato de fazerem parte de uma torcida - estimula o contato entre as pessoas, contribuindo para a compreensão mútua e a formação de amizades. As cores das camisas de um clube de futebol, se de um lado acirram o espírito de competição, de outro fomentam sentimentos gregários, como o de pertencer a um grupo.

Em outras palavras, os esportes são um caminho que se abre aos imigrantes, particularmente os mais jovens, para absorver, de maneira intensa e direta, a cultura do país que os acolheu, ajudando-os a aprimorar suas habilidades linguísticas e a melhorar seu bem-estar físico e mental. Se isso se aplica em nossos dias, terá tido ainda maior importância nos períodos que precederam o advento do rádio e da televisão.

Não se pode, contudo, generalizar. O acesso a certas modalidades de desportos podem apresentar aos que desejam praticá-los barreiras de natureza econômica e social. Enquadram-se nessa categoria certas modalidades desportivas que exigem equipamentos caros ou manutenção onerosa, como é o caso do hipismo, do golfe e dos esportes náuticos. Outras, ao contrário, como o futebol, são de baixo custo. As exigências básicas nesse caso são uma bola de couro e o acesso a um campo qualquer.

No caso dos imigrantes italianos para o Brasil, que teve início em meados do século XIX, mas cujo ápice se deu entre 1874 e o fim dos 1920 - com pico na década de 1890 -, uma coincidência favorável à sua integração na sociedade brasileira teve lugar no campo desportivo: a introdução do futebol no Brasil, em 1894. Na mesma época, aliás, o

esporte difundia-se na Itália. Os times e jogadores de um e outro país, dos dois lados do Atlântico, muitas vezes serviram de inspiração uns para os outros.

Recordemos que Charles Miller, um brasileiro descendente de escoceses, que tinha ido estudar na Inglaterra trouxe, ao retornar ao Brasil, em 1894, bolas, uniformes e um livro sobre as regras do futebol. Foi ele, também, quem organizou (em São Paulo, no bairro da Mooca) a primeira partida oficial do esporte no País - em 14 de abril de 1895 - entre os funcionários da Companhia de Gás e os da São Paulo Railway.

Inicialmente tendo sua prática restrita a uma elite, o futebol viria a se popularizar rapidamente. Nos últimos anos do século XIX e particularmente nos primeiros do século XX, muitos clubes de futebol começaram a surgir, principalmente no eixo Rio-São Paulo, mas também em Minas, nos Estados do Sul e em Pernambuco. Primeiro como plateia, depois como praticantes, imigrantes e seus filhos envolver-se-iam de corpo e alma no novo desporto.

As migrações têm sido um fenômeno central e contínuo na história da humanidade, moldando sociedades e culturas desde as mais remotas eras. Impulsionadas por fatores diversos, como a opressão, conflitos, dificuldades econômicas e mudanças climáticas, entre outros, esses movimentos de pessoas variaram de intensidade nos diferentes períodos, mas foram fundamentais para o desenho do presente quadro da distribuição humana no planeta.

Nosso foco, aqui, recai sobre a diáspora do final do século XIX e início do século XX, que levou 55 milhões de europeus a deixarem seus países de origem, em busca de melhores condições de vida em outras partes do mundo, em particular nas Américas e na Austrália. Esse movimento incluiu, além da emigração italiana, as diásporas grega, galega e irlandesa, provocadas principalmente por fatores econômicos e políticos e, no caso irlandês, pela fome.

A diáspora italiana teve lugar depois de décadas de conflitos que culminaram no Risorgimento (a luta pela unificação do país). Após

reunificada, em 1861, a Itália ver-se-ia confrontada com o avanço da pobreza e do desemprego, provocados pelo crescimento populacional e o avanço da industrialização. A penúria afetou a população rural e fez inchar as cidades, para onde massas se deslocavam em busca de empregos que não existiam. Essas dificuldades levaram a que cerca de 7 milhões de italianos deixassem a península italiana no período entre 1860 e 1920.

Se na Itália se tornaram escassas as oportunidades de trabalho, essas existiam no Brasil, em particular durante o período de transição imediatamente anterior e posterior à abolição da escravatura. A migração para o Brasil ocorreu tanto de maneira espontânea, como de forma organizada, com a concessão de auxílio em dinheiro para a compra de passagens e a instalação inicial das famílias no país. Prevaleceu essa política de 1870 a 1930 e contou com o apoio financeiro de fazendeiros do café e do governo. O principal destino dos imigrantes, quando subvencionados, foram as fazendas de café de São Paulo e os núcleos de colonização espalhados por Estados (Províncias, no período imperial) como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo. Comprometiam-se contratualmente os recém-chegados a permanecer nos locais para os quais haviam sido designados, e a aceitar um regime de trabalho.

O maior número de imigrantes italianos entrou no Brasil na década de 1890: 690.365 pessoas. No decênio seguinte, esse número se reduziu para 221.394, em virtude da crise na economia cafeeira e de obstáculos impostos pelo governo italiano, que passou a demonstrar preocupação com a emigração para o Brasil. Durante as décadas de 1910 e 1920, a imigração italiana para o Brasil continuou, mas em ritmo menor. Mais tarde, na década de 1930, a imigração italiana seria ainda mais restringida com a implementação da Lei de Cotas pelo governo de Getúlio Vargas.

No Brasil, diversas circunstâncias levaram a que italianos, principalmente os recém-chegados mais jovens, ou os filhos crescidos das primeiras levadas de imigrantes, não se entusiasmassem com o trabalho rural e preferissem se arriscar a ganhar a vida nos núcleos urbanos que

se expandiam aceleradamente. O desafio desses foi, longe do ambiente rural, o de se adaptar ao novo país de residência, sem abdicar dos traços da cultura italiana, que traziam como orgulhosa marca distintiva. O fluxo migratório contínuo trouxe importante contribuição italiana à moldagem da demografia, da economia e da cultura brasileiras. A agricultura, por exemplo, modificou-se com a adoção de novas técnicas. No setor industrial, novas habilidades e conhecimentos ajudaram a impulsionar a industrialização do País. Também crucial foi a criação de cooperativas de produtores, em particular no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul.

À medida que se instalavam nas grandes núcleos urbanos, artesãos, pedreiros, carpinteiros e também aqueles com formação acadêmica, foram deixando seu legado. É notável a presença de edifícios erguidos por arquitetos e construtores italianos na cidade de São Paulo, de que são símbolos o Teatro Municipal e o edifício Martinelli - um dos primeiros arranha-céus daquela cidade.

OS BAIROS ITALIANOS EM SÃO PAULO

Verificou-se a tendência de os imigrantes provenientes do Norte da Itália rumarem para a zona rural, enquanto os do Sul optarem, em maior medida, por se dedicar às ocupações urbanas. Isso explica o fato de, na cidade de São Paulo, bairros inteiros terem sido ocupados especialmente por imigrantes oriundos da Calábria e da Campânia.

Em 1878, Antônio José Leite Braga loteou parte de sua “Chácara do Bixiga”, em cerimônia que contou com a presença do Imperador Pedro II, e muitos lotes, pequenos e baratos, tornaram-se propriedade de imigrantes de origem italiana. Os que se instalaram no Bixiga advinham, em sua maior parte, das regiões italianas da Campânia, Basilicata, Calábria e também da Sicília, mas se auto-identificavam como ‘calabreses’. Em 1905, constituíam maioria dos residentes no bairro.

Diferentemente do Bixiga, onde a atividade econômica voltou-se mais para o setor de serviços, o bairro da Mooca - que também foi majoritariamente ocupado por imigrantes italianos (mas contando igualmente com muitos lituanos e croatas) - pendeu mais para a atividade industrial. Um dos líderes da comunidade italiana na região, Rodolfo Crespi, lá fundou em 1896 o Cotonifício a que deu seu sobrenome, e que logo se tornaria a maior tecelagem do Estado. Além de imigrantes do extremo Sul da Itália, procuraram a Mooca famílias de Nápoles, da Lombardia, do Piemonte e do Corigliano, região esta de onde provinha a família mais tradicional do distrito, a Sapia, que lá se instalou em 1904.

O bairro do Brás, vizinho à Mooca, teve história semelhante. Era uma região de chácaras que foram loteadas no final do século XIX. Os compradores dos lotes foram principalmente imigrantes italianos, empregados na indústria. Ali funcionou a Hospedaria dos Imigrantes (onde está hoje o Museu da Imigração do Estado de São Paulo), que acolhia os estrangeiros que desembarcavam em Santos e chegavam de trem a São Paulo, para depois seguirem para as lavouras de café no interior. Não poucos dos recém-chegados italianos preferiram o ambiente urbano do que a ideia de prosseguir viagem. Em 1886, o bairro contava com seis mil habitantes. Em 1893 eram já 30 mil! O Brás está também ligado à história do futebol no País. O primeiro jogo oficialmente realizado no Brasil, ao qual nos referimos no Prólogo, organizado por Charles Miller, teve lugar naquele bairro de São Paulo.

COMO SE DISTRAÍAM OS PRIMEIROS IMIGRANTES ITALIANOS?

Os primeiros imigrantes italianos no Brasil, em sua maioria, tinham por distração a participação em festas, eventos religiosos e atividades coletivas que lhes rememoravam a cultura de sua terra natal e fortaleciam os laços comunitários. A vida árdua nas lavouras de café ou nas colônias tornava esses

momentos de lazer essenciais para manter elevado o ânimo. Algumas das principais formas de distração incluíam os ‘filós’, festa de confraternização entre vizinhos de um bairro ou de uma região, caracterizada por música, dança, jogos e, principalmente, a partilha de comidas típicas polenta, galetto, salame, massas e doces caseiros. A forte religiosidade católica dos imigrantes encontrava espaço de manifestação em festas que celebravam santos padroeiros e outras figuras religiosas. Essas celebrações, como a Festa de Nossa Senhora Achiropita, eram eventos importantes para a comunidade, envolvendo missas, procissões, música e comida típica. A bocha era um passatempo popular, praticado em canchas simples construídas nas comunidades. Jogos de cartas, como o baralho, também eram comuns para passar o tempo entre amigos e familiares.

Essas atividades, que mesclavam fé, tradição e convívio social, não só ajudavam os imigrantes a esquecerem as dificuldades do dia a dia, mas também permitiam que mantivessem viva a cultura italiana. Essas manifestações contudos, ocorridas no círculo dos próprios imigrantes, reduziam a intensidade da interação com outros segmentos da sociedade brasileira.

O FUTEBOL, DESDE O PRIMEIRO JOGO EM 1895, NA MOOCA

Como salienta Jorge Artur Santos, em sua dissertação de mestrado (USP, 2000) “ Os intelectuais e as críticas às práticas esportivas no Brasil (1890-1947), na segunda metade do século XIX no Brasil, ‘o esporte era atividade dos clubes ingleses, que praticavam principalmente o críquete”. Na década de 1880, outros esportes foram sendo gradualmente introduzidos, como o tênis, o remo, a natação e as corridas a pé. Em 1895, como já assinalado, realizou-se o primeiro jogo de futebol no Brasil, na Mooca, com bola e regras trazidas pelo brasileiro de origem escocesa, Charles Miller.] Com o passar do tempo, o futebol - de início praticado apenas por

jovens da elite, entusiasmaria todas as camadas da população. Os mais favorecidos economicamente realizavam seus jogos em clubes organizados, em campos demarcados, onde posições e jogadas eram expressas em termos em inglês; outros eram os chamados times varzeanos, de várzea dos arrabaldes. Um grupo não frequentava o campo dos outros. No grupo popular, as bolas eram feitas por sapateiros, hábeis no corte e da costura do couro, e o jogo podia ser praticado em qualquer espaço vazio.

Os primeiros clubes organizados em São Paulo foram: i) o São Paulo Athletic Club (SPAC) – um clube poliesportivo, fundado em 1888 por expatriados ingleses, com o objetivo inicial da prática do críquete, mas acabou por formar o primeiro time de futebol do Brasil, por iniciativa do já mencionado Charles Miller. Esse time de futebol funcionou até 1912, tendo conquistado quatro vitórias do Campeonato Paulista; ii) O Club Athletico Paulistano, também poliesportivo, foi fundado em 1900. Sua primeira sede foi no Velódromo Paulista, localizado na rua da Consolação, mas que teve no futebol sua principal modalidade desportiva. Ao longo de três décadas conquistou 11 títulos do Campeonato Paulista.

A recusa do clube de aderir à profissionalização acabou por gerar uma dissidência, da qual resultou a criação do atual São Paulo Futebol Clube. Outros clubes dos primórdios do futebol em São Paulo foram iii) a Associação Atlética Mackenzie College (1898), iv) o Sport Club Germania, fundado em 1899, que teve de mudar o nome durante a Segunda Guerra, passando a designar-se Esporte Clube Pinheiros e v) o Sport Club Internacional, criado em 1899.

Em 1901, esses cinco clubes formais fundaram a Liga Paulista de Foot-Ball, entidade que organizou o primeiro Campeonato Paulista, em 1902. Sendo difíceis as condições para se fazer parte desse grupo, o futebol tendia a cocontinuar a ser um esporte de elites. Os jogos, que se designavam em inglês (“matches”) empolgavam um público limitado. Mas os jogos entre o Paulistano e o Athletic traziam em si o germe da popularização do futebol entre nós. Como observou Jorge Artur Santos, em sua já mencionada dissertação, citando Monteiro Lobato: o

esforço do Paulistano, integrado por brasileiros, em vencer o Athletic, composto por ingleses, ‘ano após ano, estava a conquistar a atenção do público e a desenvolver um sentimento patriótico do dever da vitória’. Nas primeiras partidas, os jogadores podiam ser integrantes da elite, mas boa parte da plateia era popular, gente que se emocionava, torcia e esbravejava.

Em 1900, foram criados o Sport Club Savoia - que muitos consideram o primeiro time de futebol do Brasil - e o Votorantim Athletic Club. O Savoia foi fundado por imigrantes italianos que trabalhavam nas fábricas de Sorocaba e Votorantim, tendo sido o primeiro a ter como símbolo a Cruz de Savoia, que anos mais tarde seria adotada pelo Palestra Itália, precursor do Palmeiras. Durante a Segunda Guerra Mundial o Savoia mudou de nome, para Clube Atlético Votorantim, que não teve vida longa.

Das plateias à participação nos jogos de várzea, o esporte começou a se popularizar. Ao mesmo tempo, a febre pelo futebol começou a se difundir pelo Brasil: o Sport Club Rio Grande (na cidade gaúcha de mesmo nome, primeiros jogos em 1898, formalizou-se como clube em 1900); a Associação Atlética Ponte Preta (Campinas, criado em 1900, tendo entre seus fundadores um ítalo-brasileiro, Luiz Garibaldi Burghi); o Clube Náutico Capibaribe (criado em 1898 por remadores recifenses, foi fundado oficialmente em 1901, tendo seu primeiro time de futebol em 1905, integrado por ingleses e alemães); Fluminense Football Club (fundado em 1902, não foi um clube exclusivo de ingleses, embora seu fundador Oscar Cox fosse anglo-brasileiro); Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense (fundado em Porto Alegre em 1903), Botafogo Football Club (criado em 1904, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro) e Sport Club Corinthians Paulista (fundado em 1910 como uma equipe de futebol, por um grupo de operário, no bairro do Bom Retiro).

O FUTEBOL DE VÁRZEA EM SÃO PAULO

Muitos times de várzea em São Paulo surgiram entre 1900 e 1910 com a popularização do futebol, à medida que trabalhadores das periferias e imigrantes – cuja maioria era de italianos e portugueses – adotavam o esporte de forma amadora em campos improvisados. Diferentemente dos clubes da elite, que praticavam o esporte em ambientes restritos, o futebol de várzea era uma manifestação popular, que cedo se enraizou na vida social dos bairros recém-constituídos. As partidas ocorriam em terrenos abertos ou em margens de rios, como o Botafogo, da Várzea do Carmo, no Brás.

No Botafogo da Várzea do Carmo, jogava, como zagueiro, o sapateiro italiano Rafael Perrone, um dos fundadores do Corinthians (1910). O Botafogo foi um celereiro de bons jogadores, e cedeu ao Corinthians muito de seus primeiros atletas. Perrone, além de fundador, foi jogador e capitão do Corinthians, tendo participado do primeiro jogo da história do clube, contra o União da Lapa, que lhe infligiu derrota de 1 a 0.

Além do Botafogo, outro importante time de várzea formado por italianos e seus descendentes foi o Ruggerone, que se transformaria em clube regular em 1916. Fundado em 1910, homenageava em seu nome o motociclista e aviador Germano Eros Ruggerone, que competia no Brasil e se tornara uma grande celebridade popular, uma espécie de herói para seus conterrâneos. O time perdeu a posição de principal representante dos italo-brasileiros com a ascensão do Palestra Itália (1914, atual Palmeiras), e diante de contínuos maus resultados, deixou de existir em 1921.

A ausência de registros sistemáticos dessa época torna difícil a tarefa de identificar precisamente os times de várzea nesse período e quais seus jogadores. Sabe-se, contudo, que muitos times amadores que participaram de competições mais organizadas nas décadas seguintes tiveram suas origens na várzea ou em subúrbios paulistanos nesse período.

A importância do futebol de várzea nessa época reside menos na identidade de times específicos do que no papel de celeiro de jogadores e de espaço de lazer e organização comunitária para os trabalhadores e as camadas mais pobres da população. Foi o crescimento dessa base de praticantes - muitos dos quais de origem italiana - que, com o tempo, pressionou pela democratização do esporte, contribuindo para a profissionalização do futebol e para o surgimento de times mais organizados, que se tornariam referências nas décadas seguintes. Assim, cada vez mais, os “italianos” faziam parte de times “brasileiros”!

A COBERTURA NA IMPRENSA (1900-1920)

A cobertura do futebol no Brasil pela imprensa escrita (que era a única que até então existia) só começou a se popularizar a partir da década de 1920, quando os primeiros jornais especializados foram criados, como é o caso da Gazeta Esportiva, editada em São Paulo a partir de 1928 e que se manteve como um dos mais influentes meios de informação da mídia desportiva durante todo o século XX. Em 1931, no Rio, foi lançado o Jornal dos Sports, que adquiriu fama não só por seu bom conteúdo como pelo papel cor de rosa que utilizava em suas edições, que o fazia parecido com La Gazzetta dello Sport (fundada em 1896).

Com a criação de clubes mais populares a partir de 1910, o interesse do esporte entre os brasileiros avançou consideravelmente, apesar da oposição de intelectuais como Lima Barreto e Graciliano Ramos, que o viam com desconfiança, chegando a criticá-lo em suas crônicas. Lima Barreto criticava o futebol como um estrangeirismo elitista que servia para criar distinções sociais e mascarar injustiças, e não um esporte genuinamente nacional. Ele ironizava a idealização do esporte, apontando-o como racista e alienador do povo. Graciliano, por sua vez, em crônica de 1921, ironizou o esporte, afirmando que se tratava de ‘fogo de palha’ que não ‘pegaria ‘no interior,

Se a grande imprensa de São Paulo não atribuía grande atenção ao futebol, os pequenos jornais da comunidade italiana o fazia, como era o caso do *Il Pasquino Coloniale* (publicado entre 1899 e 1906), *La Stella d'Italia* (1902-1925) e a *Fanfulla* (1893-1941). Essa cobertura recebera um impulso importante com a criação do Corinthians, em 1910, cuja proposta era de ser um clube popular. Não surpreende, também, que tenha sido um jornalista da *Fanfulla*, Vincenzo Ragnetti, o autor da carta que, em 1914, entusiasmou os italianos e ítalo-brasileiros residentes no Brás a criar um time “italiano”, o Palestra Itália, hoje o Palmeiras.

1910, SURGE O CORINTHIANS, O PRIMEIRO POPULAR

O Corinthians foi fundado no bairro do Bom Retiro, em 1910 por um grupo de operários liderados por Anselmo Corrêa, tendo sido seu nome inspirado no time inglês homônimo. Foi concebido para ser uma equipe popular, acessível à população trabalhadora da cidade. Por isso, contou com muitos italianos ou ítalo-brasileiros entre seus membros-fundadores, a incluir seu primeiro presidente, o alfaiate Miguel Battaglia (autor da promessa de que o Corinthians seria “o time do povo”). Outros co-fundadores de mesma origem foram: Rafael Perrone, Alexandre Magnani (foi 2º vice-presidente da primeira diretoria), Salvador Lopomo, Antônio Vizzone, João Spina e Emílio Lotito. O barbeiro Salvatore Battaglia, irmão de Miguel, foi nome importante na história do clube. Era em sua barbearia que se reuniam, de início, a diretoria do clube. Felipe Aversa Valente integrou também sua diretoria, e foi também o primeiro goleiro do novo time.

Entre os jogadores italianos, ou descendentes de italianos, destacaram-se, nesta etapa inicial, como jogadores do Corinthians: Achiles Ciasca, Arturo Fabbi, Bartholomeu Vicente Gugani, Bianco Spartaco Gambini, Carlos Alberto Gambarotta, Francesco Police, Fulvio Benti, Luiz Salvatore Fabbi e Rafael Perrone.

Achiles Ciasca jogou 142 partidas (105 vitórias) pelo Corinthians, entre 1917 e 1924. Foi um grande marcador, o que lhe rendeu o apelido de ‘Carrapato’; Arturo (Matturio) Fabbi, irmão de Luís Salvatore Fabbi, passou para o Palestra. Bartholomeu Gugani, o Bartô, além do Corinthians, jogou pelo São Bento, o Paulistano e o São Paulo. Integrou a Seleção Brasileira que conquistou a Copa Roca, em 1922; Bianco Spartaco Gambini, nasceu em São Paulo, em 1893, foi o primeiro jogador a levantar a taça de campeão paulista, pelo Corinthians, em 1914; Carlos Gambarotta, nascido em 1893, foi um dos primeiros grandes ídolos corinthianos na década de 1910, sendo seguido em sua trilha, no mesmo time, seus irmãos Ítalo, Guido e Leone, que se destacaram nas décadas de 1920 e 1930. Carlos foi um grande goleador (81 gols em 180 jogos), tendo sido o artilheiro do Campeonato do Centenário (1922), com 19 gols marcados. Veterano, mudou-se para a Bahia, onde ajudou a fundar, em 1931, o Esporte Clube Bahia; Francesco Police, nasceu na Itália em 1893, tendo sido um dos fundadores do Corinthians, pelo qual jogou 55 partidas em seis temporadas, tendo sido campeão paulista de 1914 e 1916; Fulvio Benti, jogador de defesa, também campeão em 1914 e 1916; João Pizzocaró, um dos primeiros goleiros do Corinthians, jogou 23 vezes (18 vitórias) e campeão paulista em 1916 e 1922; Luiz Salvatore Fabbi, nascido em 1890, em Parma, era funileiro. Foi o autor do primeiro gol da história do Corinthians, em 1910. Em 1913, ele e o irmão Arturo passaram para o Concórdia e, em 1915, para o Palestra Itália e Rafael Perrone um dos fundadores do Corinthians, Sapateiro de profissão, começou a jogar num time de várzea do Bom Retiro, o Botafogo, por onde também passaram futuros jogadores de origem italiana do Corinthians, como os acima mencionados Francisco Police, Fulvio Benti, João Pizzocaró.

O PALESTRA ITÁLIA, ATUAL PALMEIRAS, ITALIANÍSSIMO

Na Itália, o futebol (giuoco del calcio), originou-se na cidade de Rovigo, em 1893, por intermédio de Francesco Gabrielli, um professor

de educação física, contando com diversas peculiaridades de lavra do próprio Gabrielli. Nos anos seguintes, essas regras começaram a ser gradualmente alinhadas aos regulamentos do International Football Association Board, até que estes foram integralmente adotados, em maio de 1903. Por essa ocasião, o esporte havia se disseminado pelo país, com times sendo criados em toda a parte.

No Brasil, a comunidade italiana já se tornara adepta do futebol, como praticantes e como torcedores, para o que muito contribuiu a criação do Corinthians (1910), cuja proposta desde sua inepção foi a de ser um time popular. Foi o começo, novos clubes viriam, não só com o viés popular, mas com forte presença de italianos.

A visita do Torino e do Pro Vercelli ao Brasil, no início de agosto de 1914, provocou um enorme entusiasmo na comunidade italiana de São Paulo. Uma carta de Vicente Ragnognetti, publicada no jornal Fanfulla (fundado em 1893), exortou os compatriotas a se unirem para fundar um time de futebol, o que resultou, pouco depois, na criação do Palestra Italia, hoje o Palmeiras. O Fanfulla era um jornal ousado, publicado em italiano, e um dos poucos que cobria o futebol de várzea. Apesar de já existirem algumas agremiações de essência italiana em São Paulo antes do Palestra Italia, nenhuma tinha o futebol como carro-chefe. Após as exibições do Torino e do Pró-Vercelli, porém, mais de uma dezena de clubes italianos de futebol surgiram só naquela mesma semana das excursões.

Alguns tiveram vida curta, outros encontraram espaço nos campeonatos de várzea, mas foi o Palestra o grande aglutinador da colônia e simpatizantes. A característica marcadamente italiana do Palestra fica claramente marcada pela quase exclusividade de nomes italianos na ata de fundação do clube, entre os quais constam os membros da diretoria Ezequiel Simoni (eleito presidente), Luigi Emmanuelle Marzo (vice-presidente), Luigi Cervo, Antonio Aulicino, Francesco De Vivo Francesco Morelli, Vincenzo Cilento, Adolfo Izzo, Oreste Giangrande, Armando Rebucci, Guido Giannetti, Vincenzo Ragnognetti (o jornalista autor da carta que levou à criação do clube, eleito diretor esportivo), e demais membros: Alfonso Mosca, Alfredo

Izzo, Alfredo Migliori, Amadeo Bucciarelli, Antonio Gallucci, Battista Mannini, Benedetto Rizzo, Carlos A. Magno, Clementino Del Ciello, Dante Corazza, Delfo Betti, Ercole Russo, Eugenio Gallo, Felice Fincato, Francesco Camargo, Gennaro Romano Filho, Giorgio Giannetti, Giovanni Barsanti, Giovanni Lamacchia, Giovanni Principato, Giulio Giannetti, Giuseppe Nigro, Giuseppe Prince, Luigi Izzo, Luigi Medici, Michele A. Ciello, Michele Tavollaro, Oberdan Zamboni, Onofrio Lilla, Pietro Gregoracci e Vincenzo Rizzo. Outros apoiadores de primeira hora foram Ernesto Giuliani, Biagio Alario, Biagio Altieri, Filippo Tommaselli, Frederico Tommaselli, Giulio Pignatari, Giuseppe Tommaselli, Biagio Alario, Biagio Altieri, Filippo Tommaselli, Frederico Tommaselli, Giulio Pignatari, Giuseppe Tommaselli, Guilherme Kawall, Ippólito R. Costa, M. J. da Cunha, Menotti Falchi, Michele Doganiero, Nicola Serricchio, Paulo Siciliano, Rodolfo Kesserling, Vincenzo Latuchella e os magnatas Adriano Crespi, Alessandro Siciliano, Andrea Matarazzo, Eduardo Matarazzo, Ermelino Matarazzo, Francesco Matarazzo e Rodolfo Crespi.

O Palestra preparou-se desde seu início para entrar na liga dos grandes do futebol oficial da cidade. Sua primeira partida foi disputada em 24 de janeiro de 1915 contra o Savoia, de quem venceu por 2 a 0, gols de Bianco e Alegretti, ambos de pênalti. Curiosamente, nessa sua primeira oficial, o Palestra Itália contou com cinco jogadores que haviam jogado pelo Corinthians no ano anterior (ano em que o Corinthians foi campeão paulista): Fúlvio, Police, Américo, Amílcar Barbuy e Bianco .

Em seu primeiro ano de atividade o Palestra Italia participou apenas partidas amistosas, mas em 1916 participou do torneio estadual, regido pela Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA). Sua estreia no Campeonato Paulista ocorreu no dia 13 de maio daquele ano, com empate de 1 a 1 contra o Mackenzier. Em 1917, o clube sagrou-se vice-campeão paulista, tendo enfrentado pela primeira vez o Corinthians – que venceu por 3 a 0, todos gols de Caetano. A partir da temporada de 1917, “o time dos italianos”, como era chamado o Palestra com um quê de preconceito, foi-se tornando um fenômeno de

massa, e passou a receber em sua torcida não apenas os oriundi, mas também torcedores de diferentes nacionalidades e classes sociais.

A disputa entre o Palestra e Paulistano teria contudo o seu ápice no campeonato estadual de 1918. Em jogo controverso, Palestra perdeu por 3 a 1, depois de ter vários de seus atletas expulsos do jogo e dois pênalties não marcados. Como forma de protesto, o Palestra pediu sua desfiliação da APEA. Por essa época, a Gripe Espanhola chegou a São Paulo, tendo o clube decidido abrir à Cruz Vermelha suas instalações na Rua Libero Badaró. O gesto atraiu a simpatia popular, estimulando seu retorno à APEA. Mas no campeonato de 1919, a taça ficou pela quarta vez consecutiva com o Paulistano.

Em 19 de dezembro de 1920, o Palestra Italia, tendo como técnicos Giuseppe Roberti e Federico De Lucca, conquistou seu primeiro Campeonato Paulista, ano em que contava com jogadores como Antonio Picagli, Matteo Forte, Oscar Federici, Bianco, Primo (goleiro), Heitor, Gino Martinelli e Pedro Sernagiotto (Ministro). Uma verdadeira multidão compareceu à chácara da Floresta para assistir à vitória de 1 a 0 do Palestra sobre o Paulistano, o que marcou o ingresso definitivo do time criado por italianos no grupo dos grandes campeões do futebol brasileiro.

Os principais jogadores do Palestra, nesse jogo, foram: Antonio Picagli nasceu em 1893, vindo a integrar a equipe do Ruggerone, time de várzea ao qual já nos referimos, transferindo-se depois para o Germania (hoje Pinheiros) e, em 1917, para o Palestra Itália, no qual jogou até 1922, quando se aposentou. No Palestra, participou do Campeonato Sul-Americano de Futebol de 1917 e foi campeão paulista de 1920. Arturo (Matturio)Fabbi - Começou na várzea paulistana, entrou para o Corinthians (com o irmão Luigi, autor do primeiro gol do time) , transferiram-se ambos para o Concórdia e depois para o Palestra. Bianco Spartaco Gambini (Bianco), mencionado quando da referência ao Corinthians, passou rapidamente pelo Mackenzie, e dedicou o resto de sua carreira a times “italianos”. Participou do primeiro jogo oficial do Palestra, contra ao Savoia, em 1915 (tendo marcado um dos dois gols da vitória), foi do Palestra Itália, de Minas Gerais (hoje o

Cruzeiro). Depois, de volta ao Palestra Itália, de São Paulo, foi treinador de 1927 a 1944. Gino Martinelli, jogava nas pontas, teve participação decisiva na vitória do Palestra, time no qual atuou entre 1917 e 1925. Oscar Federici, nascido em 1893, atuou como zagueiro, Participou das temporadas do Palestra entre 1917 e 1921.

Ministro, era como chamava a torcida o jogador Pedro Sernagiotto, jogador decisivo na conquista do Campeonato Paulista de 1920, titular no flanco direito do ataque campeão. Até hoje o Palmeiras e o Pro Vercelli mantém uma relação próxima e cordial, com os dois tipos prestando homenagens recíprocas. Em 2021, o Pro Vercelli lançou uma camisa em homenagem ao Palmeiras, e em 2023, sediou um evento com a presença de representantes do clube brasileiro. A criação do Palestra Italia, na cidade de São Paulo, serviria de inspiração para a criação de diversos outros clubes, de mesmo nome, em diversos Estados brasileiros: Em São Paulo, o Palestra Itália de São Carlos (de 1919), o Palestra Itália Futebol Clube, de São José do Rio Preto (de 1931, sendo seu principal fundador Bonfá Natale); o Palestra Itália de São Bernardo do Campo (de 1935, por iniciativa principal de Alfredo Sabatini); No Paraná: Palestra Itália Futebol Clube, de Curitiba (de 1921, fundiu-se em 1954 com outros dois clubes, para formar o Colorado Esporte Clube, que por sua vez se fundiu para formar o atual Paraná Clube. No Rio de Janeiro havia, na década de 1930, um time da Opera Nazionale Dopolavoro Palestra Italia, do qual se tem poucas informações) Em Minas Gerais, o Palestra Itália (fundado em 1921) é hoje o Cruzeiro Esporte Clube.

O CONCÓRDIA

O Clube Atlético Concórdia foi uma equipe de futebol criada pelos membros do clube social de mesmo nome, com sede no bairro do Brás. Em 1914 foi fundada a Liga Paulista de Sports, que reunia os clubes que não conseguiram vaga nos campeonatos da APSA e da Liga Paulista de Futebol. O campeonato da Liga de Sports foi disputado de

abril a outubro e o Concórdia foi o campeão após vencer o União Lapa, por 1 a 0. Entre seus jogadores destacaram-se os irmãos Fabbi, vindos do Corinthians, Luigi e Arturo(Matturio).

1917 A 1919

A partir de 1917, os jogos da Seleção Brasileira passaram a contar com número mais expressivo de jogadores de origem italiana do que anteriormente. No primeiro jogo oficial do Brasil, por exemplo, da Seleção contra o time inglês Exeter City, em 1914, registrou-se a presença de apenas um: Sylvio Lagreca. No segundo, no mesmo ano, contra o time da Argentina, jogou também Lagreca.

No Campeonato Sul-Americano de 1917, realizado em Montevideu destacaram-se os nomes de Antônio Picagli, Caetano Izzo, e Sylvio Lagreca, (que no primeiro jogo, contra a Argentina, marcou o primeiro gol de pênalti da história da Seleção Brasileira.

Antonio Picagli, começou no Ruggerone, time de várzea que nos primeiros anos do século XX foi um grande formador de jogadores de origem italiana. Jogou depois pelo Germania (hoje Pinheiros) , transferindo-se em 1917, para o Palestra Itália, até 1922, quando se aposentou. No Palestra, participou do Campeonato Sul-Americano de Futebol de 1917 e foi campeão paulista de 1920. Caetano Izzo, também iniciou no Ruggerone (onde jogou entre 1914 e 1916), é lembrado pela torcida do Palmeiras (então Palestra Itália, onde jogou de 1917 a 1921) por ter marcado os três gols que deram a vitória (de 3 a zero) ao time em seu primeiro jogo contra o rival Corinthians. Sylvio Lagreca, piracicabano de origem italiana, começou no futebol pela Associação Atlética São Bento, pelo qual sagrou-se campeão do Campeonato Paulista de 1914. Nas duas primeiras edições (1916 e 1917) do Campeonato Sul-Americano (a atual Copa América), atuou como jogador e treinador da Seleção Brasileira.

Em 1918 não houve a realização do Campeonato Sul-Americano, em razão da epidemia que ficou conhecida como Febre Espanhola.

Mas em jogo contra o time uruguaio Dublin, registrou-se a presença de Ítalo Bosseti, do Palestra (Palmeiras). De outros jogos participaram Bruno Agnello, Palamone, e Morelli. Ítalo Bosseti, nasceu na Itália, jogou pelo Palestra Itália (Palmeiras) de 1915 a 1923.

No Campeonato Sul-Americano de 1919 registrou-se a presença de Bianco (Bianco Spartaco Gambini) mencionado quando da referência do Palestra Itália, pelo qual participou do primeiro jogo oficial do time, contra ao Savoia, em 1915) e Luiz Bento Palamone (jogou também na Seleção de 1922, vencedora da Copa Rocca. Formou-se em Medicina (Oftalmologia).

O CRUZEIRO, DE MINAS

O atual Cruzeiro, de Minas, foi fundado em 1921, pela comunidade italiana residente em Belo Horizonte, com o nome de Società Sportiva Palestra Italia, cujas cores eram o verde e o vermelho da bandeira da Itália. Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, um decreto do Governo Federal determinou a mudança das cores e do nome da agremiação.

A organização para a criação do novo time (que teve 95 sócios fundadores) foi feita na fábrica de artigos desportivos e calçados de Agostinha Ranieri, na rua dos Caetés. Uma das primeiras decisões é que somente os membros da colônia italiana poderiam usar a camisa do time. O primeiro presidente do clube foi Aurélio Noce. O primeiro jogo do novo tipo se deu em 3 de abril de 1921, no Estádio Prado Mineira, num amistoso com jogadores de dois times de Nova Lima (o Vila Nova e o Palmeiras). Diante da necessidade de se mudar o nome do clube, surgiu a designação de Cruzeiro, idéia de Oswaldo Pinto Coelho.

A primeira escalação do Palestra Italia de Minas, que jogou contra o combinado Villa Nova-Palmeiras, de Nova Lima, na temporada de 1921, constou dos seguintes nomes de descendentes de italianos: Nullo Savini (goleiro), Polenta, Ciccio, Quiquino e Bassi (defesa),

Américo e Spartaco (meio de campo), Lino, Henriqueto e Nani (2 gols) e Armandinho. Em outros jogos, no mesmo ano, participaram o goleiro Scarpelli e os jogadores Attilio, Testi, Galliano, João Fantoni (Ninão) Isoni, Nello Nicolai, Otávio Fantoni (Nininho) Parizzi, Piorra, Nero, Beppino e Barulli.

JUVENTUS

Além do Palestra Italia (São Paulo) e do Palestra Itália (de Minas Gerais, atual Cruzeiro), clubes de imigrantes italianos surgiram em outras cidades do Brasil, contribuindo para popularizar o futebol. Esses times ofereciam uma forma de os imigrantes se sentirem parte da sociedade brasileira, reafirmando sua identidade cultural. Um dos mais importantes desses foi o Juventus, fundado em 20 de abril de 1924, por funcionários do Cotonifício Rodolfo Crespi, ao qual já nos referimos anteriormente. Seu primeiro nome foi Cotonifício Rodolfo Crespi Futebol Clube. Para poder fazer parte do campeonato paulista, mudou posteriormente o nome para Clube Atlético Juventus, vencedor do Campeonato Paulista de 1934.

ÍTALO

O Ítalo Foot Ball Club foi um clube criado por imigrantes italianos e seus descendentes. Suas cores eram o verde, vermelho e branco, cores da bandeira da Itália. Participou da disputa do Campeonato Paulista por cinco vezes, entre 1916 e 1925. Foi o clube que revelou os “Irmãos Gambarotto” (Carlos Alberto, Guido e Leone).

PARANÁ

Alguns times paranaense - como o Trieste Futebol Clube (antigo Palestra) e o Torino Academy Curitiba - tiveram, em seu início, forte

conexão com a cultura italiana, especialmente em Curitiba, onde a imigração foi significativa.

Em 7 de janeiro de 1921, na Sociedade Dante Alighieri de Curitiba, reuniram-se Ângelo Gorla, Benedicto Gian Paoli, Afonso Prisco, Atílio Menolli, Davi Bartolomei e outros descendentes de italianos, para juntos fundarem o time da colônia, nos moldes do que havia ocorrido em São Paulo (1914) e em Belo Horizonte (1921).

A nova agremiação, batizada como Palestra Itália Futebol Clube, conquistou o vice-campeonato estadual daquele ano, e sagrou-se campeã em 1924, 1926 e 1932. Durante a segunda grande guerra mundial, o Palestra Itália passou a se chamar Paranaense, depois Comercial, Palmeiras, e em 1950, voltou a se chamar Palestra Itália.

O Trieste - Integrantes das famílias Anzolin, Benato, Cuman, Esmanhoto, Justi, Luca, Volpi. apreciavam jogar suas peladas, mas tinham que se deslocar para longe para praticá-las., até que , em 1933, conseguiram um campinho em Santa Felicidade, que adquiriam da família Muraro para a formação de um clube, o Trieste, que na década de 1950 passou a disputar os jogos oficiais da Federação Paranaense de Futebol.

Em Santa Catarina surgiram, igualmente, alguns times com raízes ou inspiração italiana, como o Caravaggio Futebol Clube, o Atalanta, o Torino Academy. No Rio Grande do Sul também foram criados clubes com estreita ligação com a cultura italiana, como a Sociedade Esportiva e Recreativa Caxias do Sul, criado em 1935 numa fusão dos clubes Rio Branco e Ruy Barbosa, com o nome inicial de Grêmio Esportivo Flamengo.

IMPrensa, COBERTURA 1920-1940

A cobertura do futebol pela imprensa entre 1920 e 1940 acompanhou a popularização do esporte no Brasil, passando de um registro comedido e elitista para uma abordagem mais popular e

sensacionalista Na década de 1920 a imprensa escrita, especialmente os jornais, continuava a ser o principal meio de divulgação do futebol, enquanto a rádio gradualmente começava a esboçar a forma de como, na década seguinte, o esporte seria ‘consumido’, ajudando a formar a identidade do torcedor brasileiro.

A partir da década de 1930, com a popularização do futebol, a narrativa muda, tornando-se mais dramática e emocional. Jornais e cronistas como Mário Filho, do Jornal dos Sports, contribuíram para criar um “futebol folhetinizado”, usando recursos literários para exaltar o drama, a tragédia e a emoção dos jogos. A cobertura da Copa do Mundo de 1938, por exemplo, foi usada para reforçar o sentimento de identidade nacional.

Ao final da década de 1930, a comunidade ítalo-brasileira, já na terceira geração, já tomara contornos muito mais brasileiros do que italianos, resultado do processo histórico e cultural de integração e assimilação que ocorreu ao longo de mais de 50 anos de imigração. Para a vasta maioria, ser ítalo-brasileiro já era ser brasileiro, com um componente cultural italiano.

Os jornais em italiano, de grande leitura na comunidade dos imigrantes até 1920, começaram a perder leitores e a fechar. O domínio da língua-mãe começou a se perder, diante da força da língua adotiva, mas o que ficou foi o interesse arraigado dos ítalo descendentes ao que se tornou também um interesse arraigado dos brasileiros, o futebol.

Nas primeiras três décadas do século XX, os seguintes jogadores, italianos, ou de descendência italiana, se destacaram:

Amilcar Barbuy – Nasceu em Rio das Pedras, em 29 de abril de 1893. Começou a jogar no futebol de várzea Foi um dos primeiro craques do Corinthians, tendo jogado ao lado de Neco e Amílcar. Integrou a equipe da Seleção Brasileira que participou do Campeonato Sul-Americano de Futebol (hoje Copa América) de 1916. Foi o primeiro brasileiro a jogar para um clube da Itália. Embora ele e sua família tivessem estreitos laços com o Corinthians desde sua fundação (1910), os primeiros passos de Barbuy no futebol foram no Botafogo, um time de várzea do Bom Retiro. Em 1912 entrou para o Corinthians, transferindo-se para o Palestra

Itália (Palmeiras) em 1923. Em 1931 e 1932 jogou no Lazio, da Itália.

Pelegrino Adelmo Begliomini, nasceu em Santo André (SP) em 27 de novembro de 1914, mesma cidade em que faleceu em 10 de outubro de 2001. Jogou no futebol brasileiro na posição de zagueiro. Começou na equipe juvenil do Palestra (depois Palmeiras), por cujo time principal foi campeão paulista em 1936, 1940 e 1942.

Amado Benigno era médico e não abandonou a profissão, dedicando-se a ela e ao futebol. Nasceu em Lábrea, no Amazonas, em 10 de agosto de 1905 e faleceu no Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1965. No futebol atuou como goleiro, tendo sido o primeiro amazonense a integrar a Seleção brasileira (1929).

Fulvio Benti, nasceu em 10 de janeiro de 1895. Como zagueiro foi companheiro de Casemiro Gonzáles na defesa do Corinthians, nos anos de 1914 e 1916, em que o time saiu vencedor do Campeonato Paulista.

Paulo Bertolletti iniciou sua carreira nos aspirantes do São Paulo Futebol Clube em 1935. Em 1936, transferiu-se para o Estudantes, onde permaneceu até 1937. Em 1938, retornou ao São Paulo, Heitor Canalli nasceu em Juiz de Fora, em 31 de março de 1909. Começou a jogar no Petropolitano (1927 a 1929), tendo se transferido pelo Botafogo - vitorioso do Campeonato Carioca em 1930, 1932, 1933 e 1935 - time no qual ficou até 1940. Fez quatro partidas pela Seleção Brasileira, inclusive um jogo no Campeonato Sul Americano de 1937, alcançando o segundo lugar, Foi convocado para a Copa do Mundo de 1934.

Achilles Ciasca nasceu em São Paulo, em 17 de dezembro de 1891. Ingressou no Corinthians em 1917. Sua estréia foi num jogo contra o Ypiranga (a vitória de 1 a zero valeu ao seu time o Campeonato Paulista daquele ano). Jogou 142 partidas (105 vitórias) pelo Corinthians, entre 1917 e 1924. Foi um grande marcador, o que lhe rendeu o apelido de 'Carrapato'. Aníbal Médiçi Machado Candiota foi um futebolista brasileiro. Nasceu em Bagé (RS), em cujo time local (o Guarani) jogou em dois períodos

(1916-1918 e 1926-1928). No intervalo jogou pelo Cruzeiro gaúcho e o Flamengo (RJ).

José Castelli, Rato - Nasceu em São Paulo, em 19 de agosto de 1904. Recebeu o apelido de Rato, por sua estatura baixa, e por ser ágil e arisco. Foi um dos jogadores que por mais tempo jogou pelo Corinthians (de 1921 a 1931 e 1934 a 1937, intermediada por uma passagem pelo Lazio, da Itália, para onde seguiu com outros colegas de time, como Anfilógeno Guarisi (o Filó), Armando Del Debbio e Alessandro De María, Seu time venceu o Campeonato Paulista de 1922 a 1924, de 1928 a 1930 e o de 1937).

Armando Del Debbio – Futebolista e treinador brasileiro, nasceu em São Paulo em 2 de novembro de 1904. Estava no Corinthians em 1922, ano em que o time venceu o Campeonato Paulista do Centenário da Independência. Ficou neste time até 1931, quando foi para a Itália jogar pelo Lazio (até 1936, para onde seguiu com seus colegas de time Anfilógeno Guarisi, Del Debbio e Alessandro De Maria).). Retornou ao Brasil, e ao Corinthians, em 1937. Del Debbio foi por oito vezes vitorioso em campeonatos paulistas.

Jogou por três vezes pela seleção do Brasil. Foi técnico da seleção paulista entre 1943 e 1946. Luigi Pietro Salvatore Fabbi, nascido em 1890, em Parma, na Itália, era funileiro . Foi o autor do primeiro gol da história do Corinthians, em 1910. Em 1913, ele e o irmão Arturo passaram para o Concórdia e, em 1915, para o Palestra Italia.

Matturio (Arturo) Fabbi, nasceu em São Paulo, em 11 de dezembro de 1894. Ele e seu irmão Luigi jogaram pelo Corinthians em 1913, tendo Luigi feito o primeiro gol daquele time. No ano seguinte, os dois passaram para o Atlético Concórdia, com sede no bairro “italiano” do Brás. Os dois passaram em 1915 para o Palestrra Italia. Luigi lá só jogou uma partida, mas Matturiou ficou no time até 1925, com 142 partidas jogadas. Jogou ocasionalmente na Seleção Paulista, entre 1918-1921.

Giacomo Facchini, nasceu em 25 de fevereiro de 1897. Jogou na posição de ponta-de-lança, nos seguintes times: Botafogo (Rio, 1913-1914), Campos Elyseos (RJ, 1914), Palestra Itália (1916

- 1917), Ypiranga (SP, 1918-1920). Jogou pela Seleção do Brasil em 1916. Oscar Federici, nascido em 31 de março de 1893, atuou como zagueiro. Participou das temporadas do Palestra entre 1917 e 1921.

Elísio Gabardo, nasceu em Curitiba em 1o de julho de 1938. [Entre 1932 e 1935 jogou no Brasil no Palestra Paraná, no o Palestra Itália (Palmeiras) e no Fluminense. Seguiu para a Itália, onde jogou no Milan (1935-1939), no Liguria (1938) e no Genoa (1939-1941). Seus irmãos Idílio, Dibailo e Hermenegildo foram também jogadores de futebol.

Nerino Gallanti, nasceu em 14 de junho de 1904. Jogou pelo Corinthians de 1928 a 1932. Carlos Alberto Gambarotta (Gambarotto), nascido em 1893, em Campos do Jordão. Foi um dos primeiros grandes ídolos corinthianos na década de 1910, sendo seguido em sua trilha, no mesmo time, por dois de seus irmãos Ítalo, Guido e Leone. Começou num time pequeno, o Ítalo, mas logo foi contratado pelo Corinthians. Foi um grande goleador, tendo sido chamado de o “Artilheiro do Centenário”! (1922). Gambarotta jogou no mesmo ano pela Seleção Brasileira, sagrando-se campeão no Sul-Americano (hoje Copa América). Em 1931, mudou-se para Salvador (BA), onde ajudou a fundar o Esporte Clube Bahia Guido Gambarotto (Gambarotta), o Gambinha - Nasceu em São Paulo em 17 de novembro de 1909.

Irmão mais novo da família de jogadores de que faziam parte Carlos Alberto, Guido e Leone. Foi centroavante do Corinthians e Leone. Guido teve seu auge profissional em 1930, quando seu time obteve o tricampeonato.

Ítalo Gambarotto (Gambarotta), irmão de Carlos Alberto craque do Corinthians., nasceu em 1o de janeiro de 1909. Começou sua carreira no Ítalo, estreando no Corinthians em outubro de 1928. Jogando como volante, disputou apenas dois jogos como titular do time, que conquistou o Campeonato Paulista de 1928.

Leone Gambarotto (Gambarotta), nascido em 1o de janeiro de 1905, irmão dos jogadores Carlos Alberto, Guido e Ítalo. Como os irmãos, jogou pelo Corinthians, participando

das conquistas dos campeonatos paulistas de 1923, 1924 e 1930. Paulista 1930.

Bianco Spartaco Gambini, nasceu em São Paulo, em 18 de julho de 1893. Iniciou sua carreira aos 12 anos de idade, no Tiradentes, pequeno timampeão paulista, Transferiu-se para o Palestra Itália (Palmeiras), tendo participado do primeiro jogo oficial do time contra ao Savoia, em 1915 (tendo marcado um dos dois gols da vitória), foi do Palestra Itália, de da mesma cidade. Aos 19 anos, em 1912, mudou-se para Buenos Aires, onde jogou em time de segunda divisão e no Barracas. Retornou ao Brasil em 1914, onde ingressou no Corinthians, que no mesmo ano, pela primeira vez sagrou-se c Minas Gerais (hoje Cruzeiro). Foi titular na conquista do primeiro Campeonato Sul-Americano da Seleção Brasileira. Em 1919. No Palestra Itália foi treinador de 1927 a 1944.

Luís Gervasoni, chamado de Itália, nasceu no Rio de Janeiro em 22 de maio de 1907. Foi capitão da Seleção Brasileira na primeira Copa do Mundo, no Uruguai, em 1930. Jogou pelo Vasco da Gama (RJ) em 417 jogos, entre 1926 e 1938. Vencedor dos campeonatos cariocas de 1916 e de Fernando Rubens Giudicelli, nasceu no Rio de Janeiro, em 1o de março de 1906. Era meio-campista e iniciou sua carreira defendendo o América entre 1924 e 1926. No ano seguinte passou para o Fluminense, pelo qual jogou 94 partidas. Foi depois jogar na Itália. Em 1930, jogou três partidas pela Seleção do Brasil.

Anfilógeno Guarisi, o Filó - Filho de pai português e mãe italiana, nasceu em 26 de dezembro de 1905. Foi grande ídolo do Corinthians, tendo sido o primeiro jogador brasileiro a vencer uma Copa do Mundo (a de 1934, conquistada pela Itália, de cuja seleção ele fazia parte).. Nos anos 1920 jogou no Portuguesa, Paulistano e Corinthians. De 1931 a 1937 jogou no Lazio, da Itália, (para onde seguiu com seus colegas de time José Castelli - Rato, Del Debbio e Alessandro De Maria). De regresso ao Brasil, jogou no Corinthians (1937) e no Palestra Itália (Palmeiras, 1938-1939). Em 1925 jogou pela Seleção brasileira.

Bartholomeu Gugani, o Bartô, nasceu em São Paulo, em 28 de janeiro de 1899. Aém do Corinthians, jogou pelo São Bento, o Paulistano e o São Paulo. Integrou a Seleção Brasileira que conquistou a Copa Roca, em 1922. Faleceu, precocemente, aos 36 anos. Caetano Izzo, nasceu em São Paulo, em 11 de maio de 1897. Começou no futebol paulista no Ruggerone. Ficou conhecido por ter feito os três gols iniciais, pelo Palestra Itália (Palmeiras) no Derby Paulista de 1917. Fez parte do time que levou o Palestre a vencer o Campeonato Paulista de 1920.

Sylvio Lagreca – Nasceu em Piracicaba (SP) em 14 de junho de 1895. Foi jogador, treinador e árbitro no futebol brasileiro. Começou sua carreira no futebol do Atlético Clube São Bento, que se sagrou campeão paulista em 1914. No mesmo ano, participou de jogo da seleção brasileira contra o time Exeter City, da Inglaterra.. Nas duas primeiras edições do Campeonato Sul-Americano (1916 e 1917) foi jogador e treinador.

Alessandro De Maria, nasceu em Votorantim, em 19 de junho de 1904. Era alto para os padrões da época (1.90m). Começou no Independência, passando em 1928 para o Corinthians. Em 1931 passa para o Lazio, da Itália - cujo treinador era Amílcar Barbuy, ídolo corintiano - juntamente com seus colegas de time Del Debbio, Anfilógino Guarisi e Rato. Gino Martinelli, jogava nas pontas, teve participação decisiva na vitória do Palestra, time no qual atuou entre 1917 e 1925.

Rafael Perrone, nasceu em Nápoles, em 10 de abril de 1883. Foi um dos fundadores do Corinthians, onde jogou apenas poucas partidas em 1910. Sapateiro de profissão, começou a jogar num time de várzea do Bom Retiro, por onde também passaram futuros jogadores de origem italiana do Corinthians, como os mencionados Francisco Police, Fulvio Benti, João Pizzocaró. Antonio Picagli nasceu em 1893, vindo a integrar a equipe do Ruggerone, pequeno time de São Paulo, transferindo-se depois para o Germania (hoje Pinheiros) e, em 1917, para o Palestra Itália, no qual jogou até 1922, quando se aposentou. No Palestra, participou do

Campeonato Sul-Americano de Futebol de 1917 e foi campeão paulista de 1920.

João Pizzocaro, nasceu em 1o de janeiro de 1896. Foi um dos primeiros goleiros do Corinthians, jogou 23 vezes (18 vitórias) e campeão paulista em 1916 e 1922.

Francesco Police, nasceu em Caserta, na Itália, em 1893. Foi um dos fundadores do Corinthians, pelo qual jogou 55 partidas em seis temporadas, tendo sido campeão paulista de 1914 e 1916. Passou rapidamente pelo Palestra Itália, para o qual jogou apenas três partidas e se transferiu depois para o Botafogo, do Rio de Janeiro. Jogou pela Seleção brasileira em 1918, em jogo contra o time uruguaio Dublin.

Pedro Sernagiotto (“Ministrinho”) nasceu em São Paulo, em 1908. Foi um dos jogadores mais importantes da história do Palmeiras (quando o time se chamava Palestra Itália) Pedro Sernagiotto. Pontadireita, em 1929, foi considerado o jogador mais popular da cidade de São Paulo, segundo votação de um jornal local.

Rato, veja José Castelli. Felipe Averna Valente, foi um dos fundadores do Corinthians, tendo integrado sua primeira diretoria. Foi, também o primeiro goleiro do novo time.

150 anos da Imigração Italiana no Brasil

DO CAFÉ À INOVAÇÃO: O LEGADO ÍTALO-BRASILEIRO NO DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ E AS NOVAS FRONTEIRAS DA COOPERAÇÃO BRASIL-ÍTÁLIA

*Ricardo Barros*⁵⁵

150 ANOS DE TRAVESSIA E TRABALHO

O ano de 2025 marca o encerramento das comemorações oficiais dos 150 anos da imigração italiana no Brasil, um ciclo histórico que simboliza não apenas a chegada de milhares de famílias europeias ao país, mas também a consolidação de uma cultura de trabalho, fé, solidariedade e progresso que transformou a paisagem social e econômica brasileira. No caso do Paraná, essa presença se revela de maneira singular: os imigrantes italianos foram agentes centrais na formação de comunidades agrícolas, na urbanização de novas cidades e, posteriormente, na diversificação industrial e tecnológica que caracterizou o estado no século XX.

Em perspectiva contemporânea, esse legado encontra eco nas ações de cooperação internacional entre Brasil e Itália, institucionalizadas por meio de tratados e parcerias intergovernamentais e fortalecidas pelo trabalho diplomático do Parlamento brasileiro. Nesse contexto, o deputado federal Ricardo Barros desempenhou papel destacado, tendo presidido o Grupo Parlamentar Brasil-Itália, instância criada para ampliar os vínculos bilaterais nos campos econômico, cultural, científico e educacional⁵⁶.

55 Deputado Federal (Progressistas-PR); Ex-presidente e atual membro do Grupo Parlamentar Brasil-Itália; Ex-ministro da Saúde; ex-prefeito de Maringá; engenheiro civil.

56 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Instalado Grupo de Amizade Brasil-Itália com foco na cooperação. Brasília: CREDN, 2015. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/instalado-grupo-de-amizade-brasil-2013-italia-com-foco-na-cooperacao>. Acesso em: 3 nov. 2025.

A valorização da contribuição ítalo-brasileira ultrapassa, portanto, o domínio da memória histórica: ela se projeta como vetor de inovação, em sintonia com o espírito empreendedor que marcou tanto os pioneiros colonos do século XIX quanto os atores públicos e empresariais do século XXI. É sob essa ótica — que articula tradição e modernidade, raízes e futuro — que se propõe esta análise sobre a presença italiana no Paraná e as novas fronteiras de cooperação entre os dois países.

SANTA FELICIDADE E COLOMBO COMO MATRIZES CULTURAIS E PRODUTIVAS

A presença italiana no Paraná remonta às últimas décadas do século XIX, quando políticas de colonização agrícola impulsionaram a vinda de famílias europeias para o Sul do país. As primeiras levas de imigrantes italianos chegaram ao estado por volta de 1877, estabelecendo-se nas colônias de Santa Felicidade e Colombo, hoje integradas à Região Metropolitana de Curitiba⁵⁷.

Essas comunidades, formadas majoritariamente por famílias originárias das regiões do Vêneto, Lombardia e Trentino, dedicaram-se à agricultura familiar, à viticultura e à produção artesanal de alimentos, consolidando o que se pode chamar de uma cultura do trabalho cooperativo. A contribuição dos imigrantes logo se expandiu para outros setores: a construção civil, a marcenaria, a fabricação de móveis e o comércio urbano, que forneceram bases para o processo de modernização da capital paranaense no início do século XX⁵⁸.

Em Colombo, os colonos trouxeram técnicas agrícolas adaptadas às condições locais e desenvolveram, com o tempo, um sistema produtivo que combinava agricultura de subsistência e

57 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Santa Felicidade: a colônia italiana que virou cartão-postal. Curitiba: MUPA, 2022.

58 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Fontes diplomáticas sobre a imigração italiana no Brasil (1875–1927). Curitiba: UFPR, 2018.

mercado — um modelo precursor do cooperativismo regional⁵⁹. Já Santa Felicidade, fundada em 1878, converteu-se progressivamente em um bairro símbolo da presença italiana, preservando arquitetura típica, tradições culinárias e festividades que, ainda hoje, integram o calendário turístico e cultural de Curitiba⁶⁰.

A identidade ítalo-paranaense se formou, assim, a partir da síntese entre o legado europeu e a realidade brasileira, criando um ethos de disciplina, religiosidade e solidariedade comunitária que permeou o desenvolvimento econômico e urbano do estado. Esses mesmos valores — trabalho, organização e compromisso coletivo — seriam fundamentais para o êxito das novas frentes de colonização do Norte e Noroeste do Paraná, especialmente na formação da cidade de Maringá, tema que será abordado na próxima seção.

CICLOS ECONÔMICOS, URBANIZAÇÃO E O NOROESTE DO PARANÁ

O avanço da colonização italiana no Paraná coincidiu com a transição entre o ciclo da madeira e o da cafeicultura, impulsionando o povoamento de novas áreas agrícolas a partir das décadas de 1930 e 1940. O eixo Norte-Noroeste do estado, até então coberto por matas subtropicais, transformou-se rapidamente em um território de oportunidades graças à ação de companhias colonizadoras, como a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) — de origem britânica, mas responsável por atrair milhares de famílias brasileiras e descendentes de imigrantes europeus, entre eles numerosos ítalo-brasileiros oriundos de São Paulo e Santa Catarina⁶¹.

59 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ. A colonização de Colombo e o legado italiano no estado. Curitiba: IHGP, 2015.

60 PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO. Roteiro histórico da imigração italiana no Paraná. Colombo: Secretaria de Cultura, 2020.

61 IPARDES. A expansão da fronteira agrícola e o povoamento do Noroeste do Paraná. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2009.

Foi nesse contexto que surgiram cidades planejadas como Maringá, fundada oficialmente em 1947, cujo traçado urbano moderno refletia o ideário desenvolvimentista e a herança cultural dos colonos⁶². Muitos descendentes de italianos que haviam prosperado no Sul do estado migraram para essa nova fronteira agrícola, levando consigo tradições familiares, religiosidade e espírito cooperativo. Com o passar dos anos, esses valores se converteram em capital social, sustentando uma cultura de empreendedorismo e associativismo que diferenciaria a região.

O modelo de urbanização do Noroeste paranaense incorporou elementos da sociabilidade ítalo-brasileira: o senso de comunidade, a economia de base familiar e a valorização da educação e da fé. Essa herança moldou a identidade cultural e econômica de Maringá, hoje reconhecida como uma das cidades com melhores índices de desenvolvimento humano do país⁶³.

Além do protagonismo econômico, a influência italiana manifestou-se na arquitetura religiosa e civil, nas festas gastronômicas e no surgimento de entidades comunitárias voltadas à beneficência e à formação educacional. A partir da década de 1950, com a consolidação das cooperativas agrícolas e do comércio local, consolidou-se também uma elite empresarial que manteve vivas as referências à ética do trabalho herdada da imigração. Essa rede de relações — familiar, produtiva e solidária — seria decisiva para a formação de uma cultura cívica moderna, elemento que, mais tarde, se refletiria também na administração pública e na atuação política regional.

O PAPEL DAS REDES COMUNITÁRIAS E INSTITUCIONAIS

As redes sociais e culturais construídas pelos imigrantes italianos e seus descendentes no Paraná desempenharam papel essencial na preservação da identidade e na integração social das novas gerações.

62 MÜLLER, Nadir. Maringá: cidade planejada e cidade vivida. Maringá: Eduem, 2014.

63 PNUD BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal 2023. Brasília: PNUD/Ipea, 2023.

Desde o final do século XIX, confrarias religiosas, bandas musicais, clubes de futebol e associações beneficentes atuaram como espaços de solidariedade e de transmissão de valores.

Entre as primeiras instituições destacam-se as sociedades de mútuo socorro e as irmandades paroquiais, que ofereciam amparo a famílias em momentos de dificuldade — um modelo herdado das experiências das comunidades italianas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul⁶⁴. Essas entidades não apenas garantiam apoio material, mas também reforçavam o sentimento de pertencimento e a identidade ítalo-brasileira, promovendo festas religiosas, bailes e ações de caridade.

Com o tempo, essas estruturas deram origem a organizações mais complexas, como cooperativas de crédito, sindicatos rurais e associações culturais, que se tornaram parte integrante do tecido social paranaense. Em Maringá, a fundação de instituições de ensino e saúde com forte participação comunitária — como hospitais filantrópicos e escolas confessionais — consolidou o papel da comunidade ítalo-descendente na construção de políticas públicas locais⁶⁵.

Essa tradição de organização coletiva serviu de base para a cultura de planejamento e cooperação institucional que caracteriza a cidade e sua região até hoje. O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (Codem), criado já no século XXI, é herdeiro desse mesmo espírito associativo e solidário que perpassa a história ítalo-paranaense: a crença de que o desenvolvimento é fruto da união entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil⁶⁶.

Assim, o legado das colônias e associações italianas do Paraná transcende o campo cultural. Ele traduz-se em modelos de governança colaborativa e eficiência administrativa — práticas que inspiram políticas públicas contemporâneas e aproximam o espírito

64 ZANINI, Maria Lúcia. Sociedades de socorro mútuo e a solidariedade italiana no Sul do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

65 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. História e desenvolvimento institucional de Maringá. Maringá: UEM, 2016.

66 CODEM. Maringá: planejamento e desenvolvimento compartilhado. Maringá: Conselho de Desenvolvimento Econômico, 2021.

comunitário das origens imigrantes da noção moderna de gestão compartilhada.

DIPLOMACIA PARLAMENTAR E COOPERAÇÃO CONTEMPORÂNEA BRASIL-ITÁLIA

A consolidação da presença italiana no Paraná, e no Brasil de modo geral, gerou não apenas laços culturais e afetivos, mas também pontes políticas e institucionais entre os dois países. A partir da redemocratização brasileira, esses vínculos passaram a se traduzir em acordos de cooperação técnica, intercâmbios acadêmicos e missões parlamentares, nas quais o Congresso Nacional exerce papel de diplomacia ativa complementar à das chancelarias oficiais.

Entre as iniciativas mais relevantes nesse campo está a criação, na Câmara dos Deputados, do Grupo Parlamentar Brasil-Itália, instalado em 2015 com o objetivo de “fortalecer a amizade e o intercâmbio bilateral nos campos econômico, político, cultural e científico”⁶⁷ — tendo à frente o deputado Ricardo Barros (Progressistas-PR), que desde então se tornou uma das principais referências parlamentares na relação bilateral.

Na cerimônia de instalação do grupo, o parlamentar destacou que o desafio seria “produzir resultados efetivos”, otimizando missões internacionais e identificando temas de convergência, como ciência, tecnologia, inovação e investimentos⁶⁸. Essa visão pragmática de diplomacia parlamentar — baseada em resultados concretos e não apenas protocolares — reflete a trajetória administrativa de Barros, marcada pela gestão eficiente e pela promoção do desenvolvimento regional e nacional.

Sob sua presidência, o Grupo Parlamentar consolidou diálogo com a Embaixada da Itália no Brasil, com a Câmara Ítalo-Brasileira de

67 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relação oficial dos parlamentares do Grupo Parlamentar Brasil/Itália - 2025. Brasília: Câmara dos Deputados, 2025.

68 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Instalado Grupo de Amizade Brasil-Itália com foco na cooperação. Brasília: CREDN, 2015.

Comércio e Indústria e com entidades acadêmicas de ambos os países. As pautas priorizadas incluíram cooperação tecnológica, inovação industrial, educação superior e mobilidade de profissionais — temas que continuam atuais e que se fortaleceram à luz de recentes acordos bilaterais firmados entre os governos.

Entre esses instrumentos destacam-se o Acordo sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em 2023 e aprovado em 2025, que cria bases seguras para projetos conjuntos nas áreas de defesa, ciência e tecnologia⁶⁹; o Memorando de Entendimento entre o MCTI e o Centro Internacional de Física Teórica (ICTP), de 2024, voltado ao intercâmbio científico e educacional⁷⁰; e o tratado de reconhecimento recíproco de carteiras de habilitação, operacionalizado em 2025, que beneficia cidadãos italianos e brasileiros em situação de mobilidade⁷¹.

Essas iniciativas recentes demonstram que a relação Brasil-Itália se mantém dinâmica e multifacetada, envolvendo desde temas de alta tecnologia até políticas de mobilidade humana. No âmbito parlamentar, Ricardo Barros tem defendido que o Brasil precisa “intensificar a diplomacia econômica e tecnológica com países estratégicos”, entre os quais a Itália figura como parceiro natural — por afinidades históricas, culturais e pelo papel que ambos exercem na economia global.

CASOS E OPORTUNIDADES PARA O PARANÁ

O fortalecimento das relações entre Brasil e Itália tem se refletido em projetos e iniciativas que alcançam diretamente o

69 SENADO FEDERAL. Aprovação do Acordo Brasil-Itália sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas. Brasília: Agência Senado, 2025.

70 ITAMARATY. Memorando de Entendimento entre o MCTI e o ICTP (Trieste). Brasília: MRE, 2024.

71 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Acordo de reconhecimento recíproco de CNHs entre Brasil e Itália entra em vigor. Brasília: MRE, 2025.

estado do Paraná, cuja economia diversificada e vocação tecnológica o posicionam como território privilegiado para parcerias.

Nos últimos anos, a presença de empresas italianas em solo paranaense ampliou-se em setores como automotivo, metal mecânico, agroindustrial e energético, com destaque para grupos que mantêm intercâmbio tecnológico com o Brasil desde a instalação da Fiat Automóveis, em Betim (MG), e a expansão de suas cadeias de suprimento na Região Sul. Além disso, Câmaras de Comércio Ítalo-Brasileiras com representação no Paraná e em Santa Catarina têm promovido eventos voltados à inovação, sustentabilidade e economia verde⁷².

Essas conexões empresariais se somam ao intercâmbio educacional e científico: universidades como a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) têm firmado convênios com instituições italianas nas áreas de engenharia, agronomia e medicina, fomentando duplas titulações e pesquisas conjuntas⁷³. Para o deputado Ricardo Barros, esses exemplos expressam a evolução natural do legado ítalo-brasileiro, em que o espírito pioneiro dos imigrantes se converte em oportunidades contemporâneas de cooperação tecnológica e produtiva. Ao apoiar políticas públicas de inovação, incentivos à indústria 4.0 e à bioeconomia, o parlamentar contribui para aproximar a tradição italiana em design, engenharia e manufatura de precisão do potencial brasileiro em agronegócio e energias renováveis.

A convergência ítalo-paranaense, portanto, projeta-se como modelo de sinergia entre cultura, ciência e economia — uma expressão moderna das mesmas virtudes que moveram os primeiros imigrantes: trabalho, criatividade e visão de futuro.

72 CÂMARA ÍTALO-BRASILEIRA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA. Relatório de atividades 2024–2025. Curitiba: CCIBC, 2025.

73 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Convênios internacionais – cooperação com universidades italianas. Maringá: Assessoria de Relações Internacionais, 2024.

TESTEMUNHO E CONVERGÊNCIA ÍTALO-PARANAENSE

Como parlamentar e homem público que teve a oportunidade de servir ao Brasil em diferentes esferas — no Executivo e no Legislativo —, reconheço que as grandes transformações nacionais sempre nascem da cooperação. Cooperação entre setores, entre instituições e, sobretudo, entre povos que compartilham valores comuns.

A história da imigração italiana no Paraná é, antes de tudo, uma história de trabalho e fé. Foi com esforço coletivo, disciplina e espírito empreendedor que milhares de famílias italianas e seus descendentes ajudaram a moldar a identidade de cidades como Curitiba, Colombo, Cianorte e Maringá. Essa herança está presente na forma como o paranaense enxerga o futuro: com coragem para inovar e confiança nas instituições.

Tive a honra de presidir, em legislaturas anteriores, o Grupo Parlamentar Brasil-Itália, representando o Congresso Nacional no fortalecimento das relações bilaterais entre os nossos países. Hoje, continuo integrando o grupo como membro ativo, reafirmando o compromisso de ampliar o diálogo entre Brasil e Itália em temas de ciência, tecnologia, cultura e desenvolvimento econômico. Em cada missão e em cada encontro, reencontrei os mesmos valores que fundaram as colônias italianas do Sul do Brasil: solidariedade, ética do trabalho e compromisso com o bem comum.

Essas virtudes, cultivadas por gerações, continuam inspirando políticas públicas que unem tradição e tecnologia, história e futuro. É com esse espírito que o Paraná — e o Brasil — têm se posicionado como parceiros estratégicos da Itália em inovação, ciência e desenvolvimento sustentável.

Pessoalmente, trago comigo uma convivência afetiva com essa herança cultural, reforçada pelos laços familiares da minha esposa, Cida Borghetti, cuja ascendência italiana representa, em nossa vida, a continuidade dessa ponte de valores entre as duas nações. O mesmo zelo, a mesma dedicação e o mesmo amor pelo trabalho que marcaram os imigrantes do século XIX continuam a inspirar nossa

atuação pública no século XXI. O futuro das relações Brasil-Itália é promissor. E, se o passado nos ensinou algo, é que a prosperidade se constrói com diálogo, confiança e visão compartilhada – virtudes que, mais do que nunca, precisamos preservar e multiplicar.

DAS RAÍZES À FRONTEIRA TECNOLÓGICA

A presença italiana no Paraná e no Brasil é mais que um registro demográfico: é um patrimônio civilizatório que moldou modos de viver, de produzir e de sonhar. Ao longo de 150 anos, o trabalho dos imigrantes e de seus descendentes teceu uma rede sólida entre cultura e desenvolvimento, transformando vilas em cidades e desafios em oportunidades. Hoje, quando falamos de cooperação internacional, o exemplo ítalo-brasileiro continua a oferecer lições valiosas. Ele demonstra que o progresso não nasce do isolamento, mas da soma de experiências, da partilha de conhecimento e da confiança mútua. Nesse sentido, os acordos contemporâneos entre Brasil e Itália – nos campos da tecnologia, da educação, da ciência e da indústria – representam uma evolução natural desse mesmo espírito de colaboração que animou os pioneiros de outrora.

O Paraná, com sua vocação para a inovação e seu capital humano altamente qualificado, tem tudo para ser protagonista dessa nova etapa. É um estado que soube preservar as raízes culturais e, ao mesmo tempo, projetar-se para o futuro – da colônia agrícola ao parque tecnológico, do vinho artesanal à biotecnologia, do cooperativismo rural às startups urbanas.

O legado ítalo-brasileiro nos ensina, por fim, que a verdadeira prosperidade se constrói com base em três pilares permanentes: trabalho, conhecimento e solidariedade. Se esses valores orientarem as políticas públicas e a ação coletiva das próximas décadas, poderemos afirmar, com convicção, que a travessia iniciada há 150 anos ainda não terminou – ela apenas se transformou em um caminho contínuo de aprendizado e esperança.

SIAMO ITALIANI. SAI COSA SIGNIFICA?

Maria do Carmo Zinato

Nem todos entendem o que significa ser italiano no Brasil. Descobri isso juntando pedaços de histórias contadas por parentes e entendendo os desafios que meu pai enfrentou ao longo de sua vida, sendo forte e firme ao longo da história tão linda de sua família: uma trajetória de desbravamento, superação, afirmação e construção de uma nova sociedade, mais diversificada, pujante e digna para filhos e netos.

Mas sua história é apenas uma dentre tantas outras histórias de muitos filhos da Itália. Então, nestas linhas, falar de Antônio Ricardo Zinato, meu pai, é falar da maioria dos italianos do norte da Zona da Mata de Minas Gerais, cujas histórias se entrelaçam, se assemelham e se complementam. Antônio Ricardo, aqui, representa esses ítalo-brasileiros, sem preocupação com cidadania italiana, que ocuparam a região de Rio Novo, São João Nepomuceno, depois Rio Casca, Urucânia, Piedade de Ponte Nova, Raul Soares, Ponte Nova, com conexões mais recentes em Juiz de Fora, Barão de Cocais, Ouro Preto, Mariana, Belo Horizonte, Brasília e outras partes do país.

A comunidade italiana dessa região específica da Mata Atlântica mineira, na bacia hidrográfica do Rio Doce, conviveu lado a lado com os orgulhosos e ricos portugueses da área de influência de Vila Rica, antiga capital do estado. É que a região de Ponte Nova abastecia, com alimentos, os mineiros de Ouro Preto e Mariana, que viviam em terras sem qualquer vocação agropastoril, no Cerrado de transição.

As reflexões que aqui faço, sobre a história desse grupo de descendentes, aconteceu na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX, uma época que viu a ferrovia, com seus diversos pontilhões de ferro, ser construída para os vagões da Leopoldina, em curvas de nível que jamais viram as inundações mais fortes do Rio Piranga ou do Rio Doce. Uma época de caixeiros viajantes, sírio-libaneses e de

outras paragens, de uma sociedade forjada ao redor do Hotel Gloria e do valor da saca de café.

Nesse fragmento de tempo, descendentes de italianos construíram sua riqueza com a força de seu braço e do arado, do carro de bois e da água canalizada, usando a inteligência de arquitetos, engenheiros e agrônomos - sem diplomas - em tempos de mudanças profundas da sociedade e da economia.

Sabem o que era ser italiano naquela época? Permitam-me explicar-lhes um pouco dessa história, para conectar os pontos desse breve panorama. Então, vamos começar pela saída da Itália, pelo jeito de morar “isolados no meio do mato” e chegar aos dias de hoje, marcados pelas mudanças climáticas. *Per favore, vieni con me.*

ITALIANOS QUE SE CONECTAM, NO NORTE DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS

O início da colonização italiana no Brasil se deu em 1875. Com base nos registros existentes na Hospedaria Horta Barbosa de Juiz de Fora, estamos falando de mais de 68 mil imigrantes italianos entrando em Minas Gerais, entre 1888 e 1901, vindos predominantemente do Norte da Itália⁷⁴, da região do Vêneto.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “a Itália estava passando por momentos complicados, com grandes dificuldades sociais: miséria e desemprego, um processo industrial que acarretou grande crise pela superpopulação nas cidades e falta de terras produtivas no campo. Logo após a Unificação Italiana de 1871, o país entrou em um grandioso processo migratório.”⁷⁵

De várias partes da Itália, as pessoas percorriam grandes distâncias até o porto de Gênova ou Nápoles, rumo à América,

74 Wikipédia. “Imigração italiana em Minas Gerais”. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Imigra%C3%A7%C3%A3o_italiana_em_Minas_Gerais. Acessado em 31/10/2025.

75 IBGE. Brasil 500 anos – Território Brasileiro e Povoamento. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos/razoes-da-emigracao-italiana.html>. Acessado em 31/10/2025.

incentivados pelo próprio governo que divulgava ser, o Brasil, um país de clima tropical, com abundantes terras e incentivos diversos a quem desejasse cultivar alimentos, principalmente, o café.

Nesse contexto, em 23 de março de 1891, saía, de Gênova para Santos, o Vapor EUROPA (Notação 4442 do Porto do Rio de Janeiro) da empresa *La Veloce – Navigazione Italiana a Vapore* (Società Giovanni Battista Lavarello & Co), viajando a 16 nós de velocidade, levando consigo os avós de Antônio Ricardo: Celestino Zinato (30 anos), sua esposa Theresa Lazzaro (28), casados em dezembro de 1887, com as filhas Giuseppina (3) e Santa(2)⁷⁶ (ZINATO, 2024). Eles eram apenas alguns dos milhões de italianos que essa empresa transportou para o Brasil, a partir de 1884, em sua frota de 83 embarcações⁷⁷.

A família Zinato ficou em hospedarias, de cidade em cidade, até chegar em **Rio Novo**, em Minas Gerais, para trabalhar na fazenda de café do Sr. Manoel Valentin de Gouvea. Nessa região a família cresceu, totalizando oito filhos, inclusive Ricardo Zinato (nascido em abril de 1896), meu avô paterno.

76 Zinato, Érica A. Duele de Avelar. “Histórias de Famílias: Família Soldate Duelli, Família Zanetti Zinato, Família Moro Zinato e Família Braga Avelar”. 19. Ed., Rio Casca, MG: DCM Gráfica, 2024.

77 Italianismo. “A história de La Veloce Navigazione Italiana a Vapore”. Disponível em <https://italianismo.com.br/a-historia-de-la-veloce-navigazione-italiana-a-vapore/>. Acessado em 31/10/2025.

Imagem 2 – Região do norte da Zona da Mata onde se instalaram as famílias Zinato



Nessa trajetória, a família foi conectando diversos nomes, em sua maioria italianos. Em 14 de julho de 2024, reuniram-se em Rio Casca (MG), pouco mais de 300 descendentes das seguintes linhagens italianas: Zinato, Moro, Zanetti, Piuzana, Piovezani, Provezani, Duelli, Soldate, Debortoli, Carraro, Bertolini, Rossi, Rosseli, Delazari, Venturini, Mouro, Chiari, Pavanelli, Venturini, dentre outras (ZINATO, 2024).

Imagem 3 – Foto dos participantes da festa dos italianos, em julho de 2024, em Rio Casca-MG.



Essas famílias conviveram também com outros imigrantes de nome Romagnoli, Suzani, Boaventura, Guzella, Protti, Ferrarezi, Garavini, Pesce, Ferrari, Saltarelli, Franceschini, Zandonadi, Bartolomeu, dentre outros, no norte da Zona da Mata mineira.

ITALIANOS EM TEMPO DE MUDANÇAS

Em Minas, os imigrantes se concentraram em apenas três regiões específicas:

- Belo Horizonte, recém-inaugurada e em plena construção, com belas edificações em cantaria (a arte de lavrar – *lavorar* - a pedra para construção civil, geralmente com ângulos esquadrejados, como elemento estrutural e ornamental);
- Sul de Minas, onde o clima da Serra do Mar e a latitude mais baixa favoreciam a produção cafeeira, nas proximidades de São Paulo, e
- Zona da Mata, onde também se encontravam extensas plantações de café.

As observações e reflexões que fazemos aqui, referem-se principalmente àqueles italianos do norte da Zona da Mata, nas proximidades do Espírito Santo, tendo como epicentro Rio Casca e Ponte Nova.

Vieram substituir a mão de obra escrava, com apoio do governo mineiro. Trabalhavam muito, não importava a idade. Enfrentaram preconceitos pois, segundo diversos historiadores: “na cultura brasileira, o trabalho manual era desprezado e visto como ‘trabalho de escravo’. Muitos brasileiros livres ou ex-escravos se recusavam a trabalhar como assalariados nas fazendas de café, pois isso implicava numa desqualificação social. Subsidiar a passagem de imigrantes, que já saíam da Itália comprometidos a trabalharem nas fazendas de café, atenuava esse cenário” (Wikipédia).

Além disso, segundo o historiador de Rio Casca Gláucio Batista Vieira, conhecido como Gulau e entrevistado por Érica Zinato na elaboração de seu livro (ZINATO, 2024), os italianos passaram dificuldades e sofrimentos. Muitas vezes eram proibidos de falar a língua materna, sofrendo discriminação em locais públicos e *bullying* nas escolas. Nós, descendentes, tínhamos o dever de estudar muito bem o português, tendo nos sido negada a oportunidade de sermos bilíngues, como nas famílias do sul do país.

Nossos bisavôs vieram cultivar café, mas, trabalhadores que eram, adquiriram suas próprias terras somando fazendas, aumentando seu patrimônio e diversificando sua produção. Conta Gulau que tomavam empréstimos em pequenas quantias com o Senador Cupertino, que era o banco local, pagando as suas próprias terras ao longo dos anos.

Nas cartas para a Itália, contavam da fartura de alimentos, como mandioca, quiabo e inhame; de seus quintais repletos de frutas, como lima da pérsia, caju, abacate, jabuticaba, goiaba, mamão, limões, laranjas e outros frutos que não conheciam antes; e das iguarias e temperos, como canela, louro, funcho, hortelã e outros. Além do gosto pela pesca, caçavam tatu, paca, cutia, capivara e porco do mato, com cuidado para não encontrar onças, lobo guará e cobras. Em suas

fazendas comparavam o café à avelã, pela beleza e alta produção de seus cafezais.

As mulheres destacavam-se no artesanato: colchas de cama as mais variadas - de crochê, retalhos ou fuxicos - caprichosamente confeccionadas, eram presentes de casamento comuns entre as famílias.

Nós, ítalo-brasileiros, sempre tivemos o hábito de ir à missa na igreja da cidade mais próxima. Muitos tios e primos se casaram entre si, entrelaçando sobrenomes e aumentando seu patrimônio, preservando grandes áreas de mata nativa e prosperando na produção agropecuária. Eram e continuam sendo muito patriotas. Educavam seus filhos para defender e construir a pátria que os acolheu, com amor e muito trabalho, em qualquer cidade onde fossem.

O gosto pelo esporte não gerou campeões olímpicos, mas todos se orgulham do Zanetti, em época de Olimpíada. O trabalho fortalecia músculos e garantia um porte atlético aos homens. Eram bons cavaleiros. Gostavam de se sentar ao redor do fogo, após o trabalho, na frente da sede da fazenda, contando casos de assombração ou fazendo planos para o futuro.

ENGENHEIROS SEM DIPLOMA

De minha observação, como arquiteta e estudiosa da permacultura (*permanent agriculture*), podemos concluir que as fazendas italianas tinham um planejamento criterioso. A casa italiana situa-se sempre no centro de um círculo imaginário (zona 0), muitas vezes na base de uma montanha, em área elevada para não sofrer inundações, de frente para o nascente, sempre que possível, para aproveitar o sol da manhã.

As terras ao redor eram fracionadas entre jardim, horta, pomar e terreiro de café (zona 1), chiqueiro, curral, engenho e represa com peixes, usada pelo gado para saciar a sede e pela família nas horas de

lazer (zona 2) e, mais externamente as roças de café, cana-de-açúcar e as florestas (zona 3).

Em outras palavras, cada fazenda possuía um *design* ou plano de ocupação territorial, com a moradia no centro (zona 0), com as hortaliças, legumes e ervas, ao lado, (agricultura de subsistência - zona 1), gado de leite e corte, suinocultura e avicultura mais adiante (zona 2) e, finalmente, a agricultura extensiva, nas curvas de nível (zona 3).

Imagem 4 – Foto da pintura da Fazenda Paciência, em Rio Casca, do artista plástico Moisés Salvador – um modelo de sustentabilidade (capa do livro de Érica Zinato).



O *design* é um planejamento do território. Planejar envolve aspectos técnicos, mas também respeita uma linha temporal e econômica em sua implementação, com fases produtivas, procurando adequar-se às condições ambientais do local onde acontece. Esse “modelo de assentamento rural” se repetia em praticamente todas as fazendas italianas que conhecemos naquelas paragens do norte da Zona da Mata Mineira.

Existia profundo respeito ao terço superior das montanhas e às matas ciliares, mesmo antes do Código Florestal de 1965 – são as áreas de recarga dos lençóis freáticos e as “veias líquidas” da Terra, que garantem a vida. Engenheiros florestais e agrimensores, mesmo sem diploma, os italianos buscavam suas fontes de água, cristalinas, sabiamente, nesses locais mais distantes da casa, em geral no meio de uma grota com cachoeira. Transportavam-na por meio de estreitos canais cavados ao longo das curvas de nível das montanhas até a roda d’água ou moinho. Também utilizavam tubulação de bambu enterrada, chegando até a bica de água pura, na porta da cozinha. Autossuficiência hídrica.

Era também preciso ser engenheiro elétrico e agrimensor, mesmo sem diploma, para derivar parte da água canalizada em uma tubulação a 45 graus, para ganhar velocidade e mover o dínamo que, girando rapidamente, produzia energia elétrica para as noites dessas famílias que viviam a alguns quilômetros do povoado mais próximo. Essa mesma sabedoria fazia girar as rodas d’água dos engenhos e os moinhos d’água para fazer fubá ou farinha, de acordo com o ajuste entre as pedras circulares, precisamente ajustadas entre si para a moagem do milho. Ensinavam física, matemática e outros raciocínios aos filhos, para que pudessem manter cada sistema funcionando. Autossuficiência energética.

Não podemos nos esquecer dos construtores, que traziam, em seu sangue italiano, as qualidades genéticas dos grandes arquitetos dos séculos passados: habilidade no desenho e destreza com as mais variadas ferramentas, trabalhando a madeira da abundante Mata Atlântica para fazer as diversas construções, delicadamente erguidas do solo para evitar animais peçonhentos e possíveis inundações. Faziam seus próprios moinhos, separador de milho e café, carroças e rodas d’água. Os encaixes, as juntas e outras engenhosas peças da marcenaria mantinham todas as estruturas em pé, sob o sol ou a chuva, sem se desmontarem ou romperem. Autossuficiência construtiva.

Em uma função holística de engenheiros agrônomos, de alimento, enfermeiros e médicos - sem diploma! - tinham linguagem

defumada, pendurada sobre o fogão de lenha, carne de lata à vontade, ovos orgânicos de galinhas alimentadas com restos de comida e folhas da horta, com saborosas lagartas. Verduras, macarronadas, muitos legumes, linguiça, morcela, chouriço, arroz e feijão – tudo cultivado a alguns passos de distância ao redor da casa. Fazem, até hoje, rapadura e açúcar mascavo no engenho, sem negar a fabricação caseira de cachaça e licores. Broa de fubá do milho plantado do lado da casa, caçarola italiana, sequilhos, bolos, doce de figo curtido cuidadosamente, queijo frescal, requeijão, mussarela e a famosa goiabada cascão da família Zinato, além de tantas outras guloseimas. Plantas medicinais à mão e muitas dalias no jardim da entrada. Autossuficiência alimentar.

E nesse particular, merece destaque o ciclo completo de vida de um porco – da criação ao abate, na fazenda São José, onde meu pai nasceu, pela riqueza de detalhes e o alto grau de sabedoria “embutidos” – vale o trocadilho - nesse processo. Os porcos eram bastante limpos, alimentados com inhame e outros legumes. Engordavam bastante e cresciam o suficiente para alimentar uma família de 12 a 15 pessoas. Nos dias antes do abate, introduziam mamão verde na alimentação do animal, pensando na mãe que iria processar o alimento: o leite do mamão verde limpava totalmente o intestino do animal, deixando mais transparente a matéria-prima usada para fazer linguiças, morcela e chouriço. Um porco enchia de gordura até 25 latas, onde eram guardadas as carnes nobres, para alimentação da família ao longo do mês. Nada se perdia. Autossuficiência e sustentabilidade.

Em um belo exemplo de gestão empresarial, nas famílias de nove a quinze filhos, nas fazendas italianas do norte da Zona da Mata de Minas cada filho cuidava de um assunto, especializando-se em gado para corte ou leite, porcos e galinhas, engenho de açúcar, recursos humanos (colonos, meeiros e terceiros), compras, vendas, logística e pagamentos. Todos independentes e amigos. Autossuficiência em negócios.

Fazendo um parênteses neste ponto, os gêmeos mais novos – e havia muitos gêmeos nessa comunidade das famílias Zinato e Moro – preparavam-se para uma função diferente: Antônio Ricardo estudava

no diocesano de Ouro Preto, onde se destacava no esporte, no desenho das paisagens e aprendia as bases da engenharia civil e eletrônica, enquanto Antônia fazia o “normal” com as freiras, em Mariana, exercitando outras áreas do conhecimento, ligados à arte, ao ensino e ao conhecimento científico.

Depois de toda essa lida, que durava das 4 da manhã até escurecer, após o jantar, na escuridão de noites estreladas, entre histórias de assombração ao redor do fogo ou ao longo de longas caminhadas para namorar em Piedade de Ponte Nova ou em Rio Casca, os italianos se encontravam, organizavam festas e escolhiam os amigos mais fiéis para realizarem negócios que prosperavam, na maioria das vezes.

Em continuidade e como consequência de toda essa rica variedade de conhecimentos e produção, também no comércio, os descendentes dos italianos destacam-se: armazéns, sacolões de frutas e legumes, açougues, padarias, restaurantes e outras empresas que contribuíam com o escoamento da produção das fazendas, uma natural sequência da extensa linha de produção.

Indústria e comércio de ração levam o nome Zinato, em grandes caminhões que conectam a produtiva região de Unaí à avançada suinocultura do norte da Zona da Mata. O turismo rural desponta como uma nova vertente, alicerçado na boa tradição do acolhimento e nas tendências atuais de estímulo à volta ao campo, principalmente na educação infantil. Somam-se, ainda, na liderança de descendentes italianos dessa região, as lojas de material de construção e farmácias, além de forte presença na política local.

ITALIANOS COM SUSTENTABILIDADE ANTES DA RIO 92

Já no meu mestrado em planejamento urbano e rural, na faculdade canadense de Nova Scotia, ouvi falar de desenvolvimento sustentável, como uma grande novidade da Rio 92, quando seriam assinados documentos e divulgadas iniciativas que ajudariam o planeta

a se desenvolver economicamente, sendo também ambientalmente correto e socialmente justo.

Mas a descrição dessa teoria do “ambientalmente correto” me era muito familiar... parecia a fazenda de meus avós Ricardo e Angélica. Parecia a fazenda de todos os italianos da Zona da Mata mineira onde nada se perdia e tudo se transformava em uma perfeita economia circular. Compravam apenas sal e poucos produtos que não possuíam. Tudo o mais advinha da própria natureza e do trabalho honesto, organizado e cooperado. Da construção à forma de plantar, do cuidado com os resíduos sólidos e orgânicos até o aproveitamento da água em várias funções no seu trajeto pela fazenda... tudo cheirava a sustentabilidade no meu passado, na história de meus pais, tios e avós.

Com eles aprendi a dobrar o papel de embrulho e guardar em uma gaveta para ser utilizado como embalagem na venda dos produtos da fazenda – com higiene e cuidado. A bola de barbante crescia e sempre era útil na hora de amarrar a goiabada cascão, o doce de pêsego ou o bordado feito a mão pelas mulheres da fazenda. As latas de gordura guardavam a carne, outras latas menores adornavam as prateleiras da cozinha com os diversos ingredientes ou viravam carrinhos de brinquedo das crianças ou guardavam minhocas para as longas horas de lazer, pescando em silêncio na represa, ou viravam vasos para as mais diversas flores e ervas. Reuso era prática cotidiana e qualquer embalagem nunca foi vista como resíduo, resto ou lixo.

Os ciclos de cada material, animal ou planta eram completos – praticamente tudo era aproveitado, de uma forma ou de outra. Não havia um local para descarte – havia oficinas e ofícios que transformavam tais embalagens em adornos, em outros produtos e em utilidades. Foi a partir dessas observações que viemos a entender o que os plásticos fizeram com nosso planeta, alguns anos depois.

Assim, concluímos que a sociedade daquela época talvez não tenha sido completamente justa com as famílias italianas, mas éramos economicamente fortes e ambientalmente corretos.

ITALIANOS EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICA MUNDIAL (PÓS-GUERRAS)

Hoje sabemos a história completa da economia cafeeira. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC)⁷⁸: “Durante a I Guerra Mundial, a economia norte-americana estava em pleno desenvolvimento. As indústrias dos Estados Unidos (EUA) produziam e exportavam em grandes quantidades, principalmente, para os países europeus. (...)”. Mas, no final da década de 1920, com as nações europeias reconstruídas, a importação de produtos industrializados e agrícolas dos EUA diminuíram drasticamente e, com isso, as indústrias norte-americanas viram aumentar os estoques de seus produtos. Grande parte destas empresas possuíam ações na Bolsa de Valores de Nova York, reunindo investimento de milhões de norte-americanos. Até que, em outubro de 1929, investidores se apressaram a vender suas ações, em rápido processo de desvalorização. O efeito da conhecida “Grande Depressão”, foi devastador: ricos se tornando pobres da noite para o dia, muitas falências de empresas e o desemprego atingiu quase 30% dos trabalhadores.

E isso repercutiu no Brasil: como o maior comprador do café brasileiro entrou em crise, sua importação caiu e os preços despencaram. Para que não houvesse uma desvalorização excessiva, o governo brasileiro comprou e queimou toneladas de café, diminuindo a oferta e conseguindo manter o preço relativamente estável.

Conta o engenheiro agrônomo Ruy Gripp⁷⁹ que “entre 1931 e 1945, foram retiradas do mercado cerca de 95,5 milhões de sacas de café, das quais 78 milhões foram destruídas por queima ou outros métodos.” Cita como exemplo a cidade de Manhumirim (MG), próxima à região

78 ABIC. “A crise de 1929”. Disponível em: <https://www.abic.com.br/tudo-de-cafe/a-crise-de-1929/>. Acessado em 31/10/2025.

79 Engro. Agro. Ruy Gripp. “A Erradicação do Café no Brasil: Entenda a História e os Motivos”. Em 08/11/2018. Disponível em <https://ruygripp.com.br/porque-erradicacao-cafe-brasil/>. Acessado em 31/10/2025.

de Rio Casca, onde trabalhavam com afinco os Zinato, Moros e seus compatriotas, e onde a queima de café nos armazéns era constante.

Segundo Gripp, mais adiante na história, entre os anos de 1962 e 1967, a completa erradicação das lavouras cafeeiras foi compensada com indenizações pagas aos cafeicultores. Ele conta que: “Durante esse período, 1,37 bilhão de cafeeiros foram erradicados, representando um grande esforço para reduzir os estoques e estabilizar o mercado. O plano surgiu como uma alternativa mais eficiente à queima de café. A ideia era eliminar diretamente as plantações deficitárias em vez de colher, processar e destruir o produto. Com isso, reduziam-se custos e esforços para todos os envolvidos. A erradicação, combinada com os incentivos à modernização, trouxe benefícios significativos: introdução de novas tecnologias na cafeicultura, como adubação, controle de pragas e plantio em curvas de nível; expansão das pesquisas agrícolas em universidades brasileiras, inclusive a Universidade Federal de Viçosa, vizinha de Ponte Nova e Rio Casca; estímulo à diversificação agrícola, fortalecendo setores como a pecuária leiteira em regiões como a Zona da Mata. Tudo para evitar o colapso econômico em regiões dependentes do café, salvando pequenos e médios produtores da falência. (...) Embora drástica, essa política ajudou a estabilizar o mercado, modernizar a agricultura brasileira e promover a diversificação econômica em regiões cafeeiras.”

Na Fazenda São José, onde nasceu o protagonista de nossa história, conta-se que “veio os homens com as ferramentas – o dono (governo) mandou derrubar”, parafraseando Adoniran Barbosa, na música Saudosa Maloca. Disseram que a erradicação dos cafezais devia ser feita por causa de uma praga. Era preciso erradicar e, naquela região, substituir por cana-de-açúcar, a ser fornecida para a Usina Jatiboca.

No interior de Minas, em uma comunidade sem televisão, vimos pessoalmente e ouvimos pela rádio a repercussão do que acontecia nos maiores mercados do mundo... sinais da globalização já se adiantavam. Mas resistimos, nos adaptamos e nos destacamos. Afinal, *siamo italiani!*

E porque o vovô Ricardo desmatou muito, aumentando a área de produção, primeiro do café e, nessa época, da cana-de-açúcar, seu filho Antônio Ricardo resolveu plantar e ensinar a plantar. Já plantamos tanto que certamente dobramos a área desmatada daquela época.

Mas não podemos deixar de considerar que, mesmo desmatando, naquela época, com o plantio ainda tínhamos altos índices de infiltração das águas de chuva e o cultivo absorvia o carbono para seu crescimento. O carbono das madeiras, que haviam sido retiradas para a construção das edificações daquela época, ainda está fixo nas edificações erguidas. Então, até nisso, conseguimos manter nosso orgulho de que viemos para construir um país, uma nação e promover um desenvolvimento sustentável.

ITALIANOS COM AMOR

Famílias grandes, as famílias italianas! Não era somente muito amor e falta de televisão naquelas paragens longínquas. Lembrem-se de que não havia mais escravos. Lembrem-se de que uma fazenda precisava de muita mão-de-obra para liderar todas aquelas frentes de trabalho citadas anteriormente. Então, era preciso ter muitos filhos, muitas mãos para o *lavoro*, que não era pouco.

Mas sabemos que as músicas italianas são românticas. E são românticas, porque os italianos são amorosos. Tenho um pai que sempre me protegeu, ensinou e guiou nos mais diversos assuntos, sempre com o olhar no futuro. Pensar de forma sustentável, analisar o mundo em 360 graus, entender causas e consequências como um raciocínio natural de gestor, de provedor e de alguém que sobreviveu em um cenário onde era preciso construir, gerar e gerenciar tudo. E, de novo ressalto: na minha história, estamos falando de todos os italianos do norte da Zona da Mata de Minas Gerais, porque a maioria de nossas histórias é semelhante.

Sem preconceitos, os filhos dos italianos, primeira e segunda geração, souberam o que era *bullying* nas escolas, onde os colegas riam

por não saberem falar o português corretamente, ignorando o fato de estarem em posição até superior, falando dois idiomas. E mesmo tendo empregados afrodescendentes, não nos demos conta da cor da pele deles senão até bem recentemente, quando se começou a falar de racismo: até então, entre abraços e muito apreço, carteira assinada e filhos brincando juntos, cuidávamos uns dos outros, como podíamos.

Com vizinhos, amigos e compadres descendentes dos sírio-libaneses, portugueses, espanhóis, holandeses... crescemos respeitando a vida, cultivando amizades, aprendendo a culinária de diversos povos, sem distinções. Uma sopa cultural, sem rótulos ou resquícios históricos de um passado difícil. O presente nos pertencia com alegria e o futuro nos esperava com surpresas para todos. Somente na época da Escola de Arquitetura, em Belo Horizonte, começamos a descobrir que alguns pratos comuns em nossa casa eram da gastronomia árabe, espanhola, portuguesa... Até então, tudo era apenas uma comida nutritiva, para crescermos fortes e saudáveis.

Os italianos, dentre todos os imigrantes europeus, adaptavam-se relativamente bem aos costumes do Brasil. Eram considerados excelentes trabalhadores, acostumando-se com certa facilidade ao sistema de parceria ou meação.

No sistema de cultivo “a meia” com nossos parentes, aprendemos e nos acostumamos com parceiros e não empregados, aprendemos a exercitar o voluntariado em grandes empreitadas, pela simples satisfação de ver resultados extraordinários advindos do trabalho conjunto, coletivo, compartilhado.

A busca por nossas origens nos levou de volta à Europa. Conhecer nossos parentes era um sonho e foi muito emocionante o dia em que meu pai viu e abraçou, pela primeira vez, alguns dos tios dele. Naquele momento, ele era aquela criança que havia sido afastada de seus familiares por causa da I e II Guerra Mundiais.

Sim, *perchè* os pais da Angélica, Giuseppe Moro e Justina Alberani, voltaram para a Itália quando ela completou 15 anos e se casou com o Ricardo Zinato. Disseram que voltariam para buscá-la, mas a guerra foi deflagrada. O biso Giuseppe chegou a voltar, para um tratamento de

saúde, já que o nosso país tem um clima mais ameno do que a região do Vêneto, mas vovó Angélica já tinha muitos filhos e não quis mudar-se para a Itália. Então, o intercâmbio começou, com a vinda de alguns primos e tios e a ida da vovó Angélica, três vezes, antes de morrer com 99 anos, em Ponte Nova.

O entendimento do que somos, olhando para o passado de nossos bisavós, para os desafios enfrentados e a coragem para vencer cada dia, vivido com honra para educar tantos filhos em um estilo de vida de trabalho, gerenciamento de si mesmos e do ambiente familiar, social e de negócios, escolhendo bem os amigos, parceiros e cônjuges para formarem famílias decentes, conseqüentes e educadoras... esse entendimento nos posiciona na vida, na sociedade e no mundo como bons profissionais e indivíduos, capazes de liderar, de vencer obstáculos e de mostrar o caminho para outros, para nossos descendentes e amigos.

MENSAGEM DA CÔNSUL-GERAL DA ITÁLIA EM BELO HORIZONTE

Nicoletta Gomiero

Celebrar os 150 anos da imigração italiana no Brasil é revisitar uma história feita de coragem, trabalho, identidade e afeto, reconhecendo uma herança viva, presente no cotidiano, na cultura e na economia da sociedade brasileira. Esses valores sustentam a profunda amizade que une a Itália ao Brasil, e em particular ao estado de Minas Gerais, terra que acolhe os italianos com carinho e gratidão, e que continua a trajetória de integração e colaboração que fez da comunidade ítalo-brasileira um componente vital da sociedade local.

O Consulado-Geral da Itália em Belo Horizonte tem a honra de acompanhar de perto essa história. Em 2024, nossa Sede foi elevada à categoria de Consulado-Geral, um reconhecimento da crescente relevância da presença italiana em Minas, da intensidade das relações bilaterais e do contínuo trabalho realizado por essa Missão Diplomática e Consular. Atualmente, cerca de 60 mil cidadãos italianos estão inscritos em nossa circunscrição, além de uma estimativa de mais de 2 milhões de descendentes de italianos em território mineiro. Números que refletem não apenas uma presença demográfica significativa, mas sobretudo um legado humano profundo. Agora, mais do que nunca, estamos empenhados em nossa missão diplomática e também em acolher e atender, com atenção e cuidado, a crescente demanda consular dos cidadãos em Minas Gerais.

Os imigrantes italianos que chegaram ao Brasil a partir de 1874 trouxeram consigo muito mais do que a esperança de uma vida nova. Trouxeram saberes, ofícios, tradições, valores familiares e uma extraordinária capacidade de trabalho. Contribuíram para o desenvolvimento da agricultura, do comércio, da indústria e da vida urbana, ajudando a moldar a sociedade brasileira. Minas e Itália têm longa tradição de relacionamento, com intenso diálogo, intercâmbio

de visões sobre temas atuais, proximidade social, cultural e comercial, tornando as possibilidades de troca em todos esses setores e cadeias produtivas tradicionais em grandes oportunidades de crescimento.

Na esfera política, o diálogo com as instituições e os partidos políticos é aberto e construtivo, graças à elevada consideração que a Itália conta com em todos os níveis. Um grande exemplo é a criação da Frente Parlamentar Minas-Itália na Assembleia Legislativa em 2024, que visa a aproximação e valorização da comunidade italiana estabelecida no Estado. Além de ser um esplêndido testemunho do forte vínculo com a Itália também na esfera política, esta oferece uma ferramenta válida para fortalecer ainda mais as já excelentes relações bilaterais entre Minas Gerais e Itália, analogamente a ação desenvolvida pela Frente Parlamentar Brasil-Itália e pelo Grupo da Amizade Parlamentar Brasil-Itália.

Ao longo deste ano comemorativo, o Consulado-Geral promoveu, em colaboração com instituições italianas e brasileiras, associações, universidades, artistas e representantes da comunidade, uma ampla programação dedicada a valorizar essa história compartilhada. Realizamos concertos, exposições, mostras de cinema, conferências, cursos e festivais que destacaram as múltiplas conexões entre Itália e Brasil. Um dos momentos mais significativos foi a edição especial do Festival de História, dedicada às conexões ítalo-brasileiras, que reuniu historiadores, pesquisadores, chefs, músicos e o público em geral em dias de intenso intercâmbio cultural. Essas atividades não foram apenas celebrações do passado, mas oportunidades concretas de encontro, diálogo e construção de novas pontes para o futuro.

Quando viajo pelo Brasil, imagino o pensamento do migrante italiano que chegou nessas terras desconhecidas há mais de um século: olhando para as paisagens que lembram nossas terras, percebo o misto entre a admiração por essas belezas e saudade do que nos é familiar, mas distante. Mas a memória não é uma simples expressão de nostalgia. É um ponto de partida para a compreensão do presente. Acima de tudo, a memória possibilita transmitir às futuras gerações suas origens, os elementos que constituem sua própria identidade. É

somente por meio da valorização da memória coletiva que podemos evitar permanecer ancorados apenas na simples vida quotidiana do presente. Desse modo, manteremos vivo o sentido de comunidade e solidariedade.

Neste contexto de memória e renovação constante dos laços, é importante abordar também um tema que toca muitas famílias ítalo-brasileiras: a recente atualização da legislação italiana sobre cidadania. A cidadania italiana por descendência continua fundamentada no princípio do jus sanguinis. O que se observa hoje é um processo de adequação gradual das normas italianas a critérios já adotados pela maioria dos outros países.

Essa mudança não deve ser interpretada como um rompimento com essa rica e valiosa história da imigração nem como uma negação das raízes italianas de milhões de descendentes. Ao contrário, ela nos convida a refletir de forma mais ampla sobre as diversas maneiras de se relacionar com a Itália, de expressar as múltiplas conexões com a própria cultura de origem. A identidade, a memória familiar e o interesse pela história dos próprios antepassados, mas também a cultura, a língua, as tradições, as trocas culturais que remontam a épocas ainda anteriores, como demonstra a influência do barroco italiano no Brasil, continuam sendo formas legítimas e valiosas de pertencimento. A cidadania é um instituto jurídico; a italianidade, porém, é um conceito mais amplo, um patrimônio cultural e afetivo que vai muito além de um reconhecimento formal jurídico e seus limites.

Minha experiência em Belo Horizonte me ensinou o quanto é importante esse fio que liga emocionalmente o povo italiano àqueles que preservam com cuidado um sincero interesse pela Itália, muitas vezes, mas não apenas, ligado à memória histórica das famílias italianas que, ao longo do tempo, emigraram para novas terras, como parte integrante da nossa cultura e, sobretudo, como um motor poderoso e alavanca fundamental para as relações bilaterais com a Itália.

De fato, esse vínculo não é apenas parte da nossa história compartilhada, mas também um fio condutor que nunca se enfraqueceu

e que hoje está profundamente enraizado no tecido social e econômico brasileiro. Esse laço alimenta um intercâmbio constante e vibrante, uma cooperação ativa e dinâmica, que contribui para manter cada vez mais fortes as relações humanas, sociais e econômicas.

O espírito empreendedor italiano contribuiu fortemente para o desenvolvimento de Minas Gerais ao longo do tempo. Se, por exemplo, a arquitetura da cidade de Belo Horizonte ainda hoje traz a marca visível da influência italiana desde o momento de sua criação, com a importante contribuição de arquitetos italianos como o célebre Raffaello Berti, em um período posterior o empreendedorismo italiano deu um novo e adicional impulso ao desenvolvimento econômico e social da Capital. A partir da criação de sua primeira fábrica no Brasil, em 1976, a FIAT deu origem ao que hoje é o importante polo industrial de Betim. A empresa italiana, que neste ano celebra 50 anos de atividades no Brasil, foi um dos motores principais do forte desenvolvimento econômico, mas também sociocultural, de Minas Gerais nas últimas décadas.

Hoje, o Brasil é uma terra que continua a acolher de braços abertos, oferecendo a beleza de sua natureza e a espontaneidade de uma cultura multiétnica e rica, além de um mercado dinâmico e em constante movimento, que dedica à cultura italiana um lugar central. Fizemos um excelente trabalho conjunto até aqui, e continuaremos sempre ativos e dedicados à promoção das relações bilaterais de forma construtiva e transversal em nossas novas iniciativas e projetos, mantendo vivo o clima de diálogo institucional necessário para fomentar novas oportunidades de intercâmbio em todos os setores.

Nesse contexto, as oportunidades de colaboração são múltiplas, e posso afirmar que grande parte do que de mais belo me foi possível realizar nestes anos durante minha missão diplomática em Minas Gerais devo à contribuição determinante dessas pessoas, a quem agradeço sinceramente pelo grande e genuíno afeto pela Itália e por tudo o que fazem diariamente para manter vivo o vínculo entre os nossos povos.

FESTAS ITALIANAS EM SÃO PAULO: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO IMATERIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE IDENTIDADE CULTURAL

Fernando Jose de Souza Marangoni

INTRODUÇÃO

A história urbana de São Paulo é inseparável da experiência migratória. Entre os fluxos populacionais que conformaram a cidade, a imigração italiana ocupa lugar central não apenas pela dimensão demográfica, mas pela densidade de suas contribuições culturais, econômicas e simbólicas. Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, a chegada massiva de italianos reorientou a dinâmica social da capital paulista, acompanhando a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a expansão da economia cafeeira e, em seguida, a consolidação da industrialização. Esse processo foi, ao mesmo tempo, econômico e cultural: ao lado da força de trabalho, circularam formas de sociabilidade, devoções, repertórios culinários, associações e linguagens que influenciaram o modo como a cidade se organizou e se reconheceu.

Ao longo de aproximadamente 150 anos, a presença italiana contribuiu para a construção de sociabilidades específicas e para a formação de redes comunitárias densas. A concentração territorial em bairros como Brás, Mooca, Belenzinho e Bixiga favoreceu vínculos de proximidade e solidariedade, reforçados por paróquias, associações de auxílio mútuo, clubes recreativos, cantinas, padarias e pequenos comércios familiares. Esses espaços produziram um tecido social particular: vizinhança, trabalho e vida religiosa se articulavam no cotidiano, criando circuitos de convivência que estruturavam o pertencimento. Assim, tais territórios tornaram-se ambientes de memória, nos quais hábitos alimentares, devoções, modos de falar

e de festejar foram preservados, transformados e progressivamente incorporados à experiência urbana paulistana.

Nesse processo, as festas religiosas de rua constituem manifestações privilegiadas para observar a relação entre memória, território e identidade. Celebrações como Nossa Senhora Achiropita, São Vito e San Gennaro surgiram, em grande medida, como práticas comunitárias voltadas à manutenção de vínculos com localidades de origem e à reafirmação de fé e pertencimento em um contexto de deslocamento. Contudo, com o tempo, extrapolaram o âmbito estritamente étnico. Ao dialogarem com a dinâmica cultural da metrópole, elas se converteram em eventos de alcance urbano mais amplo, capazes de articular tradição e atualização, rito e espetáculo, devoção e sociabilidade, memória e economia local.

As festas operam como rituais de continuidade social: nelas se reencenam símbolos, culinária, música, trabalho voluntário e formas de organização comunitária, permitindo transmissão intergeracional de referências culturais. Ao mesmo tempo, não permanecem estáticas. Elas se adaptam aos ritmos da cidade, às alterações no uso do espaço público, às novas linguagens de comunicação e a públicos diversificados. Em metrópoles contemporâneas, esse tipo de celebração tende a assumir funções que vão além do religioso, configurando-se como fenômeno cultural, turístico, econômico e filantrópico. Por isso, o tema não é apenas cultural: envolve uma dimensão institucional. Preservar tais tradições significa tratá-las como política pública de memória e de reconhecimento, na qual o patrimônio imaterial é compreendido como elemento estratégico da identidade coletiva e do desenvolvimento urbano.

1. IMIGRAÇÃO ITALIANA E A FORMAÇÃO SOCIAL DE SÃO PAULO

O fluxo migratório italiano intensificou-se entre o fim do século XIX e o início do XX, em contexto de crise socioeconômica

em diferentes regiões italianas e de demanda por mão de obra no Brasil, associada à economia cafeeira e à reordenação do mercado de trabalho após o declínio do sistema escravista. São Paulo tornou-se principal polo de atração, tanto pela centralidade do café quanto pela ascensão da capital como centro econômico e administrativo. O deslocamento não foi apenas quantitativo: ele reorganizou relações de trabalho, formas de moradia e modos de convivência, contribuindo para redefinir o perfil social paulistano.

A inserção inicial ocorreu predominantemente no meio rural, sob formas como o colonato. Porém, as limitações do trabalho agrícola, crises periódicas do setor e expectativas de mobilidade estimularam deslocamento para a capital. Em paralelo, a industrialização ampliou a absorção de trabalhadores urbanos em fábricas, oficinas e serviços, formando um contingente operário decisivo para o crescimento industrial paulista. Ao lado do trabalho fabril, expandiram-se práticas econômicas de pequena escala: padarias, armazéns, cantinas, alfaiatarias, oficinas, serviços e pequenos comércios familiares. Esse tecido econômico se sustentava frequentemente em redes de parentesco e confiança, reforçando a ligação entre família, trabalho e território.

Do ponto de vista espacial, a fixação territorial foi relativamente concentrada, conformando os chamados “bairros italianos”. A proximidade de linhas ferroviárias, zonas industriais, mercados e centros de abastecimento favoreceu a ocupação de Brás, Mooca, Belenzinho e Bixiga. A região do Brás, por exemplo, se vinculava a eixos de circulação e à lógica do acolhimento e da inserção inicial, enquanto Mooca e adjacências se associaram ao mundo industrial e ao cotidiano operário. A presença de fábricas e armazéns produziu uma paisagem urbana marcada por moradia popular, galpões industriais, comércio de proximidade e intensa circulação de trabalhadores.

Mais do que espaços de residência e trabalho, esses bairros constituíram territórios culturais. Práticas religiosas, hábitos alimentares, dialetos regionais, associações e festividades dedicadas a santos padroeiros funcionaram como mecanismos de coesão e

preservação identitária. Não se tratava de “conservar o passado” como peça imóvel, mas de criar continuidade em meio à mudança: a tradição operava como linguagem social de integração, suporte emocional e fonte de pertencimento. Ao mesmo tempo, o contato com outros grupos e com a dinâmica urbana produziu transformações culturais: tradições regionais italianas foram reinterpretadas, hibridizadas e incorporadas ao cotidiano paulistano, em um processo típico de metrópoles que absorvem fluxos migratórios diversos.

Esse enraizamento gerou uma geografia cultural duradoura. Bairros como Mooca e Bixiga passaram a integrar o imaginário urbano como espaços associados à presença italiana, à gastronomia típica, à religiosidade comunitária e às festas populares. A imigração italiana, assim, não apenas influenciou a economia e a estrutura social de São Paulo: ela conformou referências simbólicas persistentes, pelas quais a cidade reconhece parte de sua história social e cultural.

2. COMUNIDADE, RELIGIOSIDADE E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS FESTAS

Entre os instrumentos de organização comunitária desenvolvidos pelos imigrantes, a religiosidade ocupou papel estruturante. Em contexto de ruptura territorial e vulnerabilidade social, a paróquia e as associações religiosas se tornaram referências coletivas: além de funções litúrgicas, operavam como centros de sociabilidade, assistência e integração. Irmandades, confrarias e redes paroquiais organizavam apoio a recém-chegados, assistência em situações de doença e desemprego, eventos comunitários e mediação de conflitos cotidianos. Esse conjunto de práticas revela uma dimensão pouco lembrada: a religiosidade, aqui, funciona como tecnologia social de acolhimento e coesão.

É nesse quadro que as festas religiosas se afirmam como rituais de memória coletiva. Inicialmente, muitas celebrações foram organizadas em âmbito doméstico ou restrito, reproduzindo práticas

trazidas da Itália — procissões, novenas, promessas e culinária devocional. Progressivamente, essas práticas passaram ao espaço público e se institucionalizaram, com calendário definido, comissões organizadoras e participação comunitária ampla. A festa deixa de ser apenas devoção privada e assume função social: articula fé, sociabilidade, trabalho voluntário e identidade territorial.

A institucionalização também opera como mecanismo de territorialização da memória. Ruas e entorno das igrejas tornam-se, durante o período festivo, lugares simbólicos de continuidade. A ornamentação do espaço, a procissão, o som, os aromas da cozinha coletiva, a repetição anual do rito: tudo isso produz uma “marca de pertencimento” e reativa narrativas de origem. A tradição, portanto, é performativa: não apenas recorda o passado, mas o atualiza. A cada edição, histórias familiares e referências coletivas são reativadas, permitindo que descendentes mantenham vínculos simbólicos com a experiência migratória mesmo em contexto de integração social e mudanças demográficas nos bairros.

A permanência dessas celebrações ao longo de décadas decorre, em parte, da estabilidade organizacional proporcionada por paróquias e associações, capazes de mobilizar voluntários, gerir recursos e adaptar formatos às transformações urbanas. O voluntariado, por si, é elemento cultural central: ele cria reciprocidade, reforça laços comunitários e gera um tipo de pertencimento que não se reduz ao consumo do evento. Com a ampliação de escala, as festas passaram também a atrair públicos externos, transformando-se em espaços de intercâmbio cultural e referências no calendário cultural da cidade, sem perder totalmente seu núcleo de sentido religioso e comunitário.

3. HIBRIDISMO CULTURAL E IDENTIDADE ÍTALO-BRASILEIRA

Com o passar das gerações, as festas italianas passaram a incorporar elementos da cultura local, constituindo formas híbridas de expressão. Esse processo se relaciona à integração social dos

descendentes, às mudanças demográficas dos bairros e à dinâmica cultural de uma metrópole em expansão. O ponto central é que identidade cultural, em contextos migratórios, não é um bloco fixo: ela se reorganiza, negocia significados e preserva referências ao mesmo tempo em que se adapta.

O hibridismo aparece de modo claro na gastronomia: receitas se ajustam a ingredientes disponíveis, técnicas se combinam e novos pratos entram no repertório festivo. Não se trata de “perda de autenticidade”, mas de uma tradição que se refaz no território. A cozinha festiva torna-se arquivo vivo: nela convivem memória familiar, práticas comunitárias e formas de comunicação cultural com públicos mais amplos. É também uma linguagem de pertencimento — um modo de “contar história” sem recorrer apenas ao discurso.

No plano organizacional e simbólico, incorporam-se estratégias contemporâneas de comunicação, repertórios musicais ampliados e formatos de evento urbano que dialogam com públicos diversos. A festa, assim, passa a operar em duas chaves simultâneas: como rito comunitário e como evento cultural urbano. A ampliação do público é decisiva. Celebrações originalmente comunitárias se tornam eventos metropolitanos, integrados ao circuito cultural da cidade. Essa abertura redefine o significado social das festas: elas passam a expressar não apenas identidade de um grupo, mas valores associados à convivência multicultural, à hospitalidade e à celebração da diversidade.

O hibridismo, nessa perspectiva, não é diluição: é estratégia de continuidade cultural. Ao incorporar novos elementos e ampliar alcance, as festas preservam relevância e renovam sua capacidade de mobilização, sem perder referências simbólicas fundamentais. Sociologicamente, são arenas de mediação cultural em que pertencimento étnico, identidade local e cidadania urbana se articulam. Ao transformar referências particulares em patrimônio cultural compartilhado, as festas contribuem para integrar a memória migrante ao repertório cultural da cidade e, por extensão, a uma identidade nacional plural.

4. FESTA, ECONOMIA E CIDADE: DA COMUNIDADE AO FENÔMENO URBANO

Nas metrópoles contemporâneas, festas de origem imigrante assumem funções que ultrapassam a dimensão devocional. Elas articulam religiosidade, cultura, sociabilidade e atividade econômica, inserindo-se em circuitos de turismo cultural e economia criativa. A Festa de Nossa Senhora Achiropita é exemplo emblemático: historicamente vinculada à paróquia do Bixiga, consolidou-se como evento religioso, gastronômico e filantrópico, sustentado por intenso trabalho voluntário e com arrecadação destinada a obras sociais. A combinação entre festa e assistência confere densidade pública à celebração: tradição e solidariedade se reforçam mutuamente.

A ampliação de escala insere essas festas no circuito turístico e cultural da cidade, atraindo visitantes e gerando impactos sobre comércio local, serviços e cadeias produtivas associadas (insumos, produção alimentar, montagem de estruturas, logística, comunicação). Em bairros históricos, isso pode ter efeito de dinamização econômica e de reafirmação identitária do território, criando uma “marca cultural” associada ao lugar. Ao mesmo tempo, a gestão do evento em espaço público exige capacidade organizacional crescente: fluxos de pessoas, logística urbana, segurança, limpeza, acessibilidade e relações com o entorno tornam-se parte do desafio contemporâneo dessas festas.

Além dos efeitos econômicos diretos, esses eventos valorizam simbolicamente territórios históricos. A cidade é, também, uma disputa de narrativas: bairros reforçam identidades culturais e se consolidam como destinos de turismo gastronômico e cultural, produzindo experiência urbana que associa memória, vivência cultural e consumo simbólico. Nesse contexto, as festas operam no campo da economia simbólica: tradição, memória e pertencimento convertem-se em ativos culturais com valor público e econômico. A crescente profissionalização de comunicação e gestão amplia alcance, sem necessariamente eliminar a base comunitária e religiosa, desde que se preserve o sentido social do rito, do voluntariado e da solidariedade.

O resultado é um modelo híbrido: rito de memória, evento urbano, mecanismo de ação social e plataforma de dinamização econômica, simultaneamente. Esse modelo explica por que políticas públicas culturais e urbanas precisam enxergar as festas não como “anomalias” a serem toleradas, mas como manifestações que organizam sociabilidade, produzem valor cultural e fortalecem a cidade como espaço de convivência.

5. PATRIMÔNIO IMATERIAL, CIDADANIA CULTURAL E DESENVOLVIMENTO

Reconhecer as festas como patrimônio cultural imaterial é passo decisivo para sua preservação. Ao serem formalmente identificadas como bens de interesse coletivo, deixam de depender exclusivamente da mobilização comunitária e passam a integrar a esfera de proteção institucional do Estado. O reconhecimento amplia visibilidade e legitimidade e fortalece o pertencimento dos grupos envolvidos, promovendo diversidade e multiculturalismo como fundamentos da vida social. A patrimonialização, nesse sentido, não “cria” a tradição: ela reconhece um valor já construído socialmente e busca produzir condições para sua continuidade.

A proteção do patrimônio imaterial se vincula a uma concepção contemporânea de desenvolvimento, na qual a cultura é dimensão estratégica das políticas públicas. Documentos internacionais como a Agenda 21 da Cultura enfatizam a centralidade das identidades culturais para o desenvolvimento humano sustentável. Assim, cultura não é setor acessório: é vetor de coesão social, inovação territorial e qualidade de vida. Em cidades marcadas por transformações aceleradas, a cultura atua como âncora de pertencimento e como linguagem de integração social.

No caso das festas italianas, o reconhecimento institucional contribui para garantir continuidade de tradições, estimular participação das novas gerações, preservar memória urbana e

afirmar o espaço público como lugar legítimo de expressão cultural coletiva. Ao legitimar a permanência desses eventos em áreas centrais e históricas, reforça-se o direito à cidade também como direito à cultura e à memória. Em termos práticos, o reconhecimento abre caminho para políticas de educação patrimonial, apoio a iniciativas comunitárias, fortalecimento de capacidades organizacionais, valorização do território histórico e compatibilização com políticas urbanas (mobilidade, ordenamento, uso do espaço público).

Trata-se, portanto, de compreender o patrimônio imaterial não apenas como símbolo, mas como infraestrutura social: ele organiza vínculos, produz identidade e, quando bem cuidado, fortalece a cidade como comunidade política plural.

6. O PAPEL DO PARLAMENTO NA VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL

A preservação do patrimônio cultural imaterial, especialmente em grandes centros urbanos, depende da convergência entre a vitalidade das iniciativas comunitárias e o reconhecimento institucional promovido pelo Estado. Festas tradicionais como as celebrações italianas de São Paulo são mantidas, ao longo de décadas, por redes de voluntariado, por paróquias, associações civis e lideranças locais que assumem a responsabilidade de transmitir práticas, saberes e valores entre gerações. No entanto, à medida que essas manifestações se ampliam em escala e impacto — mobilizando grandes públicos, ocupando o espaço urbano e gerando efeitos sociais, culturais e econômicos relevantes — torna-se necessária a atuação do poder público como agente de valorização, proteção e difusão.

Nesse contexto, o reconhecimento legislativo de determinadas celebrações como manifestações da cultura nacional constitui instrumento relevante de política cultural. Mais do que um gesto simbólico, a lei produz efeitos institucionais concretos: amplia a visibilidade das manifestações em âmbito nacional, fortalece sua

legitimidade perante os diferentes níveis de governo, favorece sua inserção em políticas de turismo cultural e economia criativa e contribui para consolidá-las como bens de interesse coletivo. Trata-se, em última análise, de afirmar que a memória construída pelas comunidades locais integra o patrimônio cultural brasileiro.

Foi com essa compreensão que o Congresso Nacional aprovou, nos últimos anos, três leis que reconhecem importantes festas italianas paulistanas como manifestações da cultura nacional, consolidando institucionalmente celebrações que expressam a história da imigração, a organização comunitária e a diversidade cultural da cidade.

A Lei nº 14.829, de 26 de março de 2024, reconheceu a Festa de Nossa Senhora Achiropita, realizada no bairro do Bixiga. Organizada desde a década de 1920 pela comunidade vinculada à paróquia local, a celebração tornou-se uma das maiores festas religiosas e gastronômicas da cidade. Realizada ao longo dos finais de semana do mês de agosto, mobiliza centenas de voluntários e recebe, a cada edição, um público que ultrapassa centenas de milhares de visitantes. Além das procissões e celebrações litúrgicas, a festa se destaca pela produção artesanal de pratos típicos e pela destinação integral dos recursos arrecadados a obras sociais, educacionais e assistenciais mantidas pela comunidade.

A Lei nº 14.882, de 11 de junho de 2024, reconheceu a Festa de São Vito, realizada no bairro do Brás desde 1918. Criada por imigrantes oriundos da região de Polignano a Mare, a celebração representa uma das mais antigas expressões da religiosidade italiana em São Paulo. Realizada tradicionalmente entre os meses de junho e julho, combina programação religiosa, apresentações culturais e uma culinária fortemente associada às tradições familiares da comunidade. Ao longo de mais de um século, a festa preservou como característica central o trabalho voluntário e a destinação social dos recursos arrecadados, consolidando-se como referência cultural e como expressão duradoura da memória migrante.

Ambas as iniciativas tiveram origem em projetos de autoria do ex-deputado federal Geninho Zuliani, cuja atuação parlamentar contribuiu para inserir a valorização da herança cultural ítalo-brasileira

na agenda legislativa nacional. No processo de tramitação dessas matérias, tive a oportunidade de atuar como relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, etapa responsável pela análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Essa fase é essencial para assegurar que o reconhecimento cultural seja incorporado de forma adequada ao ordenamento jurídico, conferindo segurança normativa e estabilidade institucional às iniciativas aprovadas.

Posteriormente, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 15.205, de 12 de setembro de 2025, decorrente de projeto de minha autoria, que reconheceu a Festa de San Gennaro como manifestação da cultura nacional. Realizada desde 1973 no bairro da Mooca, a celebração está associada à tradição napolitana e homenageia o santo cuja festa litúrgica ocorre em 19 de setembro. Ao longo das décadas, consolidou-se como uma das principais referências culturais da zona leste da cidade, reunindo programação religiosa, apresentações artísticas e uma ampla oferta gastronômica que reflete a herança cultural do sul da Itália. Assim como nas demais celebrações, sua organização baseia-se majoritariamente em trabalho voluntário e os recursos arrecadados são destinados a projetos sociais e comunitários.

Consideradas em conjunto, as três leis representam um movimento articulado de reconhecimento das principais celebrações que expressam a presença italiana em diferentes territórios históricos da cidade — o Bixiga, o Brás e a Mooca. Mais do que eventos isolados, essas festas constituem espaços de preservação da memória migrante, de transmissão intergeracional de valores culturais e de fortalecimento de identidades territoriais. Ao mesmo tempo, atraem grandes fluxos de visitantes, mobilizam redes de trabalho comunitário e contribuem para a dinamização econômica local, inserindo-se no campo da economia da cultura e da economia simbólica.

Do ponto de vista das políticas públicas, o reconhecimento legislativo dessas manifestações expressa uma concepção ampliada de ação cultural. Trata-se de compreender que o patrimônio imaterial não se restringe à preservação do passado, mas constitui recurso

estratégico para o desenvolvimento urbano, para a valorização de territórios históricos e para o fortalecimento da coesão social em contextos metropolitanos marcados pela diversidade.

Ao reconhecer formalmente essas festas como manifestações da cultura nacional, o Parlamento afirma que a identidade brasileira é resultado do encontro de diferentes trajetórias históricas e que a memória das comunidades imigrantes integra o patrimônio coletivo do país. Mais do que homenagear tradições, a legislação contribui para criar condições institucionais que favoreçam sua continuidade, ampliem sua visibilidade e reforcem seu papel como espaços de convivência, solidariedade e expressão cultural no espaço urbano.

Nesse sentido, a atuação legislativa no campo do patrimônio imaterial representa não apenas um instrumento de reconhecimento simbólico, mas uma forma de política pública orientada à valorização da diversidade cultural, à preservação da memória social e à construção de cidades mais inclusivas, nas quais diferentes heranças culturais possam ser reconhecidas como parte constitutiva da história e do futuro nacional.

CONCLUSÃO

As festas italianas de São Paulo sintetizam processos históricos decisivos para a cidade: imigração, territorialização, memória coletiva, adaptação cultural e transformação urbana. Mais do que celebrações religiosas ou gastronômicas, constituem instituições sociais sustentadas por redes de solidariedade, voluntariado e pertencimento, capazes de transmitir referências culturais entre gerações e de produzir sociabilidade no espaço público. Em tempos de mudanças aceleradas, elas preservam um tipo de convivência que a vida urbana frequentemente fragiliza: a experiência do encontro, do trabalho coletivo e da continuidade simbólica.

Em um contexto de reconfiguração de bairros, disputas pelo uso do espaço público e homogeneização cultural, a preservação

do patrimônio imaterial assume caráter estratégico. Proteger essas tradições é afirmar que a identidade nacional não se constrói por uma narrativa única, mas pela convergência de múltiplas experiências históricas e culturais. A memória das comunidades imigrantes, nesse sentido, não é ornamento periférico: ela integra a própria constituição social do país e precisa ser reconhecida como parte do patrimônio coletivo.

O reconhecimento institucional, por meio de instrumentos legais e políticas públicas culturais, contribui para consolidar essa perspectiva. Ao afirmar Achiropita, São Vito e San Gennaro como manifestações da cultura nacional, o Estado reconhece o valor público de práticas que articulam fé, cultura, convivência, trabalho comunitário e ocupação qualificada do espaço urbano. Mais do que preservar tradições, trata-se de garantir condições para sua continuidade, fortalecendo sua transmissão às novas gerações e ampliando sua visibilidade no conjunto do patrimônio cultural brasileiro.

Por fim, essas festas demonstram que cultura não é apenas herança: é recurso social, econômico e simbólico. Elas mobilizam fluxos turísticos, dinamizam economias locais, valorizam territórios históricos e contribuem para uma imagem urbana vinculada à diversidade cultural. Quando sustentadas pela participação comunitária e reconhecidas pelas instituições, tornam-se pontes entre passado e futuro. Preservá-las significa afirmar que a memória coletiva é patrimônio vivo: conecta gerações, estrutura identidades e projeta no espaço público a continuidade de uma história compartilhada que, em grande medida, molda a própria ideia de São Paulo — e, por extensão, uma parte decisiva da identidade brasileira.

